



Anais do
II Simpósio

de Gênero e Diversidade:
Interseccionalidades e
epistemologias do sul



D'Generus

UFPEL

Anais do II Simpósio de Gênero e Diversidade



Márcia Alves da Silva
(org.)

ANAIS DO
II SIMPÓSIO DE
GÊNERO E DIVERSIDADE
Interseccionalidades e Epistemologias do Sul

[Resumos Expandidos]

1º ed.
São Paulo
2019



Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional

Ubirajara Buddin Cruz – CRB 10/901

S612a Simpósio de Gênero e Diversidade (2. : nov. 2018 :
Pelotas)
Anais do...: interseccionalidades e epistemologias
do sul : resumos expandidos / 2. Simpósio de Gênero
e Diversidade ; org. Márcia Alves da Silva. – São
Paulo: Perse, 2019.
303 p.

1.Gênero. 2.Diversidade. 3.Identity. 4.Sexualidade,
5.Saúde. 6.Violência. 7.Raças. 8.Etnias. 9.Arte. 10.Educação. 11.Trabalho. I.Silva,
Márcia Alves da. II.Título.

CDD: 305

ISBN 978-85-7138-082-0



EBOOK - P

Comissão Organizadora

Adriana Lessa Cardoso
Doutoranda do PPG em Educação/FaE / UFPel

Carla Negretto
Mestranda do PPG em Educação / FaE / UFPel

Cassiane de Freitas Paixão
Docente da FURG

Gabriely Gallo da Silva
Bacharelanda em Design Digital / Bolsista CNPq / UFPel

Georgina Helena Nunes
Docente do PPG em Educação / FaE / UFPel

Graziela Rinaldi da Rosa
Docente da FURG

Isabela dos Santos Kröning
Mestranda do PPG em Educação / FaE / UFPel

Juliane Portella Ribeiro
Docente da Faculdade de Enfermagem / UFPel

Ligia Chiarelli
Docente da Faculdade de Arquitetura / UFPel

Luciano Pereira
Doutorando do PPG em Educação / FaE / UFPel

Anais do II Simpósio de Gênero e Diversidade

Márcia Alves da Silva
Docente do PPG em Educação / FaE / UFPel

Marcus Vinícius Spolle
Docente do PPG em Sociologia / IFISP / UFPel

Marilu Corrêa Soares
Docente do PPG em Enfermagem / UFPel

Paulo Gaiger
Docente do Centro de Artes / UFPel

Renata Kabke Pinheiro
Docente do Centro de Letras / UFPel

Rita de Araujo Neves
Docente da FURG / Doutoranda do PPG em Educação / FaE / UFPel

Sumário

Apresentação	07
GT 1 - Feminismos em espaços formais ou não formais de educação	09
GT 2 - Diversidade sexual e suas interseccionalidades na educação	54
GT 3 - Arte e literatura na perspectiva de gênero e diversidade	77
GT 4 - Cultura e violência de gênero	118
GT 5 - Gênero, raça, classe e suas interseccionalidades	150
GT 6 - Movimentos sociais e pensamento descolonial latino-americano	218
GT 7 - Corpo, sexualidade, gênero, reprodução e saúde	265

APRESENTAÇÃO

Podemos afirmar que as perspectivas de análise interseccionais tiveram origem na articulação da produção teórica feminista com demandas e contribuições importantes de feministas e ativistas negras que fizeram a denúncia da homogeneidade do pensamento feminista de então. Nos últimos anos, essa produção acadêmica tem abrigado diversas formulações e possibilidades de aplicação e tem sido apontada como uma das principais contribuições do pensamento e da crítica feminista à reflexão sobre desigualdades sociais, já que a perspectiva interseccional tem permitido ampliar e tornar mais complexo o olhar sobre a produção de desigualdades em contextos específicos e fazer uma análise mais condizente com a realidade, possibilitando problematizar as relações de poder na vida social incluindo suas consequências nas experiências cotidianas das pessoas.

Dessa forma, distintas noções teóricas têm sido utilizadas dentro da proposta interseccional, incluindo uma gama de marcadores sociais que passam a serem incorporados nas produções e análises dos estudos de gênero, como classe, raça, geração e outros. A essa questão, soma-se a produção intelectual crítica sobre os processos de colonialidade e sua influência sobre a história e a cultura latino-americanas. Portanto, busca-se estratégias de enfrentamento do processo de colonização europeu e androcêntrico, e a possibilidade de aliar as perspectivas abertas pela interseccionalidade numa necessária construção de descolonialidade do conhecimento, o que parece ser um caminho viável e promissor para o feminismo contemporâneo dos povos do sul.

Em relação a perspectiva que adotamos nesse evento, cabe destacar que defendemos essa pluralidade de análises e de olhares que a interseccionalidade permite, abrindo a possibilidade para

visibilizar os diversos conhecimentos advindos das epistemologias do sul, descortinando, portanto, o processo de colonialidade que nos dominou e que até hoje nos constrói.

Com isso, pensamos que esse seja um desafio a ser assumido nesse momento histórico: construir um pensamento latino-americano de descolonização no campo dos estudos de gênero e diversidade. E, para isso, nosso grupo de pesquisa se alia a frase da feminista boliviana María Galindo "não se pode descolonizar sem despatriarcalizar".

Sendo assim, resgatando a memória e o acúmulo da experiência do Observatório de Gênero e Diversidade da UFPel, promotora e executora do I Simpósio de Gênero e Diversidade: debatendo identidades em 2016, neste momento, numa iniciativa do D'GENERUS: NÚCLEO DE ESTUDOS FEMINISTAS E DE GÊNERO, enquanto grupo de pesquisa do CNPq, se assume o compromisso de propor o II Simpósio de Gênero e Diversidade: interseccionalidades e epistemologias do sul, nos dias 05, 06 e 07 de novembro de 2018, tendo como objetivo construir um espaço de diálogos interseccionais e de intercâmbio entre investigadoras/es, estudantes, ativistas, militantes e demais profissionais, assim como a população interessada no tema, de forma que possam aproximar e fazer dialogar experiências entre si, com o intuito de fortalecer a luta pelos direitos das mulheres e demais identidades sexuais e de gênero.

Comissão Organizadora do
II Simpósio de Gênero e Diversidade da UFPel

**GT 1 - FEMINISMOS EM ESPAÇOS FORMAIS
OU NÃO FORMAIS DE EDUCAÇÃO**

Coordenação:

Profa. Dra. Graziela Rinaldi da Rosa

(Docente da FURG)

Frente a necessidade de incluirmos os feminismos na pauta da Educação, e dialogarmos com os estudos de gênero é que esse espaço foi pensado. Esse GT se propõe a socializar práticas de ensino, pesquisa e extensão realizadas em diálogos com diferentes epistemologias feministas, bem como com o Movimento Social Feminista em espaços formais e não formais de educação.

Entende-se que são fecundas tanto as práticas educativas de cunho feministas realizadas em espaços formais de educação, quanto em espaços não formais. Compreende-se que é emergente a criação de momentos de socialização dessas práticas de cunho feminista, que dialoga com os estudos de gênero e sobre questões étnico-raciais, envolvendo assim as populações de povos tradicionais, especialmente as mulheres. Busca-se pensar os feminismos e a educação numa perspectiva descolonizadora, que valoriza os saberes e as práticas educativas escolares e comunitárias desenvolvidas e motivadas por movimentos de mulheres e/ou epistemologias feministas, práticas essas que compõem as pedagogias feministas.

Trata de um GT que visa colocar em diálogos professores/as, estudantes, militantes feministas, estudantes, pesquisadores/as, que se propõem a (re)pensar a sociedade e a educação, numa perspectiva que denuncia o androcentrismo, o machismo, o patriarcado e o eurocentrismo, a fim que contribuir para uma sociedade que valorize o protagonismo das mulheres.

**PRÁTICA DE ESTUDO SOBRE FEMINIZAÇÃO E
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE COM
ESTUDANTES DO CURSO NORMAL EM PELOTAS/RS**

Álvaro Veiga Júnior¹

Adriana Lessa Cardoso²

Ana Lúcia Pinto de Almeida³

¹UFPEL; EMEI Bernardo Souza - avj.pedagogia@gmail.com

²UFPEL - adrianalessacardoso@gmail.com

³UFPEL; Colégio Pelotense - senhorawonka@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O trabalho aborda o tema feminização e precarização do trabalho docente constituindo seu campo de estudo tendo como balizas as condições do trabalho docente contemporâneas no Brasil, relacionadas à divisão sexual do trabalho e às jornadas triplas. A delimitação do tema foi configurada com base na experiência prática e no atual alcance teórico dos pesquisadores proponentes. A configuração do estudo foi constituída embasando-se na relevância da dimensão enfocada, buscando adequar ao formato pesquisa-ação, ao tempo e, principalmente ao perfil da turma. Trata-se de um grupo de 20 mulheres que cursam o curso profissionalizante de docência ligado ao ensino médio de uma escola municipal.

No processo de criação, ainda sem contato direto com as alunas, mas em diálogo com a coordenadora, supomos que estas alunas trilhariam uma formação cujo futuro profissional se relacionaria com uma subalternização do trabalho docente em relação a outras profissões superiores. Característica provavelmente condicionada, por ser um campo feminino, de onde derivam algumas consequências como o praticismo pedagógico, a precarização do trabalho docente e a degradação global da saúde. Na intenção de contribuir com sua formação procuramos modos de como propiciar uma reflexão crítica

sobre as relações de gênero e aprofundar sobre o tema no sentido de auxiliar no autoconhecimento necessário à formação humana e profissional. Investimos na noção de que se o grupo conhecesse criticamente a difícil condição atual da docência seria fortalecida a sua consciência profissional, possibilitando fazer enfrentamentos políticos e qualificar o espaço de trabalho. Entendemos que uma consciência aberta, histórica, contextualizada e realística tende a evitar a reprodução das desigualdades de gênero.

As dimensões da investigação e do ensino se coadunaram criando um evento, planejado para incentivar a participação coletiva de uma questão relevante e comum a todas. Nesse sentido, pode-se pensar em articulações inovadoras a somar com as práticas educativas já realizadas pelas professoras do curso, que enfrentam uma concepção de escola antiquada.

A crescente crítica ao engessamento da escola, ao seu distanciamento da vida, essencialmente em virtude do reconhecimento dos conflitos das mudanças e das incertezas que caracteriza a sociedade contemporânea, apontando para a necessidade de que os espaços institucionalizados de educação preparem cidadãs para lidar com essa realidade (MITJÁNS MARTÍNEZ, 2008, p. 18).

Para diminuir a divisão entre pesquisadores e pesquisados, escolhemos um grupo que já possuía familiaridade com a profissão e com a temática, com isso, objetivamos garantir o caráter dialogado com a situação social e o reconhecimento da argumentação no processo de ensino e investigação (BARBIER, 2007; THIOLENT, 2008).

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

Ao se trabalhar com as temáticas gênero e divisão sexual do trabalho com base nos estudos de Helena Hirata (2002), Heleieth Saffioti (2004), Danièle Kergoat (2009), Margareth Rago (2015), foi

propiciada uma continuada práxis pedagógica, com suas decorrentes revisões teóricas e contato com a perspectiva teórica. Nota-se que a ciência clássica, caracterizada por ser branca, masculina, patriarcal, heteronormativa e liberal ainda perdura na composição de currículos, selecionando conhecimentos, em detrimento de outros, que reforçam estruturas piramidais de poder, bem como inferiorizam culturas entronizando um sujeito universal, abstrato, excluindo outros tipos de subjetividades e estilos de vida. Portanto, o problema enfocado, a feminização do trabalho docente é relevante, pois aponta para a necessidade de se desnaturalizar pressupostos, aprofundar concepções divulgadas, que configuram currículos e condicionam a formação humana e profissional.

Também tornou-se importante problematizar a reprodução de valores patriarcais e liberais por meio de práticas sociais e mesmo quando se omite posicionamentos políticos em relação ao patriarcado. Considerando a desvalorização do trabalho docente em relação a outras profissões por ser um campo feminino, conhecer criticamente esta condição é um fundamento para que se possa politizar ações e qualificar a formação inicial e continuada, além de fomentar uma postura emancipatória da mulher nos grupos sociais, família e sociedade.

Durante o processo de estudo buscamos problematizar os exemplos de vida trazidos para ensinar sobre feminização e precarização do trabalho docente. Tais apanágios estão relacionados com o praticismo pedagógico, que desvaloriza a formação intelectual e a práxis pedagógica, desconsidera a relação dialógico-dialética da prática com a teoria, movimentadas pela cultura da pesquisa. Tal abordagem quando acionada inicialmente se afigurou com o risco de aridez e de causar desmotivação.

3. METODOLOGIA

Configuramos nosso processo nas trilhas da pesquisa qualitativa em educação. O minicurso se embasou na modalidade de pesquisa-ação crítica. De acordo com Barbier (2007) e Thiollent (2008), este tipo de pesquisa orienta empregar uma metodologia de articulação do conhecer e agir investigando o saber inicial das

estudantes posto em relação com o saber formal dos pesquisadores, no intuito de um enriquecimento mútuo.

Na pesquisa-ação pesquisadores/as e grupo possuem vivências e interesses comuns. Portanto, a escolha do grupo de estudantes do curso Normal do Colégio Pelotense, se deu por os pesquisadores/as terem uma familiaridade com a temática e serem docentes. Na modalidade crítica não é possível pressupor uma superioridade em relação ao conhecimento, ao contrário, deve-se buscar processos argumentativos e dialógicos no intuito de qualificar uma realidade de interesse comum, ao mesmo tempo que levanta e produz dados, os quais serão sistematizados e embasados na teorização produzida neste campo buscar compreender junto ao grupo inovações no conhecimento. Todo esse processo objetivou a avaliação da comunidade científica, sua validação e posterior circulação de saberes.

Na prática em ação, tivemos uma conversa sobre a intencionalidade do projeto, para propiciar uma visão geral do processo pretendido e envolver a participação de todo o grupo, conhecer as concepções, opiniões e posicionamentos que foram gradativamente registradas pelo grupo. Durante todo o processo instigamos a participação e debate, ao mesmo tempo trazendo conceitos da temática, questionando e comparando com as narrativas das experiências delas. Nesse sentido, entendemos ser necessário um maior espaço para que as alunas relatassem estas experiências, posicionamentos mediando especialmente sobre relações de gênero, feminismo, docência e sobre suas circunstâncias pessoais e profissionais. Depois de um tempo fizemos uma construção coletiva de um mapa conceitual com as concepções originadas da problematização.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No desenvolver das unidades, depois de sistematizar os dados, categorizar e aproximar à luz da fundamentação teórica feminista e do trabalho docente, fizemos uma análise e síntese conclusiva. A partir deste texto criamos apresentação multimídia aberta para permitir às estudantes uma recuperação concentrada do

processo como meio de avaliação formativa e emancipatória. Apesar do caráter revisivo, buscamos incentivar a expressão de novos saberes, diferentes percepções e mudanças de posicionamentos. Nesse sentido, objetivamos fazer um registro projetado buscando tensionar consensos e dissensos. Com isto, pretendemos realizar a avaliação da ação educativa e da investigação.

Considerações finais

Notamos que havia uma boa receptividade com os diálogos, com as problematizações, com os aprofundamentos e com as explicações baseadas na perspectiva teórica feminista e de gênero. Percebemos uma atmosfera de interesse e concordância, confluindo as participações para um sentido mais autobiográfico. Falar de suas vidas, de suas experiências com certa inquietude em relação ao devir profissional.

Em geral, as falas individuais eram bem articuladas, curtas e sensíveis à escuta das outras colegas. Apareceu o assunto da presença das mulheres na sociedade e o comportamento cobrado a elas em relação aos espaços públicos e privados. As comparações com os homens lhes indicavam haver desigualdade e discriminação. O fato de as mulheres receberem menos que os homens para executarem o mesmo trabalho foi considerado como uma injustiça, como algo irracional. O casamento apareceu com frequência, apresentado com uma noção negativa quando se referiam aos pais ou às gerações mais velhas, contudo, ao se referirem aos seus companheiros, aos homens que viviam afetivamente, as alusões eram mais positivas. Apareceu o incentivo deles ao trabalho e aos estudos, a divisão de tarefas. Quanto a isto, muitas relataram que esperam mais que ajuda dos homens, pois é pesado trabalhar, estudar, cuidar dos filhos e da casa. Sobre os filhos, que a maioria disse ter, relacionamos questões sobre desconstrução dos estereótipos de gênero, problematizando determinações de cores e de brinquedos destinados para meninas e meninos.

5. CONCLUSÕES

Na discussão foi citada a situação hipotética, como exemplo, de que se os homens ganham mais com empregos mais importantes,

teriam mais responsabilidades poderiam trabalhar menos em casa. Nesse sentido, pareceu acontecer uma concordância, em que não se deveria capitalizar as relações amorosas e afetivas, e que existem relações em que os homens ganham menos que suas companheiras não havendo prejuízo para sua honra, dignidade e masculinidade. O filme "Sorriso da Monalisa", como elas se referiam, foi constantemente lembrado, por exemplo, no momento em que se discutia os estereótipos femininos, como a sensibilidade e a intuição da mulher, sua vocação para atividades práticas e cuidados domésticos. Viram na postura libertária da professora uma politização, um comportamento ético e solidário, para além do dever profissional institucional. Neste momento trouxemos o conceito de sororidade e o exemplificamos como, de certa forma já estava sendo empregado ao notar a existência em nossos encontros dos cuidados e do reconhecimento do valor com as colegas do grupo, num espaço quase que exclusivo de mulheres. Esta solidariedade e reconhecimento identitário é importante para enfrentar e reverter as diversas formas de violência, preconceito e discriminação com as mulheres. Por fim, acreditamos que foi possível vivenciar práticas científicas produtivas entre sujeitos que evitaram o cientificismo, e demonstraram grande interesse na teorização feminista.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBIER, René. *A Pesquisa-ação*. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

CARRASCO, Cristina. *A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?* In: FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam. *A produção do viver*. Editora SOF. 2002.

HARVEY, David. *A condição Pós-Moderna. Uma pesquisa sobre as origens e mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

KERGOAT, Danièle. *Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo*. In: HIRATA, Helena [et al] *Dicionário crítico do Feminismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

HIRATA, Helena. *Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MARTÍNEZ, Ana Sabate; MOYA, Juana M.^a Rodríguez; MUÑOZ, M.^a Ángeles Díaz. *Mujeres, espacio y sociedad: hacia una geografía del género*. Espanha: editora Sintesis, 1995.

MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina. *A criatividade como princípio funcional da aula: limites e possibilidades*. In: VEIGA, Ilma Passos (org). *Aula: Gênese, dimensões, princípios e práticas*. Campinas, SP: Papirus, 2008.

RAGO, Margareth. *Trabalho feminino e sexualidade*. In: Del Priori, Mary (org). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed., São Paulo: Contexto, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2008.

**EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA:
a construção da autonomia e emancipação de mulheres
assentadas da reforma agrária**

Carla Negretto¹
Márcia Alves da Silva²

¹UFPEl - ka_karllynha10@hotmail.com

²UFPEl - profa.marciaalves@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta contribuições e resultados de uma pesquisa em andamento, que venho me debruçando desde o período da graduação no curso de licenciatura em Pedagogia (UFPEl), como bolsista de extensão no projeto coordenado pela Prof.a e Dra. Márcia Alves da Silva intitulado "*Trabalho Artesanal com Mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST*" e posteriormente no curso de Mestrado em Educação com a dissertação intitulada "*Problematizando a Divisão Sexual do Trabalho em Assentamentos da Reforma Agrária*", iniciada no ano de 2017 pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas que teve como objetivo realizar à análise dos dados coletados durante a caminhada do projeto, descrevendo a realidade concreta de luta, violência, resistência e organização política de 40 mulheres assentadas dos assentamentos da reforma agrária, localizados no interior do município de Pinheiro Machado - RS, denominados assentamentos Alegrias, Campo Bonito, Pinheiro Machado e Santa Inácia, assim como continuar por meio da pesquisa participante um trabalho envolvendo o público masculino adjunto ao feminino, em atividades formativas sobre gênero e a divisão sexual do trabalho visando a transformação social da família e comunidade.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

Historicamente as mulheres camponesas, assim como as mulheres urbanas, sofrem com a desigualdade de gênero e a divisão sexual do trabalho. Silvia Federici (2017), traz importantes contribuições para esse debate. Em seu livro intitulado *Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva* (2017) ela descreve, a partir de uma análise histórica, que a discriminação contra as mulheres na sociedade capitalista não é um legado de um mundo pré-moderno, mas sim uma formação do capitalismo, construída sobre diferenças sexuais existentes e reconstruídas para cumprir novas funções sociais. Com uma breve história das mulheres e da acumulação primitiva, Federici detalhou a construção de uma nova ordem patriarcal, que tornou as mulheres servas da força de trabalho masculina, esse com certeza foi um aspecto importante do desenvolvimento capitalista. Com base nisso, uma nova divisão sexual do trabalho foi aplicada, diferenciando não apenas as tarefas que mulheres e homens deveriam desempenhar, mas suas experiências, suas vidas, sua relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora. Assim, não menos do que a divisão internacional do trabalho, a divisão sexual do trabalho é acima de tudo uma relação de poder, uma divisão dentro da força de trabalho, embora sendo um imenso impulso para a acumulação de capital.

Desse modo, o sistema patriarcal, que reforça a divisão sexual do trabalho, resume a vida de muitas mulheres, à violência, dominação, exploração do trabalho e responsabilidade única pelos afazeres domésticos e pelo cuidado com os filhos. Quando as mulheres falam em violência, por exemplo, não estão apenas se referindo à violência doméstica (física e verbal), mas também a violência patrimonial, haja visto, que desde a 'construção' da história do Brasil, o domínio da terra sempre foi um direito dado aos homens e em grande maioria à homens brancos héteros e cristãos (QUIJANO, 2010). Numa rápida pesquisa nos dados do IBGE (2018) podemos constatar que apenas 13% das terras estão no nome das mulheres, e isso é uma forma de violência formalizada e legalizada pelo sistema patriarcal capitalista que redefiniu papéis e lugares

sociais para homens e mulheres desde o período colonial. Ora, se as mulheres trabalham, cuidam, e produzem o produto excedente, incluindo a elaboração de produtos que são vendidos e geram receitas para a propriedade (seja não transformados, como ovos, pequenos animais, verduras etc.; seja artesanais, como pães, doces, conservas) (KOROL, 2016), porque então, não são reconhecidas como trabalhadoras, como produtoras e como parceira nessa terra? Esse foi uma das primeiras pautas a serem levantadas pelas mulheres, como ação libertadora e como existência contrária ao modelo de família patriarcal. É exatamente nesse momento, que observamos eclodir a luta por emancipação da mulher assentada, ou seja, uma luta por libertação da opressão e dominação patriarcal. No livro *Pedagogia do Oprimido* (1991), Paulo Freire defende uma pedagogia para homens e mulheres se emanciparem, mediante uma luta pela libertação, que só faz sentido se os oprimidos buscarem a reconstrução de sua humanidade e realizarem "a grande tarefa humanística e histórica dos oprimidos - libertar-se a si e aos opressores" (p. 30). Como resultado dessa construção emancipatória, como um eixo que uniu problematização e reflexão, mais da metade das mulheres pesquisadas, perderam o medo, e no decorrer dos meses ousaram denunciar a opressão até então silenciada nas quatro paredes do âmbito doméstico.

3. METODOLOGIA

O projeto teve como propósito inaugural atender a demanda solicitada pelas mulheres agricultoras, de promover oficinas artesanais que viabilizassem a autonomia financeira das participantes, já que muitas delas declararam que mesmo participando ativamente na produção do trabalho que gera ganho para a família, seja o trabalho na propriedade, feiras, arrendamentos de terra etc., não tinham direito igualitário na participação nos lucros, sendo na maioria das vezes, o homem quem decide o destino da renda.

A partir dessa necessidade feminina por autonomia, Paulo Freire (1996) nos ensina que autonomia é um processo de decisão e de humanização que vamos construindo ao longo de nossas vidas, a

partir das inúmeras decisões que tomamos, no qual "a autonomia é um amadurecimento do ser para si, é um processo, é vir a ser" (FREIRE, 2000, p.121). Dessa forma, esse conceito se colocou na tentativa de trazer uma contribuição para os debates de vida e trabalho feminino, buscando problematizar de forma conjunta, as adversidades de vida e de trabalho da mulher rural a partir da implementação de encontros coletivos estabelecidos através de oficinas artesanais.

As oficinas compreenderam uma atribuição significativa para a investigação. O artesanato foi responsável por conseguir reunir as mulheres para discutir pautas importantes ligadas às questões sociais, econômicas e de gênero. O primeiro motivo delas deixarem o trabalho no lote é porque elas gostam de artesanato. A segunda razão, é que através do artesanato elas constituem uma explicação ou justificação pessoal, para disporem de um momento coletivo e feminino só delas. As atividades desenvolvidas formam espaços de construção coletiva, onde as mulheres "se reúnem, trocam notícias, recebem conselhos e formam um ponto de vista próprio - autônomo da perspectiva masculina - sobre os acontecimentos da comunidade" (FEDERICI, 2017, p. 138 apud CLARK, p. 51). Mas existe outro porém, as mulheres gostam de voltar para casa com o produto final desse dia materializado. Essa materialização está na peça artesanal confeccionada. O produto/fruto do dia. Para elas cada peça produzida tem um valor político e simbólico na luta por liberdade.

Para dar conta da necessidade que as mulheres tinham de falar, de denunciar, de ter voz e de ser ouvida nesses espaços, optou-se como ferramenta possibilitadora de comunicação à prática das 'rodas de conversa'. Esse método de ressonância coletiva trouxe uma aproximação entre as participantes, criando um espaço de diálogo, em que todas puderam se expressar de alguma maneira e, sobretudo, escutar as outras e a si mesmas. O objetivo foi estimular ainda mais a construção da autonomia e a emancipação feminina por meio da problematização, da troca de informações e da reflexão para a ação.

As denúncias feitas nas 'rodas de conversa' estavam ligadas diretamente com a divisão sexual do trabalho no campo, seguidas pela naturalização do serviço doméstico e cuidado dos filhos como sendo uma atividade biologicamente feminina e, por conseguinte, sem

valor, por ser um trabalho repetitivo e que não resulta em um produto final. Essa divisão sexual do trabalho está na base social da opressão e da desigualdade. Em primeiro lugar, é preciso destacar que ela é histórica, ou seja, foi sendo constituída, tendo como característica a destinação prioritária dos homens às atividades produtivas (ocupações de forte valor social agregado a domínio e cultivo da terra, comércio, indústria, empreendimentos e política) e a mulheres à esfera reprodutiva (atividades relacionadas a cuidados e afazeres domésticos). Hirata & Kergoat (2007), são muito importantes para sistematizar esse conceito, elas consideram que há dois princípios organizadores da divisão sexual do trabalho. Um deles é a separação, essa ideia que separa o que é trabalho de homens e de mulheres. Outro é a hierarquia, que considera que o trabalho dos homens vale mais do que o das mulheres.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A reflexão sobre o conceito da divisão sexual do trabalho auxiliou as mulheres para conscientização sobre os papéis, as tarefas e os lugares que o corpo feminino experiêcia ao longo da vida, que vão desde o cuidado da casa, educação das crianças, cuidado do lote e as atividades agrícolas. Nos diálogos das rodas de conversa, verificamos que muitas delas, cumprem jornadas duplas e triplas diariamente, pois, além da atividade profissional fora de casa (o trabalho no lote), elas também desempenham várias atividades domésticas. Por séculos as mulheres camponesas têm sido responsáveis pela manutenção e sobrevivência de suas famílias. São elas que, predominantemente, antecipam as atividades no alvorecer do dia, ordenham as vacas, aprontam o desjejum, desadormecem e preparam as crianças para a escola e executam rapidamente o serviço doméstico antes de destinar-se com o companheiro nas atividades do lote. Levam o trabalho reprodutivo de forma produtiva e comunitária, porém ocupam uma esfera privada e invisível, em contraste com as transações econômicas agrícolas consideradas de maior valor e tradicionalmente realizadas pelos homens, como a compra e venda de animais, busca de financiamentos, compra de maquinários e comercialização de grandes quantidades de cereais.

Na divisão sexual do trabalho no campo, cabe a elas (mulheres), a produção de alimentos para o consumo da família, através de pomares e a reprodução de pequenos animais. As mulheres da América Latina são responsáveis por 90% da produção de alimentos da agricultura familiar e tem participação ativa nas atividades relacionados ao processamento, preservação e comercialização desses produtos (KOROL, 2016, p.96, tradução nossa).

Outro fator agravante na problematização do trabalho realizado pelas mulheres agricultoras é o fato de seu trabalho no lote, nos quintais e nas feiras ser subestimado e considerado uma extensão do trabalho doméstico. A problematização sobre essa violência vivida, tendo respaldo nos estudos sobre a divisão sexual do trabalho, foi o segundo passo para organização e o enfrentamento do modelo 'capitalista-patriarcal'. Esses dois elementos centrais capitalismo e patriarcado, ocuparam um espaço importante nesse debate com as mulheres; ao longo dos meses elas compreenderam que o patriarcado é uma concepção que vincula o campo político ao campo econômico, que entende a dominação do campo político com a exploração do campo econômico como fases da mesma moeda. O patriarcado é um sistema de dominação-exploração. Uma hierarquização das relações sociais em que homens tem o direito quase restrito do corpo da mulher, da força de trabalho da mulher e dos produtos do corpo da mulher produz.

Nessa forma de organização capitalista, de dominação x exploração, as mulheres entenderam também que o processo de libertação é um processo que tem que transformar as estruturas, e que ele não acontece individualmente. Indo nessa direção, as mulheres sentiram a necessidade de trazer os homens para esse campo de debate, envolvendo-se com eles numa formação política e numa organização conjunta com outras mulheres na luta por libertação dos processos de dominação patriarcal. Sabemos que a ideologia à violência tem uma base material concreta e essa base material está ligada a centralidade do trabalho, a divisão sexual do trabalho. No campo isso é muito forte, e romper com ela é um processo que demanda um trabalho de base, de formação, mas também de debate político. Só está sendo possível avançar as

fronteiras da violência e da opressão, graças ao engajamento e organização das próprias mulheres. É essa organização que oferece condições para enfrentar os pilares do patriarcado, do sistema que oprime e que domina.

5. CONCLUSÕES

Problematizar a luta feminista pelo viés da Educação Popular e dos estudos Feministas pode ser definida como uma forma transformadora, que liberta o ser humano, atuando contra os efeitos de uma psicologia da opressão, contribuindo para humanização de uma sociedade menos injusta, menos iníqua, menos castradora. A participação ativa das mulheres, seus diálogos, suas trocas de saberes e seus enfrentamentos ao modelo e costumes patriarcais, tem ganhado espaço e propiciado alterações visíveis na forma de ver e viver a vida, educar as crianças e se sentir enquanto ser humana. É certo que para muitas das mulheres pesquisadas a opressão e a desvalorização do trabalho, ainda é uma realidade penosa e difícil de ser mudada. No entanto, elas seguem lutando pela transformação social, pelo empoderamento feminino e para que suas vozes sejam ouvidas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FEDERICCI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17^a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

_____ **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1969.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n.132, p. 595-609, set./dez. 2007.

KOROL, Claudia. **Somos tierra, semilla, rebeldía: Mujeres, tierra y territorios en América Latina.** Investigación realizada con el apoyo de la Fundación Intermon-Oxfam. Coedición: GRAIN, 2016.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** São Paulo: 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

CORPO, GÊNERO E FEMINILIDADE NO ESPAÇO ESCOLAR

Rita de Cássia Quadros da Rosa¹
Valéria Pereira Urguim²

¹*Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) -
ritaquadrosdarosa@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Rio Grande (FURG) -
valeriaurguim@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo, em andamento, é problematizar as normas de gênero que circulam no ambiente escolar e produzem a feminilidade normativa. Tomando como pressupostos teóricos os estudos de gênero e de autoras feministas, na perspectiva pós-estruturalista, compreendemos como feminilidade, um conjunto de atributos e comportamentos produzidos discursivamente. Não há essência ou natureza na feminilidade, pois ela é o produto da delimitação de comportamentos e regras de conduta que circunscrevem a atuação das mulheres à medida que define os papéis que devem ser desempenhados em oposição ao dos homens, que em última análise, são mais valorizados em nossa sociedade (Judith BUTLER, 2003).

As ocupações laborais e os diferentes espaços sociais, são eles próprios generificados. Isso equivale a dizer que cada um deles privilegia um determinado tipo de atributos, os quais são desejáveis para que um sujeito os acesse. Em uma sociedade produzida sobre as bases de uma cultura eurocentrada, as qualidades requeridas para que se ocupe os espaços mais valorizados são aquelas que se entende como masculinas - racionalidade, objetividade, firmeza, força. Assim, a produção de uma feminilidade que se distancia de tais atributos - sensibilidade, fragilidade, maternalidade, delicadeza -

corroborar com a manutenção da subalternidade das mulheres em nossa sociedade.

Como primeiro espaço de socialização dos sujeitos fora da família, a escola desempenha papel fundamental na (re)produção das normas de gênero que compreendem o binário feminino/masculino. As práticas pedagógicas, sejam elas formais ou informais, quase sempre estão pautadas pelo senso comum que reproduz as vivências de gênero dos docentes. Estereótipos e preconceitos cristalizados costumam ditar aquilo que se espera do comportamento de meninas e meninos. Por esta razão e em meio a um contexto social e político no qual os espaços para este tipo de discussão vêm sendo colocados em risco, consideramos fundamental desnaturalizar as normas de gênero no ambiente escolar.

Tendo em vista que este texto é o resultado do trabalho de três pesquisadoras, escrito à três mãos, optamos por redigi-lo na terceira pessoa do singular. E, tendo em vista a frequente invisibilidade que costuma ser conferida às autoras mulheres na academia, escolhemos apresentar citações com prenome nas primeiras menções ao longo deste trabalho, seguindo uma tendência assumida pelas teóricas feministas.

2. NORMAS DE GÊNERO E ESPAÇO ESCOLAR

O que significa "ser mulher" ou "ser homem" pode variar profundamente em contextos históricos e culturais diferentes. Na cultura ocidental, de acordo com Thomas Laqueur (1990), a partir do século XVIII até aproximadamente a metade do século XX, as distinções entre uns e outros eram estritamente atribuídas ao sexo biológico. Este determinismo só começou a ser significativamente questionado quando o termo gênero passou a ser utilizado de forma distinta de sexo. Até então, o termo mulher, era predominantemente empregado como sinônimo de fêmea, designando um corpo da espécie humana. O mesmo se dava em relação ao termo homem, como humano, macho. De acordo com esta diferenciação, pressupunham-se "características inatas" para cada um dos sexos, as quais eram propagadas e reiteradas, sobretudo nos discursos médico e religioso.

De acordo com a historiadora Joana Maria Pedro (2005), mesmo os movimentos feministas do final do século XIX e início do século XX, conhecidos como Primeira Onda, restringiram-se a reivindicar a igualdade de direitos entre mulheres e homens, o direito a votar e ser votada, direito ao estudo, trabalho e herança. Após o final da Segunda Guerra Mundial, a Segunda Onda do movimento feminista direcionou suas reivindicações para o direito sobre o corpo, prazer e contra a autoridade dos homens sobre as mulheres. A publicação de "O Segundo Sexo", de Simone de Beauvoir, na França em 1949, e de "A Mística Feminina", por Betty Friedan, nos Estados Unidos no ano de 1963, apresentavam a ideia de que o conjunto de atributos e comportamentos que significavam ser mulher, haviam deixado de ser entendidos como características puramente biológicas decorrentes, para serem compreendidos como construtos culturais (PEDRO, 2005). Este período marcou o descolamento entre a noção de gênero e a categoria do sexo, muito embora o termo gênero, com o significado que lhe atribuímos hoje, ainda não fosse utilizado pelas autoras.

Importante ressaltar que a luta das mulheres negras em relação às questões de gênero, foi invisibilizada até determinado período histórico. A autora e militante do Feminismo Negro estadunidense, Angela Davis (2017), explica que ao longo da última década do século XIX, após serem repetidamente rechaçadas pelo racialmente homogêneo movimento pelos direitos das mulheres, as mulheres negras formaram seu próprio movimento associativo. Elas definiram como função primordial de sua agremiação a defesa ideológica e militante negras. De acordo com a autora, as lutas das mulheres negras contra a hipersexualização, a subjugação, o racismo e os discursos inferiorizantes que objetivam mantê-las invisíveis e à margem da sociedade, se pautaram no lema "erguer-nos enquanto subimos", na tentativa de atingir a raiz de seus problemas.

Nos anos 80, os movimentos feministas em suas diferentes vertentes, passaram a utilizar o termo "gênero" para se referir à forma como a relação entre os sexos é organizada socialmente (PEDRO, 2005). A historiadora estadunidense Joan Scott (1986), publicou o texto intitulado "Gender: a useful category of historical analyses", no qual retomou a noção de gênero como elemento

constitutivo das relações sociais a partir das diferenças percebidas entre os sexos e as articulou com a noção de poder desenvolvida pelo filósofo francês Michel Foucault (1986). Para Scott, era necessário historicizar e desconstruir os termos da oposição fixa e binária entre os sexos, entendendo-os como fruto de relações de poder que constroem hierarquias de gênero.

A concepção de gênero como categoria de análise, proposta por Joan Scott, permitiu ampliar o estudo da história das mulheres abrangendo não apenas as relações entre mulheres e homens, como entre mulheres e entre homens. Este conceito admitiu refutar o determinismo biológico e problematizar o que de fato significava ser mulher e ser homem considerando o período histórico e a cultura (PEDRO, 2005). Assim, pesquisadores incorporaram novas discussões ao campo dos estudos de gênero, abrangendo temas como masculinidades, feminilidades, homossexualidade e transgeneridades.

Nos anos 1990, o historiador da medicina, Thomas Laqueur, publicou nos Estados Unidos, o livro intitulado "Making sex - body and gender from the greeks to Freud". Considerando as relações entre saber e poder compreendidas por Foucault (1986), e os estudos de Scott (1986), Laqueur (1990) demonstrou como a divisão binária entre os sexos podia ser historicamente localizada. De acordo com o autor, até o século XVIII havia o registro de um único sexo, o masculino ou macho. A mulher ou fêmea, era considerada um "macho incompleto". Até este período a divisão de papéis sociais se dava com base no que Laqueur chamou de "sexo social". Do século XVIII em diante esta concepção foi abandonada, passando a haver registros de dois sexos. Neste período as diferenças entre mulheres e homens foram profundamente acentuadas em função de características biológicas (PEDRO, 2005). Ao contrário de Joan Scott, para quem o sexo biológico situava-se na base das construções de gênero, Laqueur inverteu a relação, afirmando que o gênero era o que constituía o sexo.

Nesta direção, Butler (2003) questionou a forma como a categoria de gênero vinha sendo constituída sobre o sexo biológico. Pressupor a existência de um sexo (natureza) e um gênero (cultura) seria assegurar a binaridade de ambos. Na perspectiva da autora,

não há sentido em definir o gênero como a interpretação cultural do sexo, tendo em vista que o próprio sexo é tomado em seu gênero.

Seriam os fatos ostensivamente naturais do sexo produzidos discursivamente por vários discursos científicos a serviço de outros interesses políticos e sociais? Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado "sexo" seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma. (BUTLER, 2003, p. 25).

Segundo Butler (2014, p. 253), "gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas gênero pode muito bem ser o aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados". De acordo com a autora, a convergência entre sexo e gênero tem o papel manter a norma da heterossexualidade. Essa heterossexualização da sexualidade requer que se institua e se produza oposições bem definidas e assimétricas entre a "fêmea" e o "macho". No entanto, ainda que as normas de gênero atuem na formação do sujeito, mesmo antes de seu nascimento, há sempre a possibilidade de escapar, como nos mostram os transexuais, intersexuais, mulheres com corpos "másculos" e homens com corpos "afeminados".

A possibilidade de subversão das normas de gênero está sempre presente, aliás, o que define e mantém a norma como tal, é o fato de ela ser passível de subversão. A autora Elza Ferreira Santos (2015), cita o caso da "mulher macho" da região nordeste, amplamente registrado na literatura brasileira. Estas mulheres, ao enfrentarem as intempéries da paisagem nordestina, aparecem como se infringissem o código de feminilidade, delicadeza e beleza, uma vez que seu comportamento, sua atuação performativa está em desacordo com os atributos tidos como femininos.

Sendo o gênero performativo, ele se materializa através de atos corporais repetidos e estilizados. Não é nem substância nem um

determinado número de atributos flutuantes, mas o efeito de práticas reguladoras as quais se cristalizam, produzindo o que culturalmente se entende por feminino ou masculino. Sua construção se dá de acordo com certas normas que instituem e sustentam a relação de continuidade e coerência entre sexo, gênero e sexualidade, constituindo uma matriz de inteligibilidade que mantém a heteronormatividade (BUTLER, 2003). O problema em torno desta matriz cultural é que além de perpetuar uma estrutura binária e hierarquizada, ela não contempla toda uma diversidade de possibilidades, exigindo assim, "[...] que certos tipos de "identidade" não possam "existir" - isto é, aquelas que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não "decorrem" nem do "sexo", nem do "gênero" (BUTLER, 2003, p. 39).

Ao tratarmos das características que na nossa cultura compreendem aquilo que somos capazes de reconhecer como feminino, estamos fazendo referência a padrões estéticos e de comportamento. Estes padrões se inscrevem diretamente nos corpos e são produzidos de forma disciplinar pela atuação dos discursos heteronormativos, os quais determinam para as mulheres a construção de uma feminilidade pautada pelo mito da delicadeza e o imperativo do recato. Estes discursos que circulam em todo o tecido social, se fazem presentes no ambiente escolar, por meio dos regimentos, das práticas pedagógicas formais e informais.

O ambiente escolar, de acordo com Tomaz Tadeu da Silva (2013), é o local por onde circulam os conhecimentos escolhidos a partir de uma tradição seletiva, que ao longo do tempo foram se cristalizando como "verdade", mas que em um primeiro momento foram apenas o resultado de uma seleção arbitrária. Estes conhecimentos, nunca neutros, pois são produto de jogos de poder, são impregnados por valores hegemônicos que legitimados como saberes científicos, repercutem na constituição dos sujeitos e em sua maneira de conceber o mundo. Além disso, a instituição escolar costuma a ser o principal espaço de socialização fora da família com o qual os sujeitos têm contato, local este, atravessado por normas raciais e de gênero.

Estas normas atuam de forma coercitiva na produção dos sujeitos sob o padrão comum na normalização. O contato com as

normas de gênero na escola impõe às crianças e adolescentes a prática reiterada de uma estilística definida como apropriada para o gênero ao qual foram designadas, o que inclui a roupa, os gestos, o tom de voz e a forma de arrumar o cabelo, entre outras práticas generificadas (Berenice BENTO, 2011).

Para Davis (2017), o pior crime que o colonialismo cometeu foi o sistema educacional. Isso porque este sistema é usado para ensinar ao povo negro uma atitude de ódio a si mesmo. Para fazê-los abandonar sua história, cultura e valores. Para fazer aceitar os princípios da superioridade branca, destruir a confiança, reprimir a criatividade, perpetuar em nossa sociedade os privilégios e a diferença de classe. Por esta razão, não se pode falar de gênero no espaço escolar, sem levar em consideração as diferentes coerções a que são submetidas as meninas negras.

A escola, como instituição fundamentalmente disciplinar, atua na constituição da estética e do comportamento de meninas e meninos. Entretanto, a continua regulação dos corpos femininos através de normas que determinam o tipo de roupa a ser usada, o comprimento, a forma de arrumar os cabelos, a maneira de sentar, o tom de voz a ser utilizado, os tipos de brincadeiras permitidas e aquelas que são vedadas, atua na produção de uma feminilidade fixa, circunscrita e, em última análise, subalterna em relação à masculinidade.

Estas normas de gênero que circulam no ambiente escolar, definem os papéis que mulheres e homens podem desempenhar na sociedade. São produzidas em meio a jogos de poder e costumam refletir os valores e interesses masculino, branco, heterossexual, cristão e de classe média. Assim, justifica-se convocar escola e sociedade para discuti-los de forma crítica, com vistas a produzir diferentes possibilidades de feminilidades, não limitantes e circunscritas como estas às quais estamos submetidas.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa está inserida no campo dos estudos de gênero, e nela procuramos discutir sobre feminilidade no ambiente escolar. Partimos do pressuposto de que a constituição dos sujeitos se dá no

âmbito da linguagem e dos discursos. O corpus discursivo a partir do qual nossas análises se desenvolverão, será a fala de docentes de uma escola de ensino fundamental do município de Lajeado - RS. A produção dos dados se dará através de entrevista semi-estruturada, a qual conterá quatro questões norteadoras: (1) O que você tem a dizer sobre as vestimentas adequadas para o ambiente escolar?; (2) O que você tem a dizer sobre o tipo de brincadeiras ideais para as meninas e meninos? (3); Na sua opinião, como as meninas devem se portar no ambiente escolar?; (4) Em termos de aprendizagem e interesse pelos estudos, você considera que existe alguma diferença entre meninas e meninos?

No que se refere à entrevista como método de coleta de dados, Sandra dos Santos Andrade (2012) esclarece que tomando como referência a perspectiva contemporânea, que compreende a análise da conversação, da antropologia, da sociolinguística e dos estudos culturais, a entrevista pode ser ressignificada tomando toda a interação como objeto de análise. Desta forma, de acordo com a autora, é possível abandonar os cânones iluministas de verdade, objetividade e atemporalidade. Nesta direção, é possível pensarmos nas entrevistas como jogos de linguagem, como documentos produzidos em determinado contexto cultural e histórico, entre entrevistadora e entrevistada. Tais documentos adquirem significado ao serem analisados a partir de determinado referencial teórico.

Todas os participantes deste estudo serão esclarecidos sobre o mesmo, assinarão o termo de consentimento livre e esclarecido e terão suas identidades preservadas. As entrevistas serão gravadas e transcritas para problematização através das ferramentas foucaultianas de análise discursiva.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, S. S. A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucey Alves,(organizadoras). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 173-194, 2012.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 549, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Editora Record, 2003.

BUTLER, J. Gender regulations. **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 249-274, 2014.

DAVIS, A. **Mulheres, cultura e política**. Boitempo Editorial, 2017.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

LAQUEUR, T. W. **Making sex**: Body and gender from the Greeks to Freud. Harvard University Press, 1990.

PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, Franca, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742005000100004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 21 out. 2018.

SANTOS, E. F. Gênero, poder e subjetivação: compreensões a partir da leitura de Mecanismos psíquicos del poder: teorías sobre la subjeción. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 3, p. 52-63, 2015.

SCOTT, J. W. **El género**: una categoría útil para el análisis histórico. 1986.

SILVA, Tomaz Tadeu. Currículo, conhecimento e democracia: as lições e as dúvidas de duas décadas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 73, p. 59-66, 2013.

**CHANACOMCHANA E A CONSTRUÇÃO
DE IDENTIDADE LÉSBICAS:
imprensa alternativa enquanto meio de educação não-formal na
década de 1980**

LARISSA PINTO MARTINS¹

¹Universidade Federal do Rio Grande

www.larissa.pmartins@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A educação formal não consegue demonstrar todas as formas de ser e existir no mundo, ainda mais quando para isso é preciso fugir de uma heterossexualidade compulsória naturalizada em nossa sociedade. Dessa forma, cabe então buscarmos um novo meio de educação para criarmos novas possibilidades para a construção de identidades. Neste sentido, podemos entender a educação não-formal como Maria da Glória Gohn quando afirma que 'a educação não-formal é aquela que se aprende "no mundo da vida", via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas' (GOHN, 2006, p. 28).

Durante o período de abertura política dentro da ditadura civil-militar brasileira, surgiram diversos folhetos, boletins e jornais conhecidos como imprensa alternativa que trabalhavam em forma de militância e resistência a um período marcado pela censura. Nesse sentido, Karina Janz Woitowicz (2014) argumenta que neste período as experiências dos grupos feministas e de mulheres apontavam cada vez mais para a necessidade de criar um discurso próprio, capaz de fazer questionamentos e promover mudanças, com isso, criaram uma nova estratégia de educação feminista, resgatando uma história das mulheres, formando assim jornais como "Brasil Mulher", "Mulherio" entre outras imprensas alternativas que para além da militância

feminista, produziram boletins mais específicos como é o caso do *Chanacomchana*, que trabalhava para um público não somente feminista como também homossexual.

Sendo assim, utilizando a imprensa alternativa produzida na segunda metade do século XX, com um enfoque especial nos boletins *Chanacomchana* o presente trabalho visa entender como estes auxiliaram na educação não-formal e na construção de identidades lésbicas em um período marcado pela censura e pela moral e "bons costumes". Uma vez que em suas edições apresentavam diversas formas de o que é ser uma mulher lésbica e feminista, e como o machismo e os estereótipos de gênero são prejudiciais não só as mulheres como também aos homens.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

Esta proposta de pesquisa insere-se nos estudos sobre Educação Não-formal. Nesse sentido, tornam-se fundamentais as contribuições de Maria da Glória Gohn, ao designar a educação não-formal como sendo:

Um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia. (GOHN, 2006, p. 28)

Neste caso, a imprensa alternativa utilizada para esta pesquisa serve como um meio de educação não-formal já que ao escreverem o *Chanacomchana* suas autoras, integrantes do Grupo

de Ação Lésbica-Feminista (GALF) preocupavam-se em auxiliar suas leitoras a interagirem política e socialmente assumindo uma identidade lésbica. Outra preocupação presente nos boletins era problematizar temas tabus na sociedade para demonstrar às suas leitoras novas possibilidades de leituras sobre determinado assunto.

Segundo Gohn, o termo educação não-formal algumas vezes é usado de forma errônea como sinônimo de educação informal. O elemento fundamental de diferenciação entre ambas é a intencionalidade, pois, na educação não-formal as práticas são desenvolvidas com objetivos específicos voltados a formação e capacitação dos indivíduos (GOHN, 2006, p.2). O pensamento de Gohn (2006) se torna interessante para este trabalho uma vez que aponta que a educação não-formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Fazendo assim com que sua finalidade seja abrir as janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais.

Para construir identidades lésbicas, precisamos entender como estas mulheres se reconheciam e assim entender como formaram suas identidades com o auxílio dos boletins *Chanacomchana*. Judith Butler (2016) argumenta que o gênero já está destinado socialmente ao corpo, a sexualidade também é pré-constituída socialmente. No entanto, Foucault nos ajuda a:

"analisar as práticas pelas quais os indivíduos foram levados a prestar atenção a eles próprios, a se decifrar, a se reconhecer e se confessar como sujeito de desejo, estabelecendo de si para consigo uma certa relação que lhes permite descobrir, no desejo, a verdade de seu ser, seja ele natural ou decaído." (FOUCAULT, 1984 p.11-12)

Nesse sentido, Foucault nos ajuda a compreender como as próprias lésbicas constroem suas identidades enquanto donas de si, o que para esta pesquisa se torna importante, pois assim podemos concluir que a educação não-formal, baseada nos boletins *Chanacomchana*, foram essenciais para a construção de identidades lésbicas durante o período de suas publicações.

3. METODOLOGIA

Através de uma análise qualitativa, este trabalho visa através da imprensa alternativa, analisar jornais e boletins da segunda metade do século XX, com um enfoque especial no *Chanacomchana* justamente por ser a mídia voltada a mulheres lésbicas da época, assim como demais imprensas alternativas ligadas a feminismo e ao movimento homossexual, para então encontrar novos instrumentos de pesquisa que demonstrem a construção de novas identidades.

Conforme Maria Helena Capelato (1988), "a reconstrução das lutas políticas e sociais através da imprensa tem sido o alvo de muitas das pesquisas recentes. Nos vários tipos de periódicos e até mesmo em cada um deles encontramos projetos políticos e visões de mundo representativos de vários setores da sociedade" uma vez que "o confronto das falas, que exprimem ideias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos. [...] Os jornais oferecem vasto material para o estudo da vida cotidiana. Os costumes e práticas sociais, o folclore, enfim, todos os aspectos do dia-a-dia estão registrados em suas páginas" (CAPELATO, 1988: 34). Para estudar como os boletins *Chanacomchana* serviam enquanto um recurso de educação não-formal, é fundamental que se entenda toda essa não neutralidade presente no boletim.

Sendo assim, através de uma análise qualitativa dos boletins é possível identificar como as autoras articulavam um debate com as leitoras sobre a importância de assumir uma identidade lésbica perante a sociedade, Podemos perceber também, em publicações de cartas de leitoras nos boletins, que as mesmas utilizavam dele para se apoderar enquanto lésbicas feministas, assim como repassavam os jornais para que suas amigas também tivessem acesso a tão importante debate.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em todas as edições do Chanacomchana são apresentadas variadas formas de o que é ser lésbica, ser feminista, e como o machismo e os estereótipos de gênero são prejudiciais a todas as mulheres, e também aos homossexuais. Conseguimos, assim, identificar no decorrer das publicações do boletim, que várias leitoras acabavam identificando-se e reconhecendo-se enquanto lésbicas e feministas, comprovamos isso através de reportagens escritas pelas próprias leitoras, assim como, em cartas que foram publicadas no boletim nas quais declararam a importância do Chanacomchana por ser o único meio representativo que abordava de fato as necessidades e vivências lésbicas.

Foi constatado também que havia uma ampla circulação destes boletins por todas as regiões do Brasil, e que através de uma coluna intitulada "troca de cartas" as próprias leitoras conseguiam entrar em contato umas com as outras não apenas para um possível flerte, mas também como uma rede de apoio entre mulheres lésbicas.

5. CONCLUSÕES

O presente trabalho faz parte de minha pesquisa de dissertação que ainda está em andamento, no entanto, com resultados parciais, a pesquisa vem comprovando que a hipótese de que os boletins Chanacomchana serviram de ferramenta para a construção de identidades lésbicas. Sua relevância enquanto pesquisa acadêmica busca visibilizar parte da história de um determinado grupo que por muito tempo foi silenciado e esquecido.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 11^o ed.

CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988

GOHN, M. da G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Revista Ensaio-Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro: 14, n. 50, p. 11-25, 2006.

WOITOWICZ, Karina Janz. A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: Imprensa feminista e práticas de ativismo. In **Revista de Estudos em Jornalismo e Mídia - Santa Catarina**, Vol. 11, nº1, p.104-117, jan. e jun. de 2014.

AVENTURAS E DESVENTURAS NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NO CAMPUS LAGES

Profa. Ms. Ana Maria M. Roeber

Instituto Federal Santa Catarina/Campus Lages-
anamaria.martins@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a relatar as experiências vivenciadas desde a criação da Comissão de Direitos Humanos do Campus Lages, em fevereiro do corrente ano. A referida comissão foi criada a partir da adesão do IFSC [Instituto Federal Santa Catarina] ao **Pacto Universitário pelos Direitos Humanos**, lançado pelo MEC em 2017. As instituições de ensino de nível superior foram convidadas a aderir ao programa e o IFSC aceitou o desafio. A instituição formou um comitê central, responsável por traçar as linhas gerais do plano e apresentou, ainda em 2017, o plano de trabalho, conforme orientação do MEC e os documentos norteadores. De acordo com o Documento Norteador, o pacto tem como objetivo "Promover iniciativas de respeito à diversidade e ao enfrentamento do preconceito, da discriminação e da violência no ambiente universitário, por meio do desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e de proteção e promoção dos direitos humanos nas IES (Ministério da Educação, 2017)". Ainda de acordo com o documento, "[...] as IES desenvolvem atividades nos eixos de Ensino, Pesquisa, Extensão, Gestão, Convivência, de acordo com a identidade e possibilidades de cada IES signatária. Pode ser em apenas 1 eixo ou em todos".

No início de 2018, os campus foram convidados a participar e foram formadas as comissões locais, responsáveis por realizar ações locais de conscientização da comunidade acerca do tema direitos

humanos. Desde então, desenvolvemos uma série de ações, envolvendo servidores e alunos e a comunidade externa, com vistas a promover o debate e implementar a educação em direitos humanos, com "o respeito ao outro, reconhecendo as diferenças, respeitando a diversidade, enfrentando todas as formas de preconceito e discriminação, em uma relação dialógica entre toda a comunidade" (Ministério da Educação, 2017).

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

Direitos humanos diz respeito a um conjunto de direitos internacionalmente reconhecidos, como os direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam individuais ou coletivos, que se referem à necessidade da igualdade de direitos, defesa da dignidade humana, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades.

A nossa Constituição Federal associa o objetivo da educação com o pleno desenvolvimento da pessoa e o preparo para o exercício da cidadania, conforme o art. 205: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Sendo assim, não basta a indispensável qualificação para o mundo do trabalho, o educando também precisa ser formado para a vida, para a convivência, visando o seu pleno desenvolvimento como pessoa.

Importante então delimitar o papel da Educação em Direitos Humanos à luz dos objetivos constitucionais do pleno desenvolvimento da pessoa. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) postula que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Art. 1º).

É, então, pelos processos formativos dados cotidianamente em interação social nos espaços públicos e privados, que a identidade de cada um é constituída, com o aprendizado advindo do

reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades. A formação de cada identidade só é possível na interação com o outro, delimitando a importância de exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos no nosso marco normativo, e que regulam a vida em sociedade na perspectiva da cidadania. Por exemplo, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação é um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil (Art.3º da Constituição Federal).

No entanto, como implementar uma educação em direitos humanos em uma instituição de ensino técnico e pensamento historicamente tecnicista, onde a formação humana é vista como algo complementar? Derrubar esse paradigma tem sido nosso primeiro desafio, enquanto comissão.

3. METODOLOGIA

Acreditando que o primeiro passo para instituir uma educação em direitos humanos seja instrumentalizar os professores e demais servidores, organizamos evento de capacitação no campus, com a participação de convidados/as representantes de associações da comunidade externa. Considerando a realidade de Lages e do Brasil e os altos índices de violência contra a mulher, elegemos o tema para dar início aos trabalhos. A mesa redonda palestra intitulada "Direitos humanos - a mulher em foco" foi parte das atividades de formação obrigatória realizadas no semestre e teve boa aceitação por parte da comunidade.

Em sequência à atividade com os servidores, foram realizados encontros com os/as alunos e alunas do campus para discutir o tema direitos humanos, tendo a mulher como foco. A atividade teve ótima aceitação e evidenciou a necessidade de serem criados esses espaços de discussão.

Outro tema explorado foi o do suicídio, durante a programação do *Setembro Amarelo*. Foram realizadas palestras aos alunos e servidores, rodas de conversa com profissionais, atividades com filmes, entre outras.

A comissão esta organizando a I Semana dos Direitos Humanos do Campus Lages, em novembro. Durante o evento haverá atividades diversas, englobando a temática dos direitos humanos e seus subtemas, como por exemplo as questões da mulher e dos negros.

A comissão pretende ampliar as suas atividades e criar um grupo de estudos em direitos humanos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados alcançados até agora evidenciam que há um longo caminho a seguir, no que concerne a implantação de uma educação em direitos humanos. O pensamento tecnicista, tão enraizado na instituição, e um dos principais obstáculos, ao relegar a formação humana a uma posição secundária.

No entanto, se por um lado fica evidente a resistência, por outro percebe-se que os estudantes almejam espaços para a discussão de temas tão relevantes a sua formação. Dai a importância do papel da comissão.

5. CONCLUSÕES

Apesar da resistência a quebra de paradigmas que o trabalho da comissão represente e fundamental que esse trabalho continue e que possamos contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e humana.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Constituição Federal**. Acesso em 21 outubro. 2018. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>

BRASIL. Presidência da Republica. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Acesso em 21 outubro. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, Cultura da Paz e Direitos Humanos**. Acessado em 21 outubro. 2018. Online. Disponível em: <http://edh.mec.gov.br/pacto/>

**OFICINA DE DIVERSIDADE:
problematizando as relações de gênero no ambiente escolar**

Patrícia Trindade
*Universidade Federal de Pelotas -
p_trindade@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte da pesquisa de dissertação que vem sendo construída no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel- Fae). O estudo tem como objetivo geral problematizar os efeitos educativos que a Oficina de Diversidade, que trabalha com temáticas que abordam questões de gênero, produziu nos/nas estudantes participantes em uma escola pública de tempo integral do município de Rio Grande, Rio Grande do Sul, e como objetivos específicos identificar as seguintes características do grupo que frequenta a Oficina: nível de escolarização, idade e gênero; Identificar as temáticas abordadas na Oficina; Analisar como a abordagem do debate sobre a temática gênero é construída na Oficina; Analisar como essa compreensão se relaciona com as práticas pedagógicas e os modos de ser desses sujeitos; Analisar como as docentes e os/as discentes percebem o debate das relações de gênero no espaço escolar. O referencial teórico ancora-se nos Estudos de Gênero aproximando-se do pós-estruturalismo de Guacira Louro, Joan Scott, Simone de Beauvoir, Dagmar Meyer e Judith Butler. A metodologia da pesquisa tem como base a etnográfica.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

Há uma variedade de tentativas de conceituar o termo gênero. Aqui o objetivo não é de consumir toda a bibliografia

existente sobre o tema, mas apresentar alguns pressupostos dos estudos e da compreensão de diversos estudos e estudios@s e militantes deste campo, que colaboram com a pesquisa.

Estudiosas brasileiras como Guacira Lopes Louro (2003) e Heileieth Saffioti (1994) muito contribuíram para os estudos de gênero. Para Louro (2003) a construção dos gêneros e das sexualidades, as quais se dão através de "inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e „culturais“, ou seja, é um processo minucioso, sutil, sempre inacabado" (LOURO, 2003, p. 18).

Nesse sentido Louro (2003) destaca que com o aprendizado de gênero e sexualidade:

Aprendemos a viver o gênero e a sexualidade na cultura, através dos discursos repetidos das mídias, da igreja, da ciência e das leis e também, contemporaneamente, através dos discursos dos movimentos sociais e dos múltiplos dispositivos tecnológicos. As múltiplas formas de experimentar prazeres e desejos de dar e de receber afeto, de amar e de ser amado/a são ensaiadas e ensinadas na cultura, são diferentes de uma cultura para outra, de uma época ou de uma geração para outra (p. 22-23).

Heileieth Saffioti (1994), por sua vez, afirma que gênero é uma construção social, ou seja, para estudar gênero é preciso analisar a formação de mecanismos sociais, os quais são designados comportamentos referentes ao masculino e ao feminino. Para a autora, a discussão da igualdade entre os gêneros nas relações sociais é essencial. Diante disso, "não se trata de se buscar qualquer outra igualdade fora do campo social, na medida em que isto levaria, inexoravelmente, a uma essência masculina e a uma essência feminina" (SAFFIOTI, 1994, p. 271). De acordo com a autora, essas diferenças entre os masculinos e os femininos são uma "face da identidade", e, sendo constituído no processo sociocultural, sofre transformações ao longo da história (SAFFIOTI, 1994).

Buscando uma relação desses estudos ao espaço escolar Louro (2003) aponta para algumas atitudes da escola como instituição que distingue os sujeitos, separando-os, hierarquizando-os e ordenando-os como adultos e crianças, católicos e protestantes, ricos e pobres,

meninos e meninas, constituindo uma relação dual, ou seja, fortalecendo os opostos e perpetuando relações de poder já existentes. Desta forma, a escola tem a função de também generificar, "a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz" (LOURO, 2003, p. 80-81).

Com base no exposto acima, propus nesta pesquisa investigar como a escola pesquisada vem trabalhando essa temática, com o objetivo de problematizar os efeitos educativos que a Oficina de Diversidade, a qual trabalha com a temática de gênero no espaço escolar, produz nos estudantes participantes desta ação. Considerando a escola como um espaço constituído e atravessado por representações de gênero, ao mesmo tempo em que (re) produzem e/ou significam essas representações, com atividades do cotidiano que, querendo ou não, constituem-se em atividades pedagógicas implicadas na produção das identidades de gênero. Conforme Louro (2003),

Da arquitetura aos arranjos físicos; dos símbolos às disposições sobre comportamentos e práticas; das técnicas de ensino às estratégias de avaliação; tudo opera na constituição de meninos e meninas, de homens e mulheres - dentro e fora da escola (uma vez que a instituição "diz" alguma coisa não apenas para quem está no seu interior, mas também para aqueles/as que dela não participam), (p. 91).

Louro (2003), ainda enfatiza que ao focar no caráter social não há a intenção de negar a biologia, mas sim considerar que as características biológicas também são construídas social e historicamente. Colocando o debate no campo do social, reconhecendo que através dele se constroem, e se reproduzem, as relações (desiguais) entre os sujeitos.

Simone de Beauvoir (2009), em sua frase célebre "Ninguém nasce mulher, torna-se mulher" - *O segundo Sexo* - salienta que não nascemos simplesmente homens e mulheres, mas que nos tornamos homens e mulheres, nos constituindo ao longo do tempo, de acordo com o que nos é ensinado no meio em que vivemos, através de muitas perspectivas que vão sendo criadas para que nos tornemos o que somos (ou desejamos ser). Tal frase esteve presente em uma das

questões do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM/2015) - tema da redação que se referia a manutenção social da violência contra a mulher - causando certa polêmica na época, neste contexto, na extensão cultural, em meio a polêmicas, que os estudos de gênero, ligados às causas feministas destacam que o ser mulher e o ser homem têm variações distintas na sociedade.

Scott (1995) e Louro (2003) partilham do mesmo conceito de gênero, como uma categoria relacional, ou seja, que ele deva ser compreendido dentro de uma lógica que envolve o masculino e o feminino.

Em contrapartida, algumas perspectivas de análise ancoram suas justificativas sobre as desigualdades entre homens e mulheres às características biológicas de ambos, onde cada um possui um papel na sociedade determinado pelo seu corpo: a mulher de gerar e o homem de prover. Neste sentido, foram sendo construídas as identidades sexuais e de gênero que atingem homens e mulheres desde a infância, produzindo significações que interpelam a constituição destes sujeitos. Sobre isso Ribeiro (2002) esclarece que,

Desde a mais tenra idade, conforme o sexo com o qual os sujeitos nascem tais sistemas de significação ensinam tipos de comportamentos, brincadeiras, vestuários, desejos, valores, atitudes, prazeres, entre outros atributos sociais que, ao serem inscritos nos corpos, definem a sexualidade e as próprias pessoas (p. 24).

Refletindo a partir desse excerto, gênero pode ser considerado como produto do trabalho da cultura, da sociedade sobre a biologia. Linda Nicholson (2000) em seu artigo Interpretando o Gênero, vai destacar que a concepção do relacionamento entre biologia e socialização torna possível o que segundo ela pode ser descrito como "porta casacos" da identidade, ou seja, o corpo sendo visto como uma espécie de cabide, em que são jogados diferentes artefatos culturais, especificamente os relativos a comportamento e a personalidade. Neste sentido Nicholson tem contribuído significativamente para pensarmos no entendimento do corpo biológico como algo complexo que está dentro de uma cultura e de uma história.

Sobre gênero, Joan Scott em seu texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, publicado originalmente em 1986, nos define que é a construção social que uma dada cultura estabelece ou elege em relação a homens e mulheres, compreendendo-o em duas perspectivas que estão ligadas entre si: "(1) um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e (2) gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder" (1995, p. 86), que fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. Para Scott (1995), este elemento constitutivo que se refere acima, pode ser observado (a) nos símbolos culturalmente invocados por uma sociedade; (b) nos conceitos normativos que interpretam esses símbolos e que usualmente estão expressos nas doutrinas religiosas, educacionais, científicas, políticas ou jurídicas e tornam a forma típica de uma oposição binária fixa; (c) nas instituições sociais e na própria organização social e (d) por fim nas identidades subjetivas, ou seja, „nas maneiras pelas quais as identidades de gênero são realmente construídas“ pelos sujeitos concretos.

Scott (1995) conclui que gênero é uma percepção sobre as diferenças sexuais, hierarquizando essas diferenças dentro de uma maneira de pensar engessada e dual. Ela não nega que existem diferenças entre os corpos sexuados. O que interessa a ela são as formas como se constroem significados culturais para essas diferenças, dando sentido para elas e, conseqüentemente, posicionando-as dentro de relações hierárquicas, uma vez que o gênero é construído sobre a base da percepção da diferença sexual, e também, uma forma primária de dar sentido às relações de poder.

A abordagem de Scott me auxilia a compreender também o campo escolar como um espaço onde as relações de gênero também são construídas e reconstruídas durante o processo educativo, onde, inclusive, as representações e estereótipos de acordo com o sexo são reforçados, sendo esta uma "construção social que uma dada cultura estabelece ou elege em relação a homens e mulheres, que fornece um meio de decodificar o significado e compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana" (SCOTT, 1995, p.89), a escola como instituição de ensino tem um

papel importante durante este processo. Contudo, devo estar ciente dos aspectos que dizem respeito à identidade de gênero, tendo em mente que as diferentes sociedades ao traçarem o que constitui o masculino e o feminino, mesmo que subjetivamente, também vão criando alguns estereótipos que se multiplicam e são incorporados.

Diante disso, analisar e problematizar as diferentes instâncias onde a educação acontece se mostra de extrema relevância para que possamos "propor intervenções que permitam modificar, mesmo que minimamente, as relações de poder de gênero vigentes nas sociedades e grupos em que vivemos" (MEYER, 2004, p.15-16), a exemplo de intervenção, a Oficina de Diversidade que a escola vem realizando.

3. METODOLOGIA

A pesquisa teve a criação dos dados de análise através da metodologia de inspiração etnográfica. Esteban (2010) apresenta algumas características e definições da pesquisa etnográfica: descrição de um modo de vida; descrição de cenários e grupos culturais intactos; arte de descrever um povo ou cultura; estudo descritivo da cultura de uma comunidade. Além disso, segundo Esteban (2010), a pesquisa etnográfica caracteriza-se por ser circular e emergente, sujeita a ocorrências que não foram planejadas, o que exige reformulações ao longo do próprio processo de pesquisa. Para Angrosiano (2009, p. 16), a etnografia é definida como o estudo de um povo, do homem no sentido coletivo. Já Godoy (1995, p.29) salienta que, "O trabalho de campo é o elemento mais característico da pesquisa etnográfica. O pesquisador deve ter uma experiência direta e intensa com a situação em estudo, visando à compreensão das regras, costumes e convenções que orientam a vida do grupo sob observação".

Diante disso, utilizei dois instrumentos: diário de campo e entrevistas com as professoras que ministram a Oficina. Já de posse dos dados que emergiram durante as observações das Oficinas de Diversidade e das entrevistas com as professoras que realizaram as atividades, criei dois eixos problematizadores que trataram das temáticas: Violência contra a mulher e Mulheres que fizeram

diferença no esporte. Cabe destacar, que a Oficina de Diversidade foi realizada em uma escola pública do município de Rio Grande/RS, durante o primeiro trimestre letivo foi ofertada para os/as alunos/as dos 7º e 8º ano do Ensino Fundamental e no segundo trimestre para os/as estudantes dos 4º, 5º e 6º anos também do Ensino Fundamental.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como a pesquisa encontra-se em fase de finalização tecerei aqui, alguns resultados parciais das análises encontrados até o momento. O eixo problematizador que aborda a temática: Investigando sobre a temática: violência contra a mulher apresentou que ao realizarem um debate que utilizou como material a análise de letras de músicas como funk, sertanejo e samba; realização de dramatizações, análise de documentários que abordavam a violência contra a mulher proporcionou aos estudantes participantes um efeito educativo de que pensamento reflexivo ao que se refere como as mulheres são descritas. A Oficina de Diversidade me fez perceber, que o movimento que esta prática vem realizando na escola possibilita uma forma de resistência frente aos discursos contrários para que este diálogo não ocorra no espaço escolar, uma maneira de acabar com o patriarcado, o machismo, o sexismo e com a violência contra a mulher.

Já a oficina oferecida aos alunos/as do 4º, 5º e 6º ano, que trabalhou a temática Mulheres que fizeram a diferença no esporte aponta para o que a Cúpula das Nações Unidas indica, isto é, o desenvolvimento sustentável de alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, neste sentido esta temática da oficina, da Oficina de Diversidade colaborou diretamente com este objetivo, pois ao oportunizar este debate para os/as alunos/as mostrou que a máxima "mulher não sabe jogar bola" foi construída socialmente através de diferentes discursos sexistas, e que uma boa pesquisa pode indicar o contrário, isto é, que as meninas e mulheres apresentam sim um bom desempenho, comprometimento e habilidades não só no futebol, como em outras modalidades esportivas. Sobre isso a professora Ana destaca que "eu percebo a

importância que essas discussões surtem nas gurias. A última oficina que a gente fez sobre violência contra a mulher ficou muito forte nos depoimentos delas, o quanto isso mexeu com elas, então para mim é importante trabalhar essas questões em função do que a gente propicia para elas, do se repensar, do pensar as suas atitudes, o seu próprio posicionamento na sociedade"

5. CONCLUSÕES

Conforme salientado anteriormente, esta pesquisa ainda se encontra em fase de finalização, por isso não apresentará nesta esta escrita às conclusões.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGROSINO, M. *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2009.

ESTEBAN, M. P. S. *Pesquisa qualitativa em educação*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GODOY, Arilda Schmidt. *Pesquisa qualitativa tipos fundamentais*. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun, 1995.

LOURO, Guacira Lopes. (2003). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 5. ed. Petrópolis, RJ. Vozes.

MEYER, Dagmar. *Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais*. Revista brasileira de enfermagem. Brasília. Vol. 57, n. 1 (jan./fev. 2004), p. 13-18

NICHOLSON, Linda. (2000). Interpretando o gênero. In: Revista Estudos Feministas. Florianópolis, vol. 8, n.2: p. 09-41. PEDRO, Joana Maria. (2005).

RIBEIRO, Paula Regina Cost. Inscrevendo a Sexualidade: discursos e práticas de professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental. 2002. 125f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas: Bioquímica), Instituto de Ciências Básica da Saúde, Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth B. Posfácio: conceituando gênero. In: SAFFIOTI, H. & MUNHOZ-VARGAS, M. (Org.). Mulher brasileira é assim. Rio de Janeiro/Brasília, Rosa dos Tempos/UNICEF, 1994, p. 271-283.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez, 1995.

GT 2: DIVERSIDADE SEXUAL E SUAS INTERSECCIONALIDADES NA EDUCAÇÃO

Coordenação: Luciano Pereira dos Santos
(Sociólogo e Cientista Político, Mestre e Doutorando em Educação)

Compreendendo o ambiente escolar como espaço de construção, reprodução e desconstrução de concepções e identidades, atravessado por embates e conflitos que permeiam as performatividades de gênero, a proposta deste Grupo de Trabalho é discutir e problematizar os diversos modos de subjetivação engendrados nas intersecções de classe, gênero e raça/etnia com as identidades lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual e intersexual na relações escolares.

Nesse sentido, estamos entendendo as identidades LGBTI, bem como outras possibilidades de existência não-normativas, enquanto performatividades que desestabilizam/interpelam e atravessam os discursos/entendimentos dominantes e/ou heteronormativos.

No entanto, de forma mais pontual e emergencial, queremos tomar o que acontece no interior das escolas em suas múltiplas cotidianidades, como foco desta proposta. Propor um espaço como este significa para nós um investimento na ampliação dessas discussões, de forma que estamos abertos a diferentes perspectivas teórico-metodológicas que tomam as práticas e experiências educativas, as redes de sociabilidades e afetivas nos espaços e instâncias educativas das escolas como temáticas e interesse de discussão.

A REFRAÇÃO DA REALIDADE HOMOFÓBICA BRASILEIRA ATRAVÉS DO JORNALISMO: O CASO BRUNA

Piero Dutra Vicenzi

Universidade Católica de Pelotas
pierovicenzi@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A cada 19 horas a homofobia faz uma vítima no Brasil. O dado é resultado de um monitoramento anual realizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB). Em 2017, a pesquisa registrou o maior número de casos em 38 anos: 445. Se comparados ao ano anterior, os crimes motivados por homofobia aumentaram 30%, três vezes mais que há 10 anos atrás.

A partir desse panorama, o presente trabalho surge a fim de identificar como o jornalismo refrata a realidade homofóbica do país, uma vez que o monitoramento citado acima é realizado através de notícias. Para conferir caráter local, tem por objeto de estudo a notícia de assassinato da travesti Bruna, publicada no jornal Diário Popular, em julho de 2017.

Portanto, a pesquisa se propõe a responder à pergunta: "Como a construção da notícia do assassinato da travesti Bruna, do jornal Diário Popular, refrata na construção da realidade homofóbica brasileira?" Com objetivo geral de analisar essa influência e refração da homofobia pela mídia, mais especificamente, pelo jornalismo.

Além disso, o trabalho ainda se propõe a identificar valores-notícia no texto noticioso; descrever como o jornalismo é capaz de construir a realidade; entender como o gênero se constrói e é compartilhado socialmente e denunciar a realidade homofóbica do país.

Ainda vale ressaltar que a pesquisa está em andamento e se

refere ao trabalho de conclusão do curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pelotas (UCPel).

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

Para viver em sociedade, o ser humano segue normas "pré-estabelecidas" de conduta, em outras palavras, modos de ser e estar no mundo. Essas "regras" são consideradas reais e se relacionam com diversas instituições sociais. A definição e construção da realidade (que torna essas "regras" reais) e sua relação com o jornalismo (uma instituição social) serão apresentadas na perspectiva de Peter L. Berger e Thomas Luckmann (2014), em diálogo com João Carlos Correia (2009) e Mikhail Bakhtin (2003). A primeira parte do trabalho também insere a notícia, principal produto do jornalismo contemporâneo, no "real" através dos autores Nelson Traquina (2005) e Miquel Rodrigues Alsina (2009).

Berger e Luckmann consideram a "realidade" como uma "qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos terem um ser independente da nossa própria volição" (2014, p. 11), ou seja: não podemos desejar que não exista. Assim, a vida cotidiana se apresenta como "uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido na medida em que forma um mundo coerente" (p. 35). Dentro desse contexto, destacam um mundo composto por múltiplas realidades. Nelas, a realidade da vida cotidiana se apresenta como a "realidade por excelência", organizada em torno do "aqui e agora" [aspas dos autores] de um corpo e momento presente. Por isso, a realidade da vida diária é apreendida como uma realidade ordenada.

A realidade da vida cotidiana aparece já objetivada, isto é, constituída por uma ordem de objetos que foram designados como objetos antes de minha entrada na cena. A linguagem usada na vida cotidiana fornece-me continuamente as necessárias objetivações e determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida

cotidiana ganha significado (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 38).

Do mesmo modo, Correia (2009) defende, sob ponto de vista analítico, a compreensão do mundo social como uma realidade objetiva, isto é, exterior ao sujeito. Baseada nas ações individuais, ou intenções subjetivas, o autor confere aos símbolos a mediação da apreensão da realidade. Para ele, a objetividade é produto de uma intersubjetividade tornada possível pela linguagem (p. 51), considerada por Berger e Luckmann como o sistema de símbolos mais importante da sociedade humana. Estamos constantemente envolvidos por objetos que proclamam intenções subjetivas, e, assim, a expressividade humana se manifesta em produtos que estão ao nosso dispor - responsáveis por criar objetivações (p. 52). Até porque, "todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem" (BAKHTIN, 2003, p. 261).

Em um segundo momento, o trabalho parte para discussões de gênero e sexualidade, centradas na teoria queer, a fim de compreender como tais conceitos também são socialmente construídos. Sobre tal, autoras como Judith Butler (2016) e Guacira Lopes Louro (2004) defendem a construção dos processos de identidade no interior da linguagem e do discurso, assim como o pensador pós-estruturalista Michel Foucault (1979, 2014).

Nessa lógica, Louro defende que, para inscrever nos corpos essas identidades de gênero e sexualidade, é posto em prática um trabalho pedagógico "contínuo, repetitivo e interminável" (2004, p. 16). O que reforça a ideia de Butler da identidade como um processo sem fim e um dever, pois a mesma é constantemente construída através do efeito de instituições, discursos e práticas. Assim, os corpos são nomeados a partir da ideia do sexo como um dado anterior à cultura, "com caráter imutável, a-histórico e binário" (p. 15).

Ou seja, através desse trabalho e ideia, se pressupõe que o sexo vai determinar o gênero e induzir uma forma de desejo. Então o sujeito se vê obrigado a obedecer às normas que regulam sua cultura. Do mesmo modo, para Foucault (SPARGO, 2017) a sexualidade é uma categoria construída na vida humana, com

origens históricas, culturais e sociais - e não biológicas. Assim, o autor também considera o papel das instituições e dos discursos na construção da identidade sexual.

Mas, ainda conforme Louro, há quem subverta e desobedeça a essa sequência, ou seja, os sujeitos de sexualidades desviantes - homossexuais, bissexuais, travestis, transexuais e drags (2004, p. 7). E são esses sujeitos, que ousam se construir como queer em espaços de normas regulatórias, que expõem com maior clareza como essas normas são mantidas. Esses sujeitos confrontam as noções mais básicas sobre sexo, gênero e sexualidade e as oposições entre homem e mulher, heterossexual e homossexual, por exemplo.

Um estudo da origem da constituição do sujeito presume que sexo e gênero são efeitos, e não causas de instituições, discursos e práticas. Em outras palavras, são as instituições, os discursos e as práticas que criam e causam os sujeitos ao determinar o sexo, sexualidade e gênero desses. Por isso, para Butler, o sujeito não é um indivíduo, mas uma "estrutura linguística em formação" (SALIH, 2018, p. 11). Essa ideia significa, então, que as identidades podem ser reconstruídas sob formas que desafiem as existentes estruturas de poder.

A partir de tais conceitos expostos, o trabalho parte para questões de construção de gênero, com objetivo de entender melhor as definições da teoria queer. Butler (2016) defende a ideia de que a identidade é um constructo performativo, assim "os domínios da 'representação' política e linguística estabeleceram *a priori* o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados" (p. 18), ou seja, somos reconhecidos enquanto sujeitos através do resultado de nossas representações. E nos diferentes contextos históricos, o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente. O gênero é cristalizado, ou melhor, solidificado a ponto de parecer estar aí o tempo todo. Conforme argumenta Butler, é um "processo que não tem origem nem fim, de modo que é algo que 'fazemos', e não algo que 'somos'" (SALIH, 2018, p. 67).

Portanto, podemos pensar em gênero como os significados culturais assumidos por um corpo sexuado. Sendo

corpo entendido como um instrumento ou “meio com o qual um conjunto de significados culturais é apenas externamente relacionado” (BUTLER, 2016, p. 30). Mesmo assim, esses significados só existem em relação a outro significado oposto - neste caso, reforça o caráter binário entre homem/mulher, por exemplo. Então, o gênero é um ato que faz existir aquilo que ele norteia. Assim, construímos identidades de gênero na linguagem, o que significa dizer que não há identidade de gênero que preceda a linguagem, logo a linguagem e o discurso é que fazem o gênero. Da mesma forma, não existe um “eu” fora da linguagem, já que consideramos a identidade uma prática significativa e os sujeitos efeitos dos discursos. Nesse sentido, a identidade de gênero é *performativa*.

A revisão bibliográfica da pesquisa se encerra com a apresentação de conceitos sobre a construção da sexualidade, apontados por Foucault (1979, 2014), juntamente com as consequências sofridas pelos sujeitos que se propõem a subverter as “normas sociais”. Em suma, essa construção de identidades na linguagem não permite que sejamos donos de nossas próprias palavras, pois o falar é sempre de um “estranho” através de nós e no nosso lugar. Em outras palavras, não escolhemos livremente nossa identidade; tais características estão alocadas na sociedade de modo intrínseco, disponíveis aos sujeitos se acomodarem. Desse modo, não só nos construímos na linguagem, como a utilizamos e somos utilizados por ela, através de condições de poder ambivalentes ao “eu” e “nós”.

3. METODOLOGIA

O trabalho se constitui de pesquisa com abordagem qualitativa, de natureza teórica. Com objetivo exploratório, pretende elucidar e descrever a problemática da realidade homofóbica brasileira. Para contemplar tal objetivo, será realizado um estudo de caso através da análise do texto noticioso do jornal Diário Popular do assassinato da travesti Bruna, publicado em 9 de julho de 2017. Também, será traçada comparação entre técnicas de redação com o texto em questão,

bem como, analisada a influência destas na invisibilidade da realidade homofóbica brasileira.

Questões sobre construção social da realidade, jornalismo, técnicas de escrita jornalística e gênero compõem a revisão bibliográfica da pesquisa. Também, análise do objeto de estudo de caso (texto noticioso do jornal Diário Popular), onde será traçado paralelo com as teorias da Construção Social da Realidade (BERGER; LUCKMANN, 2014), Teorias do Jornalismo (TRAQUINA, 2005) e Teoria Queer (BUTLER, 2016; LOURO, 2004).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, até o presente momento, a revisão bibliográfica foi concluída. A análise do objeto de estudo será realizada em seguida, mas, importante ressaltar os dados observados até então, uma vez que serão utilizados na análise. Pôde-se perceber que, tanto aquilo que chamamos realidade, quanto as nossas identidades como sujeitos, são construídas através da linguagem - sendo esta, um sistema de símbolos.

Do mesmo modo, assumimos identidades geneirificadas e a tendência é que um "padrão", nomeado por Butler como heterossexualidade compulsória, seja seguido. Porém, há sujeitos que subvertem tal padrão e comprovam o caráter construído das identidades e dos gêneros.

A relação com o jornalismo aparece através da notícia, entendida como "uma representação social da realidade cotidiana, produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível" (ALSINA, 2009, p. 299). Uma vez que o jornalista, ao assumir um papel institucionalizado, adota uma conduta interpretativa dos acontecimentos e, ao transmitilos, constrói mundos possíveis - visões e interpretações sobre um fato.

Nesse sentido, podemos entender que tanto a realidade, quanto o jornalismo, o sujeito, gênero e sexualidade relacionam-se através da linguagem. Portanto, ao adotar termos comuns aos

cidadãos, em consonância com os "padrões" sociais, o jornalismo refrata uma realidade socialmente construída e institucionalizada.

5. CONCLUSÕES

Até o momento, a conclusão obtida, conforme mencionado acima, foi a relação entre os conceitos propostos na pesquisa através da linguagem. Além disso, essa visão da linguagem destaca um processo permanente de negociação, regulação e sentido - considerado algo em constante formação e alteração. Uma vez que é possível experimentar a realidade em diferentes graus de aproximação e distância, espacial e temporalmente. Nesse sentido, a linguagem é capaz de se destacar da realidade por comunicar significados que não são expressões diretas de um "aqui e agora".

Até porque a linguagem favorece interações entre os sujeitos e, assim, tipifica as experiências, o que permite agrupá-las em categorias para o sujeito e seu semelhante. Em outras palavras, além de construir e perpetuar as "normas" sociais, a linguagem tipifica e cristaliza esses padrões, ou seja, regula a nossa vida em sociedade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALSINA, Miquel R. **A Construção da Notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**: seguido de: A influência

do Jornalismo e Os jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1997.

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade.

10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CORREIA, João Carlos. **Teoria e Crítica do Discurso Noticioso**: notas sobre jornalismo e representações sociais. Covilhã: LabCom, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LOURO, Guacira L. **Um Corpo Estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SAPARGO, Tasmin. **Foucault e a teoria queer**: seguido de *Ágape e êxtase*: orientações pós-seculares. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SOBRAL, Adail. **Do dialogismo ao gênero**: as bases do pensamento do círculo de Bakhtin. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

TEIXEIRA, M. **O tuíte jornalístico**: um diálogo sobre gêneros discursivos, jornalismo e novas mídias. 2016. 218 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas. 2016.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

ESCOLA, CURRÍCULOS E HOMOLESBOTRANSFOBIA: algumas impressões

Claudia Penalvo¹

Treyce Ellen Goulart²

Marcio rodrigo Vale Caetano³

¹ *Universidade Federal do Rio Grande - claudiapenalvo@gmail.com*

² *Universidade Federal Fluminense - treyce.ellen@hotmail.com*

³ *Universidade Federal do Rio Grande - mrvcaetano@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Esse texto foi produzido a partir da dissertação do mestrado desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande (PPGEdu/FURG) e defendido em março de 2015.

Buscamos, aqui, compreender como o tema da homolesebotransfobia abordado na formação continuada em gênero e sexualidade para professoras/es das escolas públicas desdobrou-se nos currículos, aqueles experimentados nos cotidianos das escolas dos sujeitos dessa investigação. Para tanto, seguimos como referencial teórico as contribuições de autoras/es que propõem problematizar a educação a partir de uma corrente de pensamento crítico e da Filosofia da Diferença.

A homolesebotransfobia, em linhas gerais, relaciona-se a atitudes de violência (física, psicológica, simbólica) e atitudes de interdição, controle e vigilância de comportamentos sexuais não-heterocentros e/ou não representados pelos padrões identitários de gênero. Assim, toda a pessoa que sair do padrão é alvo de intervenção.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

Para Tomaz Tadeu da Silva (2007) e Miguel Arroyo (2011), currículo vai além dos escritos em documentos oficiais, as leis e orientações governamentais. Currículo é um campo de lutas em torno da significação e da identidade, reproduz as estruturas sociais, portanto, espaço de poder. Currículo é território político, resultado de um processo de construção social, resultado de uma seleção de conhecimentos e saberes a serem apresentados e estudados/aprendidos no campo da Pedagogia à escola. Por isso, evidencia a necessidade constante de problematizá-lo, sob pena dos conhecimentos universalizados por ele não se constituírem enquanto experiência e sentido para os sujeitos da prática educativa: estudantes e profissionais da educação. Os currículos que se realizam no cotidiano, são um dos mais eficientes instrumentos das intervenções produtivas de escritas normativas, são verdadeiras "incisões" na carne, nos corpos (CERTAU, 1993), E, por meio deles, construímos visões, muitas vezes binárias sobre o ser masculino e feminino, sobre os gêneros. A oposição binária entre o homem e a mulher contribui à essencialização do gênero e nos estrutura psiquicamente. O gênero não só marca os sexos, mas também marca a percepção de todo o restante: o social, o político, o religioso, o cotidiano (LAMAS, 1994).

E é nos aspectos que engendram as redes excludentes que emerge o questionamento sobre a exclusão de lésbicas, gays, pessoas com vivências trans e todas aquelas que fogem ao padrão heterocentrado esperado pela escola. Por isso, é importante refletirmos de forma ampla, abrangendo conceitos como sexismo, heterossexismo, androcentrismo e heteronormatividade, pois conforme apontou Keith D. da S. Braga (2014, p. 182) "a homofobia atua juntamente a um processo contínuo de produção de corpos masculinos e femininos centrados na heterossexualidade e supremacia do homem". A partir de um homem branco, heterossexual, urbano e cristão. Processo esse que ocorre através de atitudes, percepções e violações de direitos e representações que buscam naturalizar e impor a heterossexualidade. A

homoslesbotransfobia vai além de aspectos psicológicos, de violências contra pessoas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, trans e travestis). Embasa-se em “valores, mecanismos de exclusão, disposições e estruturas hierarquizantes, relações de poder, sistemas de crenças e de representação, padrões relacionais e identitários, todos voltados a naturalizar, impor, sancionar e legitimar” (JUNQUEIRA, 2009, p. 375) a sequência sexo-gênero-sexualidade, cujo foco é a heterossexualidade.

Por isso, independentemente do entendimento que se tenha sobre currículos, os mesmos estão implicados em relações de poder e transmitem visões sociais particulares e interessadas. Dessa forma, estão envolvidos com a produção de identidades individuais e sociais particulares. Todo e qualquer currículo tem história que o vincula a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação. Eles acabam por influir nos corpos, fatalmente. Assim, o conhecimento que constitui os currículos está entranhado, envolvido no que somos, no que nos tornamos (CAETANO, 2011). Essas tecnologias pedagógicas ensinam e regulam corporalidades, produzem modos de subjetividades e arquitetam formas e configurações de estar e viver na sociedade. Considerando como pressuposto de que as práticas pedagógicas se configuram na mediação com o/a outro/a, ou com os/as outros/as, e é esse outro que oferece às práticas seu espaço de possibilidade. Entretanto, observa-se que essas práticas podem funcionar como espaço de resistência e de reverberação de múltiplas dominações; portanto, como um espaço viciado de contradições. “As práticas pedagógicas revelam o outro da relação educativa. O outro pode/deve, muitas vezes, resistir e não entrar no jogo proposto pela prática pedagógica”, aponta Maria Amélia S. Franco (2015). E a compreensão/enfrentamento dessas resistências configuram à pedagogia um papel fundamental.

E a educadora estadunidense e feminista negra bell hooks (2013) nos traz reflexões sobre a prática pedagógica que busca se reinventar e fortalecer populações a resistirem a valores colonizadores ou dominantes, ou seja, a educação que atua como

prática da liberdade. Para ela é importante a constância e a coragem em desafiar o modo como se costuma pensar os fazeres pedagógicos. E traz, a pedagogia transfronteiriça, como um modo de construir pontes a partir da admissão de diferenças e assimetrias variadas, como raça, classe social, gênero, por exemplo. Essa pedagogia ensina de um jeito que respeita e protege estudantes, as/os quais são participantes ativas/os na criação de condições necessárias para que o aprendizado possa ocorrer de modo profundo e íntimo.

Complementando essa ideia, Sílvio Gallo (2008), ao falar sobre educação a partir dos escritos de Gilles Deleuze, nos apresenta o conceito de educação menor. E a define como um processo educativo comprometido com transformações no *status quo*, sendo um ato de resistência e de militância, o qual ocorre além ou aquém das políticas públicas em educação; é um ato de singularização; agindo em nome de um coletivo e em um processo que não tem fim. Se apresenta na/no profissional de vive a vida de suas/seus estudantes e, a partir do diálogo, busca construir conteúdos com significado e sentido, produzindo possibilidades e mostrando que o que importa é fazer conexões, pontes e rizomas.

Entendemos que sexualidade é uma das dimensões do ser humano que envolve gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, afeto e reprodução. É experimentada ou expressada em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, atividades, práticas, papéis e relacionamentos. Além do consenso de que os componentes socioculturais são críticos para a conceituação da sexualidade humana, existe uma clara tendência, em abordagens teóricas, de que a sexualidade se refere não somente às capacidades reprodutivas do ser humano, como também ao prazer. É a própria vida. Envolve nosso corpo, nossa história, nossos costumes, nossas relações afetivas, nossa cultura. É o modo como nos relacionamos com as pessoas, com o mundo, com o trabalho e conosco. Pensando dessa forma, podemos dizer que a sexualidade ancora nosso modo de ser e estar no mundo.

Elba S. de Sá Barreto (2013) afirma que há necessidade de questionarmos de forma mais profunda as práticas culturais

das escolas, quando pensamos na diversidade como matriz dos currículos. Visto que, numa proposta integralizadora, de respeito à diferença, para que os direitos dos segmentos discriminados historicamente sejam reconhecidos de forma plena, todas as disciplinas escolares e o trabalho de todas/os as/os docentes necessitam de sensibilização e modificação. E essa atitude de mudança "está intimamente ligada ao processo que permite aflorar a identidade docente" (BARRETO, 2013, p. 223).

3. METODOLOGIA

As questões apresentadas aqui são pensadas a partir das contribuições da Filosofia da Diferença desenvolvida por Gilles Deleuze (2013), Gilles Deleuze e Felix Guattari (2007), e que Suely Rolnik (2007) aponta sobre a possibilidade de utilizar a cartografia como um modo de entender o que se apresenta sobre homoesbotransfobia, escola, formação de professoras/es, políticas públicas, mesmo que numa cartografia se possa apenas marcar caminhos e movimentos, com outros tempos e intensidades, a partir da análise das linhas, dos planos e dos devires. A "Filosofia da Diferença" foi utilizada, ainda, pelo fato de não excluir possibilidade alguma: tudo o que se apresenta em uma situação/pesquisa pode e merece ser utilizado, pois é entendido que faz parte do contexto. Sendo, dessa forma, uma escolha político-metodológica de entendimento de determinado contexto, de inclusão e de busca por alternativas ou saídas. E esse entendimento no contexto de escola e homoesbotransfobia é algo de grande valor na busca de possibilidades de saídas.

Como caminho metodológico, realizamos rodas de conversa em três escolas Públicas Municipais de Ensino Fundamental dos municípios de Rio Grande e São José do Norte-RS, e análise de documentos, ou seja, os textos utilizados em formações sobre a temática. A cada escola foi dado um nome fictício com o objetivo de manter o anonimato das mesmas e com isso preservá-las respeitando suas memórias, histórias e sujeitos. Diante da ideia que os currículos e PPP se entrecruzam de sentidos, buscamos aprofundar questões quanto ao Projeto Político Pedagógico - PPP

- e as dimensões da formação continuada que se fizeram presentes nos currículos escolares.

A participação era por adesão, ou seja, as/os profissionais fizeram parte das discussões de forma livre, por interesse próprio. A escolha das escolas, onde ocorreram as rodas, se deu em função de verificação realizada de que seriam os estabelecimentos onde houve maior participação em cursos Gênero e Diversidade na Escola(GDE) e Gênero e Diversidade Sexual(GDS) oferecidos pela FURG. Gravamos as rodas de conversa, com autorização das/dos participantes, para que pudéssemos analisar os conteúdos do que foi discutido nos encontros. Após, fizemos as transcrições para analisarmos as discussões e todos os nomes das/os participantes foram alterados.

Optamos por trabalhar inspirados pelas provocações cartográficas com roda de conversa. As rodas de conversa, conforme Afonso e Abade (2008), promovem a reflexão sobre o cotidiano a partir de um ambiente em que o diálogo se faz presente. Seu principal objetivo é a construção da autonomia do pensamento por meio da problematização de questões, da socialização dos saberes e da reflexão voltada para a ação. Envolve troca de experiências, conversas, discussão e divulgação de conhecimento entre as pessoas participantes. O grupo vivencia e dá a palavra final, apesar de ter dinamizadores. As rodas de conversa funcionaram com duplo papel: de um lado, nos permitiu dados circunscritos aos temas dessa investigação; de outro, nos evidenciou as ausências de espaços nas escolas ou práticas pedagógicas das formações continuadas de discussão, problematização e troca de saberes.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A feminista estadunidense bell hooks (2013) aponta que existe uma diferença entre a educação como prática da liberdade e a educação que trabalha para reforçar a dominação. A educação como prática da liberdade, chamada por essa autora como Pedagogia Radical ou Engajada, valoriza e reconhece a presença

de todas/os na sala de aula, demonstrando isso por meio de práticas pedagógicas. Tal proposta equivale a criar um espaço onde docentes possam falar sobre o que estão fazendo, como estão fazendo e por que atuam de determinada maneira e não de outra. Assim, a prática do diálogo é cada vez mais necessária para a criação de estratégias e alternativas de atuação em sala de aula. A autora americana nos chama a atenção, ainda, para os hábitos de ser e modos de viver dentro e fora da escola. O hábito denuncia a dificuldade em mudarmos as estruturas existentes, porque a norma vigente é a repressão para a manutenção do *status quo*. Assim sendo, necessitamos refletir sobre nossas vidas para fazermos a mudança.

Em uma roda de conversa ocorrida numa escola em questão surgiu o tema homolebotransfobia, conforme se vê a seguir:

K: "Também assim, ó, há um número grande, pelo tamanho da comunidade, é um número grande de homossexuais na comunidade na vila em geral: homens e mulheres. Então é bem normal, eles vão numa festa e eles convivem na noite com meninas namorando com meninos namorando, não fica aquela coisa gritante, é a realidade da comunidade".

Para esse grupo, o fato de ter diversos homossexuais na comunidade auxilia para que a homofobia não se instale nas relações na escola, promovendo a harmonia entre as pessoas. Essas falas podem suscitar, ainda, a possibilidade de negação literal ao dizerem que não existe esse problema. Também surge uma "ausência do outro" (JUNQUEIRA, 2009, p. 386), uma negação de dano na tentativa de neutralizar a iniquidade do fenômeno homofobia e, dessa forma, subestimar os efeitos provocados nas vidas das pessoas consideradas não heterossexuais. Fato similar aconteceu em outra escola, quando perguntadas se havia algum caso de homofobia na escola houve um silêncio entre o grupo, e, após, uma das participantes relatou que

D: "... uma coisa que eu tenho observado muito da influência da novela, o personagem Félix, eles têm usado muito a expressão "sai pra lá, Félix", entre os meninos. Então, conteúdo assim propriamente não fiz nada, mas conversamos, né".

Porém, ao não falar abertamente sobre a situação acaba por invisibilizar a violência entre eles. Isso pode reforçar o fato da heterossexualidade não precisar provar sua existência, pois ela se dá por direito e é indiscutível, até prova em contrário, segundo Jose A. Cosme, Guadalupe Delgado e José M. Tapia (2006). Esses autores entendem que a homofobia é um artefato cultural e a cultura é o nível onde se elabora a discriminação e que se opera a partir de práticas específicas. E os processos que nos permitem vê-la são a construção de gênero e da identidade masculina, conforme a situação apresentada na fala da professora na roda de conversa acima.

Vale apontar que a prática de individualizar, de personalizar as situações é presente nas rodas de conversa, como podemos ver em outras falas

X: "Agora quando ela citou o exemplo de uma menina aqui que volta e meia é chamada de macaca e a gente tem esse problema, por exemplo, esse problema acontece de tempos em tempos com os mesmos que pegam no pé dela, porque... se eles falarem isso hoje, a T chama o pai, conversa, resolve aquele problema por um certo tempo. ou a gente cada um vai fazer isso cada um na sua área... daqui a um tempo volta de novo".

B: "Geralmente, trabalho quando surge o problema, trato de acordo com aquela problemática..."

Essa prática de respostas individualizantes como sendo os "casos" acaba por não tratar dos problemas como algo do coletivo, do social e promove uma despolitização das questões estudadas nesse trabalho. Ocorre o que é apontando anteriormente: o retorno dos problemas para o cotidiano escolar.

A tensão faz-se presente nas discussões entre as professoras quando provocadas a respeito do acúmulo de trabalho e vida pessoal, posicionando-se positivamente frente às formações continuadas que participam e que, por outro lado, existe o acúmulo de funções, de responsabilidades. Este cenário, que não pode ser analisado desconectado da cena global descrita anteriormente, de acordo com o que nos diz uma professora,

também interfere diretamente na saúde física e psicológica das profissionais.

G: "Cada vez mais o sistema está fazendo com que aumente as horas aula do profissional da educação, isso aí é falado em cursos que a gente faz, eu faço uma matéria do mestrado lá em Pelotas e eles falaram isso e eu nem tinha me dado conta disso, que cada vez mais massificam a gente, estão massificando e isso aí é formação, mas aumenta o número de horas, aumenta o teu cansaço físico, emocional, psicológico, aglomera um monte de coisa".

As professoras também apontam tensões diárias com seus/suas alunos/as e suas famílias sobre temas os mais sensíveis, como podemos ver a seguir de uma das participantes:

T: "... Então eu trabalho muito com o... e estou sempre movimentando eles, não deixo criar laços de afinidades para ficarem só... "ah, só ele é meu amigo, o outro não porque ele é diferente"... é uma batalha... às vezes os pais "ah, mas ela é menina e não pode ficar com o fulaninho"; "mãe, eu sou a professora, sei o que estou fazendo, eu acho que o espaço dela é com todo mundo, eu não estou vendo se ela é menina ou menino. Também a minha prática, eu sou a única na minha escola que faço fila única, ...então é tudo misturado, é menino e menina...".

Essa professora é uma mulher negra que se assume como tal e tem uma prática diferenciada e reconhecida pelas/os demais colegas de trabalho. Na roda de conversa as demais participantes fizeram referência direta ao trabalho executado pela professora e pediram para que ela contasse o que e como faz. O que nos leva a pensar que suas atitudes podem fazer o alunado e, conseqüentemente, suas famílias, a ver e perceber indivíduos e grupos, no caso homens e mulheres, desmistificados de representações resultantes de estereótipos e de preconceitos geradores de sistemas de crenças por meio dos quais se produzia e se legitimava relações de força extremamente assimétricas, como aponta Rogério Junqueira (2009). Trabalhando dessa forma, está proporcionando o convívio com a diversidade, podendo representar o aprofundamento do conhecimento do

outro e de si mesmo, a partir do encontro, do diálogo e da desmistificação de construções sobre o outro e sobre nós mesmos.

Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli reforçam esse pensamento de reconhecimento e de valorização das diferenças, tão fundamental para a militância feminista, pois assim criam-se regras e "normas que garantam o respeito e mesmo espaços e recursos para a afirmação das identidades dos indivíduos" (2014, p. 150).

5. CONCLUSÕES

O neoliberalismo, enquanto marca da governamentalidade moderna, se utiliza de estratégias de governo das mais variadas. Seguindo esse raciocínio, a educação é um dos campos privilegiados de investimento, e as tecnologias educacionais utilizadas estão encharcadas do modelo que marca o que deve ser ensinado ou não. Portanto, não existe neutralidade na educação. A escola está impregnada por intenção, por vontade e desejo de um determinado modelo de cidadão e cidadã.

As narrativas interessantes para a pesquisa denotam que no espaço escolar a homofobia ainda é um tema sensível e está engendrada com outras problemáticas, como racismo e classismo, e muitas vezes não é percebida. Apontam, ainda, para a necessidade de as formações continuadas estar diretamente ligadas ao cotidiano escolar, contribuindo para uma (re)significação dos fazeres pedagógicos.

É necessário, contudo, que se faça presente uma ação política, ou seja, irmos além da investigação dos modos de viver. É crucial imprimirmos o produto das invenções subjetivas no cotidiano das relações sociais; no caso, nas relações sociais na escola. Cabendo a complexa tarefa de acolher a diferença como parte integrante da vida. Entendendo diferença a partir da qual o outro, em movimentos de diferenciação e na dimensão mais viva, possa existir sem ser reduzido a um executor de normas universalizadas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro

AFONSO, M. L.; ABADE, F. L. **Para reinventar as rodas: rodas de conversa em direitos humanos**. Belo Horizonte: Recimam, 2008.

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ- Vozes, 2013. 376 p. CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994. DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998. 184 p. GALLO, Sílvio. **Deleuze e a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. 104 p.

_____; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. São Paulo: 34, 1995. 96 p.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013. 283 p.

LAMAS, Martas. **Cuerpo: diferencia sexual y género. Debate feminista**. Vol. 10 (sep. 1994).

SILVA, Tomaz T. da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**.

2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina; Editora UFRGS, 2007. 247 p.

Capítulo de livro

BARRETTO, Elba S. de Sá. Políticas de currículo e políticas docentes para a educação básica. In: MARTINS, Angela M (et al). **Políticas e gestão da educação: desafios em tempos de mudanças**. Campinas: Autores Associados, 2013. p. 217-242.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 31-46.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In. (org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 13-51.

_____. Educação e homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. In. (org.).

Diversidade sexual na educação:

problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 367- 444.

MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 93-107.

Artigo

FRANCO, Maria Amelia Santoro. **Práticas pedagógicas de ensinar-aprender: por entre resistências e resignações**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. 3, p. 601-614, jul./set. 2015. http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702_2015_07140384. Acessado em 10 de maio de 2018.

COSME, Jose Arturo; SÁNCHEZ, Guadalupe Delgado; TAPIA, José Manuel. Homofobia y salud. In: Salud Probelam. **Nueva Epoca**. Año 11, n.20, enero-junio, 2006, Julio- diciembre, 2006. Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco. p. 35-51.

Tese/Dissertação/Monografia

BRAGA, Keith D. da S. **Homofobia na escola: análise do livro de**

ocorrência. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2014.

CAETANO, Marcio R. V. **Gênero e sexualidade**: um encontro político com as epistemologias de vida e os movimentos curriculares. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

**GT 3: ARTE E LITERATURA NA PERSPECTIVA
DE GÊNERO E DIVERSIDADE**

Coordenação:

Prof. Dr. Paulo Gaiger (Docente do Centro de Letras / UFPel)

Profa. Dra. Renata Kabke Pinheiro (Docente do Centro de Letras /
UFPel)

Este GT aborda as mais diversas manifestações artísticas, como a pintura, a escultura, o teatro, a dança, a música, o cinema e a literatura a partir da perspectiva de gênero e da diversidade, de forma a aprofundar o debate sobre essas questões no mundo da arte.

Os trabalhos buscam enfatizar esse tema em pesquisas e/ou relatos de experiências que contribuam para a utilização da arte como forma de empoderamento das mulheres e de reflexão sobre a diversidade.

A CRÍTICA DE JUDITH BUTLER AO SUJEITO DO FEMINISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA UMA TEORIA LITERÁRIA FEMINISTA

Jade Bueno Arbo

UFPEl - jade.arbo@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Fruto da efervescência do feminismo de segunda onda, surgem nos Estados Unidos e em outras partes do mundo os *Women's Studies*, a partir dos quais se vê um influxo crescente de vozes femininas e feministas nos mais diferenciados campos do saber, primariamente interessadas em acabar com a invisibilidade das mulheres nos campos do conhecimento acadêmico (JAGGAR & YOUNG, 2005). A partir de uma perspectiva de feminismo como epistemologia, são realizadas intervenções importantes tanto na Filosofia, com o surgimento da Filosofia Feminista, por exemplo, quanto no da Literatura, com o resgate de obras de autoria feminina (EAGLETON, 2003).

Essa entrada do ativismo feminista na academia, marco da terceira onda do feminismo, traz consigo e teoriza discussões que já aconteciam na esfera prática, transformando-as em um corpo denominado Teoria Feminista, que discorre sobre conceitos como "mulher", "sexo", "gênero" etc. Estes temas são todos pontos de tensão tanto para a teoria quanto para qualquer prática feminista, na medida em que o significado de "feminismo", bem como a pauta e o sujeito desse feminismo, estão em constante discussão e releitura.

Isso quer dizer que uma Teoria Literária Feminista, da mesma forma que uma Crítica Literária Feminista, ao sustentar-se em ideias - constantemente em debate - de "mulheres", "feminino", "feminista", está invariavelmente imbricada nos conflitos entre teorizações feministas fora da área específica da literatura,

acompanhando, respondendo e sendo informada por seus desdobramentos.

Quando Judith Butler (2016) - inserida em uma discussão acalorada entre o essencialismo, antiessencialismo e essencialismo estratégico que acontecia principalmente a partir dos anos 1980 entre as teóricas feministas, e subsidiada por uma tendência pós-estruturalista e desconstrutora Derridiana de seu tempo - tece sua crítica à noção de "mulheres" como o sujeito do feminismo, ela apresenta um desafio teórico e metodológico para a teorização feminista em diversas áreas do saber, incluindo a Literatura.

Tendo em vista que o sujeito do feminismo que informaria a teoria literária feminista está em constante discussão, principalmente após os anos 1990, o presente trabalho pretende-se um exame desses pontos de convergência e conflito entre Teoria Feminista e Teoria Literária que geram teorias literárias feministas, buscando responder aos seguintes questionamentos: 1) De que forma a teoria feminista vem interagindo, desde sua inauguração, com a teoria literária? e 2) qual o impacto da crítica de Judith Butler ao sujeito do feminismo na teorização literária feminista?

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

Partindo do pressuposto de Sarah Gamble (2006), que aponta que, embora seja possível categorizar o feminismo com uma luta por igualdade, "nunca houve uma pauta de consenso universal para o feminismo" (p. viii), entende-se aqui que o Feminismo não se constitui de uma corrente teórica una, e sim em diversas perspectivas, ora divergentes, ora convergentes, que interagem entre si, desafiando-se, desconstruindo-se e reconstruindo-se umas às outras.

No presente trabalho, as discussões acerca do sujeito do feminismo estão fundamentadas principalmente na análise realizada por Judith Butler em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2016), onde Butler estabelece que o feminismo, ao presumir "mulheres" como o seu sujeito político, não representa politicamente um coletivo de sujeitos pré-discursivos, e sim o produz, gerando múltiplas recusas por sujeitos - que não se identificam com tal sujeito político construído - e de sujeitos - na

medida em que acaba por rejeitar aqueles que não considera em sua definição de "Mulher".

Para traçar um breve histórico de como a Teoria Literária Feminista interagiu com e dependeu da ideia de um sujeito do feminismo até a crítica de Butler, utiliza-se o panorama realizado por Mary Eagleton em *A Concise Companion to Feminist Theory* no capítulo *Literature*.

Para entender de que forma o pós-estruturalismo interage com a jovem tradição da Teoria Literária Feminista, faz-se uso de Claire Colebrook em seu capítulo *Feminist criticism and poststructuralism* no livro *A History of Feminist Literary Criticism* (2007), compreendendo o pós-estruturalismo como o desdobramento teórico de se aceitar a premissa do estruturalismo de que "nenhum termo tem significado por si mesmo, este só pode ser identificado em relação com outros termos" (p. 214), sendo assim o pós-estruturalismo a investigação desses sistemas de relação. Fez-se uso também de outras fontes bibliográficas tanto da Teoria Feminista quanto da Teoria Literária Feminista para o aprofundamento da discussão e esclarecimento de pontos-chave.

3. METODOLOGIA

Constrói-se o argumento deste trabalho majoritariamente através de revisão bibliográfica e articulação de conceitos definidores da teoria feminista como "Mulher", "feminino", "gênero" etc. através de uma perspectiva filosófica e sua interação com diferentes momentos e correntes da teoria literária feminista, buscando manter uma interdisciplinaridade necessária aos estudos feministas.

Primeiramente, buscou-se compreender como se deu o início dos estudos feministas em literatura, ou seja, a formação de uma teoria literária politicamente engajada com o feminismo. Utilizando-se do histórico traçado por Eagleton (2003), contrapôs-se esses diferentes momentos com as diferentes discussões em teoria feminista principalmente de segunda e terceira onda, bem como com os desafios que tendências como o pós-estruturalismo oferecem às teorias feministas que dependem do sujeito "Mulher" para

constituírem-se. Examina-se, então, a proposta de Butler para o feminismo, na tentativa de apreender suas consequências para uma teoria literária feminista.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Uma cronologia da Teoria (Literária) Feminista

Como aponta Jill Lebihan (2006), foi no final dos anos 1960 (em casos pioneiros) e majoritariamente nos anos 1970 e 1980 que a academia começou a integrar aos currículos, por esforços dessas estudiosas feministas, abordagens explicitamente feministas ao texto. Sobre essa fase, Eagleton (2003) aponta:

Para a crítica literária feminista do final dos anos 1960 e dos anos 1970, o problema era tanto "feminino" quanto "masculino", ou seja, a inadequação - de fato, a misoginia - da representação das mulheres em textos canônicos de autoria masculina. Porém, de forma crescente, um impulso muito mais forte em crítica literária feminista ganhou espaço, uma preocupação não com o autor homem, mas com a mulher, à qual muitas vezes se referia como "perdida", "silenciada", "escondida", uma vítima do filtro do *establishment* masculino. (p. 157, tradução nossa)

Tem-se, então, primeiramente, uma investigação e crítica do cânone masculino, e então a busca por uma recuperação de textos de autoria feminina. Neste momento, ainda de acordo com Eagleton (2003), apenas a busca pela literatura *feminina* já era considerado um ato *feminista*, tendo em vista a escassez de autoras mulheres em um cânone falocêntrico. Esse momento acompanha uma fase revisionista geral da Teoria Feminista. Como aponta Hodson-Wright (2006): "Uma das primeiras coisas que qualquer grupo que procure reconhecimento público irá fazer é criar uma noção de história" (p. 5), e, no mesmo período, filósofas e figuras históricas como Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft foram recuperadas.

Na área da literatura, Eagleton aponta para o trabalho realizado por Elaine Showalter em *A Literature of their Own*, de 1978, como um exemplo da busca por uma "tradição literária feminista", com vistas de "desafiar a dominação masculina do cânone

literário, reviver importantes escritoras esquecidas e redesenhar nossa história literária" (p. 157, tradução nossa). Forma-se (ou forja-se), assim, "uma subcultura dentro de uma estrutura de uma sociedade maior [...] unificada por valores, convenções, e comportamentos afetando cada indivíduo" (SHOWALTER, 1978 *apud* EAGLETON, 2003).

Esse projeto acontece concomitantemente a outras buscas por identidades, histórias, opressões comuns que dessem um significado transcultural à palavra "mulher", possibilitando um sujeito uno do feminismo. É nessa época que se pensa o gênero como diferença sexual, e, derivado disso, como aponta Teresa de Lauretis (1994), estão "a cultura da mulher, a maternidade, a feminilidade etc." (p. 206).

Eagleton (2003) aponta algumas críticas que desafiaram essa concepção de tradição literária feminina, as quais coincidem com os desafios feitos ao sujeito único do feminismo, dentre elas estão 1) as feministas negras e lésbicas, a partir de uma perspectiva política, e 2) feministas influenciadas pelo pós-estruturalismo, a partir de uma perspectiva filosófica.

No primeiro caso, apontava-se para a ausência das experiências de mulheres lésbicas e mulheres negras na tradição de literatura de autoria feminina em formação. Eagleton (2003) resume:

Na história tradicional da literatura, mulheres têm sido o "outro" descreditado em oposição ao homem soberano - poucas em número, consideradas limitadas quanto à sua habilidade e restritas em escopo. O feminismo negro e o lesbianismo, embora não deliberadamente descreditados pelo discurso dominante do feminismo branco heterossexual, tem sido posicionadas com frequência de formas que reforçam hierarquias, exclusões e sua característica de "outro". (p. 159)

Assim, da mesma forma que o sujeito único de feminismos

como os de Betty Friedan, por exemplo, que, com sua *Mística Feminina* lançada em 1963, presumia resolver o “problema sem nome” da “mulher americana”, pouco reconhecendo que sua “mulher americana” era a “mulher branca burguesa heterossexual americana”, a busca por uma tradição literária feminina excluía de seus compêndios ou, quando muito, incluía uma ou outra mulher negra e lésbica em sua narrativa.

No segundo caso, ainda segundo Eagleton (2003), feministas pós-estruturalistas apontavam para o fato de que a ideia de uma tradição feminina de qualquer tipo “sugere uma falsa coerência através da história de das culturas” (p. 158, tradução nossa), a mesma falsa coerência que Butler (2016) chamaria de “coerciva” quando fala da representação não apenas como mecanismo de reconhecimento político, mas também como “função normativa de uma linguagem que revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro sobre a categoria das mulheres” (p. 18).

Além disso, o pós-estruturalismo em si, como aponta Eagleton (2003) “também questionou a natureza da relação entre autor, texto e leitor” (p. 158). Com o pós-estruturalismo, a autora não poderia ser considerada como mestra de seu texto, como tendo total controle sobre o mesmo.

Com as desconstruções tanto do sujeito “mulher” único quando do “autor” soberano, faz-se necessário investigar o que isso significa para uma teoria literária feminista. Como Eagleton (2003) coloca em referência ao ensaio de Barthes, publicada em inglês em 1977: “Que ironia que no exato momento em que o feminismo, branco e negro, está declarando o renascer da mulher-autora, o pós-estruturalismo está fazendo sua ‘morte’” (p. 163, tradução nossa).

4.2 Butler e o sujeito do feminismo

Butler inicia *Problemas de Gênero* (2016) com uma crítica à ideia de “mulheres” como o sujeito do feminismo, declarando o seguinte:

Em sua essência, a teoria feminista tem presumido que existe uma identidade

definida, compreendida pela categoria de mulheres, que não só deflagra os interesses e objetivos feministas no interior de seu próprio discurso, mas constitui o sujeito mesmo em nome de quem a representação política é almejada. (2016, p. 17)

Representação aqui possui um significado duplo de tanto ser o meio pelo qual se busca "estender a visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos" (p. 18) como "função normativa de uma linguagem que revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro sobre a categoria das mulheres" (p. 18). Butler se opõe ao essencialismo necessário para que se tenha "uma base universal para o feminismo, a ser encontrada numa identidade supostamente existente em diferentes culturas" (p. 21), colocando "mulheres" não apenas como insuficiente para a delimitação da ação política do feminismo como também um sujeito construído e *coercivo*.

(...) a insistência prematura num sujeito estável do feminismo, compreendido como uma categoria uma das mulheres, gera, inevitavelmente múltiplas recusas a aceitar essa categoria. Esses domínios de exclusão revelam as consequências coercivas e reguladoras dessa construção, mesmo quando a construção é elaborada com propósitos emancipatórios." (p. 23)

É a partir da rejeição da possibilidade de uma universalidade à categoria de "mulheres" que Butler traça a sua concepção de performatividade do gênero. Não existe uma mulher universal por não existir qualquer essência ao gênero. O que existe, coloca Butler, é uma *impressão* de substância causada por atos repetidos constantemente; o gênero, portanto, seria *performativo*, na medida em que não possui existência pré-discursiva. Não havendo essência ao gênero, como se pode pensar a literatura de autoria feminina e a representação feminina dentro de uma teoria literária feminista?

Se nem o sujeito-autor, nem a mulher em si, possuem uma

essência a ser descoberta ou exprimida pelo texto literário, "longe de contar 'a verdade sobre a experiência das mulheres' - uma demanda outrora frequente - os textos podem oferecer apenas 'representações' ou 'construções sociais' de mulheres [...]" (EAGLETON, 2003, p. 158, tradução nossa).

5. CONCLUSÕES

São diversos os resultados da interação entre as proposições de Butler em *Problemas de Gênero* e a teoria e crítica literárias. O caminho escolhido pelo presente trabalho foi analisar um desses possíveis resultados a partir de um estudo dos conflitos dentro da própria teoria feminista quanto ao sujeito do feminismo, entrecruzando-o com os diferentes momentos da teoria e crítica literária feminista. A crítica de Butler representa para o feminismo uma mudança de paradigmas - do sujeito do feminismo como a categoria una das mulheres às novas formas de pensar a própria categoria de "mulheres" - a qual nos convida a repensar, também, outras áreas de aplicação da teorização feminista, como a literatura.

A conclusão à qual chega-se aqui é a de que uma teoria e uma crítica literária feminista que acomode essa mudança de paradigma é uma que concebe o texto literário como sendo pleno de *representações*, que não busque derivar do mesmo nenhuma essência feminina, abrindo caminhos para que a teoria literária feminista pense a literatura em termos de *representação de gênero*, permitindo à crítica literária feminista um exame das diferentes articulações das categorias de gênero dentro de determinado texto literário, analisando de que forma essas representações sedimentam ou subvertem as categorias binárias de "homem" e "mulher", e se desvelam ou obscurecem o caráter performativo das mesmas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, J. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

COLEBROOK, C. Feminist criticism and poststructuralism. In: PLAIN, G. & SELLERS, S. (Ed.) **A History of Feminist Literary Criticism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. Cap.12, p. 214-234.

EAGLETON, M. Literature. In: _____(Ed.). **A Concise Companion to Feminist Theory**. Oxford: Blackwell, 2003. Cap 8. p.153-172.

GAMBLE, S. (Ed.) **The Routledge companion to feminism and postfeminism**. Londres: Routledge, 2006.

HODGSON-WRIGHT, S. Early Feminism. In: GAMBLE, S. (Ed.) **The Routledge companion to feminism and postfeminism**. Londres: Routledge, 2006. Cap. 1, p. 3-14.

JAGGAR, A.M. & YOUNG, I.M. **A companion to feminist philosophy**. Oxford: Blackwell, 2005.

LAURETIS, T. A Tecnologia do Gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LEBIHAN, J. Feminism and Literature. In: GAMBLE, S. (Ed.) **The Routledge companion to feminism and postfeminism**. Londres: Routledge, 2006. Cap. 11, p. 103-110.

**CUIDADOS, SACRIFÍCIO E RESPEITO:
a maternidade performada em
"A garota que você deixou para trás" de Jojo Moyes**

Bruna L. S. Escalante¹

Renata Kabke Pinheiro (Orientadora)²

¹*Universidade Federal de Pelotas - brunaescalante@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas - rekabke@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho apresento parte da minha pesquisa - que se insere numa pesquisa maior sobre " Representações femininas em obras de literatura de língua inglesa do séc. XXI" - em que faço uma análise linguístico-discursiva de uma das protagonistas do livro *A garota que você deixou para trás* de Jojo Moyes, Sophie, no que se refere ao papel materno performado por ela, visando verificar como o "dever" da maternidade é apresentado nessa obra. Considerando que ainda hoje a maternidade é cobrada das mulheres, no tocante a Sophie a narrativa pode ser vista como perpetuadora do mito de que as mulheres têm uma obrigação inescapável: a de serem mães ou agirem como uma em relação às pessoas ao seu redor, cuidando de e se sacrificando por elas - ou seja, performando um papel materno -, especialmente se desejam ou precisam ser respeitadas.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

Como base teórica, utilizo princípios da Análise Crítica de Discurso, que vê na língua em uso uma forma não só de representar o mundo, mas de atuar sobre ele (FAIRCLOUGH, 2001; WODAK, 2004) e o Esquema tridimensional de FAIRCLOUGH (2001) para

análise. Também faço uso de estudos sobre maternidade (CHODOROW, 1978; RICH, 1995) e das ideias de BUTLER (1990) que, ao dizer que “a base da identidade de gênero é a repetição estilizada de atos ao longo do tempo” e que “os atributos e atos de gênero, as várias maneiras como o corpo mostra ou produz sua significação cultural, são performativos” (BUTLER, 2003, p.201) relaciona gênero à sua *performance*.

3. METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho desenvolveu-se da seguinte forma: 1) leitura da obra escolhida para análise e também de textos relativos ao Referencial Teórico; 2) seleção de trechos da obra que demonstram Sophie agindo de forma maternal em diferentes situações da trama; 3) análise dos trechos selecionados segundo o Esquema tridimensional de FAIRCLOUGH (2001). Esse esquema propõe uma análise que engloba a materialidade linguística do texto, assim como a prática discursiva e a prática social nele presentes. A análise da prática discursiva trata da investigação dos processos de *produção, distribuição e consumo* do texto, enquanto que a da prática social observa as formas de hegemonia e ideologia que se refletem nas práticas sociais que aparecem no texto.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Começando pela prática discursiva e o aspecto de *produção* da obra, *A garota que você deixou para trás* foi publicado em 2012 e pode ser verificada uma relação de intertextualidade com outras obras (algumas de não-ficção) que abordam a recuperação e a batalha judicial pela posse de obras roubadas durante as Guerras Mundiais, tais como *Caçadores de obras-primas* (2009) e *A lebre com olhos de âmbar* (2010), além de *A Dama Dourada*, também publicado em 2012 e transformado em filme em 2015. Já no que se refere à interdiscursividade, a obra apresenta discursos não só sobre crimes de guerra, mas também outros referentes à mulher, como o que enaltece a figura da “mãe” e a coloca em uma posição quase sagrada,

e o que coloca sobre a mulher a obrigação de cuidar dos outros, ou seja, um papel materno compulsório. É importante salientar o fato de que esses discursos estão presentes tanto nos períodos da trama (1ª Guerra Mundial e 2006), como no da época de escrita da obra (circa 2012) e mesmo nos dias de hoje, indicando uma perpetuação desses discursos possivelmente inclusive via literatura. Quanto à distribuição, além da forma impressa, o livro foi lançado na versão digital em diversos formatos, mas ao contrário de *A Dama Dourada* não há previsão de ele ser adaptado para as telas. Por fim, quanto ao consumo os livros de Jojo Moyes têm como público-alvo mulheres de todas as faixas etárias a partir da adolescência, ou seja, um grupo com grande possibilidade de se identificar com uma protagonista feminina, assim como de concordar com ou questionar os discursos ali presentes.

Na trama de *A garota que você deixou para trás*, Sophie é uma jovem mulher que vive com seus irmãos e sobrinhos em uma pequena cidade na França ocupada pelas tropas alemãs durante a 1ª Guerra Mundial. Apesar de constantemente preocupada com o marido (que está em combate), Sophie se mostra forte não só para sua família, mas também para os demais moradores da cidade, cuidando deles e procurando transmitir a todos a ideia de que tudo ficará bem, apesar de ela muitas vezes se colocar em perigo para protegê-los. Esse comportamento está em conformidade com RICH (1995)¹, que aponta que as mulheres além de serem as responsáveis pelo cuidado com as crianças, também são fonte de suporte emocional e sacrificam-se em favor de sua família, e pode ser visto na cena em que Sophie confronta o comandante alemão que está em sua casa devido a uma denúncia de que a família possuía um porco escondido: "I addressed him directly: 'And for what supposed misdemeanour have your men come to punish us now?'" (MOYES, 2012, p.16).

O uso do verbo *address* ("dirigir-se a")² e do advérbio

¹ Todas as citações de obras originalmente em língua inglesa e não publicadas em português são de minha tradução

² Exceto quando explicitado, todas as traduções de trechos do livro são retiradas da versão em português da obra.

directly ("diretamente") indica que mulheres se dirigirem a e enfrentarem oficiais alemães não era uma prática social comum, pois do contrário *I asked him* ("Eu perguntei a ele"), por exemplo, poderia ter sido utilizado para narrar a ação. Além disso, o adjetivo *supposed* ("suposta") caracterizando *misdemeanour* ("irregularidade") indica que ela desafiava a acusação sendo feita à sua família e comprova que ela era assertiva e corajosa. De grande significância, no entanto, é o fato de que enquanto se dirige ao oficial alemão Sophie segura sua sobrinha pela mão e carrega o porco disfarçado de bebê em seus braços, compondo assim a imagem

- e efetivamente performando o papel - da mãe zelosa que faria qualquer coisa para proteger seus filhos. Nesse caso, isso inclui enfrentar um oficial alemão que poderia mata-la por julgar seu ato desrespeitoso, mas ela se respalda na certeza de que será "perdoada" por isso, já que está no papel de uma mãe e as mães são consideradas "sagradas" ou "intocáveis" em diversas culturas e tempos.

Mais adiante na história, Sophie se dispõe a não participar da festa secreta de Natal da cidade - festa na qual o porco que ela escondia será servido - a fim de servir o jantar aos oficiais alemães em seu hotel, ao que sua irmã reage: "But that isn't fair,' Hèlène remarked [...]. 'If you remain here you will be the one person to miss it. [...]' 'One of us has to stay,' I pointed out. 'You know it's far safer if we can be sure that the officers are all in one place.' "(MOYES, 2012, p.70). Como Hèlène, a irmã, salienta por meio do determinante *the one* ("a única") e do verbo *to miss* ("perder"), Sophie irá se sacrificar para que o resto da cidade possa ter uma noite tranquila (ou seja, cuidando da felicidade das pessoas), já que os oficiais alemães estarão todos em um só lugar, sob sua vigilância. Já em outro trecho, esse cuidado é ainda mais evidente. O comandante alemão pergunta à Sophie o que ela irá fazer no Natal, e ela diz que talvez vá visitar alguns vizinhos mais velhos, já que é um dia difícil para estarem sozinhos, ação que ele comenta dizendo "You look after everyone, don't you?" ("A senhora cuida de todo mundo, não?"). Por meio da utilização de uma declarativa com o verbo *look after* ("cuidar de"), o comandante alemão reconhece o

comportamento materno de Sophie, buscando a confirmação dela com a *tag question* ao final da frase, mas é o pronome *everyone* que dá a dimensão dessa *performance*: Sophie é aquela que cuida "de todo mundo", a figura da mãe em ação, e mais uma vez ele a respeita por isso.

5. CONCLUSÕES

Esta análise foi fundamentada nos princípios da ACD, linha teórica que tem como objetivo analisar e trazer à luz relações estruturais, transparentes ou veladas, de discriminação, poder ou controle manifestas na linguagem (WODAK, 2004) e, no caso da minha pesquisa, apesar de o trabalho ainda estar em desenvolvimento, pude perceber por meio da análise da personagem Sophie que há ali um discurso que associa o valor de uma mulher a um papel de "mãe". Isso ocorre porque apesar de inicialmente a personagem se mostrar uma mulher moderna e independente e mesmo não tendo filhos biológicos, devido a circunstâncias da guerra ela acaba por assumir um papel materno (de cuidado, preocupação e sacrifício) em relação a várias pessoas, e assim sua coragem muitas vezes fica associada à sua *performance* como "mãe". Isso reforça a visão cristalizada na sociedade de que a maternidade é "natural" nas mulheres, tornando-se uma obrigação praticamente inescapável para elas, o que está em conformidade com CHODOROW (1978) para quem o comportamento humano não é instintivamente determinado, mas culturalmente mediado.

Assim sendo, é possível dizer que o livro *A garota que você deixou para trás*, apesar de trazer uma protagonista com personalidade forte, determinada e assertiva, perpetua um discurso - que segue sendo repetido às leitoras - de que a mulher-mãe é sagrada e intocável e o papel de cuidadora é "natural" na mulher. A maternidade (ou no mínimo a *performance* dela) segue assim sendo imposta, ainda que indiretamente, às mulheres, se convertendo na difundida prática social de cobrar o "ser mãe" das mulheres, o que de acordo com CHODOROW (1978) tem um profundo efeito na vida delas, já que influencia toda uma ideologia

patriarcal a seu respeito e proporciona a reprodução da desigualdade de gênero.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHODOROW, N. **The Reproduction of Mothering - Psychoanalysis and the Sociology of Gender**. Berkeley: University of California Press, 1978.

FAIRCLUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: UNB, 2001.

MOYES, J. **The girl you left behind**. London: Penguin Books Ltd., 2012.

_____. **A garota que você deixou para trás**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. RICH, A. **Of Woman Born - Motherhood as Experience and Institution**. New York: W.W. Norton & Company Inc., 1995.

WODAK, R. Do que trata a ACD - um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**. Tubarão, v. 4, n.esp, p. 223-243, 2004.

DESMONTANDO CINDERELA - RELENDO O CONTO DE FADA PARA UM NOVO FEMININO

Viviane Martini¹

¹*Universidade Federal de Pelotas -
martini.vivianegmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura relatar a as discussões acerca da dissertação, "O (des)montar por um salto: para um percurso de resignificação do conto de fada 'Cinderela'", como também relatar os resultados obtidos, abrindo espaço para a apresentação de uma nova problemática. Confirmando o que fora dito por Jack Zipes de que os contos auxiliam na construção de identidade pela repetição de normas, as quais se tornaram parte de um imaginário coletivo e assim mantidas pela tradição, eles favorecem "as noções patriarcais e reacionárias de gênero, etnia, comportamento, e classe social" (ZIPES, 2006). O que gera uma carência de representatividade, deste modo, as autoras feministas buscaram uma medida para os contos de fada, propondo uma reescrita dos mesmos, fazendo com que as novas narrativas tentassem fugir dos estereótipos de gênero e ideologias patriarcais, tendo em vista que os corpos não mais se conformam com as normas impostas pela cultura.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

Utilizando de textos que tratem sobre os estudos gênero e do corpo, o trabalho busca analisar como os modelos de feminilidade são construídos e mantidos pela tradição, e em que momento as reescritas dos contos procuram desconstruir esses padrões. Guiado por Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo* (1949),

queremos questionar o que é o ser mulher, e o que compete ao seu pensamento de que "não se nasce mulher, se torna mulher" (BEAUVOIR 1949/2016). Chagando ao conceito de *performatividade* de Judith Butler em *Gender Trouble: Feminism and the subversion of idenity* (1990). Desta forma, vamos olhar para o sujeito feminino como uma construção social e cultural, que passa por um processo de montagem, como uma *drag queen*, compreendendo que a Cinderela é, também, uma *drag queen*.

3. METODOLOGIA

A análise levou em consideração os contos originários da Cinderela, de Bastille, de Perrault, Irmãos Grimm, como também a versão produzida pela Disney, a qual aponto como cânone do nosso imaginário, comparando com cinco reescritas feministas do conto. Além de apontar como os novos modelos de Cinderela contribuem para as construções de feminino.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao discutir-se o que se entende por *ser* mulher, dentro de uma cultura patriarcal, percebe-se que a mulher por muito tempo é vista como o "Outro", nunca em sinal de igualdade, mas como submetida e submissa ao homem. Durante sua história, a mulher era destacada por sua característica reprodutora ou por sua sexualidade, e sua função era reger pelo lar. Com o nascimento do movimento das mulheres, certos avanços foram feitos, o voto, sendo um dos primeiros, permitiu que as mulheres, mesmo que uma pequena parcela, abrissem os caminhos para outras, assim, o movimento foi tomando forma para a luta por seus direitos.

Com o avanço do movimento, o questionamentos colocados pelo(s) feminismo(s) dá início aos estudos sobre gênero, querendo introduzir uma "redução na concepção da relação dos sexos" (HIRATA, 2009), procurando rever a imagem que se propaga do que seria a "mulher de verdade", sugerindo assim, por uma desconstrução da noção binária para buscar uma diversidade dos sujeitos, os quais Butler vai chamar de "corpos performativos".

Butler entende, assim, que o gênero só é construído através de uma ação feita por “um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora” (BUTLER, 2016).

Investigando a personagem Cinderela, pelo cânone, percebemos que ela é uma reprodução do que se espera de uma mulher: sabe cuidar do lar, mesmo coberta de cinzas é bela, não guarda rancor e tem um coração puro. Essa versão de Cinderela vai ganhar o imaginário cultural com a versão dos Estúdios Disney, e esta vai se manter durante gerações. Esse fato nos fez buscar autoras que intentam ir além dessa imagem e apresentar uma nova Cinderela, quebrando os estereótipos de um feminino idealizado.

Com o início dos estudos *queer*, vamos nos deparar com múltiplos corpos, e o feminino vai se apresentar de diversas maneiras, demonstrando que o gênero não se sustenta como sendo fixo. O corpo vai ser moldado de acordo com aquilo que a cultura espera dele, entretanto, com a presença dos corpos considerados “diferentes”, esses moldes deverão ser repensados. Butler utiliza do modelo da *drag queen* para demonstrar como um corpo é construído socialmente, que é através de um processo de montaria que um corpo considerado até então masculino se torna feminino. Esse processo de montagem ocorre por meio de uma transformação feita com o uso de tecnologias - perucas, maquiagem, espumas, fitas, etc - construindo um *ser* feminino, um *ser* mulher. Desta maneira, observamos que a Cinderela também passa por um processo de montaria, que somente depois do trabalho da Fada Madrinha - com o cabelo, jóias, maquiagem, vestido, sapatinho de cristal - os outros a notaram como uma mulher, fazendo dela mesma uma *drag queen*, um corpo montado, que fica na imaginação.

Um das problemáticas da montaria utilizada pela Disney é o uso de um único modelo de feminino, o que não contribui para a representatividade das mulheres. Portanto, para essa dissertação, a escolha dos contos de Barbara Walker, *Cinder- Helle* (1996), Emma Donoghue, *The Tale of the Shoe* (1997), Tanith Lee, *When the Clock Strikes* (1983), Francesca Lia Block, *Glass* (2000), e Jane Yolen, *Cinder Elephant* (2000), se deu pelo fato dessas autoras escolherem revisitar a história do sapatinho de cristal, por um viés feminista, buscando representar diversos modelos de femininos,

para que a imagem que se tem de feminilidade tenha uma tradição que abarque novos modelos.

5. CONCLUSÕES

Acreditando na importância do estudo do tema aqui tratado para o avanço de determinadas construções de femininos que são hoje vigentes no mundo. Precisamos falar sobre corpos e dos diferentes tipos de corpos para entender que não se existe somente um modelo fixado e padronizado, mas que as possibilidades de montagens são múltiplas, e as tecnologias estão aí para auxiliar a vivermos essas pluralidades. É necessário um olhar mais atento ao tipo de modelos que estamos criando, e como a literatura vai influenciar esse processo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida, volume 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BLOCK, Francesca Lia. Glass. In: Tale Retold. Nova Iorque: HarperCollins, 2000.

The rose and the beast: Fairy

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CINDERELLA. Direção: Clyde Geronimi, Wilfred Jackson, Hamilton Luske. Produção: Amy Bailey, Walt Disney. Estados Unidos da América, Walt Disney Productions, 1950.

DONOGHUE, Emma. The Tale of the Shoe. In: _____. Old Tales in New Skins. Nova Iorque: HarperTeen, 1999. Kissing the Witch:

GRIMM, B. Ashputtel. In: **Grimm's Fairy Tales**. Reino Unido: Penguin Classics, 2007.

HIRATA, H. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LEE, Tanith. When the Clock strikes. In: _____. **Red as Blood or Tales from the Sisters Grimmer**. Nova Iorque: Daw Books, 1983.

PERRAULT, C. Cinderela, or the Little Glass Slipper. In: _____. **The Tales of Mother Goose: As First Collected by Charles Perrault in 1696**. Estados Unidos da América, 2005.

WALKER, Barbara. Cinder-Helle. In: _____. **Feminist Fairy Tales**. Nova Iorque: HarperOne, 1997.

YOLEN, Jane. Cinder Elephant. In: DATLOW, Ellen; WINDLING, Terri (ed.). **A Wolf at the Door and other retold Fairy Tales**. Nova Iorque: Alladin Paperbacks, 2000, p. 17-29.

ZIPES, J. **Why Faity Tales Stick: the evolution and relevance of a genre**. Nova Iorque: Routledge Taylor & Frances Group, 2006.

NÍTIDA - QUAL O NOSSO LUGAR AGORA, SE NÃO É O MESMO DE ANTES?

Desirée Ferreira¹

Lívia Auler²

Marielen Baldissera³

¹Mestranda em Artes Visuais UFRGS - barrosfdesiree@gmail.com

²Mestranda em Artes Visuais UFRGS - liviauler@gmail.com

³Doutoranda em Antropologia Social UFRGS -
marielen.baldissera@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente texto tem o objetivo de apresentar o coletivo *Nítida - fotografia e feminismo* e discorrer, mais pontualmente, sobre a exposição *Nítida*

- *qual o nosso lugar agora, se não é o mesmo de antes?*. A mostra foi realizada na Casa Baka, em Porto Alegre (RS), e teve a abertura no dia 8 de março de 2018. Durante praticamente três meses de exposição, foram realizadas visitas guiadas e um workshop.

Nítida - fotografia e feminismo é um coletivo de fotógrafas, artistas e pesquisadoras que, juntas, buscam refletir e discutir questões relacionadas a presença da mulher na fotografia. O grupo iniciou as atividades em 2015, na cidade de Porto Alegre (RS), e tem como integrantes Camila Domingues, Deb Dorneles, Desirée Ferreira, Leli Baldissera e Lívia Auler. A ideia surgiu a partir de algumas inquietações coletivas: quem eram as mulheres que, desde o início da fotografia, estavam produzindo imagens? Por que as referências apresentadas nas aulas da graduação eram sempre masculinas? Qual o motivo da ausência de mulheres? Por que elas eram retratadas e, na maioria das vezes, apareciam objetificadas pelos homens artistas? Quem são as fotógrafas contemporâneas?

Por que as mulheres são a maioria nos cursos e faculdades de fotografia, mas apareciam pouco no circuito fotográfico? Enfim, tínhamos - e ainda temos - a necessidade de esclarecer algumas dessas dúvidas e debater sobre a relevância da produção das mulheres no campo das artes. Assim, passamos a resgatar o trabalho de fotógrafas ao longo da história e pesquisar artistas contemporâneas.

O feminismo conversa com essas questões no intuito de retirar a mulher do papel de coadjuvante. Dessa forma, buscamos fortalecer a representatividade feminina no campo da fotografia. O grupo começou em um momento de pouco diálogo sobre feminismo e protagonismo de mulheres na produção de imagens. Entretanto, com o passar do tempo, houve um crescimento rápido do movimento feminista atual, o fortalecimento e debate do tema nas redes sociais criou um espaço fecundo para o surgimento de vários grupos focados no debate sobre mulheres e fotografia. Agora, buscamos refletir sobre qual o nosso lugar nessa conversa que está efervescente e tende a crescer. O espaço para diálogo está aberto e as mulheres estão unidas. Qual o próximo passo?

Foi a partir dessas indagações que surgiu a exposição "Nítida - qual o nosso lugar agora, se não é o mesmo de antes?". Falamos sobre o nosso lugar como coletivo e também como indivíduos, como mulheres. A mulher sempre teve o seu lugar muito bem delineado para o bom funcionamento da sociedade. Como diz Michelle Perrot (p.135, 2015), "O direito doméstico assegura o triunfo da razão, ele enraíza e disciplina a mulher, abolindo toda vontade de fuga. Pois a mulher é uma rebelde em potencial, uma chama dançante, que é preciso capturar, impedir de escapar". Medo e desconforto são palavras companheiras das mulheres durante toda sua vida. Mas o medo que provocamos é diferente, é o medo da mudança.

Na história da humanidade, a arte é conhecida por ser local de contestação, de fazer político, a própria arte já é política em si, como diz Jacques Rancière (2012, p.63). Ocupamos esse espaço para falar de nossos incômodos, nos autodenominando como artistas feministas, algo que por muitas vezes é considerado um estigma. No mundo da arte, existe um excesso de imagens sobre as mulheres, mas que imaginário é este que está representado? Nosso objetivo

como produtoras de imagens é sair da condição primária de espectadoras de histórias contadas sobre nós, para contar nossas próprias histórias.

Como coletivo, buscamos mostrar a importância histórica e atual, muitas vezes deixada de lado, das mulheres fotógrafas. Como artistas, falamos de nossas experiências pessoais que estão conectadas com a vivência de mulheres que podem estar muito distantes de nós. Ao traduzir essas ideias através da fotografia, seja no momento do clique ou através da apropriação de imagens, surgiu a exposição *Nítida - qual o nosso lugar agora, se não é o mesmo de antes?*

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

A imagem fotográfica pode tornar visível o invisível. E vice-versa. Qual é o nosso lugar agora, se não é o mesmo de antes? A questão colocada pelo coletivo *Nítida* explora os limites dessa dualidade visível-invisível em cada um dos trabalhos apresentados, de forma absolutamente única. E pungente. Quem vê? Quem não é visto? O que é visto? O que não é? As respostas estão aqui expostas para aqueles dispostos a ver. A invisibilidade é um lugar extremamente familiar a todas as mulheres. Esse lugar nos chega e se torna cotidiano e familiar de várias formas. Na visibilidade de um corpo feminino irreal, idealizado, erotizado, e que apaga o corpo feminino real com um bisturi. Na invisibilidade do desejo. O corpo feminino deve ser desejado, mas nunca desejar. Em especial um outro corpo feminino. Não de maneira verdadeira. Somente como entretenimento. Na visibilidade desejada vermelha e provocante. Feminilidade estampada nos lábios. Vermelha aceita e desejada, enquanto não se mostre fértil. Enquanto se mostre dócil. Enquanto não se mostre entranha. Na invisibilidade que

buscamos ao caminhar sozinhas por espaços ermos. Essa que nos dá a falsa sensação de estarmos mais seguras. A falsa sensação de que invisíveis podemos existir e agir. Mas que na verdade nos transforma em vestígios, em fantasmas, em espaços vazios. Em ausência. Invisíveis são as mulheres que ousam olhar. A si mesmas. Aos outros. O mundo. Olhar é um ato de poder. Um que não nos pertence. Às que ousam deixar de ser objeto e passar à ação, resta a invisibilidade do não reconhecimento, da minoria, do não acesso ao espaço de criar imagens e recriar o mundo através delas. Ao dar visibilidade ao mundo feminino a invisibilidade imposta a esse mundo é o que se questiona aqui. Ao pensar o lugar que não ocupamos conseguimos entender qual é o lugar que queremos ocupar. E de que forma. Nítida com sua proposta nos mostra que mesmo que ainda não saibamos as respostas, que é juntas que vamos encontrá-las.

Este foi o texto de parede da exposição, escrito por de Raquel Moliterno, fotógrafa e pesquisadora atualmente mestranda na Ryerson University em Toronto, Canadá. Junto com este texto, na sala principal da casa (Fig.1), encontravam-se os trabalhos coletivos e de apropriação. Entre eles, um livro - uma espécie de catálogo, em A3, de 120 páginas - com uma pequena biografia e trabalhos fotográficos de 60 fotógrafas. Entre elas: brasileiras, estrangeiras, contemporâneas, históricas, artistas, fotojornalistas.

Também produzimos três modelos de cartazes, cada um com o autorretrato de uma fotógrafa, com o símbolo da Nítida (triângulo) e as seguintes frases: "Quem tem o poder do olhar?", "Female Gaze", "Você está sendo observado". Forramos a maior parede da sala com estes cartazes que viraram lambes, criando um impacto visual a partir da repetição de imagens. Próximo a essa parede estava, também, um grande rolo de papel com o nome de muitas fotógrafas e, para a interação das visitantes, eram

convidadas a colocarem seus próprios nomes ou o nome de outras produtoras de imagens.



Figuras 1 e 2: Charlene Cabral: Sala principal da exposição *Nítida – Qual é o nosso lugar agora se não é o mesmo de antes?* 2018.

Partindo para os trabalhos individuais, Lívia Auler apresenta, na primeira sala, “LÉSBICA. LUTA. REVOLUÇÃO”. O trabalho é formado por três cartazes, cada um deles tem escrito uma das palavras do título. Eles são compostos por prints de filmes, especificamente em cenas que aparecem mulheres que se relacionam amorosa e/ou sexualmente. A palavra aparece sutilmente em cima da imagem. Através disso se faz, também, um jogo em relação aos tabus e à invisibilidade que cercam as relações lésbicas. Afinal, não é segredo que o medo e o ódio aos homossexuais permeia a nossa sociedade. Mas o desprezo por lésbicas é distinto. Ele é diretamente enraizado na aversão à mulher autodefinida, a mulher autodeterminada, a mulher que não é controlada pela necessidade, imperativo, ou manipulação masculina. Desprezo por lésbicas é mais frequentemente um repúdio político às mulheres que organizam-se em seu próprio interesse para conseguir presença pública, poder significativo, integridade visível (DWORKIN,1978).

O outro trabalho de Lívia, “Afeto rígido”, mistura fotografias autorais e xerox de documentos. A artista parte de algumas narrativas ligadas a sua avó, nascida em uma fazenda na

região das Missões (RS), para falar sobre algo maior: a mulher. O lugar imposto à mulher, as relações da mulher com o mundo, com uma cidade do interior, com instituições, com a rua, com o público, o privado, com a loucura, com o sufocamento, a repressão, a opressão. Alguns questionamentos que ficam: quem tem o poder de definir a vida da mulher, definir o que ela é, o que ela sente? Dentro de quais critérios, em um mundo feito por e para homens? Quem estava realmente tentando compreender aquela mulher, jogada de um canto para outro, sufocada por uma sociedade extremamente machista?

Leli Baldissera também traz dois trabalhos, intitulados "Mulheres que olham" e o díptico de fotografias "Incômodo" e "Alívio". A série "Mulheres que olham" consiste em uma coleção de *prints* de cenas de filmes em que aparecem mulheres com uma câmera fotográfica na mão, executando o ato de fotografar. A intervenção em tinta cor de rosa delineando as câmeras une todas as imagens e busca chamar atenção para a personagem feminina que protagoniza a cena. Essa coleção busca falar sobre a representatividade das poucas mulheres que tem o poder do olhar dentro do mundo do cinema, majoritariamente masculino e branco.

Em "Incômodo" e "Alívio", experiências pessoais da artista são trazidas à tona, que deixam de ser apenas pessoais quando remetem ao fato de ser mulher e o que isso acarreta em nosso corpo. Nas duas fotografias há a presença do sangue, em uma delas com o sentido de violência e em outra de libertação. A menina que quando nasce é marcada através de furos nas orelhas e a menstruação que é escondida, tratada como tabu e muitas vezes suprimida através de medicamentos. O sangue representa a aceitação da artista de suas orelhas que não aceitam usar brincos e o encerramento da constante violência de machucá-las, e a aceitação de seu ciclo menstrual através da supressão do uso da pílula anticoncepcional e do uso do copinho coletor.

Desirée Ferreira apresenta o trabalho *Até Onde Ela Vai*. A série de quatro fotografias expostas foram um recorte de um projeto que começou em 2016 e segue em andamento. O projeto surgiu a partir da necessidade da artista em abordar as transformações urbanas na zona sul de Porto Alegre através da

caminhada e da fotografia que levou ao questionamento sobre a relação das mulheres com o espaço urbano.

Ao começar a caminhar e a tentar fotografar - algo aparentemente simples e recorrente na prática de muitos artistas, após inúmeras tentativas de registro, o medo de se aproximar ou seguir nos percursos de algumas ruas era preponderante. Assim, ela começou a refletir sobre a sensação de insegurança e a impossibilidade de fotografar trazendo assim este tema para o seu trabalho. Ao levantar a questão para algumas pessoas, as soluções apareciam através de uma ação pessoal, como ir acompanhada ou trocar os lugares tal como Rebecca Solnit (2016) diz em um ensaio sobre o assunto, as atuais versões das antigas paredes gregas. "Percebi que muitas mulheres foram tão efetivamente condicionadas pela sociedade a saber qual é seu lugar que escolheram vidas mais conservadoras e gregárias sem se darem conta do porquê." (SOLNIT, 2016, p. 400). Nas imagens vemos as ruas, os muros e as avenidas que transmitem uma sensação de insegurança, mesmo durante o dia. E, deste receio, surgiu a reflexão sobre a experiência da mulher como transeunte.

Camila Domingues expõe as "Conjecturas do futuro passado", onde a protagonista se desdobra em diferentes faces, de trajetórias de tantas outras que a precederam e que ainda estão por vir. As violências cotidianas, veladas e corriqueiras estão contidas no sufocamento que golpeia cotidianamente. Nessa série, o percurso temporal se dilui em errâncias sobre o espaço que nos habita e sobre o qual habitamos. A deambulação do olhar repete o curso da vida, composto de rasgos de memória que se entrelaçam e insistem no retorno cíclico.

Deb Dorneles traz imagens em grandes dimensões em "Mommy Makeover". O Brasil é o segundo no ranking mundial de cirurgias plásticas, perdendo apenas para os EUA. Em torno de 1.200.000 de intervenções são realizadas anualmente, onde quase 90% das pacientes são mulheres e apenas 20% são cirurgiãs³. Entre essas cirurgias, uma se propõe a refazer o corpo de quem é mãe e

³ Dados de pesquisas realizados pela International Society of Aesthetic Plastic Surgery (ISAPS): <https://www.isaps.org/pt/>

passou por mudanças. A mulher que serve a sociedade como donzela e depois como reprodutora, deve tornar a ser bela e visualmente agradável mesmo após o grande e esperado milagre de carregar em si uma vida. Seios caídos, barriga marcada e pernas flácidas não são tolerados. Na "mommy makeover" muitas são as promessas para apagar esses sinais de quem já cumpriu sua função e em torno de 500 são os pontos aos quais mulheres se submetem para voltar a forma física anterior a gestação.

3. METODOLOGIA

A exposição foi construída através de reflexões individuais e das discussões em grupo. Desde o início, quando surgiu a possibilidade de expormos como um coletivo, a ideia fundamental era o questionamento sobre a nossa função como mulheres em um cenário contemporâneo em que várias frentes feministas surgiam dentro da própria fotografia, pois queríamos também entender para onde estamos caminhando enquanto coletivo e individualmente.

Sendo assim, cada artista pensou e produziu o seu trabalho, porém apresentando conversando com o grupo e buscando uma ligação entre os projetos individuais. Já os trabalhos coletivos, como a parede de lambes, o rolo e o livro de mulheres fotógrafas, foram discutidos e construídos coletivamente nas reuniões e na montagem da exposição que aconteceu durante os três dias anteriores à abertura. Na montagem tivemos auxílio das artistas Charlene Cabral, Caroline Lima e Andrei Moura, integrantes da equipe da Casa Baka.

Tínhamos o objetivo de preservar o trabalho individual e ao mesmo tempo construir juntas, as duas ideias são essenciais e fortalecem uma a outra. O resultado da exposição, como explanado abaixo, proporcionou a reflexão e o debate em diferentes momentos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como atividades relacionadas à exposição criadas para gerar engajamento e diálogo com o público, realizamos duas visitas

mediadas e um workshop. A primeira visita mediada aconteceu no dia 6 de abril e foi aberta ao público. Já a segunda, no dia 21 de abril, foi fechada, para uma turma de alunos de fotografia da Unisinos. As integrantes do coletivo receberam as pessoas na Casa Baka e, em uma espécie de mediação, falaram sobre as atividades e princípios do coletivo e sobre os conceitos dos trabalhos presentes na exposição. As conversas se deram de maneira informal, em diálogo aberto com pessoas interessadas em fotografia e feminismo, com uma boa adesão de público nas duas edições.

O workshop, intitulado "Mulheres na Fotografia: protagonismo e memória" foi realizado no dia 4 de maio de 2018 e teve formato de curso teórico, com três horas de duração. Oferecemos a primeira edição deste workshop durante o evento Mundo de Mulheres e Fazendo Gênero, em agosto de 2017, em Florianópolis (SC). Nesta aula, propomos uma revisão histórica de fotógrafas, dividindo-as em categoria como: primórdios da fotografia; amadoras: a fotografia como hobby; retratistas; fotografia como informação: fotojornalismo e fotografia de guerra; a visão feminista; fotografia como arte e contemporâneas. Tomamos o livro *A history of Women Photographers*, de Naomi Rosenblum como base para o formato do curso. O workshop teve como intuito compartilhar as pesquisas realizadas pelo coletivo, trazendo referências de mulheres e seus trabalhos no mundo da fotografia.

Abrimos as inscrições apenas para o público feminino, pois nossa intenção é a formação de mulheres interessadas em fotografia, em um ambiente seguro e de acolhimento, para que todas possam se sentir à vontade e em um clima de sororidade. Desejamos dialogar com todas e todos, mas um dos nossos objetivos é o de criar espaços de troca relacionados à fotografia que sejam exclusivos para mulheres.

5. CONCLUSÕES

No trabalho apresentado, além da exposição, obtivemos como resultados objetivos as visitas mediadas e o workshop. Mas o principal retorno foi a oportunidade de enxergar a grande demanda

que existe para discutir fotografia e feminismo - o que nos mostra a relevância do assunto e a importância de mantermos esses espaços e nos fortalecermos juntas.

Ao mesmo tempo, percebemos a importância da construção coletiva em uma montagem de exposição, desde a discussão de ideias iniciais, até a desmontagem e retirada das obras da parede. Essa atividade nos desafiou como coletivo a pensar sobre o nosso lugar, nossos desejos e anseios, e a entrar em contato com os desejos e anseios de outras mulheres que se sentiram confortáveis em dialogar conosco. Com as visitas guiadas e workshop, confirmamos o que já imaginávamos, que as mulheres estão interessadas em falar sobre feminismo e fotografia, e que há a necessidade de proporcionar um espaço de fala para tal, além de seguir resgatando e divulgando o nome de mulheres fotógrafas que foram invisibilizadas pela história da fotografia.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DWORKIN, Andrea. *The Power of Words*. Massachusetts Daily Occupied Collegian, Vol. 1, No. 1, May 8, 1978.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. *O espectador emancipado*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ROSENBLUM, Naomi. *A history of women photographers*. New York: Abbeville Press, 2010

SOLNIT, Rebecca. *A história do caminhar*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

QUESTÕES DE IDENTIDADE, GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTO "CINISMO" E EM SUA ADAPTAÇÃO CINEMATOGRÁFICA "XXY"

Jessé Carvalho Lebkuchen

Universidade Federal de Pelotas
jesse_carvalho@live.com

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista que a discussão sobre as adaptações de textos literários para o mercado cinematográfico é cada vez mais relevante, visto a quantidade de obras que já passaram e seguem passando por esse processo, bem como o grande interesse pelo público por essas adaptações, buscamos analisar, sob viés teórico da tradução intersemiótica, a transposição do conto "Cinismo", escrito por Sergio Bizzio, para o filme "XXY", dirigido por Lucía Puenzo, percebendo suas similaridades e disparidades e evidenciando as perspectivas de leitura nas narrativas literária e audiovisual.

Dessa forma, procuramos refletir sobre a construção das personagens nas narrativas, visando de que formas aspectos internos e externos se entrelaçam na construção de cada ser, pensando em temáticas tais como gênero, identidade e sexualidade, bem como nas propostas trazidas por cada arte, pensadas em perspectivas distintas para receptores também distintos.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

Não é incomum deparar-se com comentários na *internet* - positivos e negativos - ao buscar informações sobre filmes que foram adaptados de obras literárias. O ambiente para opiniões é mais propício quando há um meio de comparação, pois cada quesito

do resultado final passa por um receptor que observa atentamente a narrativa fílmica comparando com a obra literária até encontrar traços de (in)fidelidade na adaptação e contentar-se ou não com o resultado.

Dessa forma, torna-se necessário aprofundar alguns fatores sobre as adaptações fílmicas provindas de obras literárias, distanciando-se de um olhar crítico formado pelo senso comum, composto de questões simplistas tais como aprovação ou reprovação. Segundo Corseuil (2009), [o] que se revela problemático nessas leituras comparativas é o cerceamento dos significados, indiretamente imposto pelo texto literário, ao analisar-se uma adaptação para o cinema. Cerceamento este que acaba reduzindo a pluralidade de significados que o filme possa ter como obra independente. Ao contrário dessa perspectiva redutora da adaptação, vários estudos de adaptação têm proposto uma análise mais contextualizada do filme adaptado, respeitando o momento histórico-cultural em que ele é produzido e inserindo-o nos vários discursos que o constituem como produção cinematográfica (CORSEUIL, 2009, p. 369, grifo nosso).

Pensando em uma relação dialogada entre o cinema e a literatura, na qual as duas formas de narrativa possuem significado e relevância únicos e distintos, atualizados em seu contexto histórico-cultural, vê-se a necessidade de localizar novas perspectivas sobre as adaptações, em um viés intersemiótico, o qual estuda o objeto passando por uma transformação tradutória da linguagem verbal para a não-verbal, do texto escrito para o texto audiovisual.

Cunha (2011, p. 18) aponta que em uma visão comparatista “[...] ler um texto literário pelo espelhamento de sua tradução intersemiótica pode ser prática reveladora de aspectos antes invisíveis em ambos os textos”. Assim sendo, características próprias de cada obra, como o uso da palavra na linguagem literária e o uso da imagem na linguagem cinematográfica tornam-se complementares entre si, em igual patamar de importância.

O desejo do espectador por uma fidelidade evidente na transposição é problemático, levando-se em consideração a obrigatoriedade imposta de ser realizada uma tradução literal da

obra literária na linguagem audiovisual. Stam (2008) destaca que, apesar da necessidade do receptor de captar similaridades na adaptação, como a temática e outras características estéticas consideradas fundamentais na obra literária, é preciso perceber a obra cinematográfica como original e, conseqüentemente, diferente da literatura na qual se baseia, já que os meios de comunicação são distintos. Assim sendo, o autor desconsidera uma tradução exata do texto escrito para o audiovisual.

A passagem de um meio unicamente verbal como o romance para um meio multifacetado como o filme, que pode jogar não somente com palavras (escritas e faladas), mas ainda com música, efeitos sonoros e imagens fotográficas animadas, explica a pouca probabilidade de uma fidelidade literal, que eu sugeriria qualificar até mesmo de indesejável (STAM, 2008, p. 20).

Segundo Courseuil (2009, p. 372), a intertextualidade é ressaltada quando se deixa de analisar somente a fidelidade da transposição e passa a observar-se todas as suas atualizações e "modificações ideológicas, técnicas, críticas e interpretativas, partes integrantes de qualquer processo de adaptação". Assim, o processo adaptativo de uma obra passa a um outro patamar, necessitando um olhar como uma segunda obra, que deve ser fidedigna à primeira, mas também como obra independente, "capaz de recriar, criticar, parodiar e atualizar os significados do texto adaptado" (COURSEUIL, 2009, p. 372).

Portanto, a adaptação é uma obra original, com uma das diversas possibilidades de leituras e perspectivas de uma obra literária, sem se prender a uma tradução literal do texto escrito para o cinematográfico. Ela torna-se relevante ao exhibir a narrativa a outro público, que muitas vezes não tem acesso ou desconhece o texto literário.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para realizar este trabalho trata-se fundamentalmente de pesquisa bibliográfica, apoiando-se na área da intersemiótica, a partir de alguns autores, dentre os quais Courseuil (2009) e Stam (2009). Partimos então para a análise das

narrativas escolhidas, visando uma relação entre elas, bem como com as teorias estudadas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conto intitulado "Cinismo", escrito pelo autor argentino Sergio Bizzio, foi publicado no livro "Chicos", lançado em 2004. Leite (2001, p. 18-19) explica o cínico como um denunciador de sua sociedade, através de discursos diretos e gestos hostis, preferindo "renunciar ao progresso e vagabundear por um atalho individual como forma de escapar à alienação".

A narrativa inicia com um narrador heterodiegético onisciente intruso apresentando a personagem Álvaro, de 15 anos, e seus pais, Muhabid Jasan e Érika, dividindo-os em tipos de pessoas: *interesante, con inquietudes e sensible espontâneo*⁴. Enquanto seu pai foi considerado o primeiro tipo e sua mãe o segundo, o personagem Álvaro, primeiro protagonista apresentado na narrativa, é definido como o último tipo. Destacamos ainda que o último não consegue se aproximar do tipo interessante de forma alguma, assim não conseguindo criar uma trajetória de vida que possa ser contada como história ou ainda como obra. Aqui já é percebido o cinismo que provém do próprio narrador, ao tratar criticamente de forma direta e grosseira as personalidades das personagens.

Em seguida, o narrador cita as profissões e hobbies dos pais de Álvaro, sendo sua mãe economista e seu pai músico de cinema que, antes de seguir para uma viagem de trabalho a Los Angeles, foi junto com sua família visitar alguns amigos em Punta del Este. Estes amigos eram as personagens Suli e Néstor Kraken, respectivamente médica e sociólogo, sendo considerados pelo narrador como gente *interesante*. Ele apresenta ainda a personagem protagonista Rocío, filha do casal, descrevendo-a como um tipo de pessoa cínica, evidenciando novamente a relação que o título constrói com a narrativa, mostrada em todo o conto. Na descrição física da personagem realizada pelo narrador, percebemos mais uma forma

⁴ As expressões originais em espanhol foram mantidas.

de cinismo no texto:

Tenían una hija llamada Rocío, de 12 años, con un defecto físico general, muy perturbador si uno está sobrio cuando la mira: es hermosa por partes y horrible en su conjunto. Se diría que da la impresión de haber sido barajada más que concebida. Observarla es meterse de lleno en un vértigo aritmético, de dolorosas combinaciones. Sus ojos, por ejemplo. Un millón de mujeres (y de hombres) querrían tener ojos como los ojos de Rocío, pero ninguno los aceptaría si la condición fuera que vinieran acompañados por la nariz, que a la vez es perfecta (sola). Y así en todas direcciones hasta el final (BIZZIO, 2004, p. 1).

Por conseguinte, Rocío e Álvaro ficam sozinhos pela primeira vez na praia e têm seus primeiros diálogos relacionados ao autodescobrimento sexual. Nesta etapa da obra, o leitor recebe as informações de que Rocío é intersexual, termo geral que, segundo a ISNA⁵, é usado para explicar a variedade de condições em que as pessoas nascem com órgãos reprodutivos e anatomias sexuais que não se encaixam na típica definição de masculino ou feminino. A narrativa trata esta informação com certa naturalidade, mas ao mesmo tempo com uma sinceridade ríspida, principalmente provinda do narrador.

A narrativa prossegue com vários diálogos em distintos momentos entre as duas personagens, nos quais há uma progressão no relacionamento entre ambos, que envolve tanto o autoconhecimento como o conhecer ao outro. O clímax da narrativa ocorre quando Rocío e Álvaro tem sua primeira relação sexual, na qual ela o penetra, provocando uma êxtase mútua até o momento em que Kraken os flagra, seguida por uma falta de reação de ambas as partes, combinada com um sentimento de vergonha, causando a Álvaro "una imagen de si mismo que lo perseguiría hasta la tumba" (BIZZIO, 2004, p. 9). Após, houve divergências na forma em que Rocío e Álvaro enxergavam sua relação bem como um respectivo silenciamento sobre o acontecido, até findar com a despedida das duas famílias.

"XXY", dirigido por Lucía Puenzo, é uma transposição do

⁵ Intersex Society of North America. Disponível em: <http://www.isna.org/>.

conto "Cinismo", de Sergio Bizzio. A trama gira em torno da personagem Alex, que vive com sua família em uma pequena cidade no litoral do Uruguai, buscando esconder sua intersexualidade por toda sua vida. Uma família de amigos de Buenos Aires os visita e disso decorre-se uma série de acontecimentos relacionados ao autoconhecimento das personagens.

Comparando o título do conto com o escolhido para o filme, depreendemos um outro viés temático. "XXY" se refere à mistura ou soma entre o sistema de determinação do sexo biológico XX (feminino) e XY (masculino). Assim, vê-se o destaque que o filme dá ao tema da intersexualidade, que não é o aspecto principal no conto. O cinismo, que no conto estava presente principalmente no narrador literário, aparece no filme somente nas características da personagem principal, agora nomeada Alex, não mais Rocío. Essa mudança no nome parece-nos proposital, visto que o novo pode ser utilizado tanto para referir-se ao feminino como ao masculino, assim destacando-se o tema da intersexualidade.

Percebemos que, além das mudanças de nomes de outras personagens, características como a mudança de emprego de Muhabid Jasan, que passa a ser chamado no filme de Ramiro, de músico para médico-cirurgião, traz uma complexidade maior para a narrativa fílmica. Logo, uma simples viagem de férias com a família transforma-se em uma aproximação para um possível procedimento cirúrgico a convite da mãe de Alex, preocupada com o futuro de sua filha.

Imagem 1 - Cena de XXY (2007)



Kraken, pai de Alex, é um biólogo que trata tartarugas marinhas na adaptação filmica. Em uma cena, ele destaca de forma enfática que a tartaruga é fêmea, mostrando o sistema binário de gênero na qual a sociedade é imposta. Pensando ainda esse animal como uma espécie em extinção, pode-se fazer uma analogia com o fato de sua filha também ser considerada uma espécie "rara", ainda mais ao ver a exposição da proteção de forma similar nas relações pai-filha e biólogo-animal. Isso é ressaltado em uma cena na qual um pescador, pai de um antigo amigo de Alex que contou seu "segredo" a outras pessoas, faz a comparação entre a personagem e o animal (ver imagem 1).

A relação entre Alex e Álvaro aparece no filme muito similar ao texto escrito, com as características psicológicas das personagens mantidas e passando pelas descobertas intrapessoais e interpessoais. Alex é descrita no filme com 15 anos, mesma idade de Álvaro, talvez para evitar críticas relacionadas à idade da personagem, que poderiam ofuscar os demais temas relevantes de que a obra trata.

"XXY" traz personagens e cenas originais que ressaltam ainda mais a intersexualidade e uma sociedade que considera essa característica com um olhar de curiosidade e estranhamento, por conseguinte, preconceituoso. Destaca-se a cena onde quatro meninos perseguem e abusam de Alex na praia, movidos pela dúvida do desconhecido, tratando-a como um objeto e não como um ser humano, violando qualquer direito da personagem sobre o próprio corpo.

Outro momento relevante no filme é a cena em que Kraken busca uma compreensão maior sobre sua filha procurando um rapaz que era intersexual e passou por vários procedimentos cirúrgicos, definindo este seu gênero - em termos binários - como masculino. O diálogo entre os dois traz algumas expressões como "normalização" e que os processos cirúrgicos são, na verdade, uma "castração", mostrando a Kraken que isso seria a pior decisão que ele poderia tomar em relação a sua filha.

Sobre os aspectos técnicos, destaca-se a iluminação, que traz algumas perspectivas evidentes na trama. O filme é composto quase totalmente de cores escuras, dias nublados e pouca luz; mesmo nos dias ensolarados, a câmera foca o chão e meia-altura, sempre evitando a claridade. Essa técnica pode referir-se à temática da narrativa de uma forma melancólica, mostrando as dificuldades que a falta de aceitação do outro causa ao ser humano, já que há uso de claridade em momentos nos quais a personagem Alex está sozinha e o contrário quando sofre em relação a visão dos outros sobre si ou pelo o que acredita essa ser.

5. CONCLUSÕES

Percebemos que as duas obras se complementam entre si, trazendo o tema para públicos distintos, de um leitor literário para um telespectador. As temáticas de gênero, corpo e sexo são trabalhadas a partir de vieses diferentes nas produções. O conto destaca aspectos psicológicos, colocando a personagem principal em uma espécie de contínuo afrontamento ao conjunto social que a rodeia. O conhecer a si e ao outro é elemento frequente na narrativa, trazendo mudanças de perspectiva em ambas

personagens: ao compreender melhor o outro, acaba-se compreendendo também a si.

Já no filme, vimos uma preocupação evidente na discussão dos temas, sendo essa necessária, mas que acaba quase panfletária, ao tratar assuntos que são impostos de forma binária na sociedade de forma também dualista. Ainda, as mudanças realizadas são vistas como uma tentativa de criar mais cenas impactantes, já que se houvesse uma tradução "pura" do conto, provavelmente seria um fracasso nas telas.

Portanto, os dois textos tornam-se relevantes, já que tratam de temas ainda pouco evidenciados em nossa sociedade de forma tão "cínica", colocando em pauta as problemáticas que o considerado diferente da normalidade imposta sofre, a partir de um posicionamento crítico. Assim, o filme como transposição é visto como uma nova arte, uma tradução que tem suas similaridades com o texto-base, mas que também traz originalidade e novas perspectivas de leitura da narrativa, atualizando o texto literário para um outro receptor.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIZZIO, S. Cinismo. In: **Chicos**. Buenos Aires: Interzona, 2004.

CORSEUIL, A. R. Literatura e Cinema. In: BONNICI, T.; ZOLIN, L. O. (Orgs.). **Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 3. ed. rev. e ampl. Maringá: EDUEM, 2009, p. 369-78.

CUNHA, J. M. dos S. O local da literatura comparada: interdisciplinaridade e intertextualidade. In: OURIQUE, J. L. P.; CUNHA, J. M. dos S.; NEUMANN, G. R. (orgs.). **Literatura: Crítica Comparada**. Pelotas: Ed. Universitária PREC/UFPEL, 2011, p. 11-20.

LEITE, M. A. **Cinismo: forma de vida, modo de gozo**. 2001. 148f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) - Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

PUENZO, L. **XXY**. Argentina: Historias Cinematograficas
Cinermania, 2007. STAM, R. **A literatura através do cinema:**
realismo, magia e arte da adaptação. Belo Horizonte: Editora
UFMG, 2008.

GT 4: CULTURA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Coordenação:

Profa. Dra. Márcia Alves da Silva
(Docente da Faculdade de Educação / UFPel)

Profa. Dnda. Rita de Araújo Neves
(Docente da Faculdade de Direito / FURG)

Sabemos que tem havido aumento de casos de violências de gênero no país. Essa situação tem ocorrido mesmo com avanços históricos significativos na luta das mulheres pela criação de políticas públicas de proteção e de atendimento às pessoas vítimas de violência de gênero. Esse contexto se manifesta a partir da produção e reprodução de toda uma cultura que naturaliza e alimenta o exercício da violência em vários espaços, como o espaço doméstico, o ambiente de trabalho, as universidades, etc. Também é necessário que se diga que a violência de gênero pode adquirir diversas formas, desde formas extremamente sutis e quase imperceptíveis, até formas de exercício de grande violência física, que pode chegar a uma situação de feminicídio.

Este GT prioriza trabalhos que apresentem investigações em andamento (com algumas possibilidades de análises) ou concluídas sobre questões que contribuam para o enfrentamento dos desafios teóricos, metodológicos e epistemológicos que esse tema suscita, incluindo uma gama de marcadores sociais que passam a serem incorporados nas pesquisas sobre a violência de gênero, como classe, raça, geração, entre outros. A essa questão, devemos agregar a produção intelectual crítica sobre os processos de colonialidade e sua influência sobre a história e a cultura latino-americanas, o que vem a possibilitar novos (e outros) olhares sobre os processos de produção de violências de gênero.

PLURALISMO JURÍDICO E DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: a produção de normas sociais versus a cultura da violência ante a omissão estatal aos direitos LGBTQ+

André Luis Penha Corrêa¹

Lucas Lopes Grischke²

Rubens Vicente Rodrigues Vasconcelos³

¹ Universidade Federal do Rio Grande (FURG) –
andrecorrea.adv@outlook.com

² Universidade Federal do Rio Grande (FURG) –
luopeslg@gmail.com

³ Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
– rubensvrv@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A diversidade social é o conjunto de diferenças e valores presentes na sociedade e que influenciam as relações sociais, porém, essa pluralidade e variedade nem sempre é respeitada. Ao analisar a sociedade brasileira é possível perceber a pluralidade de pessoas, não só em decorrência da vasta extensão territorial do país, mas também em relação às causas sociais de diferenciação, tais quais a cor da pele, a cultura, a origem, a classe social, a presença de alguma deficiência, o gênero, a religião e a sexualidade.

Frente às relações sociais entre grupos marcados por fatores sociais e históricos de diferenciação o Estado é incumbido do grande desafio de atender às mais variadas e específicas demandas de cada grupo em uma sociedade tão plural. Ao se omitir ou deixar de apreciar as demandas de determinado grupo, o Estado acaba gerando uma sensação de não pertencimento, de exclusão, de marginalização e, principalmente, de desumanização e interiorização a certo grupo de pessoas.

As diferenças construídas pela sociedade ao longo da

história geralmente ocasionam o estabelecimento de uma diferença padrão e dominante em relação às demais diferenças: sentenciadas à inferiorização. Desta hierarquia das diferenças decorre o estigma social e, conseqüentemente, o não reconhecimento de direitos, o preconceito e a violência contra os grupos desumanizados. Em meio a este cenário de injustiças o presente trabalho analisa a diversidade sexual e o estigma social dispensado aos LGBTQ+ no Brasil.

Os grupos de pessoas LGBTQ+ são e foram historicamente vistos como menos pessoas, como desviantes, invertidos, anormais, aberrações, como pessoas contrárias às normas divinas e "à natureza". O estigma construído em torno dos LGBTQ+ se sustenta através das fobias e do sexismo, ocasionando violências e o não reconhecimento de seus direitos específicos relativos à sexualidade e questões de gênero. O século XX foi marcado, dentre outros, pela emergência de movimentos sociais e reivindicações de grupos socialmente excluídos e inferiorizados.

As primeiras reuniões de pessoas LGBTQ+ começaram a ocorrer no Brasil ainda durante o período da Ditadura Militar e objetivavam promover seus conhecimentos e divulgar mensagens a respeito de direitos e dignidade. Com o advento da epidemia de HIV e Aids, que lhes gerou enorme estigma social, os movimentos sociais se aproximaram do Estado com a finalidade de promover a saúde e a informação, fazendo surgir vários planos nacionais de combate à homofobia e demais formas de preconceito.

Apesar de tais conquistas seus direitos nunca foram literal e especificamente previstos em lei. Então, nesta omissão do Estado, se torna pertinente examinar a devida relação do tema com o Pluralismo Jurídico, já existente desde o século XIX, enquanto ferramenta útil destinada a suprir as ausências legislativas. Então, pretende-se abordar o assunto da omissão estatal frente ao reconhecimento e a efetivação dos direitos LGBTQ+, com o objetivo de analisar até que ponto o fenômeno do pluralismo jurídico consegue suprir as ausências estatais e constitucionais com os grupos LGBTQ+ em uma sociedade fortemente marcada pelo heterossexismo.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

O presente trabalho analisa o Pluralismo Jurídico sob a perspectiva de Wolkmer. Este autor explica que apesar da Constituição ter o papel de não apenas disciplinar e limitar o exercício do poder institucional, também de compor as bases da organização social e cultural ao reconhecer e garantir os direitos dos cidadãos, moldando, dessa forma, as forças sociais hegemônicas e forças sociais não dominantes (WOLKMER, 2010 p. 144). Além disto Wolkmer (2010, p. 145) explica que o poder estatal não é a única fonte e exclusiva de todo o Direito, havendo na sociedade a produção e aplicação de normas emanadas dialeticamente da sociedade, de seus sujeitos e grupos sociais.

Então, ainda que a realidade brasileira apresente omissões constitucionais e legislativas quanto ao reconhecimento dos direitos específicos dos grupos LGBTQ+, seria possível a ocorrência da produção de normas fáticas e não escritas emanadas diretamente da sociedade capazes de suprir a omissão estatal de forma a garantir maior dignidade para este grupo de pessoas. Ocorre, porém, que o tema da diversidade sexual transpassa uma construção histórica da sexualidade e do gênero, com bases homofóbicas e sexistas, conforme bem analisado por Foucault e Borrillo.

Então, entendendo que o fenômeno do preconceito contra os LGBTQ+ diz respeito à construção da sexualidade de forma umbilicalmente ligada à construção social de gênero devido às doutrinas heterossexistas (BORRILLO, 2016 p. 66), se torna necessário analisar ambos os temas conjuntamente, com vistas a melhor compreender a diversidade sexual e os estigmas das sexualidades não dominantes. Ainda, sendo certo que o fenômeno do pluralismo ocorre conforme as forças e poderes em ação na sociedade, é preciso levar em consideração de que forma opera o dispositivo da sexualidade a favor da hierarquia sexual na sociedade (FOUCAULT, 2017 p. 85)

3. METODOLOGIA

O presente trabalho diz respeito à conciliação do conhecimentos e leituras realizados na disciplina de Pluralismo Jurídico e Justiça Social do curso de Mestrado em Direito e Justiça Social da FURG e das pesquisas já realizadas pelo autor, com o devido auxílio e contribuição dos coautores, referentes ao seu projeto de dissertação no referido curso *stricto sensu*.

Então, utiliza-se a metodologia de pesquisa bibliográfica com o objetivo de cotejar os temas da diversidade sexual e do pluralismo jurídico, sob a hipótese de que a ocorrência do fenômeno do pluralismo possa suprir, ainda que em parte, as omissões Estatais quanto ao reconhecimento e garantia dos direitos do grupo social dos LGBTQ+.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos anos de 1960 e 1970 o país se encontrava em cenário de perseguições políticas e barbáries decorrentes da ditadura militar, porém, mesmo neste cenário, as primeiras reuniões de grupos que viriam a se tornar grupos de movimentos sociais dos LGBTQ+ começaram a discutir e compartilhar saberes e questionamentos acerca dos direitos sexuais e da comunidade homossexual (ROCHA, 2012, p. 29-30) e dos e das transgêneros.

E emergência e o desenvolvimento dos movimentos políticos LGBTQ+ ocorreram em três etapas, sendo a primeira relativa ao final da ditadura militar, a segunda teve início com o advento do HIV e Aids e o terceiro momento é marcado pela aproximação de tais movimentos com o Estado a partir dos anos 90. (ROCHA, 2012 p. 30).

A primeira etapa foi marcada pela distribuição de pequenos jornais de circulação local com informações e questionamentos acerca de temáticas e necessidades sociais dos LGBTQ+, como o conhecido jornal O Lâmpião de Esquina, cujo objetivo era problematizar as vivências, os estigmas, a violência e direitos dos e das homossexuais e transgêneros.



Imagem 01: Capa do Jornal O Lampião de Esquina, ano 1, nº 4, publicação de 25 de agosto à 25 de setembro de 1978.

A segunda etapa da emergência dos movimentos sociais LGBTQ+ se deu com o surgimento dos grandes números de infecção pelo HIV e desenvolvimento da Aids no Brasil. Neste período, em meados da década de 80, a homossexualidade foi fortemente vinculada à doença, levando as pessoas deste grupo social a serem consideradas grupos de risco de maneira igual aos usuários de drogas e profissionais do sexo, ocasionando inúmeros estigmas sociais sentidos até hoje (ROCHA, 2012, p. 31).

Em meio ao estigma surgiram vários grupos de apoio e prevenção à Aids e, em 1988, acolhidos sob a proteção da Constituição Cidadã, que prometia igualdade, respeito e dignidade para todas as pessoas, foi estruturado o Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis do Ministério da Saúde, que aproximou os grupos sociais ao Estado, pois ambos possuíam igual interesse em relação à saúde da população. Deu-se início, então, à

terceira etapa do processo de emergência dos movimentos sociais LGBTQ+.

Neta etapa, a partir de 1990, surgiram organizações não-governamentais (ONGs) e vários grupos de militâncias específicas de questões LGBTQ+, como grupo de lésbicas, de travestis e de transexuais (ROCHA, 2012 p. 31). Porém, apesar do trabalho exercido por tais grupos, a Constituição Federal de 1988, considerada inovadora em questões relacionadas ao reconhecimento de grupos antes excluídos (MOTA, 2017 p. 57-75), as questões LGBTQ+ não foram abraçadas por tais inovações.

A Constituição deve ser resultante de correlações de forças e de lutas sociais ao longo do desenvolvimento da sociedade (WOLKMER, 2010 p. 143), porém, neste caso, nem mesmo a união entre pessoas do mesmo sexo foi considerada entidade familiar pela norma constitucional, sendo tal reconhecimento atribuído tão somente às uniões entre homens e mulheres, conforme o texto do artigo 226. Nesta omissão estatal é que deveria entrar o fenômeno do pluralismo como ferramenta de equilíbrio entre as desigualdades jurídicas.

O Brasil, enquanto país latino-americano, foi fortemente influenciado, ao longo do seu desenvolvimento, por questões sociais e jurídicas europeias e anglo-saxãs (AVRITZER, 2017 p. 10-30; TORRES, 2017 p. 111-125). Após a Revolução Francesa adveio o Estado de Direito e o interesse pela unicidade política, devendo o Estado ser o único detentor do poder e da produção de normas jurídicas (GUARANY; *et al*, 2014 online), situação esta chamada de monismo jurídico. No Brasil, a Constituição de 1824 fixou o regime monárquico, imperial e monista.

Frente ao monismo estatal na Europa vários forças e grupos sociais buscavam firmar sua hegemonia, dentre eles a igreja. Ainda, a pluralidade de realidades europeias destacou a insuficiência do monismo jurídico, destacando a necessidade de se admitirem novas fontes de normas (GUARANY; *et al*, 2014 online). Estudiosos da época notaram a massiva produção de normas locais e passaram a questionar a superioridade da norma estatal à local e, em XIX e XX, desenvolveram fortes críticas ao monismo

jurídico (GUARANY; *et al*, 2014 online). Tais estudos e pensamentos influenciaram a realidade latino-americana.

Além disto, as Constituições desta época, no Brasil, serviam para o controle das elites ao invés de expressar os direitos dos movimentos sociais que lutavam por cidadania (WOLKMER, 2010 p. 150), o que também ocorreu nas constituições seguintes. Então, o não conhecimento dos LGBTQ+ na Constituição de 1988 se traduz em pleno resquício da tradição excludente.

Os movimentos sociais anteriormente descritos operaram o fenômeno do pluralismo, fazendo surgir, através de suas lutas, normas fáticas no ambiente social. O pleno desenvolvimento do pluralismo poderia tornar a realidade social mais democrática e digna (BERGAMASCHI, 2017 p. 361), porém, o preconceito e a inferiorização dos LGBTQ+ têm ocasionado a forte segregação e marginalização deste grupo social, traduzindo-se em óbices à realização da justiça social.

Os membros da comunidade LGBTQ+ são historicamente considerados desviantes, pessoas que se contrapõe ao modelo dominante de padrões e relações sexuais e afetivas o heterossexual. A expressão da sua sexualidade e, inclusive, do gênero, diz respeito à busca pela felicidade e à dignidade (SARLET, 2011 s/p⁶) de cada indivíduo, sendo esta última o princípio maior da atual Constituição Cidadã.

A liberdade sexual, como o próprio termo já diz, está intimamente ligada aos direitos de liberdade, bem como com os de privacidade, igualdade, livre desenvolvimento da personalidade e intimidade (BERGAMASCHI, 2017 p. 364). Porém, os LGBTQ+, para que tenham seus direitos assegurados, geralmente precisam recorrer ao judiciário e construir um caminho argumentativo, buscando unir as normas abstratamente gerais da Constituição Federal de 1988 com o objetivo de comprovar a sua condição de pessoa e, portanto, de merecedora de dignidade.

⁶ A obra consultada encontra-se digitalizada no formatado E-Pub e, portanto, sem paginação.

5. CONCLUSÕES

Torna-se inequívoco, então, o fato de que a diversidade sexual está intrinsecamente relacionada à dignidade humana, princípio maior da Constituição Cidadã e que ordena o Estado na produção de norma. A dignidade humana exige do Estado e da sociedade que sejam propiciadas às pessoas, independentemente de sua diversidade, condições mínimas e sadias para o seu desenvolvimento natural e a sua interação social digna.

Assim, ao emanar normas e organizar a ordem social, entende-se que o Estado deve levar em consideração a pluralidade social e a diversidade sexual. Somente assim será possível percorrer um caminho efetivo em direção à justiça social. Frente tal cenário foi possível concluir, até o presente momento, a insuficiência do fenômeno do pluralismo para suprir as ausências legislativas e omissões estatais e constitucionais perante os direitos dos LGBTQ+.

O preconceito e os estigmas sociais se tornam grande óbices à realização da felicidade e dignidade. Assim, embora ainda não esteja encerrada tal pesquisa, pretende-se dar início à análise da relação e da construção de políticas públicas relativas ao tema, com o objetivo de avaliar as ações e as omissões do estado nesta temática, principalmente nas questões de combate à violência, de saúde e educação.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro

AVRITZER, Leonardo. O Novo Constitucionalismo Latino-Americano: uma abordagem política. In: AVRITZER, Leonardo; et al. **O constitucionalismo latino-americano em debate: soberania, separação de poderes e sistema de direitos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. pp. 10 - 30.

BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GOMES, Lilian C. B; MARQUES, Carlos E. Comunidades Tradicionais Afrodescendentes e o Novo Constitucionalismo Latino-Americano: estudo de caso comparativo Brasil, Colômbia e Equador. In: AVRITZER, Leonardo; et al. **O constitucionalismo latino-americano em debate: soberania, separação de poderes e sistema de direitos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. pp. 186 - 202.

MOTA, Aurea. O constitucionalismo democrático latino-americano em perspectiva histórica. In: AVRITZER, Leonardo; et al. **O constitucionalismo latino-americano em debate: soberania, separação de poderes e sistema de direitos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. pp. 57 - 75.

RIOS, Roger Raupp. Para um direito democrático da sexualidade. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 26, p. 71-100, jul./dez. 2006.

SARLET, Ingo. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 9. ed. rev. atual. - Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011.

TORRES, Ana Paula Repolês. Soberania Popular e direitos no novo constitucionalismo latino-americano. In: AVRITZER, Leonardo; et al. **O constitucionalismo latino-americano em debate: soberania, separação de poderes e sistema de direitos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. pp. 111 - 125.

Artigo

BERGAMASCHI, Igor Felipe. Diversidade Sexual e a Educação Pela Perspectiva de Pluralismo Político em Eugen Ehlich. In: Anais do EVINCI - UniBrasil, Curitiba, v.3, n.2, p. 359 - 378, out. 2017. Disponível em <http://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/>

anaisevinci/article/view/3530

>. Acessado em junho de 2018.

GUARANY, Vilmar Martins Moura; et al. Pluralismo Jurídico: uma maneira de dizer direito através das minorias. In: Anais do II Congresso Internacional e IV Simpósio Jurídico da Faculdade de Direito das Faculdades Vale o Juruena- AJES/MT. 2014, on-line. Disponível em < <http://www.site.ajes.edu.br/congre/edicoes.php?id=2> >. Acessado em junho de 2018.

WOLKMER, Antônio Carlos. Pluralismo e Crítica do Constitucionalismo na América Latina. In: **Anais do IX Simpósio Nacional de Direito Constitucional**. 2010, pp 143 - 155. Disponível em < <http://www.abdconst.com.br/revista3/antoniowolkmer.pdf> >. Acessado em junho de 2018.

Tese/Dissertação/Monografia

ROCHA, Késia dos Anjos. **Da política educacional à política da escola: os silêncios e sussurros da diversidade sexual na escola pública**. 2012. 165 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista UNESP, São Paulo: 2012. [Orientadora Professora Doutora Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo]. Disponível em < https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/rocha_k.s.me_m_ar.pdf >. Acessado em maio de 2018.

Documentos Eletrônicos

Jornal O Lampião da Esquina. Ano 1, nº 4, publicação de 25 de agosto a 25 de setembro de 1978. Disponível em < <https://pt.scribd.com/document/238968365/08-Lampiao-Da-Esquina-Edicao-04-Agosto-Setembro-1978> >. Acessado em maio de 2018.

**NARRATIVAS DE AGRESSORES DE MULHERES JULGADOS
NO JUIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
DE PELOTAS - RS**

Elisiane Medeiros Chaves

Universidade Federal de Pelotas - elisianemchaves@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho se refere a uma dissertação de mestrado que foi realizada no Programa de Pós-Graduação em História junto à Universidade Federal de Pelotas, na área de Ciências Humanas e que tem como tema a violência contra a mulher, já que seguidamente são noticiados crimes cujas vítimas são mulheres e que, na maioria das vezes, são cometidos por seus companheiros. Entretanto, a pesquisa tem o olhar mais voltado para os agressores, a fim de que eles falem sobre as situações de violência nas quais se envolveram.

A hegemonia masculina sempre foi predominante na maioria das sociedades, nas quais o homem dominava o espaço público enquanto a mulher ficava sob a tutela do pai ou do marido, confinada em sua própria casa, excluída da vida social.

Para Saffioti (2004), quando mulheres e homens viviam em condições primitivas, portanto, antes da constituição das sociedades civilizadas, a unidade mãe-filho era essencial para a manutenção do grupo e os seres humanos tinham uma relação igual e equilibrada entre si e com os animais.

Porém, ainda segundo a mesma autora, quando os seres humanos começaram a criar animais para corte ou tração, estes passaram a ter valor econômico e deixaram de ser considerados como iguais e, de outro lado, ter mais filhos significava ter mais braços para cultivar terras e obter acumulação. Assim, o ser humano foi se distanciando da natureza, passando a ter interesse

apenas no seu controle e dominação, o que segundo Saffioti (2004) também foi crucial para estabelecer entre as categorias sociais as relações de dominação-exploração.

Desta forma, a condição feminina passou a ser controlada pelos homens através da reprodução, uma vez que eles se colocavam como centro do universo, pois conforme Saffioti (2004, p. 121): "Como portadores da semente que espalhavam nos passivos úteros das mulheres, os homens passaram a se considerar a fonte da vida". É possível pensar que a partir dessas condições a mulher passou a ser explorada econômica e sexualmente, visando o benefício masculino, conforme planejado pelos próprios homens, estabelecendo a ideologia do patriarcado.

É preciso considerar também o papel da Igreja Católica a qual teve uma participação importante na manutenção do patriarcado uma vez que na Idade Média essa instituição, seguindo as tradições grega e romana que viam a mulher como inferior e incapaz, fazia interpretações dos textos bíblicos nessa mesma esteira, pois conforme Colling (2014), os mitos do Éden e do pecado original sempre eram reafirmados em relação às mulheres, sendo reforçada a ideia de que Eva ao comer a maçã proibida e ter levado Adão a comê-la também, teria feito Deus expulsar os dois do paraíso e, consequentemente a raça humana foi condenada ao sofrimento e a infortúnios, por culpa de uma mulher.

Também no campo da ciência existia uma visão discriminatória sobre a mulher, pois até o final do século XVIII prevalecia o modelo do sexo único no qual, por falta de calor vital no momento de sua concepção, a mulher não passava de um homem com os órgãos genitais voltados para o interior do corpo, sendo, portanto, um ser imperfeito, inferior. Já o homem, por ter a genitália voltada para o exterior, era considerado superior, conforme esclarece Priore (2011).

Lagarde (2005) também aborda o assunto da opressão e subordinação feminina e afirma que a própria condição de ser mulher implica em ela ser oprimida. Segundo a autora, essa opressão sempre foi intensificada pela transmissão de normas políticas da sociedade e da cultura, que se organizam a partir de privilégios concedidos aos homens que são justamente os que

estabelecem essas normas.

É importante ainda comentar que no Brasil-colônia, as Ordenações Filipinas que vigoravam em Portugal, foram a base do direito em nosso país, tendo sido a partir da independência, em 1822, que os textos das Ordenações foram sendo, gradativamente, revogados. Porém, foram sendo substituídos por outros que acabaram por manter suas influências.

É possível pensar que a família brasileira foi sendo moldada pelos costumes portugueses que acabaram definindo os papéis de cada membro da entidade familiar, no sentido de como devia ser a distribuição de poder e a qual membro cabia o uso da violência, quando ela se tornasse necessária para manter a ordem familiar. Portanto, já no seu processo fundador como sociedade, o Brasil, sob a forte influência de Portugal e de seus costumes sociais e jurídicos, naturalizou formas de agressão e violência. Inclusive no que tange ao comportamento e a punição às mulheres, eis que as Ordenações Filipinas, adotavam punições severas como castigos físicos e até mesmo a morte, para aquelas que infringissem as normas sociais e jurídicas, conforme Souza et al (2009).

As circunstâncias de vida das mulheres hoje são diferentes daquelas vivenciadas desde os primórdios da história da humanidade quando a violência de gênero, na maior parte das vezes, acontecia em razão de ser conferida à mulher uma posição marginal em relação ao homem, segundo Scott (1989). Porém, mesmo com diversas transformações sociais que ocorreram ao longo do tempo, ainda há mulheres sendo desrespeitadas, oprimidas, agredidas e assassinadas.

Entendo que no combate ao fenômeno da violência contra a mulher, os agressores não podem ser deixados de lado, pois, mesmo que mulheres consigam sair de situações de violência, há homens que não modificam seus modos de pensar e de agir e que irão continuar sendo potenciais agressores.

Para Saffioti (1987), ainda existem homens que se consideram superiores às mulheres, pois mantêm ideias impregnadas de resquícios de uma ideologia patriarcal e machista. Nessa perspectiva, Saffioti (2004) não acredita em uma mudança radical de uma relação violenta quando se trabalha exclusivamente

com a vítima, a qual pode sofrer algumas mudanças, enquanto o agressor permanece como sempre foi, mantendo seu *habitus*.

Os conflitos decorrentes de casos de agressões às mulheres, cada vez mais têm sido objeto de judicialização, requerendo a mediação de uma juíza ou de um juiz. Em 2006, foi criada a Lei 11.380, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, com o objetivo de proteger as mulheres contra a violência doméstica e punir seus agressores.

O objetivo geral da pesquisa visava investigar as situações de violência produzidas, em dias atuais, por agressores de mulheres que agem em desrespeito à lei e às normas sociais vigentes, as quais não admitem mais essas condutas. Se a sociedade já não aceita que mulheres sejam agredidas, tanto que foram promulgadas leis visando a prevenção e a punição para quem as maltrata, ou mata, penso que se deve investigar porque ainda há homens que agem dessa forma. A pesquisa possibilitou a réus, que estavam sendo julgados no Juizado da Violência Doméstica da comarca de Pelotas, que expressassem o que aprenderam, o que vivenciaram e suas crenças a respeito do tema, a fim de se verificar a possibilidade de identificar, na documentação pesquisada, condutas dos agressores que pudessem ser atribuídas a uma visão histórica, que foi socialmente construída, de superioridade masculina.

2. METODOLOGIA

Para a elaboração do projeto de pesquisa foi realizada uma conversa prévia com o juiz responsável pelo Juizado da Violência Doméstica da comarca de Pelotas (no final de 2015), o qual também considerou importante a realização de um trabalho voltado para os agressores, tendo, para tanto, autorizado a realização de entrevistas com os réus, bem como a análise de seus processos judiciais.

Na pesquisa foi utilizada a História Oral Temática, em vista de que os agressores que participaram das entrevistas eram sujeitos capazes de fornecer narrativas em relação ao tema da pesquisa. Segundo Meihy e Holanda (2011), essa metodologia é de caráter social e tem como foco buscar informações sobre um

determinado tema, que deve ficar bem explícito e cujas perguntas durante a entrevista devem ser orientadas para seu esclarecimento.

O estudo é relacionado à História do Tempo Presente, já que foram analisados processos contemporâneos à realização da pesquisa e também por conta da convivência da pesquisadora, no mesmo período histórico, com os autores das falas produzidas nas entrevistas. Delgado; Ferreira (2013) entendem que o tempo presente refere-se a um passado atual ou em permanente processo de atualização, que está inscrito nas experiências analisadas e que inclui diferentes dimensões, tais como, um processo histórico marcado por experiências ainda vivas, com tensões e repercussões de curto prazo.

A pesquisa teve início em maio de 2016 e foi realizada com réus atendidos pela Defensoria Pública do Estado, tendo sido explicado às defensoras (eram três mulheres) e aos narradores, o objetivo do estudo.

O procedimento usado pela pesquisadora consistiu em um pouco antes do horário da realização das audiências, conversar com os réus que esperavam no corredor do fórum, explicando a respeito da pesquisa e convidando-os a voluntariamente participar da mesma. Foram abordados 20 indivíduos e 18 foram entrevistados. Todos assinaram o Termo de Cessão das respectivas entrevistas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os crimes sob julgamento variavam entre ameaças, lesões corporais e crimes contra a liberdade pessoal (cárcere privado). Os réus tinham idade entre 20 a 49 anos, a maioria não tinha ensino médio completo e a renda variava entre um e três salários mínimos.

A maior parte dos réus relatou que aprendeu que o homem deve tomar a frente das decisões de um casal, pois sempre foi assim. Acreditavam que isso foi aprendido tanto com os pais, quanto na convivência em sociedade. Nesse sentido, para Bourdieu (2005), a dominação e a opressão de homens sobre mulheres,

resultam de uma visão legitimada por práticas incorporadas e reproduzidas pela sociedade, que conferem aos homens a melhor parte.

Entre as razões dos atos de violência que geraram os processos judiciais, foram apontados fatores como ciúmes, tanto de um lado quanto do outro, traições, a não aceitação da separação, defesa por parte de alguns réus que alegaram que eram as mulheres que batiam, o que, inclusive foi admitido por algumas delas nas audiências, demonstrando que viviam em relações marcadamente violentas. Também o uso do álcool e a depressão foram justificativas apontadas por réus.

Foi observado através da análise das narrativas e dos processos judiciais, que há réus que parecem não se importar com a punição legal.

A maioria das ações penais referentes aos réus entrevistados foi julgada improcedente, pois aconteceram 13 sentenças absolutórias, 4 condenatórias e uma ainda não havia sido sentenciada até a finalização da dissertação. Essa situação costuma acontecer também com a maioria das ações julgadas no Juizado da Violência Doméstica de Pelotas, o que ocorre em vista do julgador não ter certeza do cometimento dos crimes por parte dos réus. Foi verificado ainda que o mesmo também ocorre na maioria das decisões prolatadas em outros tribunais do país.

Além disso, foi possível observar que, em geral, são aplicadas penas brandas na maioria das ações condenatórias, variando entre um a três meses. Há também penas maiores, como de dois a cinco anos, mas estas costumam ser minoria.

4. CONCLUSÕES

Através das falas produzidas pelos entrevistados, existem, de fato, homens que nos dias atuais assumem que são machistas e que gostariam que as mulheres continuassem sendo submissas, pois isso é considerado normal para eles e para a sociedade. E como aprenderam isso em família e no convívio social, se torna evidente que essas ideias circulam em ambiente bem mais amplo. Por ser desta forma, 18 narrativas parecem um número pequeno, mas elas

nos dizem muito sobre nossa atual sociedade e sobre o quanto ainda são preponderantes nela, o machismo e a cultura da dominação masculina.

Tendo em vista que houve réus que disseram que não se importavam em ser presos e que as penas observadas, geralmente, são leves, é possível pensar que só responsabilizar penalmente os agressores não tem sido uma medida capaz de diminuir os números de casos de mulheres agredidas, uma vez que a intimidação aplicada parece não estar sendo suficiente para contê-los.

Por ser desta forma, como há homens que assumem que ainda tentam vivenciar em suas relações os pressupostos da hegemonia masculina, tal como foi construída socialmente há séculos atrás, se pode concluir que, estrategicamente, os agressores também deveriam participar de programas de reeducação na tentativa de modificarem seus modos de pensar e de agir. Existe essa previsão legal, mas ela é minimamente utilizada, pois foram encontrados apenas 25 grupos para tratar agressores no país. Em Pelotas, o NACA realiza esse serviço, mas tão somente para os réus primários e que não foram penalizados com prisão, ou seja, os homens que cometeram crimes mais graves não têm a possibilidade de pensar sobre suas práticas.

Por fim, é evidente que o poder público e a sociedade precisam reagir com mais veemência para mudar o retrato atual da violência contra as mulheres, pois os números são altos, assustam e demonstram que estamos longe do fim desse fenômeno destruidor.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. **A dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COLLING, A. M. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

DELGADO, L. N; FERREIRA, M.M. **História do tempo presente e**

ensino de História. **Revista História Hoje**, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.

LAGARDE, M. **Cautiverios de las mujeres**: madresposas, monjas, putas, presas y locas. 4. ed. Ciudad del México: UNAM, 2005.

MEIHY, J. C. S. B; HOLANDA, F. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2011.

PRIORE, M. D. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____, H. I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, J. W. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SOUZA, J. L. C; BRITO, D. C; BARP, W. J. **Violência doméstica**: reflexos das Ordenações Filipinas na cultura das relações conjugais no Brasil. 2009. Acessado em 04 de abril de 2017. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/161/137>.

MANIFESTAÇÕES DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DE GÊNERO EM UMA FANPAGE E GRUPOS SOBRE O JOGO LEAGUE OF LEGENDS NO FACEBOOK

Graciele Urrutia Dias Silveira ¹

Raquel Recuero ²

¹ PPGL - UFPEL - gracidsilveira@gmail.com

² PPGL - UFPEL/ PPGCom- UFRGS - raquel@pontomidia.com

1. INTRODUÇÃO

Os primeiros jogos eletrônicos surgiram aproximadamente na década de 1960 com um jogo de tênis de mesa criado pelo físico William Higinbotham e, desde então, vêm ganhando popularidade não somente entre as crianças e adolescentes, mas também com os adultos (BARBOZA; SILVA, 2014). Tal expansão repercutiu em questões econômicas, por exemplo, como no caso do Brasil, em que, segundo reportagem do website E-commerce Brasil, publicada em 15 de agosto de 2016, o país, até o momento, ocupava a 11ª posição no ranking mundial de mercado de games e já empregava mais de 4 mil pessoas. O faturamento da indústria dos games, a nível mundial, de acordo com Almeida et. al. (2014), ultrapassou aproximadamente quatro vezes os lucros obtidos pelas grandes empresas cinematográficas de Hollywood, que faturou 8,4 bilhões.

A popularização de tais jogos eletrônicos também repercutiu para além das partidas e estes tornaram-se tema das interações entre os jogadores não só nas conversas face a face, mas também nos, igualmente, populares sites de redes sociais. Ferramentas como o Facebook, por exemplo, permitem que esses jogadores e interessados no assunto criem laços sociais por meio da associação a grupos e páginas voltados aos seus jogos de interesse e se apropriem de ferramentas (BOYD; ELLISON, 2007) como as

postagens e os comentários a fim de debaterem questões inerentes a tais jogos como estratégias, preferências com relação a avatares, informações relacionadas a aspectos que não dominam, procura de companheiros para seus times, etc. Exemplos disso ocorrem de modo frequente na *fanpage* e nos grupos fechados sobre o jogo *League of Legends* (LOL) analisados neste trabalho, em que foi possível observar que os jogadores, frequentemente, postam suas dúvidas e propostas de criação de times, assim como debatem questões referentes ao jogo em questão por meio de comentários. Em tais postagens e comentários, podem ser observadas também interações em que é debatida a performance dos jogadores, inclusive a partir de uma perspectiva de gênero, em que o feminino é, comumente, apontado como inapto no que se refere aos jogos de combate.

Tais comentários e postagens que buscam inferiorizar as mulheres por meio de discursos estigmatizadores e de xingamentos acabam gerando as mais diversas reações entre as jogadoras. Algumas decidem se esconder por trás de apelidos masculinos a fim de não serem hostilizadas, outras propagam debates e campanhas em favor da participação feminina nos jogos e com *nicknames* femininos que desejarem e ainda, há aquelas, que não reconhecem o discurso de violência simbólica (BORDIEU, 1991; ZIZEK, 2014) de gênero e afirmam que os protestos das jogadoras não é nada mais que um "feminismo exagerado" ou "mimimi".

No intuito de investigar a violência simbólica direcionada ao gênero feminino, será discutida no presente trabalho, que está inserido na área de estudos da linguagem, a relação entre essa problemática e a participação em jogos online, sobretudo no *League of Legends*, e em mídias sociais, com foco especial no *Facebook*. Com isso, pretende-se identificar como ela se manifesta por meio das trocas interacionais estabelecidas nos comentários de seis publicações selecionadas nos grupos e página escolhida.

2. METODOLOGIA

Como objeto de análise foram escolhidas postagens que fazem referência à participação de mulheres em jogos eletrônicos, sobretudo no *League of Legends*, jogo que envolve combate entre

equipes, e também comentários que discutem o conteúdo das postagens. Durante o período de Julho de 2017 a Fevereiro de 2018, foram monitoradas as fanpages *League of Legends - Brasil*⁷, *League of Legends - Denúncia*⁸, *Liga do Lag*⁹ e nos grupos fechados *Rexpeita Elas - League of Legends*¹⁰, *League of Legends Brasil*¹¹ e *League of Legends - Brasil*¹² 6.

Dentre os grupos e fanpages e 2.773 publicações monitoradas foram selecionadas seis postagens, uma da fanpage *Liga do Lag*, três do grupo *League of Legends Brasil* e duas do *League of Legends - Brasil* por nelas haver número suficiente de comentários com conteúdo que permitisse o estabelecimento de um debate mais profundo sobre a questão da violência simbólica de gênero. Além disso serviu como parâmetro de escolha a participação de homens e mulheres nas discussões a fim de pesquisar como os dois lados se posicionavam a respeito de estereótipos e insultos relacionados ao gênero feminino e a ocorrência de comentários tanto favoráveis quanto desfavoráveis a discursos estigmatizadores e xingamentos. A página *League of Legends Brasil* foi desconsiderada por não apresentar conteúdo tóxico e a *League of Legends - Denúncia* devido a não apresentar nenhuma publicação no período de observação. As publicações sobre gênero no *Rexpeita elas* não foram selecionadas por não haver comentários nelas e as cinco restantes nos grupos *League of Legends Brasil* e *League of Legends - Brasil* devido a não atenderem os parâmetros acima mencionados.

Com relação à fundamentação metodológica, teve-se como base a *Análise de Discurso Mediado por Computador* de Herring (2001;2004). Tal metodologia utiliza conhecimento de diferentes áreas a fim de investigar comportamentos que são postos em prática por meio do discurso em ambientes online e que ela tem base empírica, isto é, parte-se para a observação de conversas disponíveis nesse tipo de ambiente, com a possível complementação de outros

⁷ <https://www.facebook.com/LeagueofLegendsBrasil/>

⁸ <https://www.facebook.com/oldenuncia/>

⁹ <https://www.facebook.com/Liga-do-Lag-1963254740571203/>

¹⁰ https://www.facebook.com/groups/rexpeitaelas/?ref=br_rs

¹¹ <https://www.facebook.com/groups/197360944012804/>

¹² <https://www.facebook.com/groups/1430214993879690>

métodos como entrevistas, por exemplo. Desse modo, segundo Herring (2004), tal perspectiva de estudo faz uso de paradigmas metodológicos originalmente utilizados no estudo da língua falada e escrita, como o a análise da conversação, pragmática, entre outros, e os aplica aos diferentes contextos que se apresentam de modo online.

Diversos fenômenos relacionados a comunicação mediada por computador podem ser analisados pela CMDA, entre eles o de nível micro como processos de formação de palavras, escolha lexical, estrutura de frases e os de nível macro, como a coerência textual, questões de igualdade de gênero e identidade, que são levantados por meio do discurso. Com relação aos domínios ou níveis de linguagem a ser analisados, eles são quatro: 1) estrutura, 2) significado, 3) interação e 4) comportamento social. A *estrutura* está relacionada à ortografia, à formação de palavras e à estrutura de frases, enquanto o *significado* compreende o sentido de palavras, frases e outras unidades de sentidos maiores. No que se refere à *interação*, ela inclui a tomada de turnos, desenvolvimento de tópicos, e outros meios de negociar as trocas interacionais e o último nível, o comportamento social, relaciona-se a expressões linguísticas de conflito, poder e pertencimento a um grupo, entre outras (HERRING, 2004).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das seis publicações selecionadas permite compreender que a violência de gênero pode se manifestar nas interações entre participantes de páginas e grupos sobre o jogo *League of Legends* ao menos de cinco maneiras. A primeira dessas formas de manifestação violência direcionadas às jogadoras pode ser observada sob a forma de insultos (KURTZ, 2015; MENTI; ARAÚJO, 2017), sobretudo com relação à aparência e conduta das jogadoras, quando essas por alguma razão têm um mau desempenho em uma partida. A segunda forma de manifestação de violência encontrada nas publicações analisadas, os estereótipos (CROSS, 2014; OLIVEIRA; 2014; FREITAS, 2015) relacionados ao gênero

feminino, mostrou ser a forma mais frequente de agredir e ofender as participantes do *League of Legends* e das páginas e grupos observados. A terceira maneira foi o assédio sexual, apontada por Kurtz (2015), a quarta, a culpabilização das vítimas (VIEGAS; RECUERO, 2014) e a última, a tentativa de interditar o discurso feminino (FOUCAULT, 1996), fazendo com que esse não parece digno de importância.

4. CONCLUSÕES

A partir dos dados observados, pode-se observar que a violência simbólica de gênero que se manifesta em trocas interacionais face-a-face fazem parte também das conversas estabelecidas por meio de comentários relacionados ao papel do gênero feminino no cenário dos jogos eletrônicos de combate. A análise das publicações que serviram como base para essa investigação permitiram observar que a violência simbólica de gênero pode se manifestar de diferentes formas nos ambientes online, entre elas os insultos, assédio, estereótipos, culpabilização das vítimas e interdição do discurso feminino

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **The Forms of Capital**. Originalmente publicado em "Ökonomisches Kapital, kulturelles Kapital, soziales Kapital" in *Soziale Ungleichheiten* (Soziale Welt, Sonderheft 2). (pp. 248-257). 1983. Tradução de Richard Nice. Disponível em: <http://www.pontomidia.com.br/raquel/resources/03.html>. Acesso em 22 out. 2017.

CROSS, Katherine. Ethics for cyborgs: On real harassment in an "unreal" place. Loading... The Journal of the Canadian Game Studies Association, Vol 8(13): 4- 21, 2014. Disponível em <http://journals.sfu.ca/loading/index.php/loading/article/viewArticle/140>. Acesso em 02 dez 2017.

FREITAS, Silvio Silvério Feitosa de. A representação da mulher nos

jogos Final Fight 1,2 e 3. 2015. In: XII Semana da Mulher - Mulheres, gênero, violência e educação, 2015, Marília, SP. Disponível em:

<https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiisemanadamulher1189/a-representacao-da-mulher-silvio-silverio.pdf>. Acesso em: 04 set. 2017.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 1970. 24.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HERRING, Susan. **Computer-mediated discourse**. In D. Schiffrin, D. Tannen, & H. Hamilton (Eds.), *The Handbook of Discourse Analysis* (pp. 612-634). 2001. Disponível em: <http://ella.slis.indiana.edu/~herring/cmd.pdf>. Acesso em 24 jan. 2018.

_____. Computer-mediated discourse analysis: An approach to researching online behavior. In: BARAB, S. A.; KLING, R.; GRAY, J. H. (Eds.). **Designing for Virtual Communities in the Service of Learning**. New York: Cambridge University Press, 2004, pp. 338-376. Disponível em: <http://ella.slis.indiana.edu/~herring/cmda.pdf>. Acesso em: 05 fev 2018.

KURTZ, Gabriela Birnfeld. **"Se tiver meninas, melhor ainda"**: análise da participação feminina no jogo Dota 2 no Brasil. In: XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, RJ, 2015. Disponível em <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-2823-1.pdf>. Acesso em 12 jul 2017.

OLIVEIRA, Rodrigo Oliveira de. **Garotas que jogam videogame**: expressões de identidade e interação sobre cultura gamer no Facebook. Dissertação (mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, RS, 2014. Disponível em:

<http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3225>.

Acesso em: 23 nov. 2017

MENTI, Daniela Cristina; ARAÚJO, Denise Castilhos de. **Violência de gênero contra mulheres no cenário dos eSports. Conexão-Comunicação e Cultura,**

v. 16, n. 31, 2017. Disponível em:

[www.uces.com.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/494](http://www.uces.com.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/4948)

8. Acesso em: 27 jan. 2018.

VIEGAS, Paula; RECUERO, Raquel. **Violência simbólica de gênero na publicidade digital.** In: XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Foz do Iguaçu, PR, 2014.

ZIZEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais.** 1.ed. São Paulo, Boitempo, 2014.

A LINGUAGEM E O NÃO-DITO NOS DISCURSOS DA E SOBRE A LEI DO FEMINICÍDIO

Letícia Rosaura da Silva Maass

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
letmaass@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende analisar os discursos da e sobre a Lei do Femicídio, bem como as suas consequências no panorama brasileiro após os três anos de sua promulgação em 2015. Dessa forma, aciona-se o aporte jurídico-penal, fornecido pelo Direito, as contribuições e os dispositivos teórico-analíticos da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, cuja base teórica articula o Materialismo Histórico, a Linguística e a Psicanálise, tendo como precursor Michel Pêcheux.

A partir disso, propõe-se realizar um gesto de leitura sobre a Lei do Femicídio, considerando tanto o discurso da própria Lei, quanto os discursos produzidos sobre ela. Pelo viés da materialidade da língua/simbólico, buscar-se-á compreender o modo de organização desse discurso/lei, contemplando, também, os discursos midiáticos que noticiam o feminicídio e dão visibilidade a alguns dos casos que acontecem diariamente no Brasil.

Ancorada na perspectiva da AD, focando essa questão jurídica, busca-se enfatizar o problema do feminicídio no país em relação, sobretudo, ao possível mascaramento da violência de gênero causado por essa mesma Lei. Portanto, do silêncio à denúncia, infere-se nos discursos que (pre)tensamente assegurariam espaços de voz para as mulheres, haja vista que o discurso da Lei do Femicídio, paradoxalmente, fundamenta-se nas soluções fornecidas pelo Direito Penal, que funciona como

mecanismo reprodutor de desigualdades e da punição por si só.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

Visando dar o aporte teórico nas questões que toquem à Análise do Discurso e seus dispositivos teórico-analíticos utilizados na interpretação crítica da Lei do Femicídio alguns autores serão acionados como: Michel Pêcheux, Michel Foucault, Althusser, Orlandi, Leandro Ferreira, Indursky, entre outros.

Ainda serão utilizadas contribuições teóricas do campo do Direito, especialmente das ciências criminais, como Maria Lúcia Karam, Vera Andrade, Alessandro Baratta e Eugenio Zaffaroni, a fim de comportar as questões do trabalho inerentes ao Direito, seja na crítica ao Direito Penal, ou ainda para elucidar termos e noções jurídicas empregadas no decorrer do trabalho.

3. METODOLOGIA

A metodologia empregada consiste em pesquisa bibliográfica, visando analisar as condições de produção da Lei do Femicídio e as consequências que dela derivam, nesses três anos após sua publicação. Contando, a partir disso, com os teóricos elencados anteriormente, para que se possa abarcar as noções provenientes de ambas as áreas e se realize a análise dos discursos em torno da Lei. Por conseguinte, possibilitar-se-á a observação dos efeitos de sentido possíveis que estão em jogo nesses discursos que tocam a Lei, a partir das posições-sujeito mobilizadas nesses movimentos discursivos, além de tematizar, conforme aponta Eni Orlandi (2013), três modos de opacidade: a do sujeito, a da língua e a da história.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando-se que este trabalho refere meu projeto de Dissertação de Mestrado, deve-se ressaltar que ele está ainda em desenvolvimento, de modo que não há resultados prontos nesse sentido. Porém, há alguns pontos elencados desde pronto nesta

pesquisa, quais sejam, as já referidas condições de produção da Lei do Femicídio, bem como as suas consequências, seja no campo material ou formal.

Com isso, as questões do Silêncio e da Linguagem são os pontos-chave para a discussão acerca das consequências da Lei do Femicídio. Diz-se isso uma vez que, além da Linguagem, via discurso, conforme comentado, ser o ponto de encontro entre a Análise do Discurso e o Direito. E o Silêncio é pungente nesta pesquisa. Pois, além da própria mídia, que frequentemente noticia feminicídios que ocorrem pelo país, mostrando como as mulheres que sofrem, calam-se, ou não (posto que frequentemente elas realizam a denúncia), entretanto o resultado feminicídio se concretiza de todo modo; há, ainda, a questão do Silêncio dentro do discurso emanado pela própria Lei, conforme será demonstrado a seguir.

Nesse viés do Silêncio quanto ao Discurso da Lei, tem-se os sentidos e dizeres que se produzem quando o legislador, na alteração do projeto de Lei, modificou a parte referente ao homicídio cometido "contra a mulher por razões de gênero" (BRASIL, 2014) para "homicídio cometido contra a mulher por razões da condição de sexo feminino" (idem, 2015) e determinando, ainda, que as razões para que se configure o feminicídio sejam "I- violência doméstica e familiar; II- menosprezo ou discriminação à condição de mulher" (ibidem). Esses excertos demonstram que, após a publicação da Lei do Femicídio, foram excluídas do suporte da Lei toda uma gama de pessoas que, até então, estavam inclusas no discurso jurídico, quais sejam, as mulheres transexuais.

Ressalte-se que a Lei do Femicídio foi criada em 2015, a fim de responder às demandas relacionadas à grande violência à qual as mulheres, no Brasil, são submetidas diariamente. Entretanto, ainda que seja considerada uma conquista para as mulheres, posto que nomeia o assassinato de mulheres por motivos de machismo e misoginia, a Lei também figura como objeto de crítica dentro do Direito devido ao seu caráter estritamente punitivo - uma vez que essa Lei nada mais é do que uma qualificadora do crime de homicídio simples, ou seja, ela atua no

aumento da pena base de 6 a 20 anos de reclusão para 12 a 30 anos e apenas isso.

Assim, em relação a leis que fornecem medidas e que buscam soluções que se encontram além do Direito Penal, como faz a Lei Maria da Penha, que adota políticas públicas no âmbito civil, a Lei do Femicídio resulta como um reforço ao ciclo de violência, uma vez que se vale estritamente de um mecanismo excludente e produtor dessa mesma violência para solucionar problemas estruturais da sociedade. Isso se realiza principalmente no que diz respeito às questões de misoginia, posto que o suporte fornecido pela Lei apenas se materializa após o resultado feminicídio ocorrer, não havendo nenhuma ferramenta de prevenção à violência de gênero e, conseqüentemente, à morte das mulheres.

Nesse sentido, de acordo com Zaffaroni (2009, p. 333), é inconcebível que o instrumento mais violento de discriminação e segregação possa se tornar uma ferramenta em combate aos problemas que ele próprio cria, considerando-se o caráter essencialmente segregacionista e punitivista do Direito Penal, especialmente no Brasil.

Logo, com base nisso, propõe-se compreender de quais modos é possível interpretar criticamente a Lei do Femicídio, para tanto acionando as contribuições da Análise do Discurso para as questões do discurso enquanto objeto teórico e como efeito de sentidos entre interlocutores, conforme Orlandi aponta (2013). Além de se levar em conta como as noções de ideologia, a partir de Althusser (2010), do simbólico e do silêncio, segundo Orlandi (2013), envolvem os dizeres silenciados nesse movimento discursivo que poderiam desencadear outros efeitos de sentido, e, ainda, produziriam outras posições-sujeito e que significariam de forma diferente.

A partir de todo o exposto, é esse o tipo de questionamento englobado nesta pesquisa de mestrado: quais os sentidos produzidos pelos discursos que dizem respeito à alteração do projeto de Lei, ou ainda àquilo que tange às conseqüências concretas da Lei em questão. Incluindo-se, ainda, a própria crítica já comentada dentro da seara jurídica para este tipo de norma

penal, que considera, desde o princípio, a aposta no Direito Penal para a resolução de problemas estruturais como uma falha. E essa aposta nos mecanismos jurídico-penais é falha sobretudo no que toca à proteção das mulheres, haja em vista que, de acordo com Andrade (2005), o sistema penal, além de ser estruturalmente incapaz de fornecer qualquer tipo de proteção às mulheres, ainda responde unicamente a partir de uma solução distribuída desigualmente e que não cumpre as funções preventivas que lhes são atribuídas.

5. CONCLUSÕES

Consequentemente, conforme a pesquisa que ainda está em desenvolvimento, a intenção é realizar um estudo crítico acerca da Lei do Femicídio, interpretando discursivamente os limites do Direito e utilizando das contribuições da Análise do Discurso no estabelecimento desse diálogo entre as duas áreas utilizadas na realização deste trabalho.

Compreende-se que o tema do Femicídio é importante na medida em que a Lei relacionada a ele figura como um marco para a luta das mulheres e dos movimentos feministas e isso não apenas dentro da área jurídica. A Lei funciona na medida em que traz visibilidade ao problema do assassinato de mulheres por motivos de misoginia. Em contrapartida, contraditoriamente, a Lei também configura uma solução paliativa, com efeitos questionáveis segundo a crítica do Direito, uma vez que se apoia no mesmo sistema opressor que é causa estrutural para o próprio Femicídio.

Portanto, a partir deste trabalho, espera-se contribuir para o debate acerca da Lei, ao se lançar mão das ferramentas teórico-analíticas oriundas da Análise do Discurso, com a finalidade de abarcar questões que possam escapar ao alcance do Direito, mas que a ele se voltam pelo viés da Linguagem, via discurso jurídico, proporcionando, assim, o encontro, pela Língua, entre o Direito e a AD.

Tal será realizado de maneira que sejam abarcadas, sobretudo, questões referentes às mulheres e às demandas de

gênero, que à medida que se desenvolvem no país não asseguram espaços de voz, tampouco estreitam a relação de confiança quanto ao combate à violência contra as mulheres e garantia de proteção à vida.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos do Estado. In: Zizek, S. (org.) **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010, p. 105-142.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher**. Revista Sequência, Florianópolis, nº 50, p. 71-102, jul. 2005.

BRASIL. Lei n. 13.104/2015, de 9 de março de 2015. **Lei do Femicídio**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm> Acesso em: 07 de out. 2018.

_____. Projeto de Lei n. 8304/2014, de 17 de dezembro de 2014. **Lei do Femicídio**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=BFEB14FFFBB7150C678C3AC6987AD4F10.proposicoesWeb2?codteor=1294611&file name=PL+8305/2014> Acesso em: 07 de out. 2018.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 11ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2013.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. El discurso feminista y el poder punitivo. In: SANTAMARÍA, Ramiro Ávila (et al.). **El género en el derecho: ensayos críticos**. Quito: V&M Graficas, 2009, p. 321-334.

GT 5: GÊNERO, RAÇA, CLASSE E SUAS INTERSECCIONALIDADES

Coordenação:

Prof. Dr. Marcus Vinícius Spolle (Docente do IFISP / UFPel)

Profa. Dra. Georgina Helena Nunes (Docente da FaE / UFPel)

Profa. Dra. Cassiane Paixão (Docente da FURG)

O racismo, o sexismo e o etnocentrismo são os principais fatores de desigualdades que afetam milhões de mulheres em todo o país. A perversa combinação produz acessos diferenciados entre as mulheres em geral, aprofundando as desigualdades de gênero, raça e etnia na sociedade brasileira. As estatísticas demonstram, por exemplo, que mulheres negras e indígenas são maioria nas áreas de extrema pobreza no país e apresentam as piores condições de vida.

Além disso, vivem com os piores salários, seja qual for a sua ocupação no mercado de trabalho, e estão na base da sub-representação feminina na mídia e nos espaços de poder.

Dessa forma, o debate em torno das questões de gênero, da raça, da etnia, da classe e as suas interseccionalidades cada vez mais tem apresentado proximidades e diálogos, que consideramos possíveis e necessários. Este GT prioriza trabalhos que apresentam pesquisas e/ou reflexões teóricas e metodológicas sobre o tema.

ARTICULAÇÕES ENTRE RAÇA E COLONIALIDADE DE GÊNERO

Andressa Farias Barrios¹

Marcio Rodrigo Vale Caetano²

¹*Universidade Federal do Rio Grande -
andressa.barrios@hotmail.com*

²*Universidade Federal do Rio Grande- mrvcaetano@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Sabemos que o racismo é, hoje, um dos grandes problemas que marcam profundamente as relações sociais em todo o contexto latino americano. Como pontua Quijano, ainda que o racismo não seja a única manifestação da colonialidade do poder ele é, sem dúvidas, a mais perceptível e onipresente. (QUIJANO, 2000). Desta forma como nos sublinha Ochy Curiel:

Estos dos autores, entre otros, nos ofrecen un profundo análisis del colonialismo desde lo que hoy se denomina "posiciones subalternas". Como intelectuales negros desafiaron el eurocentrismo del pensamiento y de los análisis políticos, dejándonos un legado importante para la comprensión de la realidad latinoamericana. Pero a pesar de estos grandes aportes, ni Fanon ni Cesaire abordaron categorías como sexo y sexualidad. Tampoco lo hacen los contemporáneos latinoamericanos que escriben sobre estos temas (Mignolo, Quijano, Dussel). Si bien sitúan la raza como criterio de clasificación de poblaciones que

determina posiciones en la división sexual del trabajo, solo mencionan de paso su relación con el sexo y la sexualidad, además de no referirse a los aportes de muchas feministas en la creación de este pensamiento.(CURIEL, 2001; p.93)

Para a autora, o contemporâneo cânone acadêmico em torno da noção de "colonialidade do poder", situando intelectuais aclamados mundialmente como Mignolo, Quijano, Dussel etc que ganham o status de precursores de um conceito já vivenciado e promovido por intelectuais como Aimé Cesaire nos anos 1930, Franz Fanon nos anos 1950, historicamente invisibilizados nos círculos acadêmicos. Ampliando a história, localiza as lutas por direitos civis em África e Estados Unidos no contexto do *apartheid* e o que ela chama de "feminismos feitos por mulheres racializadas" afrodescendentes e indígenas atuantes já desde a década de 1970 que vêm rompendo com a lógica colonizada e racista do pensamento acadêmico.

Posto que, como sugere María Lugones:

Gênero como categoria também foi construída pelo colonialismo, desse modo, as categorias homem e mulher recebem significados diferentes em corpos colonizados e não colonizados. E por isso precisam ser questionadas, fazendo-se necessário descolonizar o gênero (LUGONES, 2008, 201).

Como proposta, Lugones apresenta a "colonialidade de gênero" diretamente relacionada com a "colonialidade do poder", uma vez que a classificação racial da população mundial é condição necessária para a sua constituição. Pensa a colonialidade de gênero como híbrido entre dois marcos analíticos, colonialidade do poder e interseccionalidade, que têm demonstrado a exclusão histórica e teórico-prática das mulheres negras. A imposição das opressões de gênero racializada e capitalista constitui a colonialidade de

gênero a autora procura visibilizar as mulheres negras e a brutalização e a desumanização que a colonialidade de gênero lhes impõe.

Uma vez que, o pensamento decolonial exige, antes de tudo, um esforço de desconstrução, desnaturalização do caráter universal que pressupõe a história da humanidade como linear, universal e sempre direcionada para o progresso. Depreende-se, então, que toda qualquer busca por alternativas requer, necessariamente, que sejam questionadas o conjunto de saberes que foram produzidos à custa da imposição de uma ideia de superioridade que, ademais de completamente e etnocêntrica, assumiu também características hostis e perversas.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

O conceito de "sistema moderno/colonial de gênero" procura elucidar como, historicamente, determinadas construções de gênero operaram produzindo diferentes realidades e, conseqüentemente, diferentes formas de violências para as mulheres. Por exemplo, as construções relativas à sua fragilidade, de rainha do lar, de circunscrita ao espaço privado da casa, esposa, etc. são específicas para as mulheres brancas e percebê-las como universais invisibiliza a violência imposta àquelas que estão fora destas normas de gênero. De acordo com Sueli Carneiro:

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente

majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular (CARNEIRO, 2001, p. 1).

Tais afirmações, em absoluto desqualificam as ações daquelas mulheres para adentrarem o mundo do trabalho, tampouco tornam seus feminismos menos legítimos/importantes. Somente mostram que se faz necessário a investigação do que está subjacente à categoria mulher e às relações de gênero geradas por ela, na medida em que aquelas que estão à margem do modelo hegemônico são interpeladas por mais de uma fonte de opressão.

O enfrentamento da estrutura colonial produziu lutas concretas de mulheres e homens colonizados contra as metrópoles nas Américas, na África e na Ásia, e é esta tradição de resistência que faz com que se aposte em mudanças produzidas por outras perspectivas políticas e epistêmicas provenientes da radicalidade do lado subalterno da diferença colonial para a elaboração de novas utopias não capitalistas, capazes de infligir redefinição/derrota ao colonialismo persistente e a sua lógica implantada pelo "homem heterossexual/branco/patriarcal/cristão/militar/capitalista/europeu, com as suas várias hierarquias globais enredadas e coexistentes no espaço e no tempo" (GROSFOGUEL, 2010, p. 463).

Na América Latina, por sua vez, a presença da dimensão racial, ou melhor, da fissura racial, fez com que a comunidade nacional se identificasse com a comunidade das elites brancas, enquanto os segmentos não brancos, de cor, apareceram, ao fim do processo, como a exterioridade do recém-formado Estado-nação, como margem, como (não)sujeitos sem direitos, sem cidadania.

Esse purismo de casta, essa endogenia das elites brancas, que levaram a cabo a independência política das antigas colônias, resultou numa completa indiferença ao problema da colonialidade/racialidade no processo de transição e formação dos Estados latino-americanos. A nacionalização foi realizada sem descolonização/decolonialidade. As exceções do Cone Sul são explicadas por Quijano sobretudo pela quase total eliminação da sua população não branca.

3. METODOLOGIA

As "diferenças nacionais" são, de fato, resultado de um longo processo histórico em que o medo da presença do "outro", no espaço da política e do direito, produziu uma tradição acadêmica capaz de negar uma memória coletiva de lutas sociais. Insistimos, porém, com a hipótese de que a ideia e a prática da "raça" organizam os lugares de exclusão e o controle social. Nomear o racismo nas práticas de controle social não é criar o racismo onde não há, ao invés disso, é descumprir o pacto da branquidade que consiste em silenciar as vozes negras.

É importante ressaltar que, assim como outros autores da perspectiva afrocêntrica, antes mesmo da construção da expressão mais conhecida do projeto decolonial - colonialidade do poder, cunhada por Aníbal Quijano no início da década de 1990, Gonzalez já localizava o racismo como o eixo estruturante do sistema capitalista e suas investidas coloniais e imperiais.

O racismo, portanto, desencadeador das "feridas coloniais", será a própria contingência do que autora cunhou como

amefricanidade¹³. Ela ainda distingue duas "faces" do racismo, que a despeito de se diferenciarem enquanto "táticas" têm o mesmo objetivo: a "exploração/opressão". O primeiro tipo, o racismo aberto, seria característico das colonizações protagonizadas por sociedades de origem anglo-saxônica, germânica ou holandesa, cuja articulação ideológica aloca o signo "negro" à ascendência, ou seja, "negra é a pessoa que tem sangue negro nas veias" (GONZALEZ, 1988, p. 72).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse é o padrão que prevalece na América Latina e, ao olhar de Lélia Gonzalez, se constitui na forma mais sofisticada de alienação dos sujeitos racializados. Esse olhar histórico é necessário uma vez que a compreensão estrutural do racismo entende que os fatos históricos não justificam a intervenção nos dias atuais, mas explicam como surgiram e permaneceram os mecanismos de exclusão que surgiram no passado e produzem-se com naturalidade nas interações cotidianas até os dias atuais. A contribuição dos autores do paradigma crítico constitui uma importante ruptura teórica e metodológica na análise do problema racial no Brasil em especial sua lógica estruturante.

Assim, ao propor categorias próprias para pensar a história das(os) afro- ameríndias/os, aposta no desprendimento do conhecimento europeu e aponta para a descolonização do pensamento através da desconstrução das estruturas de poder que mantêm a colonialidade do saber, usando categorias fundadas a partir da cultura negra. Desenvolveu inúmeros escritos acerca

¹³ No pensamento de Lélia, o núcleo da amefricanidade é constituído pela cultura negra que, informando toda a cultura brasileira, se expressa "na cotidianidade de nossos falares, gestos, movimentos e modos de ser que atuam de tal maneira que deles nem temos consciência. É isso que caracteriza a cultura viva de um povo." Entretanto, a cultura negra "não é apenas o samba, o pagode, ou o funk. Mas ela também é o rock, o reggae, o jazz. Ela não é apenas a Umbanda ou o Candomblé, mas é também o transe das igrejas carismáticas, católicas e protestantes. Ela não é apenas o ' nós vai' e o ' nós come'. Mas a musicalidade e as pontuações discursivas que nos diferenciam dos falares portugueses e africanos." (Discurso de posse de Hilton Cobra do Centro Cultural José Bonifácio, Rio de Janeiro, escrito por Lélia em maio de 1993).

da situação de exclusão e discriminação a que estavam submetidas as mulheres negras, tanto no contexto brasileiro quanto no cenário latinoamericano, defendendo "a articulação entre as categorias de raça, classe, sexo e poder" para desmascarar "as estruturas de dominação de uma sociedade" (1988, p. 138).

Embora não tenha aprofundado o tema, Gonzalez chamou a atenção para a importância de se entender os efeitos resultantes da articulação dessas estruturas de poder na definição do lugar social dos sujeitos na sociedade, principalmente das mulheres, pois tal articulação faz com que as não brancas "sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente" (1988, p. 137). Neste sentido, diz, o racismo articulado com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular.

5. CONCLUSÕES

Por fim, há ampla produção teórica sobre racismo no Brasil das últimas décadas, contra toda evidência e todas as vozes das vítimas que se levantam contra seus agressores, há uma reorganização estruturante da branquidade na academia brasileira. Além das dificuldades de reconhecimento enfrentadas por grupos excluídos, sempre que se apresenta um discurso que denuncia o racismo, intenta-se demarcar distinções "locais", capazes de impedir ou dificultar a compreensão dessa importância. A estratégia discursiva consiste em, ao se demarcar uma diferença "nacional", afastar a apropriação tanto de perspectivas brasileiras quanto estrangeiras que considerem o racismo como elemento estrutural das práticas e discursos no país. O raciocínio não é novo - a abolição foi retardada no Brasil sob o fundamento de que a escravidão aqui era diferente.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, A. S. **A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do ser**. Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

Curiel, Ochy. **Crítica pós-colonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista**. *Nômadas* (26), 2001.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008. Gonzales, Lélia. **A Categoria político-cultural de amefricanidade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileira, 1998.

GROSFOGUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos póscoloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

LUGONES, Maria. **Colonialid y Genero**. *Tabula Rasa*. Bogotá, Colômbia, n.9: 73-101, julho-diciembre 2008.

_____. **Rumo a um feminismo descolonial**. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro 2014.

MIGNOLO, W. **Histórias locais - projetos globais: colonialidade, saberes subalternizados e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: **Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Edgardo Lander (org). Colección SurSur, CLACSO, Ciudad autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005.

AS CONTRUÇÕES DE IDENTIDADE DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO

Inácio Ribeiro Oliveira¹

Márcia Alves da Silva²

¹Mestrando no PPG em Educação da Universidade Federal de Pelotas
inacooliveira@gmail.com

²Professora do PPGE/ FAE - UFPEL - Orientadora
profa.marciaalves@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A intenção deste trabalho é realizar a análise de uma coleção de livros didáticos, aprovado no último PNLD para o ensino médio (PNLD 2018). A coleção Olhares da História: Brasil e mundo Volumes 1, 2 e 3 (LAVORATO JÚNIOR, VICENTINO E VICENTINO, 2016). A intenção é analisar de que forma estes livros de História representam, através de imagens e textualmente estas três categorias em seus conteúdos. Verificar se as representações destas categorias contribuem de alguma forma para a produção/reprodução de estereótipos e preconceitos sobre estas categorias. Também buscamos neste procurar contribuir para a melhoria da educação de forma ética.

A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe. É por esta ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças,

jovens ou com adultos, que devemos lutar (FREIRE, 2015).

Nos últimos anos vivemos no Brasil um movimento que amplia o direito à educação a um número cada vez maior de pessoas e grupos sociais.

Quanto mais se amplia o direito à educação, quanto mais se universaliza a educação básica e se democratiza o acesso ao ensino superior, mais entram para o espaço escolar sujeitos antes invisibilizados, ou desconsiderados como sujeitos do conhecimento (GOMES, 2012).

Muitos destes grupos sociais foram historicamente excluídos dos processos de escolarização e tornados invisíveis, considerados sem importância em nossa sociedade. Por isso o objetivo deste trabalho é justamente verificar como as representações destes grupos ocorrem, se estes grupos conseguem se "enxergar" nestas imagens e textos. Com o objetivo de poder contribuir e subsidiar com as discussões a respeito da inclusão de todas e todos e de materiais didáticos mais inclusivos. A pesquisa se dar em uma coleção de livros didáticos se dá, por tamanha importância que este material possui nas escolas brasileiras e de todo mundo ocidental.

Podemos argumentar que, após a mídia, o discurso educacional é o mais influente na sociedade, especialmente quando se refere à comunicação de crenças que não são normalmente transmitidas nas conversas cotidianas ou na mídia. Crianças, adolescentes e jovens adultos enfrentam, diariamente, por muitas horas, aulas e livros didáticos - os únicos livros que são leituras obrigatórias em nossa cultura. (DIJK, 2017)

Tendo em vista esta ampla utilização e importância dos livros

didáticos, se torna imperativo que seja avaliado as representações e consequências que produzem.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

A lógica do espaço escolar, têm por objetivo determinar como os indivíduos e indivíduos devem ser. Como as pessoas devem ou não agir, quais lugares devem frequentar de acordo com seu gênero etc. se No espaço escolar procura-se ensinar que locais os diferentes gêneros devem ocupar (ou não ocupar).

A linguagem, as táticas de organização e de classificação, os distintos procedimentos das disciplinas escolares são, todos, campos de um exercício (desigual) de poder. Currículos, regulamentos, instrumentos de avaliação e ordenamento dividem, hierarquizam, subordinam, legitimam ou desqualificam os sujeitos (LOURO, 2011).

A produção de identidades que se dá na escola é fruto de relações desiguais. Como nos diz Dikj (2017), o poder se manifesta através do controle sobre o discurso público em todas as suas dimensões semióticas. Uma das formas mais comuns de transmissão do discurso se dá através dos livros didáticos.

O referencial teórico que será utilizado para realizar a análise dos livros didáticos, procuram trabalhar de forma interseccional com os temas gênero, raça e classe. Pois como nos diz Saffioti (1976), o capitalismo iguala juridicamente todos os indivíduos, mas na prática existem tratamentos diferentes, dependendo da classe, gênero e etnia. Essa diferenciação se faz necessária, porque neste sistema (capitalista), para alguns terem mais outros precisam ter menos ou nada.

3. METODOLOGIA

Para realizar esta pesquisa seguiremos os seguintes

passos: leitura das três obras da coleção, anotação de pontos importantes que devem ser destacados e analisados com maior atenção; observar em que quantidade e de que forma imagens de mulheres, negros e trabalhadores aparecem nos livros.

A metodologia utilizada é a análise de conteúdo, por ser um método de análise que contempla tanto dados qualitativos, como também quantitativos. Construindo categorias de análises, podemos realizar uma análise através de analogias, tanto nas imagens como também nos textos. "A categorização é uma operação de classificação dos elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos" (FRANCO, 2012).

Através desta metodologia de análise será possível, abarcar todos os aspectos desta pesquisa.

Os livros serão analisados com a verificação do número de vezes que aparece a palavra mulher, a palavra homem, se a história de personagens mulheres também está inclusa nos textos, se as histórias e personagens de diferentes etnias aparecem no texto ou aparecem a parte (em caixas de texto ou textos separados).

Observando estes aspectos poderemos criar categorias e então realizar uma análise aprofundada. "Através da análise de conteúdo, podemos caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado (GOMES, 2012).

Desta forma conseguiremos analisar tanto os elementos que aparecem nos textos e imagens, como as mensagens que são transmitidas através do que não aparece no texto.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho encontra-se em andamento, já foi feita, uma leitura crítica dos livros didáticos. Nesse estágio, foi feito um fichamento da coleção que será analisada. Para posteriormente ser realizada uma análise dos textos e imagens com o amparo do referencial teórico, realização das análises e produção dos resultados finais da pesquisa. No entanto já possuímos alguns

resultados preliminares, que nos permitem tirar algumas conclusões e realizar uma análise do trabalho realizado até aqui.

O referencial teórico ainda não encontra-se fechado, pois ainda pode ser enriquecido com autores que possam contribuir com as análises a serem realizadas.

5. CONCLUSÕES

Até agora podemos perceber que a coleção em várias situações utiliza uma linguagem masculinizada e tende a deixar as mulheres "de fora" da História, tratando das mulheres em separado e quase nunca tratando de questões de gênero. Os negros em sua maior parte são mostrados em temas ligados a escravidão, ou seja, imagens negativas. Estas representações podem contribuir para construir estereótipos negativos, tanto de mulheres como de negros e as classes mais baixas de uma forma geral.

Em alguns momentos os livros tentam contar as histórias das mulheres em textos separados. Passando uma ideia de que este assunto é "opcional", ou seja, não é de fundamental importância saber sobre ele.

As partes dos textos que tratam de reinos africanos, são muito resumidos e muitas vezes só aparecem quando de alguma forma se relacionam com o "mundo" europeu.

Enfim, como conclusões preliminares, podemos concluir que os livros analisados, prometem ser mais inclusivos, mas na maioria dos textos não alcançam este objetivo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIJK, Teun A. Van. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2017.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de conteúdo**. 4 ed. Brasília: Liber Livro, 2012

FREIRE, Paulo. **A pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GOMES, Nilma Lino. **Relações Étnico-raciais**, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v. 12, n. 1, pp.98-109, Jan/Abr 2012.

Disponível

em:

<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

**DESISTIR, RESISTIR, EXISTIR, INSISTIR:
as interseccionalidades nas trajetórias de
fracasso escolar de mulheres**

Isabela dos Santos Kröning¹

Márcia Alves da Silva²

¹*Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPEL) - isabelakroning@gmail.com*

²*Professora Doutora no Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPEL) - profa.marciaalves@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte de meu projeto de dissertação que, inicialmente, se intitula "Trajetórias de repetência e evasão de meninas e mulheres em uma escola pública de Pelotas/RS" e que está em desenvolvimento e vinculado ao curso de Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPEL). O projeto consiste na investigação de trajetórias de fracasso escolar entre estudantes do sexo feminino de uma escola pública, com o objetivo de conhecer as consequências da repetência e da evasão escolar na vida dessas pessoas.

A escolha da temática visa compreender o fenômeno do fracasso escolar a partir de um recorte de gênero e levando em consideração a teia de relações sociais (de classe, de raça e de gênero) e culturais nas quais estão imersas as estudantes pesquisadas e de que forma essas relações influenciam em suas trajetórias escolares - desde a avaliação, o desempenho, as expectativas de professoras e professores perante alunas e alunos, os estereótipos de gênero e de aluna e aluno ideal que a escola produz e reproduz até os fatores socioeconômicos,

culturais e familiares que possam afastar as mulheres da escola. A forma como as estudantes se relacionam com a escola, com seus colegas, com docentes, com os discursos que as rodeiam, com as relações de poder que estão inscritas no cotidiano escolar, com as expectativas individuais, familiares e de educadores são perpassadas pelo gênero, pela raça, pela classe e por suas representações.

A escola (apenas) produz, mantém, perpetua e renova as desigualdades e exclusões, ou também pode ser um ambiente privilegiado para criar modos de resistir e existir?

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

Como pesquisadora, optei por me apropriar das epistemologias do sul¹⁴ e do feminismo descolonial¹⁵ para interpretar o universo de pesquisa, usando também a lente da interseccionalidade para analisar o fracasso escolar que foca nas mulheres e leva em consideração a relação entre gênero, raça e classe.

O estudo a ser realizado visará à investigação das trajetórias escolares de estudantes do sexo feminino considerando-as para além de meras vítimas das determinações sociais e reconhecendo-as como indivíduos, dotadas de subjetividades, de poder de agir e resistir aos mecanismos opressores que forcem suas exclusões dos espaços sociais.

Estudar fenômenos sociais e educacionais (como o caso do fracasso escolar, por exemplo) que afetam em maior escala as populações mais pobres, mas que têm reverberações diferentes entre os indivíduos (as classes populares não são homogêneas, cada indivíduo está submetido a opressões específicas não só de classe, mas também de gênero, raça/etnia, sexualidade, etc.) pode ilustrar como as desigualdades perpetuam a colonialidade do poder, da cultura, do saber. Lugones (2014) nos diz que:

¹⁴ Ver QUIJANO (2009), SANTOS (2009), GROSFOGUEL (2016).

¹⁵ Ver CURIEL (2009), GRAF; PALACIOS; EVERARDO (2012), LUGONES (2014).

a colonialidade do gênero constitui-se pela colonialidade do poder, saber, ser, natureza e linguagem – sendo também constitutiva dessas. Elas são crucialmente INSEPARÁVEIS. Ex: a colonialidade do saber é gendrada – e sem entender seu caráter gendrado, não se entende a colonialidade do saber. (p. 940, nota 11).

Pode-se concluir, então, que as opressões a que estão submetidas as mulheres, inclusive no ambiente escolar, são opressões que reproduzem discursos, lógicas e determinações coloniais. Quando se trata de educação, temos o costume de celebrar as trajetórias de sucesso improvável, as exceções, a vitória que rompe com as determinações. O discurso da meritocracia ainda tem força no senso comum e o legitimamos toda vez que comemoramos – “esta conseguiu, apesar de tudo!”. Celebrando os sucessos daquelas que conseguem se adaptar às demandas da organização social hegemônica, condenamos ao fracasso e à invisibilidade as histórias de vida de mulheres que colocamos às margens.

3. METODOLOGIA

A pesquisa se encontra em fase inicial e, até o momento, tem sido feito um levantamento de dados através das fichas de alunas e alunos matriculados na escola. O objetivo dessa fase de pesquisa é o de:

1) Identificar as crianças e adolescentes regularmente matriculados no ensino fundamental na escola que já tenham passado por, pelo menos, uma repetência durante seu percurso escolar;

2) Identificar, dentre as pessoas regularmente matriculadas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), dois grupos: a) estudantes do sexo feminino que migraram recentemente do ensino regular para a EJA, e; b) estudantes do sexo feminino que estão retomando os estudos depois de um hiato na trajetória escolar.

O objetivo de mapear esses dois grupos é o de comparar trajetórias escolares de fracasso escolar a partir de um recorte de idade: mulheres mais velhas que estão retomando os estudos tiveram experiências semelhantes às jovens que muito recentemente deixaram a modalidade regular e migraram para EJA? Há paralelos? A evasão, entre esses dois grupos, se deu pelos mesmos motivos?

3) Mapear as séries que mais retém estudantes e as turmas com maior número de repetentes para que algumas dessas turmas tenham a sua rotina acompanhada através de observações;

4) Mapear as disciplinas que mais reprovam alunos para que essas aulas possam ser observadas, com o objetivo de verificar de que forma as relações sociais modelam as relações e representações de gênero;

5) Selecionar estudantes repetentes do ensino fundamental para serem entrevistadas;

6) Selecionar estudantes de EJA em dois recortes de faixa etária (mais jovens e mais velhas). Com essas estudantes, realizar entrevistas usando o método de história oral, para que contem suas trajetórias escolares.

Depois de identificar as turmas e os indivíduos através de consulta inicial nos arquivos da escola, pretendo acompanhar algumas aulas das turmas selecionadas, com o objetivo de fazer observações sobre o cotidiano, o clima escolar, as disposições ocultas e subjetivas em sala de aula e entender como se dão as relações de poder e as relações de gênero, classe e raça nessas turmas com um grande número de repetentes. E mais: quem são esses repetentes? Acima de tudo, quem são e como se socializam - e são socializadas - as meninas repetentes? Para isso, pretendo me apropriar da observação participante como procedimento de pesquisa.

Marques (2016) defende que não há nenhum impeditivo de se fazer pesquisa participante em um ambiente escolar quando já existe um contato prévio do pesquisador com os indivíduos ou com a instituição, como é o meu caso.

(...) o contato prévio com o ambiente escolar e/ou institucional pesquisado comprometeria

os resultados da pesquisa? Queremos argumentar que não. Em nosso entendimento, o que se faz necessário é sistematizar a metodologia da pesquisa, de forma que o pesquisador possa utilizar a sua prévia experiência no lócus de pesquisa não como um fator que vai comprometer a "neutralidade", mas sim como um fator que o ajudará a apreender melhor o ambiente da pesquisa e seus sujeitos. (2016, p. 265)

Gostaria de contemplar, em meu estudo, entrevistas com educadoras e educadores da escola sobre suas opiniões (e representações) sobre a repetência - e as repetentes. Onde começa a exclusão? Há fatores de risco, predeterminações que agem perante essas meninas? Como se veem, o que desejam para si? A escola está ajudando essas meninas a criar expectativas de futuro para si? Ou está desanimando seus sonhos e marcando-as como incapazes?

Com as alunas de EJA, as entrevistas tentarão desvendar os aspectos de suas trajetórias escolares através de conversas e trocas sobre suas histórias de vida. Utilizarei um misto de técnicas, como as conversas informais que acontecem durante a observação participante, entrevistas semiestruturadas e a metodologia da história oral - que me permitirá acessar narrativas mais longas, íntimas, pessoais sobre o que cada estudante tem a dizer sobre suas trajetórias de escolarização.

Dou destaque para a minha postura epistemológica para este trabalho, que visa se alinhar à proposta de construção de uma epistemologia feminista. Segundo Rago (1998),

O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera. Além disso, se consideramos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao

menos até o presente, uma experiência que várias já classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contradiscurso, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção do conhecimento científico. (p. 3).

Não produzirei conhecimento sobre as meninas e mulheres dessa escola, construirei e resgatarei conhecimentos junto delas, a partir do que me contam, aprender com elas, interrompendo a expropriação a que elas também são submetidas: a impossibilidade de produzir significados sobre si mesmas, explicações e leituras sobre suas próprias vidas, expressar sentimentos e subjetividades, intuições e percepções.

Busco me alinhar, também, às epistemologias do sul e ao feminismo descolonial latino americano, que interpretam o gênero e a raça como construções coloniais que foram necessárias para submeter os *outros* para que apenas um modelo de indivíduo, de conhecimento, de cultura fosse o modelo universal (o homem branco europeu heterossexual cristão que teve a permissão de dominar e de aniquilar; que pensa à semelhança de Deus; que é o centro do mundo) (GROSFOGUEL, 2016).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento, foram realizadas duas breves entrevistas com duas alunas da EJA para testar a metodologia de histórias de vida entre duas faixas etárias diferentes:

a) V., de 17 anos, menina negra, matriculada em uma turma de alfabetização na EJA: Conta que nunca deixou de frequentar a escola, mas devido às repetências consecutivas, foi matriculada na EJA assim que atingiu 15 anos. Filha de pais analfabetos e irmãs que evadiram da escola sem completar a escolarização, a aluna conta, chateada, que as irmãs deixaram a escola por causa de namorados ciumentos e porque não gostavam de estudar. Já com alguns

sobrinhos - e uma a caminho -, me confessou que estava preocupada com o fato de que sua irmã, grávida, não saberia escrever o nome da própria filha que estava para nascer. Vive numa zona muito violenta do bairro. Quando perguntei quais os seus motivos para continuar estudando, me respondeu que queria "ser alguém na vida". Perguntei a ela o que era ser alguém na vida, na opinião dela; e me respondeu que era saber ler e escrever, que isso era importante e que suas irmãs mais velhas não sabiam nada disso muito bem. Continuei indagando: "mas por que é importante saber ler e escrever, que diferença faz?" Ela respondeu que era para poder ter uma profissão. "E o que tu queres ser, V.?", perguntei. "Veterinária" - ela respondeu. "Eu não aguento ver as pessoas batendo nos bichos, eu fico muito mal, as pessoas são muito ruins". Cabe mencionar aqui que a professora de V., quando indagada por mim sobre informações acerca da aluna, pareceu desesperançosa. "Eu não sei, essa família é um problema. As meninas todas [as irmãs de V. que também haviam passado pela escola] sempre deram problema, o pai eu acho que é uma pessoa meio violenta, e a V., coitadinha, tá há anos aqui, primeiro passou anos na classe especial, agora tá na EJA, ainda sem saber ler. Ela tem algum problema, eles todos têm [a família], é complicado. Ela não sai do lugar. Mas nunca desistiu."

b) J., de 37 anos, mulher branca, matriculada no ciclo final da EJA, conta que deixou a escola aos 18 anos, na sexta série, devido a uma gravidez indesejada. Conta que, por pressão da família, teve de abandonar a escola contra a vontade. "O mundo caiu", ela conta. Na escola, o caso era mal-visto e não recebeu nenhum incentivo, naquela época, para que continuasse seus estudos, então retirou-se para a vida doméstica, para a maternidade e para o casamento. Teve mais dois filhos e, em 2016, depois que todos estavam crescidos e estudando, conseguiu retomar os seus próprios estudos, com o apoio do marido. Conta com orgulho que o filho mais velho - aquele cuja gravidez a afastou da escola - ingressou na faculdade pública. Pergunto se ela está contente com a vida hoje em dia: "Muito". E voltar para a escola, tá sendo bom? "Demais! É a melhor hora do meu dia".

Essas existências ilustram a diversidade de experiências de fracasso escolar. Observamos as diferentes motivações - tanto para

abandonar como para retomar os estudos; os diferentes objetivos; as diferentes relações que estabelecem com a escola; os seus diversos projetos de vida e expectativas com a escolarização; e, pode-se observar, no caso de V., o discurso da professora que parece já ter desistido da aluna e, assim, legítima e naturaliza o fracasso da estudante.

5. CONCLUSÕES

As trajetórias escolares acidentadas de meninas podem ser melhor compreendidas quando aplicamos uma interpretação que contemple as implicações da intersecção entre gênero, raça e classe, que, juntos, determinam os papéis que estão supostas a assumir e as expectativas que se têm para elas. O trabalho doméstico, o cuidado com os outros, a condenação à burrice e incapacidade, as difíceis condições financeiras, a falta de apoio, os relacionamentos e a gravidez são alguns dos fatores para o abandono escolar, mas é sempre importante entender que, a partir de uma visão interseccional, as opressões afetam as pessoas de maneiras diferentes.

Faz-se necessário o resgate da pluralidade de histórias coletivas e individuais, de modos de ser, de identidades e culturas diferentes. Conhecer as opressões a que estão submetidas, demarcar as especificidades de cada mulher como indivíduo único, reconhecer os privilégios acessados e negados, são formas de demarcação de diferença e da malha interseccional e colonial de opressões que nos regem - opressões que afetam cada mulher em graus diferentes. Diferenças que precisam ser citadas e nomeadas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CURIEL, Ochy. **Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde America Latina y el Caribe**. 2009. Disponível em: <http://feministas.org/IMG/pdf/Ochy_Curiel.pdf>. Acesso em: 19 de outubro de 2018.

GRAF, Norma; PALACIOS, Fátima Flores; EVERARDO, Maribel Ríos (org). **Investigación feminista: epistemología, metodología y representaciones sociales**. México : UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades : Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias : Facultad de Psicología, 2012. 407 p. - (Colección Debate y Reflexión)

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 31, Número 1, Janeiro/Abril 2016.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014.

MARQUES, Janote Pires. A "observação participante" na pesquisa de campo em Educação. **Educação em Foco**, ano 19 - n. 28 - mai./ago. 2016 p. 263-284.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coleção CES. Ed. Almedina. 2009.

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. Disponível em: <http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf>. Acesso em: 21 de outubro de 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coleção CES. Ed. Almedina. 2009.

GÊNERO E IDENTIDADE - A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NOS PAÍSES BRASIL E PORTUGAL

Marislei da Silveira Ribeiro
Universidade Federal de Pelotas
marislei.ribeiro@cead.ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A história das mulheres não operou as mudanças esperadas pelas feministas da década de 1970. Seu reconhecimento acadêmico é incipiente e suas estruturas institucionais, ainda bastante insuficientes. Ao longo do desenvolvimento da Civilização Ocidental, na cidade, nos saberes, nos poderes, a diferença entre os gêneros se anuncia como uma das maiores questões do século

XXI. Assim, este trabalho tem como pilares, identidade feminina, violência doméstica, trabalho, estereótipo, corpo, representação, cultura e mídia. Como questão de pesquisa, levantou-se o seguinte questionamento: Aconteceram grandes transformações na representação da mulher nos países Brasil e Portugal?

No processo de coleta de informações, foram aplicadas entrevistas estruturadas com mulheres trabalhadoras dos dois países e *focus group*. Também, foi feito uma análise de conteúdo para detalhamento das categorias escolhidas e melhor compreensão das características de cada uma. Seguindo essa metodologia, surge a relevância de estudar os fatores que vêm interferindo nas transformações de comportamentos, crenças, opiniões e atitudes das representantes do gênero feminino.

Muitas das profundas mudanças na estrutura familiar, na sociedade ocidental, aconteceram no final da década de 1960, com os movimentos de emancipação feminina. Essas mobilizações influenciaram o meio acadêmico, principalmente na Europa e nos

Estados Unidos, cujas pesquisas suscitaram diversas análises sobre os estudos de gênero, nas esferas política, econômica e social. Como Peterson (1999), Scott (1995), Butler (2003 e 2017), Meyer (2004), Connel e Pearse (2015), Hall (2015), entre outros.

Assim, as questões de gênero se afirmaram devido à expansão das fronteiras teóricas das críticas feministas, que, desde a década de 70, vêm sendo discutidas em diferentes perspectivas, indo além da relação entre os sexos, mas uma discussão que se instala no campo social. Sob essa linha de pensamento, a fim de oferecer uma análise sobre identidade feminina, gênero e cultura, destacam-se os posicionamentos teóricos dos seguintes autores: Lipovetsky (1997 e 2005), Thompson (2011) e Hall (2015).

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

2.1 GÊNERO- CONCEITOS

Alguns estudiosos e pesquisadores abordam as complexas relações entre homens e mulheres; Scott (1990 apud Petersen, 1999), ao realizar um estudo sobre gênero, destaca três posições, que são: a teoria do patriarcado, a tradição marxista e as escolas psicanalíticas. Essa posição também é apresentada por Butler na obra *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade* (2003). Para a autora, a noção de gênero como uma categoria de análise histórica ainda é dominante fundamentada numa estrutura patriarcal e cultural hegemônica. A referida pesquisadora refuta posições arraigadas à teoria literária feminista que limitavam as questões de gênero ligadas ao masculino e feminino. Também critica outros estudos feministas que concentravam a força política do feminismo numa essência pré-discursiva. Partindo desse pressuposto, tal conceito problematiza noções que remetem a modos de ser e sentir, assim como ideias biologicistas, de corpo, de sexo e sexualidade. Daí resultam relevantes mudanças epistemológicas e políticas para os estudiosos e ativistas de movimentos sociais (MEYER, 2004).

Com relação à categoria gênero, alguns historiadores, como Strey (2008), Connell e Pearse (2015), Scott (1990), Petersen

(1999) e Butler (2003), rejeitam o uso designado ao determinismo biológico latente que o relaciona a diferença sexual entre homens e mulheres. No que se refere à importância atribuída ao tema, Scott (1990) destaca que, mesmo existindo vários estudos e análises sobre gênero, em alguns casos, os historiadores os utilizam somente para designar a expressão histórica das mulheres acerca de uma visão mais política, como é o caso dos estudos feministas na década de 80. Por isso, a autora comenta o fato do uso da categoria gênero sempre estar presente nos estudos feministas elaborados até o momento, cujo enfoque centrava as mulheres, afastando-as das demais discussões.

Scott (1990 apud Petersen 1999) e Connell e Pearse (2015) apresentam alguns enfoques para a definição de gênero. O primeiro é que gênero se constitui nas relações sociais e diferenças percebidas entre os dois sexos, e, o segundo, pelo caráter de dar ênfase e significado às relações de poder. Para as autoras, tais relações envolvem poder, pois embora tenham ocorrido mudanças na sociedade, todas as relações e interações humanas são complexas. Por isso, sobre o ponto de vista de Scott (1990 apud Petersen 1999, p.17), gênero se refere a:

meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre as diversas formas de interação humana. Quando as historiadoras buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as maneiras particulares e situadas dentro de contextos específicos, pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. (SCOTT, 1990 apud PETERSEN 1999, p.17)

Nesse contexto, além da contribuição importante trazida por Scott (1990), Connell e Pearse (2015) corroboram com isso e afirmam que o termo gênero é entendido enquanto uma estrutura social, e não por uma expressão biológica ou uma divisão entre os sexos. "Um padrão em nossos arranjos sociais, e as atividades do cotidiano são formatadas por esse padrão" (CONNELL; PEARSE, 2015, p.47).

Butler (2017) faz uma severa crítica aos estudos sobre

gênero, questionando onde e como se constrói o gênero. A autora, ao comentar sobre as teorias feministas, apresenta o questionamento de Simone de Beauvoir, feito na obra "O Segundo Sexo", sobre a frase: "ninguém nasce mulher, torna-se mulher". De acordo com Beauvoir (1970 apud Butler, 2003, p. 65), "o gênero é construído, mas a sua formulação tem implícito um agente, um cogito, que de algum modo assume ou se apropria desse gênero e poderia, em princípio, assumir outro". Butler (2003) questiona, com base nas teorias de Beauvoir, se seria então o gênero tão variável e evolutivo, podendo ser reduzido a uma forma de escolha? "Beauvoir afirma claramente que alguém se torna mulher, mas sempre na compulsão cultural de se tornar uma. E é evidente que a compulsão não advém do sexo" (BUTLER, 2003, p. 65). Conforme o entendimento e as colocações da autora, não fica evidente na argumentação de Beauvoir (1970) se ela estabelece que quem se torna mulher seja impreterivelmente fêmea.

Com base nessa discussão, a autora defende que o termo gênero não seja reduzido a um determinismo ou restrição linguística de pensamento e também, que não seja classificado mediante significados culturais.

As possibilidades interpretativas de gênero não se esgotam, em sentido algum, nas alternativas mencionadas. A circularidade problemática de um questionamento feminista do gênero evidencia-se pela presença de posições que, por um lado, assumem que o gênero é uma característica secundária de pessoas e aquelas que, por outro, defendem que a própria noção de pessoa, posicionada na linguagem como um sujeito, é um construção e prerrogativa masculinista que, na verdade, exclui a possibilidade estrutural e semântica de um gênero feminino (Butler, 2003, p.70).

Assim, com base nesses conceitos, a autora defende uma ampla discussão quanto ao significado de gênero. Ou seja, se o termo merece uma análise ou se uma construção discursiva de sexo seria mais importante. Para Butler (2003, p.70), é necessário um pensamento drástico nas "categorias de identidade no contexto das relações de assimetria radical de gênero." Por essa linha de pensamento, o termo gênero torna-se tão complexo e inacabado que não se fundamenta em propósitos e causas, mas numa discussão

aberta que aceita opiniões convergentes e divergentes, sem obedecer a uma norma que seja aceita como uma definição universal.

2.2 IDENTIDADE

A identidade feminina não se constitui apenas sob o papel da díade mãe- mulher, muito menos em relação à renúncia às formas corpulentas e às antigas submissões, consideradas anteriormente como símbolo de fertilidade e maternidade. Em oposição, à identidade feminina se estabelece particularmente a partir da manutenção do corpo numa sociedade que preconiza as mudanças.

Como reforça Lipovetsky (1997), o padrão feminino foi construído há cem anos, junto à metamorfose da cultura de massa, em especial, no período das transformações, protegidas estritamente pela conquista gradativa de mais liberdade, a partir da evolução dos métodos contraceptivos e do surgimento de novas carreiras profissionais.

Stuart Hall (2015) distingue três concepções de identidade: a do sujeito do Iluminismo; a do sujeito sociológico; e a do sujeito pós-moderno. A primeira fundamenta-se numa visão da pessoa humana como um indivíduo completamente centrado, unificado, com capacidade de raciocinar, conscientizar-se e agir, tendo uma existência interior que emerge com o nascimento e se desenvolvia ao longo da vida, porém não apresentava modificações substanciais. "O centro essencial do 'eu' era a identidade de uma pessoa" (HALL, 2015, p. 111), numa concepção individualista do sujeito e da identidade dele, porquanto o sujeito do Iluminismo era comumente reconhecido como masculino.

Por sua vez, a ideia de sujeito sociológico é reflexo da complexidade crescente do mundo moderno e da consciência de que o mundo interior de cada sujeito não tem autonomia, nem autossuficiência, mas se constrói na relação com outras pessoas consideradas importantes para esse sujeito. Essas pessoas fazem a intermediação de valores, sentidos e símbolos, que constituem a cultura dos universos nos quais o homem ou a mulher está inserida. Sob essa ótica, a identidade é formada pela interação do "eu" com

a sociedade, sendo o sujeito construído mediante um diálogo contínuo com as identidades que esses mundos colocam à disposição.

Sendo assim, no mundo cultural pós-moderno, a mulher e o homem precisam adaptar-se às novas realidades, construindo diferentes identidades de acordo com as influências do contexto ao qual pertencem. São as mudanças em ritmo acelerado que interferem na construção de identidades continuamente mutáveis. Somam-se a isso, o fato de que nas discussões sobre gênero, o feminismo, tornou-se uma das importantes características da cultura pós-moderna.

3. METODOLOGIA

Para atingir esse escopo, a pesquisa caracterizou-se como descritiva. Para Gil (1999), a pesquisa descritiva tem a função de caracterizar uma determinada população ou fenômeno ou, então, evidenciar relações entre variáveis

No processo de coleta de informações, foram aplicadas entrevistas estruturadas e *focus group*, que são entrevistas realizadas em grupos. Essas, não exigem "exaustiva preparação dos pesquisadores, o que implica custos relativamente baixos" (GIL, 1999, p. 121), bem como alternativas de respostas estabelecidas anteriormente.

Outra técnica aplicada, foi a de análise de conteúdo. Bardin (1977) e Guerra (2007), defendem que esse método surgiu a partir de estudos da comunicação, não representando uma ferramenta, mas oferece diversas formas de observar uma mesma mensagem. Também, serve para a descrição, a classificação e a interpretação da realidade social. Assim, buscou-se compreender as mensagens emitidas pelas entrevistadas. Bardin (1977, p.32) cita exemplos de análise que são: entender os estereótipos do papel da mulher; realizar o recenseamento do repertório semântico ou sintaxe de base, se um setor publicitário provar que os objetos da nossa vida quotidiana funcionam como uma linguagem, entre outros.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com público alvo exclusivamente do gênero feminino: professoras, operárias e acadêmicas da Universidade Federal de Pelotas - RS/Brasil, e educadoras, operárias e educandas da Universidade de Aveiro e Porto/Portugal, por meio de entrevistas estruturadas, em primeiro lugar, aparece os principais dados da pesquisa realizada com trabalhadoras de Portugal. Foram aplicados 30 questionários, com perguntas estruturadas. A faixa etária predominante se encontra entre 26 a 50 anos. Entre a escolaridade, e profissão, destacam-se: graduação, licenciatura, trabalhadora liberal e estudante. Foram realizadas perguntas sobre trabalho, assédio, profissão, corpo, participação da mulher na política, políticas públicas e violência doméstica. Alguns dos principais relatos das trabalhadoras em Portugal foram: "processo de naturalização da violência doméstica"; "sexismo generalizado"; "pouca assistência para mulheres vítimas de violência"; "mulheres por medo não delatam os agressores"; "assédio moral e sexual". A grande maioria das mulheres portuguesas responderam que predomina uma mentalidade patriarcal, o homem tem o poder, o direito e muito enraizado a ideia do ditado "briga de marido e mulher ninguém mete a colher". Com relação aos dados da pesquisa no Brasil, a maioria das mulheres encontram-se entre 30 a 50 anos. Com grau de escolaridade superior. A grande maioria das entrevistadas brasileiras responderam que há mais ofertas de empregos para homens; que o cuidado com a aparência está ligado a auto-estima e juventude. Alguns dos principais dados da pesquisa no Brasil foram: "mulher fisicamente tratada tem um posicionamento positivo por parte dos homens"; fatores que dão origem a violência doméstica: "cíumes, indiferença da família e dos tribunais"; educação nas escolas foi a resposta da maioria para prevenir a violência doméstica.

5. CONCLUSÕES

Um dos aspectos mais importantes dos estudos feministas é o seu caráter político, com o intuito de conscientizar, transformar

e mobilizar a sociedade. Algumas das ferramentas para tal transformação social se encontram em diferentes práticas, representações, símbolos e discursos. Para isso, é preciso que haja superação das dificuldades, que estas sejam vistas como oportunidades para vencer barreiras. O gênero feminino necessita realizar-se plenamente, ou seja, tanto profissional, quanto pessoalmente. Nesse contexto, a partir das vivências históricas e culturais dos públicos investigados, compostas por mulheres lusófonas, aproximados não só pelo idioma, mas também, pelo imaginário que se construiu acerca das relações afetivas e acolhedoras entre Portugal e Brasil, acredita-se que a pesquisa, serviu para aprofundar este trabalho e suscitar questionamentos e mais pesquisas ligadas ao estudo de gênero, cultura e identidade, em especial as representantes do sexo feminino.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Brasília: Persona, 1977. BUTLER, J. **Problemas de Gênero**. Lisboa: Orfeu Negro, 2017.

CONNELL, R; PEARSE, R. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUERRA, I.C. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso**. Cascais: Príncipia Editora, 2006.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina. 2015.

LIPOVETSKY, G. **A terceira mulher: Permanência e revolução do feminino**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MEYER, D. E. **Teorias e Políticas de Gênero: fragmentos históricos e desafios atuais**. *Revista Brasileira de Enfermagem*. Brasília (DF), 2004. Jan/Fev; 57 (1). 13-18. Acessado em: 03 jan.2017. Disponível em <<http://www.sielo.br/reben>>.

PETERSEN, Á. T. **Discutindo o uso da categoria gênero e as teorias que respaldam estudos de gênero**. (in). *Gênero por Escrito: Saúde, Identidade e Trabalho*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

SABAT, R. **Imagens de Gêneros e Produção da Cultura**. IN. FUNCK. Susana Bornéo (Org). *Gênero em Discursos da Mídia*. Florianópolis: EDUNISC, 2005.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria de análise histórica**. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1995, pp.:71-99.

THOMPSON, J.B. **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

O IMPACTO DA DUPLA JORNADA DE TRABALHO NA VIDA PROFISSIONAL E PRIVADA DE PROFESSORAS DA REDE PÚBLICA

Giovana Duarte¹

Letícia Machado Spinelli²

1 *Universidade Federal de Santa Maria*
[giovnanaduarte66@gmail.com](mailto:giovanaduarte66@gmail.com)

2 *Universidade Federal de Santa Maria*
leticiamspinelli@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Ao considerar pesquisas divulgadas por plataformas digitais e demais estudos com grupos focais que analisam a distribuição do trabalho reprodutivo no meio familiar e a constante percentagem elevada dos índices de horas dedicadas pelas mulheres aos afazeres domésticos e cuidado de pessoas, nota-se que essa desigualdade vem impactando diretamente no desenvolvimento profissional de mulheres no mercado de trabalho. A responsabilização e relação de pertencimento do sexo feminino com as atividades domésticas implica negativamente nas condições de trabalho, no modo de vida e na falta de tempo para a dedicação a interesses profissionais. Nessa exposição atentaremos às professoras do ensino de rede pública, as quais estão submetidas quer às demandas de sua atuação profissional quer às exigências e sobrecarga de trabalho doméstico.

Para isso, serão utilizados conceitos da Joan Scott (1989), para compreender como se desenvolvem as relações de poder e autoridade entre os sexos, os quais dificultam a ascensão das mulheres no mercado de trabalho, e as direcionam a posições subalternas e desiguais no contexto familiar bem como a

identificação "natural" com a esfera privada. Também será considerado os argumentos de Heleieth Saffioti (1987) para demonstrar o modo como ocorre a internalização de submissão da mulher ao homem na vida privada, a partir de características impostas ao sexo feminino durante o processo de socialização, mediante os estereótipos de gênero e divisão sexual do trabalho. Angela Davis (2016), por sua vez, contribuiu para mostrar o rompimento em relação a separação física entre "casa" e "fábrica" - momento que dificulta o espaço da mulher no mercado de trabalho. Mary Del Priore (2012) e Betty Friedan (1971), serão utilizadas para observar o propósito da degradação do trabalho feminino a partir da remodelação econômica, e as características imbuídas na realidade feminina, identificadas como "naturais" pelos padrões sociais hegemônicos, objetivando o confinamento da mulher ao cuidado do marido, dos filhos (as) e do lar. Nesse sentido, será levado em conta o novo modelo de divisão sexual do trabalho cunhado por Helena Hirata (2007), denominado de "delegação", para observar as estratégias utilizadas pelas professoras de rede básica, a fim de minimizar a sobrecarga de trabalho.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

São muitas as teses que buscam legitimar a identificação da mulher com o lar e a criação dos filhos, as quais geralmente mobilizam, em diferentes níveis e sob distintos aspectos, dados biológicos que englobam a gestação, a aptidão natural ao cuidado e a presteza no zelo familiar. Todas essas teses guardam em comum a proliferação da relação de poder que permeia a vinculação da mulher com o lar e os cuidados atinentes à domesticidade bem como o aspecto castrador inerente a essa associação. De acordo com Joan Scott (1989, p.28), as relações que condicionam as mulheres à esfera privada podem ser caracterizadas como relações hierárquicas, na qual a "oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se de dominação, os dois, parte do sentido do poder", razão para a superioridade e para a existência de autoridade entre os sexos.

Com isso, incumbiu-se à mulher uma posição inferior e mão de obra subvalorizada, tanto na área de produção como no contexto familiar reprodutivo. Essa relação de poder e dominação atribuiu aos homens o status de "provedores do lar", pois historicamente estão associados à esfera pública, e em paralelo imputou-se a mulher o papel de "dona de casa", vinculada a esfera privada, com menos prestígio e reconhecimento social.

Segundo Heleieth Saffioti (1987), a relação da mulher como pertencente ao privado é instituída durante o processo de socialização, mediante a manutenção dos estereótipos de gênero, assim como também através da divisão sexual do trabalho, que separa e divide as atividades entre homens e mulheres logo na infância. Destarte, o trabalho doméstico e de cuidado é direcionado às mulheres e caracterizado como obrigação feminina, intrínseco à obediência, respeito e reciprocidade, pois ao longo da trajetória sofrem estímulos para internalizar a responsabilidade doméstica como algo inato de sua "condição" enquanto mulher, e observar essa posição como missão e destino, portanto, como uma atribuição "natural", desenvolvida em favor dos membros familiares.

A partir do advento da Revolução Industrial, ocorre "para além da separação física entre casa e fábrica, uma fundamental separação estrutural entre a economia familiar doméstica e a economia voltada ao lucro do capitalismo" (DAVIS, 2016, p.218). Após esse fator histórico, surge o ícone da "dona de casa", que dificulta a inserção das mulheres no mercado de trabalho, uma vez que a mão de obra feminina sofre com a degradação e com as condutas sexuais de cunho moralista, associados à esfera pública e ao comportamento "ideal" feminino, a fim de manter a mulher no espaço privado. O argumento era de que,

o trabalho das mulheres fora de casa destruiria a família tornaria os laços familiares frouxos e debilitaria a raça, pois as crianças cresceriam mais soltas, sem constante vigilância das mães. As mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas

carinhosas, se trabalhassem fora do lar; além do que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade (PRIORI, 2012, p.585).

Nesse sentido, de acordo com Betty Friedan (1971), o comportamento sujeitado as mulheres deixavam-nas incapazes de identificar o "problema sem nome", pois ao passo que a plena femilidade era julgada como próprio do ser feminino, naturalizado a partir de representações sociais e culturais, as mulheres não conseguiam se libertar desta opressão, pois internalizavam o subjufo promovido pelo Sistema. O escopo do mito designado ao sexo feminino, pelo poder das estruturas sociais, impulsionava para maior assimetria social, mediante retórica de que,

a raiz do problema feminino no passado, é que as mulheres invejavam os homens, tentavam ser como eles, em lugar de aceitar sua própria natureza, que só pode encontrar realização na passividade sexual, no domínio do macho, na criação dos filhos, e no amor materno (FRIEDAN, 1971, p.40)

Aos poucos, mediante a luta do movimento Feminista na década de 60, as mulheres passam a ocupar o espaço (por direito), no mercado de trabalho, porém permanecem subjugadas aos serviços domésticos. Nesse sentido, além da ligação "natural" com o trabalho reprodutivo, elas passam a conciliar seu tempo com o trabalho produtivo (valorativo). Esse processo de caráter patriarcal e capitalista ficou conhecido como "dupla jornada de trabalho".

3. METODOLOGIA

A metodologia adotada na realização do trabalho se concentra em pesquisas exploratórias, mediante dados secundários encontrados em plataformas digitais, os quais são mobilizados para fomentar a discussão empiricamente. Os resultados são parte de um trabalho já concluído, realizado em

três cidades do estado de Rondônia no ano de 2010, pela Marli L. T. Zibetti (professora e doutora em psicologia), Maria Ivonete Barbosa Tamboril (professora e doutora em psicologia). A pesquisa apresenta a análise dos discursos e entrevistas semiestruturadas realizadas em grupos focais, com aproximadamente 80 professoras. Essa pesquisa procura fazer uma análise acerca da rotina de professoras de rede pública, bem como observando as suas percepções a respeito da dupla jornada de trabalho, com intuito de denunciar a sobrecarga imputada às mulheres, que vai além do mero trabalho formal, mas intervém para vida privada.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da entrada das mulheres ao mercado de trabalho, e considerando sua identificação forjada com o privado, as exigências da esfera pública conciliada com as demandas domésticas, estão cada vez mais sobrecarregando a rotina do sexo feminino. As professoras do ensino público, por exemplo, sofrem com a demanda de sua profissão e rotina exacerbada na domesticidade, sobretudo ao agregar a atuação profissional com as imposições que as responsabilizam como mães, donas de casa e esposas. Conforme Maria Betânia Àvila (2014, p.5), a sobrecarga doméstica faz com que o tempo dispendido pelas mulheres na realização profissional atenda minimamente as premissas do mercado de trabalho, pois “[...] a alienação é um elemento básico do modelo hegemônico de reestruturação produtiva”, à medida que o sistema capitalista necessita de pessoas que contribuam para manutenção do seu trabalhador.

Essa práxis enfrentada pelas mulheres provoca uma rotina laboriosa, devido o trabalho doméstico não possuir tempo limite de execução, mas desenvolvido mediante as horas disponíveis pós-trabalho produtivo, e nesse caso proporcionando pouco tempo para descanso e lazer. Essa situação ocorre, principalmente, para com docentes que trabalham em tempo integral e são responsabilizadas pelo bem-estar familiar. Além disso, a sobrecarga de trabalho é prejudicial à saúde, integridade

física e emocional (psíquica) das mulheres, acarretando em "elevado estresse, depressão, ansiedade, sintomas psicossomáticos" (ZEBÉTTI; TAMBORIL; SARTORO, 2011, p.60), propiciando para a própria desistência do campo profissional. Conforme estudo realizado por Marli L. T. Zibetti e Sidnéia R. Pereira, em três cidades do estado de Rondônia, com professoras da rede municipal de ensino (2010, p.265):

A docência tem sido caracterizada como uma profissão extremamente desgastante, cuja execução é agravada pelas condições de trabalho tais como jornadas exaustivas, salários insuficientes e demandas que extrapolam o ambiente profissional.

De acordo com a pesquisa, as mulheres, majoritariamente, continuam como principais responsáveis pelo trabalho doméstico e cuidado de pessoas¹⁶. Para minimizar a sobrecarga laboral cotidiana, as professoras utilizam estratégias, como por exemplo, contratar outras mulheres para realizar os serviços domésticos ou simplesmente atribuir essa tarefa as suas mães, sobrinhas ou filhas, que habitam próximo ou em sua residência. Conforme depoimento de uma das professoras entrevistadas na pesquisa, verifica-se o impacto negativo e situação de crise na vida das mesmas, à luz de um processo estrutural de valores femininos (2010, p.269-268):

[...] eu chego de noite, largo a moto pra lá, desamarro a bolsa, e já vou lavando roupa. Meu marido fala: "Oh! Meu Deus, perdi a mulher!" [...] no sábado tem que ir para a faculdade. Tem dia que eu vou pra faculdade sem almoçar, porque tem que colocar a roupa no varal, vou dar uma

¹⁶ Segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, mulheres trabalham 20,9 horas semanais, articulando afazeres domésticos, trabalho remunerado e cuidado de pessoas, enquanto os homens 10,8 horas. Conforme a Organização Internacional do trabalho (OIT), em 2018, 76,2% do trabalho de cuidado não remunerado é realizada pelo sexo feminino, acarretando sua ausência na esfera pública.

limpadinha na casa, vou limpar o banheiro [...]. É muito corrido. Muito, muito, muito! Meu Deus do céu, tem hora que dá vontade de desistir (Professora de Séries Iniciais-1/AF).

[...] tem minha mãe perto que ajuda muito, pois pagar empregada eu não posso. O dia que eu fico em casa, faço o trabalho de casa, tiro o sábado pra ir pra faculdade. (Professora das Séries Iniciais - 7/AF).

Dessa forma, eminentemente, a esfera privada continua como incumbência do sexo feminino. Embora haja uma pequena percentagem de homens executando as atividades domésticas, ela não é imposta nos mesmos termos que as mulheres, mas identificada como uma contribuição/ ajuda (SAFFIOTTI, 1987). Sendo assim, verifica-se que, para além da rotina exacerbada da docência, o trabalho doméstico sobrecarrega ainda mais a vida das mulheres, quer à falta de reconhecimento e políticas públicas que auxiliam na demanda das funções inerentes ao privado, quer em razão da lógica patriarcal que atribui às mulheres o cuidado com a família e o lar independentemente de suas ocupações no mundo do trabalho produtivo e formal. No caso das docentes que constituem foco dessa análise, o trabalho remunerado vai além de permanecer em sala de aula, mas se relaciona com a vida pessoal, pois também exige dedicação para com preparos de aula, correção de exercícios, elaboração de provas, entre outros, tornando ainda mais exaustivo o cotidiano feminino, de modo que se constrói uma tessitura de sobreposição entre o trabalho produtivo remunerado, a esfera pessoal e o trabalho reprodutivo doméstico.

Para além da sobrecarga física, existe a administração da culpa oriunda da sociedade e cultura patriarcal a qual afirma constantemente a responsabilidade da mulher frente ao lar e a família. Segundo Zebétti, Tamboril e Sartoso (2011, p.65): "As professoras afirmaram que se sentem incomodadas, principalmente com a cobrança dos familiares, sentindo-se 'culpada' por estarem tão pouco tempo ao lado dos filhos e filhas".

Segundo Helena Hirata (2007), há um novo modelo de

divisão sexual do trabalho denominado de "Delegação", que pode ser definido por mulheres que contratam outras mulheres, mais precisamente, para exercer os serviços domésticos e trabalho de cuidado, facilitando para que as primeiras possam se inserir no mercado de trabalho. Ainda assim, "mesmo que exista delegação, um de seus limites está na própria estrutura do trabalho doméstico e familiar: a gestão do conjunto do trabalho delegado é sempre da competência daquelas que delegam" (HIRATA, 2007, p.607). Ou seja, a questão doméstica permanece como uma atribuição feminina sem que se abra espaço para a problematização dessa atribuição, por um lado, e para o questionamento acerca da socialização do trabalho doméstico, por outro.

5. CONCLUSÕES

A sobrecarga e responsabilização das mulheres com o espaço privado, forjado como "natural" ao sexo feminino, e articulado com o campo profissional, corresponde a uma construção social e cultural da mulher enquanto um ser biologicamente diferente do homem, cuja diferença articula inferioridade e opressão. Ao observar as condições de trabalho e imposições incorporadas na vida privada das professoras, como a responsabilização do cuidado familiar, verifica-se, sobretudo, uma exorbitante sobrecarga de atividades que dificulta sua vida profissional bem como o seu desenvolvimento intelectual, especialmente por meio de uma imposição naturalizada como inerente ao sexo feminino: o papel de "dona de casa" e mãe de família. Essa posição inferior, proveniente de uma conjuntura estrutural, algumas vezes não é observada pelas docentes, que internalizam o papel subjacente, e embora não haja plena consciência e reflexão sobre a causalidade dessas circunstâncias, elas sentem intimamente a catarse de caráter multifacetado de sua opressão no âmbito público e privado, ao notarem a sua sobrecarga de trabalho ao conciliar trabalho produtivo e reprodutivo. Nesse sentido, além da precarização do ensino público e baixos salários, as professoras convivem com o ônus de

uma dupla jornada de trabalho.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, Maria, B. Vida cotidiana e o uso do tempo pelas mulheres. **VII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, setembro de 2014. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel29/MariaBeta_riaavila.pdf. Acessado em: 30 de setembro de 2018.

DAVIS, A. **Mulher, raça e classe**. 1ª.ed. São Paulo: Boitempo, 2016, 1ª ed.

FRIEDAN, B. **Mística feminina**. Petrópolis- RJ: Vozes Limitadas, 1971, 1ª ed.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, vol. 37, nº 132, p.595 - 609, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Mulheres continuam a cuidar mais de pessoas e afazeres domésticos que homens**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20912-mulheres-continuam-a-cuidar-mais-de-pessoas-e-afazeres-domesticos-que-homens.html>. Acessado em: 30 de setembro de 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO— OIT. **OIT pede ação urgente para prevenir crise global da economia de cuidado**. Disponível em: http://www.ilo.org/brasil/noticias/WCMS_633464/lang-pt/index.htm. Acessado em: 30 de setembro de 2018.

PRIORE, M. D. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, 10ª ed.

SAFFIOTI, H. I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Artigo, 1989.

ZIBETTI, Marli, L. T.; PEREIRA, Sidnéia R. *Mulheres e professoras: repercussões da dupla jornada nas condições de vida e no trabalho docente*. **Educar em revista**. Curitiba, nº especial, p.259 - 276, 2010.

ZIBETTI, M. L. T.; TAMBORIL, M. I. B.; SARTORO, E. R. L. *Trabalho docente e saúde: um estudo a partir da perspectiva de gênero*. **Revista de ciências humanas**. vol.12, nº18, p. 57 - 75, 2011.

O SEXISMO E RACISMO NO ESPAÇO ACADÊMICO: O USO DE DADOS ABERTOS PARA ILUSTRAR MECANISMOS DE OPRESSÃO

Nuncia Gabriele Guimarães Escobar¹

Mariana Selister Gomes²

¹*Universidade Federal de Santa Maria - nunciag97@gmail.com*

²*Universidade Federal de Santa Maria - marianaselister@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre Sexismo e Racismo se faz necessário, dado que, os dois tipos de opressões são estruturais e estão presentes nos mais variados discursos, mostrando-se totalmente imersos em nossas relações sociais, inclusive, no que tange ao âmbito institucional. Logo, a discussão está longe de pertencer exclusivamente às mulheres e às pessoas negras, diz respeito à humanidade. As práticas incorporadas e reproduzidas correspondem a um imaginário social, constituído como ordem discursiva hegemônica (FOUCAULT, 2008; GOMES, 2009), tendo em vista uma dominação racista e patriarcal com configuração histórica de imposição da hegemonia de alguns indivíduos sobre outros (NASCIMENTO, 2003).

Conforme Bourdieu (2007), as instituições educacionais são um dos fatores mais eficazes de conservação social, em razão de atribuir legitimidade às desigualdades sociais, mascarando os mecanismos simbólicos de opressão que marcam as experiências dos sujeitos. Sendo assim, o presente estudo analisa dados de uma determinada instituição universitária com base no que é oferecido pelo plano de dados abertos, oriundo da Lei de Acesso à

Informação (LAI - Lei nº 12.527, de 16 de maio de 2012) que possibilita a visualização das informações públicas dos órgãos e entidades vinculados ao governo federal, a fim de compreender como se dá a organização deste espaço acadêmico e quais os perfis predominantes que o ocupam, alinhado à uma fundamentação teórica que reúne importantes contribuições intelectuais pertinentes a temática étnico-racial e de gênero.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

De acordo com Joan Scott (1989) gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças construídas sobre os sexos biológicos. Há, em nossa organização social, uma inferiorização da mulher perante ao homem, que desencadeia uma série de violências e discriminações. A famosa frase: "ninguém nasce mulher, torna-se mulher" (BEAUVOIR, 2009) revela a complexidade de questões que incidem sobre "ser mulher", moldando e educando corpos para a adequação nas relações de poder e condicionando homens e mulheres à estigmatização. Os avanços do Movimento Feminista conseguiram reverter e destituir certas mentalidades retrógradas, contudo, ainda há uma longa trajetória de reivindicação de direitos pela frente e há ainda de se manter vigilante frente a retirada de direitos básicos, que já foram conquistados, porém, são constantemente questionados.

O feminismo, unicamente, não abrange a realidade das mulheres não-brancas, precisando estar articulado em uma luta antirracista e contra a visão essencialista da mulher, sob um viés interseccional. A formulação inicial do conceito "interseccionalidade", tem origem no Black Feminism (Feminismo Negro) dos Estados Unidos (EUA). A teórica feminista afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw foi precursora no uso do termo em 1989, argumentando acerca das sobreposições existentes em um sistema de opressões. A discriminação de gênero e a discriminação racial operam juntas, reconhecendo este aspecto, não se pode enquadrá-las separadamente (CRENSHAW, 2002). Logo, interseccionalidade, refere-se às diferenciações que se

articulam ao gênero, buscando capturar consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação, em vista, especificamente, da forma que o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas de opressões criam desigualdades que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes etc.

Já o Racismo, no caso brasileiro acompanhado do mito da democracia racial, assola a sociedade, coexistindo uma negação em torno das questões de cunho racial. Como podemos observar na seguinte passagem: "O processo de 'naturalização' está presente em todas as hierarquias sociais, sendo um traço constitutivo das relações de dominação" (GUIMARÃES, 2005). A exposição dos negros ao mercado de trabalho e a formação de classes no período pós-abolição é crucial para a compreensão de determinados desdobramentos inerentes ao estereótipo do "ser negro". Foi o momento que se estabeleceu, no contexto da urbanização e industrialização, a inferiorização do negro frente toda a sociedade, sem nenhuma medida para ampará-lo na fase de transição, como expõe Florestan Fernandes (2007). Uma memória lamentável de um passado não tão distante, quando pessoas e culturas foram brutalmente assassinadas havendo um processo de desumanização das pessoas negras. O genocídio do povo negro revela impactos sociais devastadores, bem como toda a exclusão das mulheres nos espaços públicos. Ambos, são grupos sociais julgados como inferiores e incapazes ao longo da história.

Atualmente, de forma mais velada, mas evidente, percebemos espaços predominantemente masculinos e majoritariamente brancos, reforçando a ideia de que "não é nosso lugar". É preciso resistir e combater as práticas discriminatórias nestes ambientes, desafiá-las, desmascarando a ignorância machista e racista que há por trás das estruturas de poder simbólico. Há de se reivindicar o acesso e a permanência destes grupos mais marginalizados.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa tem um caráter exploratório (é uma

pesquisa inicial), segue uma abordagem de inspiração hipotético-dedutiva (partindo da teoria em torno do racismo e do sexismo, para testá-la através de dados empíricos), trata-se de pesquisa do tipo quantitativa, utilizando base de dados secundários e, organiza-se como um Estudo de Caso (exploratório). A instituição universitária escolhida para a realização da análise dos dados foi a Universidade Federal do Pampa (Unipampa) do Estado do Rio Grande do Sul, que atualmente é composta por: 10 campus, 64 cursos de graduação, 04 doutorados, 17 mestrados e 27 especializações. Os relatórios de dados abertos foram acessados no portal digital da Gestão Unificada de Recursos Institucionais (GURI) vinculado à Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação da Universidade (Link disponível em: <https://guri.unipampa.edu.br/rpt/relatorios/dadosAbertos/>).

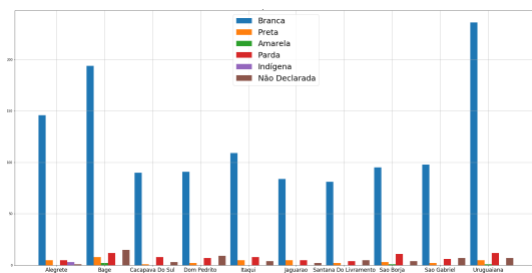
Após o download das tabelas com os dados sobre os servidores da instituição foram produzidos gráficos para melhor visualização das porcentagens e quantidades.

As disparidades encontradas nas informações tendenciaram o rumo do estudo, sobretudo, para um olhar específico e reflexivo sobre a representação das mulheres e das pessoas negras em determinados espaços.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O gráfico a seguir, apresenta a quantidade de servidores por raça/etnia na totalidade dos campus Unipampa, situados nas seguintes cidades: Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana:

Gráfico 1 - Quantidade de Servidores por Raça/Etnia



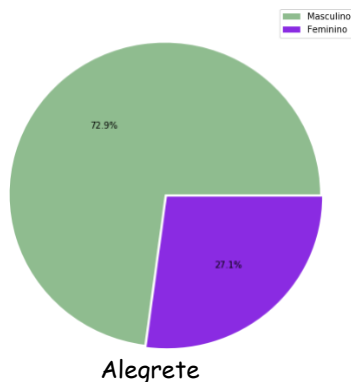
Fonte: Elaboração própria (2018).

As informações acessadas comprovam que a população negra minimamente ocupa este espaço. A Universidade representa um ambiente para a construção de conhecimentos e pode (re)produzir um discurso dominante, portanto, tem capacidade de sustentar a existência de uma “elite branca” e suas relações de poder.

Toni Morrison (1992) usa a expressão “dessemelhança” para descrever a “branquitude” como uma identidade relacional construída por brancos e definida por eles como diferentes (apud KILOMBA, 2010). Ou seja: o sujeito branco não se vê racializado, logo, é indiferente quanto aspectos de justiça social, uma vez que, é beneficiado por privilégios de uma sociedade racista. Assim como, o homem (branco, de classe social elevada e hétero) se vê como universal e não pertencente às discussões sobre gênero.

Quanto à intelectualidade negra no espaço acadêmico: há uma negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento que se dá por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições, configurando mecanismos de silenciamento e opressão (CARNEIRO, 2005).

Gráfico 2 - Quantidade de Servidores por Sexo Campus



Fonte: Elaboração própria (2018).

O gráfico acima apresenta a porcentagem de servidores referente ao sexo do Campus Unipampa Alegrete, o qual apresenta a maior discrepância encontrada na análise dos dados, deixando subentendido as posições desiguais que homens e mulheres ocupam. De acordo com Saffioti (1987) a sujeição feminina está atrelada ao imaginário patriarcal, influenciando totalmente o campo do trabalho e as relações de poder nas instituições, ocasionando a ascensão da diferença salarial, do controle da vida reprodutiva, dos assédios e demais atos recorrentes e naturalizados que as mulheres, ao longo de suas trajetórias, vivem no ambiente profissional.

Há de se evidenciar que as mulheres negras estão duplamente prejudicadas, visto que, ocupamos a base da pirâmide social e a perspectiva de mobilidade é mínima em inúmeros casos (IPEA, 2013). As mulheres brancas de classes privilegiadas (que dominam o discurso feminista) têm pouca ou nenhuma compreensão da supremacia branca como estratégia de impacto em um Estado racista e sexista (HOOKS, 2015). A luta feminista precisa estar articulada em uma luta antirracista.

5. CONCLUSÕES

Diante do exposto, conseguimos identificar a exclusão de mulheres e negros do espaço acadêmico e esse processo pode desenvolver-se de diversas maneiras, desde as opressões mais sutis até as extremamente violentas. Estamos vivenciando uma onda conservadora intensa, o discurso de ódio e as mentalidades discriminatórias estão em ascendência, visto que, existe a deslegitimação quanto à luta dos movimentos sociais e o silenciamento que rompe com as desconstruções que precisávamos para uma sociedade justa e igualitária.

Mesmo com as ações afirmativas e todo discurso de empoderamento feminino é indiscutível como ainda há espaços integralmente construídos sob um viés racista e sexista, ainda entendendo mulheres e negros como sujeitos não pertencentes à tal lugar. É corriqueiro observarmos espaços que seguem esta normativa. Esses dados analisados evidenciam que, apesar dos nítidos avanços da população brasileira, em termos da discussão de gênero e raça, ainda assim, encontramos fortes barreiras ao longo do percurso e muitas vezes parecemos estar regredindo em questões que já haviam sido deliberadas. Ao concluir este Estudo de Caso exploratório, percebe-se que os dados do exemplo escolhido confirmam as teorias que demonstram a existência de racismo e sexismo na sociedade e, inclusive, nas instituições educacionais.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.
- BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. 9ª ed.
- CARNEIRO, S. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. Tese de Doutorado em Educação,

Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo.

CRENSHAW, K. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: UNIFEM, p.07-16, 2002.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2008.

GOMES, M.S. **Desafios Feministas na América Latina: Desconstruir Saberes Machistas e Enfrentar Relações de Poder Patriarcal**. Montevideo: UNIFEM; Cotidiano Mujer, 2009.

GUIMARÃES, A.S.G. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2005. 2ª ed.

HOOKS, B. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 16, p.193-210, 2015.

KILOMBA, G. A Máscara. **Cadernos de Literatura em Tradução**, São Paulo, n. 16, p. 171-180, 2010.

MORRISON, T. **Playing in the Dark: Whiteness and the Literary Imagination**. New York: Vintage Books, 1992.

NASCIMENTO, E. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2003.

SAFIOTTI, H. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

IPEA. **ARTICULANDO GÊNERO E RAÇA: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NO MERCADO DE TRABALHO (1995-2009)**. Dossiê Mulheres Negras: retratos das condições de vidas das mulheres negras no Brasil. Brasília, 2013. Acessado em: 10 out. 2018. Online. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulher_es_negras.pdf

PRECARIZAÇÃO E TRABALHO FEMININO: ALGUMAS NOTAS SOBRE A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Caroline Cardoso da Silva
Universidade Federal de Pelotas - card.karol@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente texto buscará refletir sobre o trabalho feminino dentro da divisão sexual do trabalho, procurando entender, historicamente, o porquê deste ser mais precarizado e desvalorizado, fazendo com que as relações desiguais de gênero sejam reforçadas dentro do mundo produtivo. Isso se acentua dentro dos moldes contemporâneos de trabalho assalariado com diretrizes neoliberais. Para essa reflexão, serão feitos alguns debates teóricos sobre trabalho, trabalho precarizado - entendendo também que alguns setores são marcados pela presença principal de mulheres negras -, como se dá a divisão sexual do trabalho em suas origens, etc.

As notas teóricas aqui feitas localizam-se dentro da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para titulação de graduação em História realizada em 2018, que analisou a experiência de mulheres dentro do trabalho terceirizado dos setores de limpeza, na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Para tal TCC, o debate de precarização e divisão de tarefas de trabalho baseadas com o cunho sexistas se mostrou essencial, visto que ao almejar-se o estudo sobre trabalho terceirizado do setor da limpeza, é fato de que os principais sujeitos afetados por esse modelo de trabalho são mulheres.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

O trabalho assalariado, fruto das relações de produção capitalista, passou e vem passando por algumas mudanças em suas diretrizes. Essas mudanças se iniciam sobretudo nos anos de 1970 e têm as políticas da ex Primeira-ministra do Reino Unido, Margaret Thatcher, e ex presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, como símbolo. Esse período histórico é conhecido como a reestruturação produtiva, que também tem as denominações de reestruturação do capital ou até mesmo reestruturação do trabalho. Trata-se basicamente da nova etapa do modo de produção capitalista que se molda à crise mundial do sistema, reinventando-se para o que chamamos de capitalismo global, globalização, ou, também, toyotismo e empresa flexível.

Antunes e Druck (2015) colocarão esse momento como sendo: uma produção diretamente vinculada à demanda, dependente do trabalho em equipe, com multivariabilidade de funções, tem como princípio o *just in time*, isto é, a produção deve ser efetivada no menor tempo possível, bem como novas e mais fluidas hierarquias no mundo produtivo, pois ela se estrutura num processo produtivo flexível, que possibilita ao operário operar simultaneamente várias máquinas.

Esse contexto é marcado de rupturas com velhos padrões que dão lugar para novas maneiras de organização social e cultural, bem como as relações entre sujeitos. Tal fato acaba refletindo tanto na subjetividade das pessoas enquanto indivíduos, quanto no coletivo de sociabilidade e nas questões objetivas, onde a lógica hegemônica procura "coisificar" as pessoas e relações, isto é, torná-las objetos com lógica de mercadoria.

Os novos paradigmas dessa nova etapa de trabalho e de vida sustentados na volatilidade, descartabilidade e efemeridade sem limites, baseando-se na lógica do curto prazo, "que incentiva a "permanente inovação" no campo da tecnologia, dos novos produtos financeiros e da força de trabalho, tornando obsoletos e descartáveis os homens e mulheres que trabalham". (ANTUNES E DRUCK, 2015, p. 20).

Essa coisificação das pessoas e bens, e nesse contexto, a coisificação dos trabalhadores, abre margem para que se precarizem as condições e relações de trabalho. Guimarães (2013) coloca que, por precarização do trabalho, compreende-se o processo social constituído pela ampliação e institucionalização da instabilidade e da insegurança, expressa nas novas formas de organização do trabalho, onde a terceirização e subcontratação ocupa um lugar central, bem como o recuo do papel do Estado como regulador do mercado de trabalho e da proteção social através das inovações da legislação do trabalho e previdência.

De acordo com o livro de Diana Assunção, a precarização tem rosto de mulher, pois estas ocupam em maioria os cargos precarizados da terceirização, e principalmente empregos que são similares ao trabalho do lar, como sendo faxineiras e cozinheiras em universidades, por exemplo. Para ela, de acordo com o processo de precarização do trabalho e terceirização tem como principal alvo "os grupos socialmente subordinados na sociedade como as mulheres, os negros [e as mulheres negras], os homossexuais (homens e mulheres) e os imigrantes" (ASSUNÇÃO, 2013, p. 50). Ou seja, falar em precarização do trabalho é falar que grande parte das pessoas que são afetadas por isso têm um lugar social definido marcado pela desigualdade e opressão.

Num panorama histórico, a autora também coloca que

"Em *O Capital*, Karl Marx já apontava a definição de trabalho barato como uma das poderosas formas dos patrões conseguirem diminuir os custos com os trabalhadores, contratando as mulheres e as crianças por salários menores, o que depois contribuirá para o rebaixamento salarial do conjunto da classe trabalhadora" (ASSUNÇÃO, 2013, p. 51).

Para Nogueira, a divisão sexual do trabalho é um "fenômeno histórico, pois se metamorfoseia de acordo com a sociedade da qual faz parte. Mas, na sociedade capitalista [...] o trabalho doméstico permanece predominantemente sob a responsabilidade

das mulheres, estejam elas inseridas no espaço produtivo ou não" (NOGUEIRA, 2010, p. 59). Ou seja, o debate sobre relações sociais de gênero no trabalho também se relaciona com as relações de gênero na reprodução. Em ambos contextos, as mulheres tomam parâmetros desiguais, hierarquizados e contraditórios, seja pela exploração da relação capital/trabalho, seja pela dominação masculina sobre a feminina. As mulheres acabam ocupando o mercado de trabalho, então, reforçando seus postos de subalternizados. Se há uma feminização do mundo do trabalho, esta é dada nos moldes de um trabalho precário e desvalorizado.

Contudo, não pode-se colocar as mulheres como sendo um grupo homogêneo. Existem diferentes tipos de mulheres, com diferentes tipos de vivência, como as mulheres negras, as mulheres negras latino-americanas, as mulheres brancas, as mulheres ricas, as mulheres pobres, enfim. Para o entendimento dessa complexidade, há um conceito no feminismo chamado Interseccionalidade, que busca entender as relações entre raça, gênero e classe.

Por interseccionalidade, entende-se um conceito, ou um viés de análise, que busca correlacionar gênero, raça e classe para estudos sobre a sociedade e os agentes da história e "foi desenvolvida nos países anglo saxônicos a partir dessa herança do *Black Feminism*, desde o início dos anos de 1990, dentro de um quadro interdisciplinar, por Kimberlé Crenshaw e outras pesquisadoras inglesas, norte-americanas, canadenses e alemãs." (HIRATA, 2014, p. 62).

Davis (2016) discorre sobre a necessidade de pensar a divisão sexual do trabalho de maneira diferente entre mulheres negras e brancas, pois nas senzalas a divisão de tarefas não era organizada de forma hierarquizada, pois todos cumpriam um papel e todas funções eram importantes. Na divisão sexual do trabalho, então, os patrões e a classe burguesa em geral se usam de ideologias racistas e sexistas, mesmo que indiretamente, para justificar a má remuneração de mulheres, sobretudo mulheres negras. Há, também, o histórico de escravização de mulheres negras como escravizadas da casa, onde estas faziam todos afazeres domésticos, perpassando nos dias de hoje para a

categoria de trabalhadoras domésticas.

3. METODOLOGIA

Esse resumo é um fragmento de um trabalho mais complexo, que foi realizado como TCC. Ou seja, surgiu da demanda de refletir sobre o cotidiano de trabalho e de demanda das trabalhadoras terceirizadas da UFPel de maneira mais profunda, buscando entender o contexto histórico no qual a reestruturação produtiva aconteceu, e como a divisão sexual do trabalho se readequou a esses novos moldes. Por isso, se trata de um debate teórico sobre um trabalho de campo, onde foram realizados diálogos e observações, vezes participativas, vezes não, percebendo como essas trabalhadoras agem em seu ambiente de trabalho e percebendo que essas mulheres têm algumas histórias pessoais parecidas.

Lisboa (2004) aponta que a categoria de trabalhadoras domésticas se aproxima das trabalhadoras de limpeza de ramo terceirizado - que são duas categorias similares ao trabalho do lar - pela noção de trajetórias ocupacionais de mulheres. A escassa mobilidade social e a permanência efetiva em funções consideradas de baixo prestígio, onde muitas dessas mulheres começam a trabalhar entre 12 e 14 anos, cuidando crianças ou como empregadas domésticas e "em muitos casos só em troca de roupa (...) seguindo-se as funções de faxineiras e serventes de limpeza. A principal causa que dificulta a mobilidade social e ocupacional dessas mulheres é o baixo nível de ensino [...] pois algumas só sabem escrever o nome." (LISBOA, 2004, p. 164).

Sendo assim, se faz primordial o debate exclusivamente teórico sobre esses temas, trazendo colaborações de grandes teóricos e teóricas sobre trabalho e divisão sexual, mesmo que aqui isso seja feita de maneira introdutória, não abrangendo a complexidade tanto da análise, quanto das possibilidades de abordagem.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um dos resultados do TCC propriamente dito, foi a dificuldade de realizar a metodologia pretendida, a de História Oral. Muito embora o trabalho tenha se proposto, de início, em ser uma pesquisa sobre trajetórias de vida de mulheres que vivem do trabalho terceirizado com o uso da metodologia que se usa de entrevistas gravadas, o processo da pesquisa não ocorreu como esperado. Porém, como tudo acaba servindo de aprendizado e até o fato de não acontecer as entrevistas previstas é um fato interessante, considerando que tudo tem um porquê de ser. Se tratando das trabalhadoras terceirizadas da UFPel, o porquê é um dado importante: o medo. Medo de sofrer perseguição pelas colegas, medo de que a entrevista chegasse aos ouvidos dos chefes, de dar entrevista para uma estranha, de não "falar direito", entre vários outros motivos plausíveis. Se tratando, então, de uma categoria de serventes da limpeza que foi remoldada a partir da lógica de reestruturação, o medo acaba se tornando algo sistêmico, porque para sobreviver a todas as dificuldades colocadas pelo sistema, é necessário o uso pontual da coerção como um meio de dominação.

Porém, sobretudo pelo uso do trabalho de campo, conseguiu-se perceber empiricamente os efeitos desgastantes da precarização do trabalho, que se dá de maneira mais significativa entre as mulheres por cumprirem, muitas vezes, o papel de donas do lar, de mães, de esposas, e de trabalhadoras. Por terem todas essas responsabilidades, não podem colocar estas em jogo em nome de uma entrevista para uma pesquisa de trabalho de conclusão de curso, mesmo que esta tenha as melhores das intenções. Pode-se perceber, também, que boa parte das trabalhadoras terceirizadas na área da limpeza e da cozinha do Restaurante Universitário (RU) é composta por mulheres negras, ainda relegadas pela divisão opressiva do trabalho, a setores ligados a servidão.

Nas leituras teóricas e na observação e diálogo em campo, percebeu-se que muito embora a reestruturação muda vários aspectos da vida social, o trabalho assalariado, que produz o fenômeno da mais-valia, é o que sustenta o sistema capitalista. Sendo assim, as classes sociais de burgueses e proletariados

prosseguem tendo a principal lógica e divisão que sustenta o sistema, muito embora não sejam mais configuradas como nos moldes clássicos do século passado.

5. CONCLUSÕES

A fins de conclusão, muito ainda há para se estudar em busca do entendimento dessas novas articulações do mundo contemporâneo e esse resumo vem a acrescentar nesse sentido, mas de maneira rápida e introdutória pelas limitações de um trabalho realizado ainda na graduação, ou seja, sendo uma primeira experiência de pesquisa e revisão bibliográfica, e pelas próprias limitações que se revelaram no processo de pesquisa. Porém, algo ficou claro: tudo está em disputa, os conflitos entre interesses, ideologias, grupos, pessoas, etc, e é isso que move a história. Captar essas disputas e conflitos é o que cabe ao historiador para perceber pelos detalhes, os acontecimentos e as perspectivas maiores, a fins de enxergar os atores sociais e a história viva e vivida.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão** - Ano XVIII - nº 34 - 2015, pg 19 - 40.

ASSUNÇÃO, Diana (Org.). **A precarização tem rosto de mulher: a luta das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados da USP**. 2. ed. São Paulo: Iska, 2013.

BRAGA, Ruy. **A reestruturação do capital: um estudo da crise contemporânea**. São Paulo: Xamã, 1996.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: (des) Fordizando a Fábrica:**

um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo, 1999.

GUIMARÃES, Bárbara Amorim. **A TERCEIRIZAÇÃO NO BRASIL:**

Desmascarando a flexibilização e precarização. 2013. 79 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2013.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

_____. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1.

LISBOA, Teresa Kleba. Um olhar por baixo do tapete: mulheres terceirizadas. **Mulher e trabalho**, Porto Alegre, v. 4, p. 161 - 168, 2004.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **AURORA**. Ano IV número 6, agosto de 2010.

REDISCUINDO A CATEGORIA MULHER: CONTRIBUIÇÕES DAS FEMINISTAS NEGRAS NORTE-AMERICANAS

Tainá Melo Silveira¹

Mara Beatriz Nunes Gomes²

¹Universidade Federal de Pelotas - tainamelosilveira@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas - mbnq.adv@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende oferecer um breve panorama sobre as contribuições do feminismo negro norte-americano para o campo da teoria feminista, principalmente por sua perspectiva crítica ao conceito universalista empregado em uma dimensão analítica à categoria mulher, discussão que ensejou a visibilidade dos distintos fenômenos de subalternização e discriminação que afetam de modo particular a existência de cada mulher.

As mulheres negras sempre enfrentaram problemas epistemológicos complexos, com a ressonância da escravidão, do imperialismo, colonialismo, da pobreza, racismo e da segregação racial, além de questões como machismo e homofobia. A raiz ocidental e branca do feminismo não contemplava a experiência histórica particular das mulheres negras, que somente a partir das discussões inicialmente propostas por intelectuais negras norte-americanas foi capaz de refletir as diferenças da experiência das mulheres.

Na década de 1960, as feministas norte-americanas lutavam por igualdade e salientavam a opressão masculina, dando origem ao feminismo da igualdade, enquanto as francesas exigiam o reconhecimento da particularidade da experiência feminina, e as

diferenças entre homens e mulheres. Neste contexto, surgem as bases para pensarmos posteriormente o feminismo interseccional. Essa perspectiva constrói uma abordagem micropolítica, preocupada em distinguir os recortes de classe, gênero e raça, a fim de considerar as especificidades de cada mulher; também se caracteriza como um período de reflexão e crítica dentro do próprio movimento feminista, que passa a repensar a categoria de mulher, até então adstrita ao modelo da mulher branca de classe média, evidenciando que o discurso universal acerca da representação da categoria feminina era excludente.

Angela Davis em "Mulher, classe e raça", critica a segunda onda do feminismo partindo da premissa que, este, entende a mulher a partir de uma categoria universal, assim ela busca resgatar a identidade das mulheres negras escravizadas. Estas mulheres nunca precisaram reivindicar espaço no mercado de trabalho, pois o trabalho sempre fora sua realidade. Segundo Davis,

[...] as mulheres eram olhadas não menos que os homens, eram vistas como unidades rentáveis de trabalho, elas não tinham distinção de gênero na medida das preocupações dos donos de escravos. Na opinião de um historiador "as mulheres escravas eram primeiro trabalhadoras a tempo inteiro para o seu dono e depois apenas incidentalmente uma esposa, uma mãe, uma dona de casa". Tendo em conta que no século XIX a ideologia de feminilidade enfatizava os papéis de mães cuidadoras, companheiras dóceis e donas de casas para os seus maridos, as mulheres negras eram praticamente uma anomalia. (DAVIS, 2016)

Davis evidencia que as mulheres negras sofreram de formas distintas durante o período de escravidão, pois quando atendia aos

interesses econômicos dos senhores eram exploradas como os homens, mas também eram vítimas de abuso sexual.

A maternidade questionada pelas feministas brancas de classe média, não se aplicava à essas mulheres. A divisão do trabalho doméstico reclamado pelas mulheres brancas quando pensado no contexto das mulheres negras, não era hierarquizado, pois era no trabalho doméstico o espaço onde as famílias negras maltratadas pela escravidão desenvolviam seus laços de afabilidade e viviam sua humanidade. Nessa perspectiva, se torna evidente as razões pelas quais esse feminismo não representava as mulheres negras descendentes de mulheres escravizadas que herdaram um legado histórico de luta e trabalho, que como bem retratado por Davis, foram:

Exigidas pelos seus donos a serem "masculinas" na performance do seu trabalho como se fossem homens, as mulheres negras devem ter sido profundamente afetadas pelas suas experiências durante a escravatura. Algumas, sem dúvida, foram quebradas e destruídas, no entanto a maioria sobreviveu e, no processo, adquiriu qualidades consideradas tabus pela ideologia do século XIX sobre a natureza feminina. (DAVIS, 2016)

Segundo Bell Hooks, o feminismo da década de 1960 apresentava um recorte muito específico em seu discurso. Era voltado para mulheres brancas, casadas, de classe média alta, universitárias, que estavam entediadas com suas vidas e buscavam um horizonte no mesmo mundo profissional dos homens brancos. O que revela outra questão interessante, não seria qualquer profissão que uma mulher deste recorte estaria disposta a exercer. Hooks aponta que partia-se do pressuposto de que todas as mulheres, sem importar etnia, classe, sexualidade, etc, passariam pelas mesmas experiências.

A maior crítica tecida à segunda onda feminista é que a

sua visão unidimensional ignorava a existência de mulheres em outras condições de vida, descartando a diferença como uma parte crucial para se transcender os métodos patriarcais. Quando o feminismo cria uma massa ideal indivisível que representaria a todas as mulheres, não somente ignora diferenças, como também reitera o poder da supremacia branca, utilizando os mesmos estratagemas criados pela dominação patriarcal. Audre Lorde, em *The Master's Tools Will Never Dismantle the Masters House*, afirma que não examinar as experiências e falas de diferentes mulheres, sejam mulheres pobres, negras, lésbicas, imigrantes, etc; é uma arrogância acadêmica particular que enfraquece o debate feminista em um nível pessoal e político. A autora diz que é na diferença que o poder é forjado, e mulheres foram ensinadas a ignorar suas diferenças, ou vê-las como uma forma de separação.

Lorde problematiza a centralidade das discussões de gênero a partir da experiência da mulher branca de classe média, buscando estabelecer um espaço dentro do movimento que contemplasse considerações relacionadas a subjetividade de raça, também apontando para a necessidade de discutir a questão de gênero junto às outras formas de opressão, pois segundo Lorde (1984):

O que nos separa não são as nossas diferenças, e sim a resistência em reconhecer essas diferenças e enfrentar as distorções que resultam de ignorá-las e mal interpretá-las. Quando nos definimos, quando eu defino a mim mesma, quando defino o espaço onde eu sou com você e o espaço onde não sou, não estou negando o contato entre nós, nem estou te excluindo do contato - estou ampliando nosso espaço de contato. (LORD, 1984)

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

Angela Davis, Bell Hooks e Audre Lorde são as vozes precursoras da autocrítica feminista que começa a tomar corpo

neste período. Elas são os principais expoentes do feminismo negro norte-americano, teóricas e ativistas, cresceram em meio a segregação racial dos Estados Unidos da América. Uma segregação institucionalizada, que continuou após a abolição do trabalho escravo no país, até mais da metade do século XX.

3. METODOLOGIA

O recurso metodológico adotado consiste em uma revisão teórica que sistematiza as percepções de três intelectuais negras identificadas como pioneiras do *black feminism* e expoentes da literatura feminista norte-americana em relação às contribuições do pensamento feminista negro para o desenvolvimento do feminismo como movimento e corrente teórica.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Bell Hooks, as mulheres negras do século XIX nos Estados Unidos, estavam completamente conscientes da sua condição social, a qual as deixava vivendo um impasse de legitimidade, eram elas negras ou não? Eram elas mulheres ou não? Não era a abolição que as traria uma liberdade plena. Com o fim da Guerra Civil, e concomitantemente o "fim" do trabalho escravo, os movimentos por igualdade racial entravam em pauta, assim como o movimento por direito das mulheres. "Existiu um momento em que, nos Estados Unidos da América, o sexismo superou o racismo [...]"(HOOKS,1982). Joan Scott, quando escreve "O enigma da igualdade", mostra o paradoxo das ações afirmativas, paradoxo este, que foi vivido pelas mulheres negras americanas. Para se lutar por um direito perante o Estado, é necessário que um grupo se mostre homogêneo, criando uma identidade, foi assim que as mulheres negras foram apagadas das lutas por direitos raciais nos Estados Unidos. Segundo Hooks isso se tornou evidente quando homens negros ganharam o suporte de homens brancos na luta pelo direito ao voto. A ação dos homens brancos, neste caso, gerou revolta dentro do movimento de luta pelos direitos das mulheres, principalmente por parte das ativistas brancas, que acabou por

gerar um antagonismo entre as mulheres (brancas e negras) e os homens negros, e conseqüentemente o afastamento das mulheres negras. Hooks diz que, ao apoiar a causa das mulheres, as mulheres negras estariam endossando um discurso racista, e ao apoiarem homens negros elas estariam reiterando uma ordem social patriarcal que as calava.

Enquanto os homens negros progrediam cada vez mais nas esferas sociais dos Estados Unidos, as mulheres negras eram educadas para tomarem papéis mais submissos. Nos anos 20, com o final da guerra, os esforços das mulheres na luta por direitos perdeu fervor. As mulheres negras entraram na força de trabalho, junto com os homens negros, elas estavam lutando pela sobrevivência diária, por necessidades básicas, lutavam para ter o que dar de comer aos filhos e, a si mesmas, assim o empenho contra o sexismo teve de esperar. Hooks aponta que os ativistas negros nunca estiveram preocupados em rejeitar os valores culturais ocidentais, e conseqüentemente não questionaram o sistema patriarcal, e o que primeiramente tinha sido um movimento para libertação de todos os negros, homens e mulheres, tomou como foco primordial a instauração do sistema patriarcal do homem negro. As mulheres negras são as mais afetadas pela opressão machista na qual o sistema capitalista patriarcal está pautado "as mulheres brancas podem ser vitimadas pelo sexismo, mas o racismo lhes permite atuar como exploradoras e opressoras de pessoas negras." (HOOKS, 2004)

Uma interessante ferramenta interpretativa nasceu no bojo do feminismo norte-americano, uma reflexão feita com base nos séculos de experiências sofridas por mulheres negras com o sistema colonial. A chamada interseccionalidade parte do pressuposto de que a vida de mulheres é construída por diversos sistemas de opressão. Raça, gênero e classe, fazem parte desse sistema, e são intrinsecamente conectados. Como exemplificamos previamente, a raça fez da mulher negra uma força de trabalho, o sexo a fez usada por seu senhor, a classe retificou seu subjuço em uma sociedade capitalista patriarcal.

O feminismo negro mostrou que nem todas as mulheres são iguais, nem todas sofrem os mesmos preconceitos, nem todas tem

acesso aos mesmos privilégios, nem todas compartilham dos mesmos eixos de opressão. "Antes das teóricas do feminismo negro, nenhum outro estudioso ou estudiosa do campo social levou a sério a possibilidade dessa ligação entre raça, gênero e classe." (CARASTATHIS, 2014).

5. CONCLUSÕES

Angela Davis, Bell Hooks e Audre Lorde ao trazerem as particularidades da experiência identitária de ser uma mulher negra em uma época de tensão social, mostram que para elas, estudar gênero e sexismo não é suficiente, questões como raça, classe, idade, orientação sexual, etnicidade, e até mesmo saúde, devem ser levadas em consideração contextualmente, assim são capazes de assinalar sistemas de opressão e também desvendar situações de discriminação. Sendo assim, as diversas formas de opressão, são apenas "engrenagens de uma gigante estrutura de dominação que se mantém através de relações, métodos, práticas, que justificam e perpetuam o subjugo histórico-social de diferentes grupos, principalmente de mulheres negras". (FRANKLIN, 2001).

Levando em consideração as experiências particulares das mulheres negras, vemos que a objetividade do feminismo se encontra no entendimento do contexto, dessa forma ele está diretamente ligado a questões subjetivas. Porém, a subjetividade é vista com desdém por grande parcela da comunidade científica, que prima pelo mito da neutralidade, ditando que interpretações de cunho feminista são um posicionamento de valor político, impossibilitando uma interpretação objetiva. Entretanto o trabalho científico é mais do que somente uma interpretação epistemológica, "é uma união de representações, práticas, habilidades e intervenções que são aprendidas e performadas. E apesar de universais e rotinizadas, as práticas científicas ainda são locais e mutáveis". (TOMÁSKOVA, 2007).

O feminismo, principalmente o feminismo negro, tenta reconfigurar a forma como damos crédito a novos conhecimentos, trazendo um ponto de vista uma nova perspectiva, já que

objetividade, a cientificidade, segundo Donna Haraway, neste caso também é portadora de perspectivas políticas, sendo uma ferramenta na negociação de poder, provida por relações sociais que em diferentes níveis afetam interesses pessoais e coletivos. A produção de conhecimento científico é um dos pilares que sustentam, mantêm e justificam as desigualdades. Sendo assim o feminismo em suas diversas vertentes tenta quebrar barreiras androcêntricas dentro das metodologias científicas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maria Zina Gonçalves de. Luta das Mulheres pelo Direito de Voto. Movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Arquipélago - Revista da Universidade dos Açores. Ponto Delgada, 2ª série, VI, 2002. Disponível em: <http://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/380>

CARASTATHIS, A. The Concept of Intersectionality in Feminist Theory; *Philosophy Compass* 9/5 (2014): 304 - 314, 10.1111/phc3.12129 California State University, LA.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRANKLIN, M. A Black feminist-inspired archaeology? *Journal of Social Archaeology*, SAGE Publications (London, Thousand Oaks, CA and New Delhi), 2001.

HARAWAY, D; A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*. São Paulo. 1995.

HOOKS, Bell; "Mujeres Negras: Dar forma a la teoría feminista", en *Otras inapropiables*, Editorial Traficantes de Sueños, Madrid, 2004.

HOOKS, Bell. Ain't I a woman? *Black women and feminism*. London: Pluto Press, 1990 [1982].

LORDE, Audre. **LORD**, Audre. *Sister Outsider*. New York: The Crossing Press, 1984.

LOZANO, Interseccionalidad-libre; II Jornadas de Jóvenes en Investigación Arqueológica; Libros Pórtico, JIA 09; tomo II; coord OrJIA; Madrid 6,7 y 8 de Mayo de 2009.

SCOTT, Joan. *O enigma da igualdade*; Revista de Estudos Feministas, v.13,n.1 Florianópolis/SC,2005.

TOMÁSKOVA; S. *Mapping a Future: Archaeology, Feminism, and Scientific Practice*; *Journal of Archaeological Method and Theory*, 2007.

**GT6: MOVIMENTOS SOCIAIS E PENSAMENTO
DESCOLONIAL LATINO-AMERICANO**

Coordenação:

Profa. Dra. Lígia Chiarelli (Docente da Faculdade de Arquitetura /
UFPeI)

Profa. Adriana Lessa Cardoso (Doutoranda em Educação / FaE /
UFPeI)

O GT abrange estudos sobre os movimentos feministas e educação popular na perspectiva decolonial. Objetiva promover a disseminação de pesquisas, concluídas ou em andamento, e oportunizar a qualificação destes estudos por meio de intercâmbios e diálogos, em suas aproximações, afastamentos e mesmo pensar limites e incertezas do momento. Também pretende nesta arena, visibilizar expressões individuais e coletivas dos estudos, acolher reflexões e aprofundamentos abordando temas contextualizados nas américas e em outros povos que se relacionaram como objeto do imperialismo, globalização e capitalismo. Desta forma, pretende-se incluir de algum modo abordagens históricas e geográficas cosmopolitas e emergentes que desestabilizem o racionalismo monocultural do velho mundo, tendo em vista a democratização do conhecimento, suas relações epistemológicas e possibilidade de qualificar nossas ações.

**CONHECIMENTO SITUADO COMO METODOLOGIA DE
PESQUISA FEMINISTA E DECOLONIAL: um estudo
bibliométrico**

Eduarda Quatrin Casarin¹

Giovana Duarte²

Mariana Selister Gomes³

¹*Universidade Federal de Santa Maria - dudinhaq2@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Santa Maria -*

giovanaduarte66@gmail.com ³*Universidade Federal de Santa
Maria - marianaselister@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Desde o Iluminismo, a Ciência Moderna esteve marcada pelo eurocentrismo (QUIJANO, 2005) e pelo patriarcado (PATEMAN, 1993). Esses anos deixaram marcas que determinaram os rumos da ciência, delimitando a produção científica a partir de homens, brancos e europeus. Isto significa que a ciência possuía um único sujeito epistêmico, construído como neutro, abstrato e universal, o qual não proporcionou uma objetividade científica, devido a exclusão feminina, mas sim uma série de preconceitos (KELLER, 2006). Nesse sentido, a ciência como espaço masculino, fazia com que o conhecimento produzido se direcionasse apenas a uma pequena parcela de pessoas, deixando de lado outras descobertas que interessavam o público feminino, por exemplo. Essa relação pode ser caracterizada como a privatização da produção do conhecimento científico, ao passo que é composta majoritariamente pelos homens. Dessa forma havia uma demanda para reformulação do sujeito epistêmico, com

a entrada das mulheres na ciência. De acordo com Evelyn Fox Keller (2006), a exclusão das mulheres do meio científico era proveniente de uma ideia que atribuiu ao sexo feminino uma suposta inferioridade, a qual estava relacionada a uma dita incapacidade e subjetividade das mulheres. Esses estereótipos pregavam que havia um risco de a mulher se envolver emocionalmente com o objeto de estudo, de modo a romper com a neutralidade científica, e que, portanto, o homem teria mais "capacidade" de produzir conhecimento. Desta maneira, o ideal seria uma ciência "verdadeiramente objetiva e necessariamente independente de gênero" (KELLER, 2006, p.16), mais acessível às mulheres, e portanto garantindo a representatividade feminina no campo científico.

Conforme Kate Millett (1970), a caracterização essencialista e naturalizada concedida às mulheres - como seres dóceis, passivos, cordatos e intuitivos - era disseminada pela sociedade e construída pelos homens brancos, héteros e de classe média alta. Isto refletia o poder daqueles que possuíam autoridade o suficiente para criar essa caracterização e permanecer como hierarquicamente superior, no domínio e no controle de todas as formas de conhecimento e de produção na esfera pública.

Conforme Hall (2006), a partir da segunda onda do Movimento Feminista e da emergência dos Estudos Culturais, Pós-Coloniais e Decoloniais começaram a surgir, nas décadas de 60 e 70, intervenções cruciais para que se pudesse iniciar uma crítica à construção do conhecimento posta até então. Esses grupos feministas e antirracistas buscaram a sua emancipação, igualdade de oportunidades e inserção, tanto no mercado de trabalho quanto no campo científico.

As epistemologias feministas surgem com uma perspectiva de trazer a visão da mulher perante a produção de conhecimento e a desmistificação da ciência neutra e objetiva. A ciência realizada até então, tinha um posicionamento, supostamente, neutro e este deveria ser seguido como forma de rigor científico e como forma de cientificidade. Neste contexto, destacam-se os trabalhos de Donna Haraway (1995) e Ilana Lowy (2000), os quais

propõem e descrevem o Conhecimento Situado como forma de metodologia científica que abarca perspectivas dos subjugados. Assim sendo, o Conhecimento Situado é uma forma de enxergar a partir daqueles que são inferiorizados e oprimidos na sociedade.

O modelo de ciência proposto pelas Ciências Sociais e Humanas em seus primórdios, seguiu os pressupostos da neutralidade e da objetividade, que podemos observar em obras como de Max Weber (1986) e Durkheim (1978). Os autores trazem em seus argumentos que o cientista não deve analisar o objeto de estudo a partir de suas crenças ou no que acredita, isto é, aplicar valores de forma ampla ao objeto de estudo, mas analisá-lo de modo neutro, pois não há princípios de certeza no objeto. Portanto, a teoria não poderia, na visão dos clássicos, ser utilizada como mecanismo para reforçar que o pesquisador acredita. Já na visão do Conhecimento Situado, o cientista deve se perceber e se enunciar para demonstrar ao leitor, e para si mesmo, quer as suas perspectivas em relação ao objeto, quer o conhecimento encontrado do objeto em si.

Inserido neste debate, buscaremos refletir sobre o uso do Conhecimento Situado como metodologia de pesquisa Feminista e Decolonial, a partir de uma pesquisa bibliométrica. A utilização da bibliometria foi extremamente relevante para que fosse possível quantificar os dados encontrados e observar, a partir dos resultados, como os estudiosos de Gênero estão usando o Conhecimento Situado e de que forma.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

Como base teórica para compreendermos melhor como se deu a produção de conhecimento e o surgimento do conhecimento situado, utilizamos autoras feministas e epistemólogas, assim como autores clássicos das Ciências Sociais. Nesse sentido retornamos para as bases das Ciências Sociais e Humanas, nas quais iremos compreender como surgem os pressupostos de neutralidade científica e proporcionar uma reflexão em torno da forma como o conhecimento está sendo produzido na ciência.

O pressuposto da neutralidade axiológica, assim descrita

por Weber (1986), está ancorada na ideia de que o sujeito e o objeto de estudo devem estar separados. O autor descreve que o conhecimento se dá a partir de aspectos racionais e na razão, deixando de lado todos os aspectos referentes à sua subjetividade e as emoções. Nesse sentido, os fenômenos sociais não trazem as coisas contidas em si mesmas; o objeto não tem características próprias, mas é o sujeito quem as concebe. Porém, o cientista não deve reagir à ação propriamente dita, mas sim a compreensão que tem da ação, à interpretação que formula da ação, isto é, deve analisar o fenômeno deixando de lado toda sua bagagem cultural e social, fazendo sob constante autovigilância. Portanto, se busca uma objetividade que não perpassa aspectos subjetivos, mas apenas racionais, na qual o resultado de uma pesquisa convergindo ou não com o que o pesquisador pensa ou com seus valores, ele deve se manter neutro.

A partir disso, nossa pesquisa busca problematizar a ideia de neutralidade e objetividade, ancoradas por autoras como Haraway (1995) e Lowy (2000) que teorizam o Conhecimento Situado como frente a esses pressupostos postos até então seguidos pelos cientistas sociais. A autora Lowy (2000) se torna fundamental para compreendermos a crítica referente a ciência tida como "universal", pois tem como base a ideia de uma universalidade excludente, à medida que não houve representatividade feminina. Segundo a autora, a ciência universal se baseia em aspectos já descritos anteriormente como racionais e abstratos, e descreve o termo "universal" como propagador de exclusão e encobrimento das visões dos sujeitos subalternos, dando espaço apenas aos dominantes, ou seja, homens, heteros e brancos. Com isso, esta ciência dita universal, produz um conhecimento medido por um posicionamento que privilegia aqueles que já são favorecidos pelas estruturas sociais, apenas favorecendo a maior legitimidade, reconhecimento social e científico.

Nesse sentido a autora Lowy (2000) irá dialogar com a autora Haraway (1995), uma vez que defende a posição e a importância das perspectivas e conhecimentos dos subjugados e dominados, como meio de explicar de forma mais "adequada,

firmes, objetivas, transformadoras do mundo" (HARAWAY, 1995, p.23) um fenômeno social. Desta forma, a visão dos subjugados e/ou dominados, é inexorável para reconhecer na ciência as perspectivas que carregam em si um olhar diferenciado de mundo concebido até então, devido o meio social e condições sociais atribuídas a esses sujeitos, e assim, não encontrado em nenhuma outra forma de pesquisa.

Destarte, as autoras destacam que a importância do Conhecimento Situado/ Saberes Localizados, é proporcionar uma leitura da realidade social a partir das vivências de quem experienciou um fenômeno social. Assim, se defende uma ampliação dos pontos de vistas, das vozes ouvidas e que essas multiplicidades se relacionam de forma cooperativa, contraditória e opositora, para que se possam compreender as diversas formas de ver e sentir o mundo.

3. METODOLOGIA

A partir das reflexões teóricas, realizamos um estudo bibliométrico que tem como objetivo analisar os periódicos mais bem conceituados sobre Estudos de Gênero, no Brasil. Para isso, utilizamos os rankings do banco de dados bibliográfico SCOPUS e Qualis-Capes e encontramos as revistas brasileiras: *Estudos Feministas* (0,16 / A1) e a *Cadernos Pagu* (0,31 / A1). Realizamos a pesquisa nestas duas revistas, durante os anos de 2013 a 2018, na qual foram examinados 295 artigos, visando buscar quais metodologias estavam sendo utilizadas pelos/as autores/as, para que assim pudéssemos quantificar o uso das mesmas e refletir sobre a sua utilização.

Dessa forma, conseguimos descobrir quais as metodologias foram utilizadas pelos/as estudiosos/as de gênero nos últimos seis anos, quais são as mais frequentes, e como se apresenta o Conhecimento Situado nos artigos estudados. Além disso, buscamos discutir a utilização do mesmo e suas peculiaridades, quando encontrados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

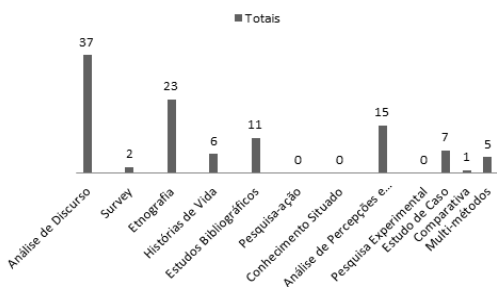
Como resultado da pesquisa, encontramos as seguintes metodologias utilizadas: Análise de Discurso/Documento; Análise de Percepções; Estudo de Caso; Pesquisa Bibliográfica; Etnografia; Survey; História de Vida; Pesquisa Comparada; Pesquisa-ação; Conhecimento Situado; Multi-métodos (aqui encaixamos os artigos que utilizavam mais de uma metodologia).

A seguir iremos apresentar duas tabelas que elaboramos para a demonstração dos dados empíricos da pesquisa. A primeira tabela representa a revista *Cadernos Pagu*. Nela observamos que as metodologias mais utilizadas foram às análises de discursos/conteúdo (37 artigos) e as etnografias (23 artigos). Além disso, as demais metodologias apareceram em menor quantidade, e não apresentam o Conhecimento Situado. Já a segunda tabela, que representa a revista *Estudos Feministas*, também apresentou dados parecidos com a revista anterior, porém, se observou que um dos artigos utilizou a metodologia do Conhecimento Situado.

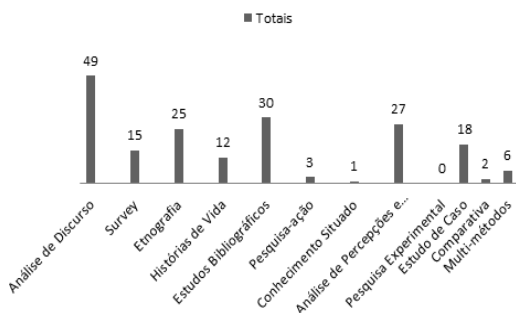
O artigo encontrado apresenta como título: "Uma perspectiva parcial" sobre ser mulher, cientista e nordestina no Brasil" de Vivian Matias dos Santos (2016). O artigo irá relatar e abordar uma visão situada e parcial de entrevistas que são realizadas pela autora no decorrer do artigo, com a perspectiva de "ser mulher", "ser cientista" e "ser nordestina", características que a autora compartilha com as entrevistadas. Ao lermos o trabalho, percebemos o Conhecimento Situado como uma metodologia, pois o mesmo parte da experiência da autora, enquanto mulher, cientista e nordestina, e dá voz para outras mulheres nas mesmas condições.

Anais do II Simpósio de Gênero e Diversidade

REVISTA CADERNOS PAGU



REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS



Fonte: Elaboração das autoras.

Portanto, majoritariamente, o Conhecimento Situado aparece nas pesquisas como abordagem, e apenas uma vez pôde ser reconhecido enquanto metodologia. Nesse sentido, os/as autores/as utilizam o Conhecimento Situado como abordagem, partindo assim de suas experiências como fonte de conhecimento para analisar uma realidade, instituição ou grupo pertencente. Como por exemplo, o artigo "*Trabajo social y estudios de género. Vindicando un espacio científico propio*" das autoras Belén Agrela Romero e Amalia Morales Villena, do ano de 2017, utilizam-se da sua experiência enquanto trabalhadoras sociais, como método de abordagem para realizar uma pesquisa bibliográfica. As autoras

relatam logo na introdução que “Este trabajo deviene de la experiencia de las autoras, profesoras universitarias españolas, quienes desde hace años trabajan a nivel docente y de investigación en los estudios de las mujeres, de género y feministas” (ROMERO; VILLENA, 2017, p.1).

Com isso, percebemos o Conhecimento Situado como metodologia científica e método de abordagem, que embora denotando pouco reconhecimento dentre as pesquisas, é pertinente na execução do trabalho, uma vez que propicia maior liberdade em relação à aplicação de questões subjetivas ao objeto de estudo, isto é, indagações atinentes à realidade e a vivências específicas do pesquisador.

5. CONCLUSÕES

Concluímos com a pesquisa, que embora o Conhecimento Situado tenha adquirido relevância para com a produção do conhecimento, bem como, para uma ciência transparente que problematize a realidade social a partir do posicionamento do cientista a respeito do objetivo e de um fenômeno social, ela continua com um déficit enquanto ao seu reconhecimento como metodologia científica.

Ao analisarmos os resultados, verificamos que o enfoque metodológico utilizados nos artigos presentes nas revistas propriamente ditas, não deixam de seguir o modelo tradicional proposto pelas Ciências Sociais e Humanas, ao passo que eles utilizam as metodologias que buscam pela neutralidade e racionalidade do cientista/pesquisador. Nesse sentido, a utilização do Conhecimento Situado como meio de ruptura a ciência tradicional embrionária da neutralidade, está sendo pouco utilizado pelos/as estudiosos/as de gênero, seja por meio de metodologia científica ou método de abordagem. Ainda, buscamos reforçar, a importância do movimento feminista e das autoras como Ilana Lowy, Donna Haraway e entre outras, que contribuíram para repensar o campo científico e a proposta de uma nova forma de fazer ciência pautada na subjetividade e na experiência do indivíduo, enquanto parte fundamental na

construção do conhecimento.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DURKHEIM, E. **As regras do Método Sociológico**. Brasília: Nacional, 1978. HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HARAWAY, D. Saberes Localizados: a questão da ciência para o femininos e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, p.07-41, 1995.

KELLER, E. F. Qual foi o impacto do feminismo na ciência. **Cadernos pagu**, 2006, p.13-34.

LOWY, I. Universalidade da ciência e conhecimentos "situados". **Cadernos Pagu**, p.15-38, 2000.

MILLET, K. **A política sexual**. Lisboa: Dom Quixote, 1970.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina". In E. Lander (org.), **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas**. Buenos Aires, Colección Sur Sur, CLACSO, 2005.

SANTOS, V. M. Uma "perspectiva parcial" sobre ser mulher, cientista e nordestina no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 801-824, 2016.

WEBER, M. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1986.

**DECOLONIALIDADE, EMANCIPAÇÃO E
HETEROIDENTIFICAÇÃO: por uma hermenêutica libertária
e desigual na implementação das ações de reparação no Sul**

Fábio dos Santos Gonçalves

Universidade Federal de Pelotas_ PPGD - adv.fabiosg@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Trata a temática do presente artigo, acerca das imposições do Estado Colonizador, que promoveu o escravismo e alijou milhões de pessoas apartando-as de sua condição de humanidade, relegando-as à categoria de coisas, em flagrante desprezo pelo outro, pelo diferente, e por suas características culturais.

Pretende o escrito, problematizar as estratégias utilizadas para a decodificação das diferenças entre conquistadores e conquistados, pontualmente no que tange a ideia aventada, de uma raça biológica inferior, nas palavras de Quijano(2005), "em situação natural de inferioridade em relação a outros".

Encontra justificativa, na necessidade premente de revigorar nos Estados da América Latina, o impulso para um tipo de emancipação, que possa verdadeiramente superar e combater a reorganização dos processos colonizantes, identificados nos traços i'nda bem demarcados da colonialidade contemporânea, e suas articulações realimentadas pelo mundo neocapital.

Pretende-se ainda, a partir da discussão inicial compreender a construção política do tipo de racismo existente na sociedade brasileira, pontualmente a partir das bases teóricas para construção do olhar sobre o "fenótipo político" para o acesso às políticas de ações afirmativas. Além do exposto, na seara do impacto das leis durante os tempos, intui-se encontrar justificativa para abordar o tema, na noção braudeliana de duração social. Para Braudel (1992, p.43), trata-se de "tempos múltiplos e contraditórios da vida

dos homens, que não são apenas a substância do passado, mas também estofos da vida social atual". Isso significa o indício teórico de que as "sansões capitais" tidas como jurídicas, em dado momento histórico - por exemplo, uma vez aceitas para lidar com os negros no país, possam ecoar socialmente, através dos anos, transmutadas em um sistema legal vigente, que implicitamente as acolhem.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

Em reflexão ante as temáticas tratadas por Franz Fanon e Joaquim Herrera Flores, respectivamente, nos postulados que abordam as ideias valorativas dos "saberes subjugados" pelo colonizador, e da "interculturalidade" - capaz de revitalizar e preservar saberes, em franco apontamento à necessidade de valorização dos "saberes periféricos" ou da "visão complexa", com potencial para o estabelecimento de diálogos *a priori*, emancipatórios - problematiza-se: O quão resistentes podem ser as barreiras hermenêuticas, estruturadas desde sempre, a partir de espaços lógicos construídos e reconstruídos pelo colonizador, sobretudo na seara do direito crítico? Que elementos epistêmicos poderiam contribuir para eventuais transposições? É possível provocar uma ruptura eficaz, capaz de "oxigenar" a práxis daqueles que interpretam e aplicam a Norma?

3. METODOLOGIA

As hipóteses a serem investigadas, indicam caminhos que convergem em torno do, já tratado pelo jurista crítico mexicano, Jesus de La Torre Rangel - no conceito que nomeou "hermenêutica dialógica", ou mesmo, por Boaventura de Souza Santos - através da "hermenêutica diatópica", no entanto, pretendem encontrar extensão e comprovação empírica, a partir de arguições estruturadas em entrevistas guiadas através da pauta investigada, diretamente com os magistrados - efetivos julgadores, em atuação na Subseção da Justiça Federal lotada em Pelotas, acostumados - conforme pesquisa prévia, desde os últimos anos, ao exame de lides envolvendo relações raciais e representatividades dos grupos

minoritariamente representados em espaços relevantes da sociedade local - prática pretensa, que virá a compor os parâmetros metodológicos a serem instrumentalizados, configurando portanto, método de pesquisa dedutivo qualitativo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Têm-se como imprescindíveis, face ao cenário miscigenado e plural da sociedade latina, a percepção fenotípica, ou heteroidentificação, devidamente amparada e já legalmente regulamentada no Brasil, pela Portaria nº 04, de 06 de abril de 2018_ editada e publicada pelo Ministério dos Direitos Humanos.

De toda a sorte, a atuação das Comissões de Heteroidentificação, já contava com amplo respaldo jurídico, visto os posicionamentos vinculantes e uníssonos advindos da Suprema Corte brasileira e do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

O Supremo Tribunal Federal - ao acolher por unanimidade a ADPF 186, em abril de 2012 - considerou constitucional a análise dos traços fisionômicos como critério adequado para distinguir negros e não negros o que, por analogia, pode ser aplicado ao grupo social formado pelos indígenas.

Nesse modo abre-se o caminho no campo jurídico para os procedimentos intrínsecos à heteroclassificação, como controle ao acesso às Políticas de ações afirmativas, para seus reais sujeitos de direitos, assim, nos coloca o Ministro Luiz Fux¹⁷ ao examinar práticas adotadas pela Universidade de Brasília para evitar fraudes em seu sistema de cotas:

Aliás, devo ressaltar que compreendo como louvável a iniciativa da Universidade de Brasília ao zelar pela supervisão e fiscalização das declarações dos candidatos postulantes a vagas reservadas. A medida é indispensável para que as políticas de ação afirmativa não deixem de atender as finalidades que justificam a sua existência. Não se pretende acabar com a autodefinição ou negar seu elevado valor antropológico para afirmação de identidades. Pretende-se, ao

¹⁷ ADPF 186. Voto do Ministro Luiz Fux. Páginas 119/120.

contrário, evitar fraudes e abusos, que subvertem a função social das cotas raciais. Deve, portanto, servir de modelo para tantos outros sistemas inclusivos já adotados pelo território nacional. De qualquer modo, a atuação das universidades públicas no controle a verossimilhança das declarações não dispensa o acompanhamento da questão pelo Ministério Público, a quem compete zelar pela defesa da ordem jurídica (CRFB, art. 127, caput)."

Isto posto, torna-se cristalina a orientação majoritária para o sentido de atuação da verificação fenotípica, ou das Comissões de Heteroidentificação. A compreensão acerca da superação da genotipia ou ascendência, enquanto critérios utilizados para a identificação de sujeitos de direito e os eventuais acessos às políticas públicas reparativas, representa avanço inderrogável e ato de justiça à população alijada pelas mazelas do racismo estrutural ainda muito percebido no Brasil.

5. CONCLUSÕES

Por fim, entende-se que, fez uso o colonizador da lei que lhe foi conveniente, como forma de legitimar a desigualdade, punir a indignação, e de sufocar o anseio pela liberdade e equidade que todos os homens têm, e que já havia emergido, em cada intontona insurgente nos territórios colonizados - revoltas, aquilombamentos ou movimentos messiânicos, por exemplo, e - como parte do poder que, desde sempre almejou manter, tratou de exercer com "mãos de ferro" o controle sobre a subjetividade, as peculiaridades, as culturas e as expressões de conhecimento vistas pelo opressor, como ameaçadoras à hegemonia de poder e do saber-poder, que desde sempre almejou perpetuar, com fins à manutenção do domínio dos espaços geoculturais ora subjugados.

Para além disso, e a partir da abordagem proposta têm-se que, os principais desafios para o processo de implementação das Ações Afirmativas nas Instituições de Ensino Superior, encontram-se nos processos de objetificação dos reais sujeitos de direitos, que são os negros, ou seja, indivíduos fenotipicamente reconhecidos como tal. Ou seja, aqueles sujeitos passíveis de discriminação racial na sociedade brasileira marcada por ideologias que colocaram o

negro num espaço social e simbólico de inferioridade. Inferioridade essa permeada por ideologias de branqueamento e democracia racial que vem à tona no processo de disputa da categoria pardo. A referida disputa, atravessa os campos do imaginário social, da sociologia e o campo jurídico, havendo assim a necessidade de se compreender a "categoria pardo" para além de uma mistura biológica e sim sociologicamente construída. O "pardo" em disputa não é o pardo associado à categoria ligado ao fenótipo negro, e sim o pardo não-negro fruto do processo de miscigenação de nossa sociedade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALLEIRO, Eliane. **Discriminação Racial e Pluralismo nas Escolas Públicas da Cidade de São Paulo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. (2ª ed). São Paulo, Fundação de Apoio da Universidade de São Paulo: Ed. 34, 2005. (1ª Edição em 1999).

HASENBALG, Carlos. Entre o Mito e os Fatos: Racismo e Relações Raciais no Brasil. In. MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Org.) **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz/CCBB, 1996.

LEVIS STRAUSS, Claude. **Raça e História**. Lisboa, Presença, 1980.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (org) **Raça como Questão: História, Ciência e Identidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

MOURA, Gloria. **Aprendizado nas comunidades quilombolas: currículo invisível**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.
MULHOLLAND, Timothy. **Relato: experiências de políticas**

afirmativas no ensino superior. Brasília: Esplanada dos Ministérios, Nov/2006.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de Ação Afirmativa em benefício da população negra no Brasil - um ponto de vista em defesa de cotas. In: GOMES, Nilma Lino e MARTINS Aracy Alves (organizadoras). **Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004. Coleção Cultura Negra e Identidades.

_____. **Relações étnico-raciais.** 2015 -
www.youtube.com/watch?v=7FxJOLf6HCA acessado em 03/04/16.

OLIVEIRA, Iolanda. **Desigualdades raciais: construções da infância e da juventude.** Niterói: Intertexto, 1999.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional.** São Paulo: Brasiliense, 2012.

PINK MONEY E A COERÊNCIA NA REPRESENTATIVIDADE LGBT+

Luiz Gilberto Silva Júnior¹

Ligia Maria Chiarelli²

Fernando Henrique Nascimento Kikuchi³

Universidade Federal de Pelotas - luizjunior.04@hotmail.com¹

Universidade Federal de Pelotas - biloca.ufpel@gmail.com²

Universidade Federal da Fronteira Sul -

fernandogenrique_785@hotmail.com³

1. INTRODUÇÃO

Mesmo com todas as adversidades que encontra, a comunidade LGBT+ aos poucos vem conquistando seu espaço na sociedade e ganhando visibilidade em diferentes segmentos sociais. Dentre estes segmentos, o mercado de consumo voltado para esse público, cresce cada vez mais, despertando o interesse de diversas marcas por este nicho de mercado.

O Pink Money, é o poder de compra do público LGBT+, e atrai marcas que veem nesse público oportunidade de lucrar. Além dos lugares comuns, cada vez mais surgem novos negócios e atividades voltados ao público gay, responsável por movimentar 150 bilhões de reais ao ano só no Brasil (InSearch Tendências e Estudos de Mercado, 2016). O senso do IBGE (2010), revelou que casais homoafetivos possuem renda superior a casais heterossexuais, e que esses casais com alto poder aquisitivo gastam em média 30% a mais. Pensando nisso, nos últimos anos, diversas empresas lançaram produtos com símbolos dos movimentos LGBT+ afim de conquistar esse público.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

Empresas que investem em publicidade, campanha e ações

para homossexuais alcançam lucros muito altos. Isto acontece porque os consumidores alvo, no caso LGBTs, criam afinidade com a marca que pode se desenvolver para uma relação de lealdade (NUNAN, 2013). A publicidade e a mídia que a comercialização desses produtos geram, acaba criando um espaço de representação social. Para isso é preciso compreender que a mídia é um espaço de circulação e produção de sentidos, um ambiente de mediação social, que conecta sujeitos e cultura e que é construída continuamente. Como algo em construção, a mídia é palco de constante disputa de representações entre grupos. Neste contexto, é um dos campos culturais de construção de poder, na qual a luta "nunca é uma vitória ou dominação pura [...] sempre tem a ver com a mudança no equilíbrio de poder nas relações de cultura" (HALL, 2013, p. 376).

Por isso, representatividade LGBT+, em uma sociedade heteronormativa, não pode ser entendida como simples reprodução de uma lógica de dominação e opressão histórica contra os sujeitos que integram esta minoria, mas como área de disputa de poder. Contudo, compreender este empasse não significa concluir que os espaços conquistados por este grupo modificaram em sobremodo as representações na mídia, mas de acordo com Stuart Hall "o que substitui a invisibilidade é uma espécie de visibilidade cuidadosamente regulada e segregada" (HALL, 2013, p. 377).

O preconceito é e sempre foi a grande barreira para que essa parcela da sociedade se assumisse e se aceitasse vivendo e produzindo de forma igualitária. Segundo Moreschi (2011), há uma grande dificuldade de enxergar e aceitar os gays como consumidores e trabalhadores gerando e girando um grande mercado focado e com uma grande gama de possibilidades de produtos, atendimento e formas de atração. Porém, neste momento as empresas passaram a enxergar essa nova perspectiva e horizonte, colocando de lado os preconceitos e estereótipos se posicionando, agora, de forma respeitosa e séria diante do público que hoje é representado pela sigla LGBT+ que além de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, o "+" abrange muita gente que precisa ser representada, eles se juntam sob essa bandeira para fortalecer a causa.

Mesmo que o público gay já se tenha firmado como atuante,

as empresas brasileiras ainda estão se acostumando e começando a trabalhar na questão do atendimento e demanda desse público consumidor. Outro fator que deve ser levado em conta é que este tipo de investimento pode ser perigoso para aquelas marcas que já possuem um público cativo diferente do público gay. Ao relacionar o produto ou serviço com o público que deseja conquistar, uma parcela heterossexual que consome deixa de consumir (LIMA e MARIANO, 1999). Isso acaba gerando conflito de interesses, marcas que usam do *Pink Market*, e por medo de perder outros públicos acabam se tornando contraditórias em seus discursos por não fazer a representatividade de maneira correta e realmente inclusiva.

Fica claro o discurso raso, quando empresas e artistas não se posicionam a favor de campanhas que lutam contra o radicalismo e homofobia. Um exemplo disso foi o movimento #ELENÃO, iniciado em agosto durante as eleições de 2018. Esse movimento pediu que artistas envolvidos na causa LGBTQ+ se posicionassem contra um candidato a presidência assumidamente homofóbico, além de vários artistas, diversas marcas também se posicionaram em suas redes sociais, contribuindo na visibilidade do movimento. Porém, alguns artistas icônicos no meio gay e algumas marcas preferiram a neutralidade e não se posicionaram a respeito, e isso é algo extremamente contraditório, porque a comunidade LGBTQ+ não é só um nicho de mercado, ela é um movimento social em busca de respeito, dignidade e direitos iguais. Desmond Tutu, durante o *apartheid* disse: "se você é neutro em situações de injustiça, você escolhe o lado do opressor" (TIMES, 1984, p. 7). Antes de ser um produto a bandeira LGBTQ+ é um símbolo de resistência e sobrevivência, por isso não tem como representar esse público sem se posicionar, porque a nossa bandeira já é um posicionamento.

Diante desse contexto, a comunidade LGBTQ+ deve ficar atenta e apoiar quem realmente a representa, não compactuar com oportunismos e identificar quem está lutando lado a lado na busca por respeito. Então, surge o problema de pesquisa: **que aspectos sociais de representatividade devem ser presentes em marcas e empresas que usam o *Pink Market* afim de não reproduzir um conceito errado de visibilidade e de representatividade.**

Ginzburg destaca que "a substituição precede a intenção de

fazer um retrato, e a criação, a de comunicar" (GINZBURG, 2003, p. 27), mostrando que as representações não são apenas constituídas da imitação de algo ou alguém, mas do duplo processo de substituição e recriação daquilo ou daquele que se representa, de simbolização e significação. Representar é o processo de criar e substituir. Para além da visibilidade o público LGBT+ busca uma representatividade efetiva na sociedade, ocupar os espaços. Então questiona-se: **para além do discurso, que elementos devem estar presentes quando marcas, através do *Pink Market*, decidem apoiar o movimento LGBT+?**

O objetivo geral dessa investigação é entender como as representações midiáticas dessa parte da população podem contribuir na quebra de paradigmas sociais de padrões de comportamento, abrindo espaços de representação social.

3. METODOLOGIA

Conforme Gil (2007), esta é uma pesquisa básica e classifica-se como exploratória em relação aos seus objetivos, pois busca maior proximidade com o problema para torna-lo mais evidente. Para interpretação dos fenômenos optou-se pelo método dialético. Platão considerava a dialética como a arte do diálogo. Posteriormente, na Idade Média significava a expressão da lógica. Na concepção contemporânea, no entender de Gil, "a lógica e a história da humanidade seguem uma trajetória dialética, nas quais as contradições se transcendem, mas dão origem a novas contradições que passam a requerer solução" (GIL, 2007, p. 31).

Para cumprir o objetivo geral, foi realizado estudo investigativo para identificar marcas *Gay Friendly* que empregam, além do seu discurso, ações concretas de representatividade LGBT+. Foram analisadas duas marcas, ambas envolvidas diretamente com o *Pink Market*. A primeira marca, C&A, possui diversas ações que visam atender demandas do público LGBT+. Também foi avaliada a marca Tecnisa, empresa voltada ao mercado imobiliário, que a dezesseis anos emprega postura *Gay Friendly*. Para atender a finalidade do objetivo, foram analisadas campanhas publicitárias que visavam o público LGBT+ e seus canais de atendimento e de serviços exclusivos

para esse público.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A abertura do mercado LGBTQ+ por parte das empresas gera na sociedade uma visibilidade que esse público não possuía, e contribui na diminuição de preconceitos e aceitação da diversidade. O consumo igualou e prometeu uma cidadania aos gays que antes eram negados. Um breve estudo identificou que a C&A, além de ter uma linha de roupas que é percebida como não rotulada por gênero atua com diversas ações sociais realizadas pelo Instituto C&A. A marca ainda possui políticas internas de preparação e atendimento do público gay, e apoia diversos artistas ligados ao movimento LGBTQ+. Já a Tecnisa adota postura *Gay Friendly* desde 2002 e de lá para cá só teve ganhos. Hoje 12% das vendas da empresa vêm do público GLS. A empresa percebeu que na hora de escolher o acabamento do imóvel, por exemplo, o casal homossexual gasta 25% do valor do apartamento, enquanto que os heterossexuais não aplicam mais de 12%, além de que muitas tendências se iniciam neste nicho e são incorporadas por outros grupos.

A publicidade minimiza a recriminação, o preconceito e quando feita de forma correta pode quebrar estereótipos e proporcionar visibilidade. Pode-se observar uma sutil diferença entre as marcas C&A e Tecnisa. Enquanto uma delas parece abraçar as causas do movimento LGBTQ+ exercendo a representatividade não só no discurso, mas também nas suas práticas administrativas, a outra parece se beneficiar das vantagens de atender certa parcela da população LGBTQ+, e sua posição *Gay Friendly* fica submetida apenas como estratégia de *marketing*. Diante disso, vale ao consumidor LGBTQ+ a consciência de entender o significado do movimento, das lutas que são travadas diariamente, e refletir se vale a pena gastar seu dinheiro com determinado artista ou empresa. Não existe problema algum das marcas quererem lucrar fazendo a coisa certa, quanto mais apoio o movimento ganha, mais passos são dados, é sinal de mais respeito e lugares conquistados, porém, isso deve ser feito de maneira correta, a postura essencial que uma marca deve ter ao atender ao esse público é de estar engajado, lutar nas mesmas

causas, conhecer e respeitar os LGBT+. Em outras palavras, não se trata apenas de democratizar o produto, mas também o processo de construção dessas representações, que servem como um mapa social de leituras e condutas sociais, indicando quem deve ter sua existência respeitada.

5. CONCLUSÕES

A homossexualidade passou por inúmeras transformações em relação à sua aceitação em uma sociedade totalmente preconceituosa e heteronormativa. Após muitas lutas os LGBTs foram conquistando seu espaço na sociedade, através desses movimentos a população começou a ver este público com outros olhos. Talvez esta aceitação não se deva ao fato do preconceito ter diminuído, mas por eles tornarem economicamente interessantes para o mercado atual, e isso acaba abrindo caminhos para representações em espaços que antes não eram ocupados. Esse breve estudo destacou que além da identidade no discurso, assumir em sua linha de produtos concepções debatidas no movimento, adotar práticas administrativas como formação de atendentes preparados para atender a população LGBT+ e incentivar artistas apoiadores das causas do segmento pode ser medidas positivas no engajamento do Pink Market, superando a visão meramente comercial.

As representações sociais que são disseminadas pelos meios de comunicação constroem uma realidade em que o perfil da opinião pública se alinha com o discurso da atualidade, e progressivamente transforma-se em parte do senso comum. A partir da representatividade na mídia se faz surgir outras visões da realidade, o que ressalta a importância que a publicidade tem e sua influência no comportamento e nas construções sociais dos indivíduos. A forma que a representação é abordada reflete o pensamento consensual da sociedade, contudo só se torna algo comum quando é legitimada por grupos hegemônicos, fazendo com que certos grupos sociais continuem a ser retratados com os mesmos estereótipos. É possível compreender que qualquer minoria, ao conquistar espaço em veículos de comunicação, passa por um processo de massiva exposição, que

pode gerar a desmistificação de estereótipos ou, se feitos de maneira negativa, estigmatizá-los mais ainda propagando preconceitos. O ideal, seria que essas representações fossem sempre positivas, principalmente quando retratam um grupo que carrega historicamente a discriminação.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, v. 5, n. 61, p. 16-17, 2002.

GINSBURG, CARLO. **Olhos de Madeira - nove reflexões sobre a distância**.

São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**.

Trad. Adelaine La Guardia Resende, Ana Carolina Escosteguy, Cláudia Alvares, Francisco Rudiger, Sayonara Amaral. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 410 p.

LIMA, Elaine e MARIANO, Fábio. **O consumidor gay saindo do armário - o público gay e a mídia**. Disponível em: estadao.com.br/premiodemidia, acesso em outubro de 2018.

MORESCHI, Gabriela; MARTINS, Raphael; CRAVEIRO, Camila. **Pink Market: o marketing em crescimento**. INTERCOM-SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, v. 12, 2011.

NUNAN, Adriana. **Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo**. Rio de Janeiro: Caravansaraí, 2003.

TUTU, M. Desmond. **Entrevista sobre o apartheid**. New York Times: 19 out. 1984. Entrevista concedida ao jornal diário estadunidense.

**SOU NEGRA? SOU(!)(?):
PROVOCAÇÕES LATINO-AMERICANAS E DECOLONIAIS À
INTERSECCIONALIDADE**

Treyce Ellen Goulart ¹

Mary Rangel ²

Claudia Penalvo ³

¹*Universidade Federal Fluminense - treyce.ellen@hotmail.com*

²*Universidade Federal Fluminense /UNILASSALE -
mary.rangel@lasalle.org.br*

³*Universidade Federal do Rio Grande - claudiapenalvo@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Na América Latina, os conflitos de classe e raça/etnia apresentam-se cotidianamente a partir de nosso passado colonial e da colonialidade que incide sobre todas as estruturas e âmbitos das relações sociais. Entretanto, sazonalmente, a imbricação desses três eixos encontra-se latentes enquanto conflitos não resolvidos a serem enfrentados por parte dos movimentos feministas da região. Paralelamente, feministas negras e decoloniais, inseridas nos ativismos e na academia, têm advogado a necessária crítica e destituição da separação entre teoria e prática e a produção de estudos a partir de metodologias e perspectivas teórico-políticas não hegemônicas.

A partir das autobiografias de três professoras, que reconhecem e se autorreconhecem enquanto negras, obtidas a partir de encontros individuais e coletivos, pretendia, com o estudo, investigar como se constituem/são constituídas as mulheres negras enquanto sujeitas e em que medida são interpeladas pelo tríplice do racismo, sexismo e classismo. Deste decorrem os seguintes

objetivos específicos da pesquisa: a) interrogar nas narrativas, as diversas configurações assumidas pela colonialidade de gênero e como essa produziu efeitos na forma com que essas sujeitas ocupam os espaços sociais; b) questionar os discursos que buscam hierarquizar as opressões vivenciadas por mulheres negras; e c) problematizar a relevância das narrativas autobiográficas e de autorepresentação para o protagonismo de mulheres negras.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

Segundo Ochy Curiel, as primeiras intelectuais a elaborarem uma proposta em que raça, sexo, classe, sexualidade eram compreendidas como consubstanciais, foram as feministas negras estadunidenses. Sendo que o Coletivo Rio Combahee, formado por mulheres lésbicas, negras e chicanas, em sua primeira declaração pública já sublinhava, em 1977, que os sistemas maiores de opressão entrelaçavam-se em uma síntese que afetava consideravelmente as condições de vida, sobretudo para as mulheres negras e chicanas (Combahee River Collective, 1988: 179 apud CURIEL, 2011, p. 18).

Seguindo sua genealogia, Curiel também informa sobre a publicação, anos mais tarde da ontologia chamada *This Bridge called my back* ([1981] 1988), de autoria de Gloria Anzaldúa e Cherrie Morraga em que escrevem mulheres negras, chicanas e dos países do então chamado Terceiro Mundo, interessadas na produção de análises sobre o racismo, o classismo, o heterossexismo a partir de pontos de vista situados em suas experiências. Curiel ainda sublinha que estas escritoras foram pioneiras no que hoje chamamos pensamento de fronteira e mesmo sobre a teoria queer já que questionavam as identidades estáticas por meio da arte, literatura e inovando no estilo da escrita. O que essa genealogia apresentada pela autora nos sugere é a interpelação das categorias na vida cotidiana destas sujeitas, ao mesmo tempo em que retrata o panorama da própria história dos povos negros e indígenas nas Américas.

A análise da escritora a partir das relações de sexo/gênero (e, seria possível acrescentar a categoria de classe) abarca as

maneiras como a raça se instalou nesta região que hoje chamamos América Latina e Caribe e como isso produziu uma colonialidade, cujas maiores afetadas são as mulheres, sobretudo as racializadas e pobres, pois as opressões de raça, classe e gênero têm estado presentes em suas vidas e relações. É esta a consubstancialidade que, para Curiel, nos dá ferramentas para compreender, por exemplo, como a mestiçagem, enquanto ideologia nacionalista e homogeneizante, teve como base fundamental a violação de mulheres indígenas e negras por parte dos colonizadores, a partir de uma lógica heterossexual que faz com que os homens se apropriem dos corpos das mulheres, sobretudo de aquelas cujos corpos são valorizados como mercadorias ou como meros objetos referidos à natureza.

Ao concordar com Curiel, reconheço a colonialidade das relações que estabelecemos entre nós e com outros/as e que, de fato, vão delineando os limites entre os entes em diálogo nestas interações. Por isso, acredito que sejam necessários outros marcos interpretativos que melhor abarquem estas complexas redes de significados, considerando a imbricação das opressões e o dinamismo com que as transformações acontecem no cotidiano. Sendo assim, serão apresentados a seguir excertos de nossos encontros, que tangenciam as interseccionalidades apresentadas pelas narrativas das sujeitas desta investigação.

3. METODOLOGIA

Durante a pesquisa, sobretudo a partir das teorizações sobre as narrativas autobiográficas e formação, promovidas por Marie-Christine Josso (2004) e Christine Delory-Momberger (2008), decidi inspirar-me na metodologia dos ateliês biográficos de projeto, criados por essa última. Este procedimento foi adotado como inspiração por apoiar-se sobre duas práticas complementares: a da autobiografia, ou seja, do trabalho realizado sobre si mesma a partir da fala que, dita ou escrita, é sempre um ato de escrita de si; e a da heterobiografia, isto é, o trabalho de escuta/leitura e compreensão da narrativa autobiográfica feita pela outra. Estas duas práticas, possibilitadas pelo espaço construído, objetivaram,

também, a compreensão da fala autobiográfica da outra, sobretudo, a partir das construções de relações de sentido da ouvinte ou da leitora consigo mesma e com sua própria construção biográfica.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Percebo que, diferentemente, as três sujeitas apresentaram vieses que se encontram, desencontram e até se opõem naquilo que tem influenciado o seu "estar sendo" enquanto sujeitas racializadas, generificadas e imersas em um sistema capitalista. De forma que reiteram e desmantelam ao mesmo tempo minhas certezas sobre as formas com que as questões raciais e generificadas atravessam mulheres negras no município gaúcho em que moram as sujeitas da pesquisa. Ao se narrarem a partir de outros significados, elas ousavam pulverizar as marcas que eu havia visto em seus corpos. Sendo assim, gostaria de tecer algumas aproximações com OchyCuriel (2011) a respeito de como estou compreendendo, com a autora, o conceito de interseccionalidade. Quando reencontro as falas das sujeitas, a forma como as três têm logrado alcançar determinados cargos ou espaços parece que sua inclusão neste cenário se dá de modo a modificá-lo por meio da afirmação/valorização/socialização de uma "outra" cultura, sem que, necessariamente estes movimentos se oponham/ameacem a existência desta estrutura social complexa. Nestes termos, suas falas as localizam ao lado de outras/os sujeitas excêntricas/os que vêm pautando sua exclusão dentro da democracia. Nesse sentido, a produção dos dados e respectiva análise permitem perceber que as professoras se apoiaram em diferentes marcadores para a sua construção pessoal enquanto sujeitas.

5. CONCLUSÕES

Com suas narrativas percebo que o fenótipo europeu branco é sinônimo de proprietário dos meios de produção e consumidor das condições estabelecidas à cidadania, ao passo que o fenótipo negro é traduzido como o oprimido, a força de trabalho e o sujeito a conquistar a cidadania negada pela sua condição econômica. Em

outras palavras, as posições de "negra" e "mulher negra" são atravessadas pela dicotomia direta ao sujeito/a branco/a, proprietário e judaico-cristão. Ainda que o fato de serem mulheres lhes posicionem diferentemente quando comparadas aos homens na estrutura objetiva do racismo no mundo capitalista, essa marca, em geral, se dissolve em sua militância antirracista. A luta se estabelece no fora, com aquele que é o adversário direto: as posições do/a branco/a europeu/ia. Com isso, as redes de opressão contra as negras constituídas nas relações entre mulheres e homens negros são relegadas em função do racismo que, mesmo vivido diferentemente, são reivindicados como iguais, como aparenta ser o caso das falas de Tereza e Luísa.

Neste sentido, para as docentes, as autobiografias, prontamente organizadas no sentido de contar o que compreendem como superação, podem ser também percebidas, por elas, como uma espécie de legado, diálogo comigo e outras mulheres negras, professoras, também imersas em redes de complexidade e de poderes afins. Interpreto que à pergunta "como cheguei a ser aquilo que sou", de onde partimos no primeiro encontro, estas sujeitas responderam percebendo-se/construindo-se neste lugar de superação, de quem já rompeu a linha de chegada e, a partir disso, foram organizando suas narrativas no sentido de torná-las coerentes com esta percepção.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELORY-MOMBERGER, Christine. **Biografia e educação**: figuras do indivíduo-projeto. RN: EDUFRN; SP: Paulus, 2008.

hooks, bell. **Ain'ti a woman?** Black Women and Feminism. New York, South End Press, 1981.

. Mujeres negras. Dar forma a la teoria feminista. In: **Otrasinapropiales**: Feminismo desde las Fronteiras, 2004.

. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

JOSSO, Marie-Christine. **Histórias de vida e formação**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3):935-952, setembro-dezembro/2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2014000300013&script=sci_arttext>. Acesso em: 13 jun. 2015.

**UM OLHAR DESCOLONIAL: militantes feministas no
Município de Pelotas / RS**

Adriana Lessa Cardoso¹

Márcia Alves da Silva²

¹*Universidade Federal de Pelotas - adrianalessacardoso@gmail*

²*Universidade Federal de Pelotas - profa.marciaalves@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Objetivamos com o estudo analisar as memórias de mulheres, focando em suas experiências na militância política voltada aos direitos das mulheres. Este trabalho é um recorte de uma pesquisa intitulada "Representações de gênero de mulheres idosas: memórias de formação, aprendizagens e (auto)biografias", tendo como intenção valorizar as memórias de mulheres que construíram o movimento feminista na cidade de Pelotas/RS, dando visibilidade às suas trajetórias de vida e militância em suas contribuições históricas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa utiliza o referencial feminista descolonial vinculada à resistência do sistema mundo globalizado capitalista. Nessa perspectiva, a raça e o gênero foram construídos como possibilidade de dominação e exploração pelo colonizador, assim uma expressão de controle da cultura, do trabalho, dos recursos e produtos (QUIJANO, 2010). Há neste referencial da colonialidade um reconhecimento das múltiplas relações entre continentes, com inúmeras e descontínuas influências culturais e políticas, onde se desenvolve o eurocentrismo e um processo de subordinação do sul em relação ao norte, exercendo um domínio da América-latina, tanto no campo econômico como cultural e social.

De acordo com Francesca Gargallo, é árduo falar sobre um feminismo latino-americano.

El feminismo es em sí um movimiento internacional e internacionalista. Sus ideas nunca han sido consideradas específicas de um grupo o de un ambiente, sin embargo, es bastante obvio que ciertas experiencias han marcado la historia del movimiento: las vividas por las sufragistas em Gran Bretaña y Estados Unidos durante el siglo XIX, y em la Europa continental, Inglaterra y Estados Unidos durante el siglo XX. Estas experiencias han generado y han sido influidas por teorías que abrevaban en pensamientos de flerte raigambre local. El feminismo latinoamericano debe entender se como proyecto político de las mujeres y como movimiento social, a la vez que como teoría capaz de encontrar el sesgo sexista em toda teorización anterior o ajena a ella (2004, p. 12).

Uma forte caracterização do feminismo latino-americano está ligada às lutas por liberdade política, durante as ditaduras, no momento histórico em que as pautas feministas estavam eclodindo. No Brasil, tínhamos também uma grande proliferação de atividades contra a violência de mulheres. Os movimentos não queriam mais mulheres mortas em nome da honra e da cultura patriarcal.

Pretendemos abordar tal contexto a partir de uma visão local, porém em relação dialética entre local e global. Pelotas é um município situado ao sul do Brasil, terceira cidade mais populosa do Rio Grande do Sul. De acordo, com os dados da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, o município apresenta elevado índice de violência contra a mulher se comparados a outros

municípios¹⁸ (SSP/RS, 2018).

Nos anos 1980 é criada a ONG Grupo Autônomo de Mulheres - GAMP na cidade pesquisada, grupo ainda atuante no combate a violência contra as mulheres. Também neste período temos a criação do Conselho Municipal da Mulher e da Casa de Acolhida para as mulheres vítimas de violência. As sujeitas deste estudo fizeram parte deste movimento, portanto, ressaltamos a importância de se conhecer e resgatar a história de construção do movimento das mulheres feministas a partir das histórias de vida e memórias na participação ativa delas pelos direitos das mulheres.

3. METODOLOGIA

Pesquisar sobre mulheres que construíram uma trajetória de luta social, implica posicionamentos políticos e éticos, neste sentido optamos pela metodologia de história de vida com ênfase nas narrativas. Esse modo de pesquisar implica ser sensível ao outro, a complexidade e ao contexto social em que se vive. Segundo Eggert, quando pesquisarmos outras mulheres, identificamos pontos que nos levam invariavelmente a pensar em nós mesmos, além de também desencadearmos questões nas mulheres pesquisadas (2012, p.62).

O corpus da pesquisa é constituído através de entrevistas narrativas individuais, com quatro mulheres que atuaram politicamente nos anos 1980 no município de Pelotas, atualmente essas mulheres possuem mais de 60 anos. Reconhecendo a importância formativa dessas mulheres, que contribuiu na formação de diversas gerações, pensamos ser fundamental nos apropriarmos dessas construções.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da história de vida de quatro mulheres Sofia, Ana,

¹⁸ Os dados podem ser consultados na página da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. <http://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher>

Rosa e Maria¹⁹, suas trajetórias nos levam a intersecção que ocorreu principalmente na militância política, sindical e feminista. Além de serem mulheres, com distintas condições sociais, de raça e classe social, buscamos uma intersecção com outros marcadores sociais, como por exemplo, o envelhecimento, família, trabalho entre outros.

Las mujeres comparten como género la misma condición histórica, pero difieren em cuanto a sus situaciones de vida y em los grados y niveles de la opresión. Las diferencias entre las mujeres derivadas de su posición de clase, de su acceso a la tecnología de su relación con las diferentes sabidurías, de su modo de vida rural, selvático o urbano, son significativas al grado de construir grupos de mujeres: el grupo de las mujeres sometidas a la doble opresión genérica y de clase [...] (LAGARDE DE LOS RIOS 2015, p. 59).

A autora nos indica a pensar, por meio dos relatos das histórias de vida, que o que aproximam essas mulheres na luta contra as desigualdades e os preconceitos é a luta pelos direitos das mulheres, pois suas trajetórias de vida são diferentes. Maria, Sofia e Ana cursaram ensino superior, Sofia fez o curso de Assistente Social, Ana Letras e Maria Arquitetura. Rosa saiu de uma comunidade quilombola da região com 11 anos, e passou a frequentar a escola na área urbana da cidade, aonde se alfabetizou. Ela se descreve como sendo negra, mulher trabalhadora, doméstica, sindicalista e pobre, não como vítima, mas como mulher que lutou e ainda luta para valorizar seus espaços de trabalho. Trazer a identidade da Rosa como mulher negra e pobre é importante para destacar os marcadores da tripla opressão: gênero, classe e raça. Neste sentido, Curriel (2007) destaca a importância do feminismo negro para repensar práticas feministas que desconsideram a tripla opressão. A respeito da intersecção entre as quatro mulheres, podemos indicar o gênero e a militância política que ocorreu por meio dos sindicatos, movimento estudantil e pela comunidade de base da Igreja Católica.

De acordo com as narrativas podemos inferir que todas, apesar das diferenças culturais, sofreram algum tipo de discriminação de gênero, desde dificuldade de sentirem-se seguras

¹⁹ Para preservar suas identidades optamos por utilizar nomes fictícios.

para se posicionar em público, até por suas tomadas de decisões pessoais como, por exemplo, optar por não constituir uma família ou mesmo manter uma relação afetiva, considerando que existe uma cobrança social pela família "tradicional"; a difícil decisão sobre a maternidade entre outras formas de opressão que são cotidianamente e sutilmente impostas para mulheres que subvertem o patriarcado.

O empoderamento da mulher desafia relações familiares patriarcais, e é necessário estar em espaços democráticos e participativos, como as organizações das mulheres, para gerar visões alternativas (DEERE, 2002). Para as mulheres desta pesquisa, estar atuante possibilitou um empoderamento pessoal, mas sobretudo possibilitou um empoderamento coletivo ao fortalecerem o movimento feminista. De acordo com elas, após um episódio de violência de gênero²⁰, que mobilizou as mulheres da cidade, principalmente as que já se articulavam nos sindicatos e outros movimentos sociais e coletivos, se abriu uma porta para as pautas feministas, no caso a violência de gênero. Entre as ações defendidas foi criado GAMP, uma ONG - Organização não governamental, que as quatro mulheres investigadas participaram. Também tivemos a criação da Delegacia da Mulher e outros espaços de promoção de direitos das mulheres, como uma Casa de Acolhida às mulheres vítimas de violência e o Conselho Municipal da Mulher.

De acordo com Lagarde y de Los Rios (2015), a paz é uma chave feminista frente à violência, paz cotidiana, conjugal, familiar, social, entre outras, o direito a vida e a vida sem violência. A autonomia e a afirmação de gênero são requisitos para a sororidade. Analisando as narrativas podemos concluir que existe uma busca por sororidade, não só entre si (enquanto mulheres de luta), mas também com outras mulheres que muito precisam de apoio, estar juntas por um ideal maior, mesmo que seja concretizado em pequenas ações possibilita uma educação feminista. Segundo a autora, sororidade

²⁰ O episódio foi o assassinato de uma jovem mulher, estudante universitária que foi assassinada pelo seu ex companheiro - que não aceitava a separação, o crime ocorreu nos anos 1980 na cidade e foi o disparador de diversas mobilizações de mulheres pedindo justiça neste caso.

não é algo dado, natural, mas construído, e é necessária uma educação para desenvolver uma empatia de gênero.

5. CONCLUSÕES

Destacamos a importância de se conhecer e registrar a história de construção do movimento feminista a partir das histórias de vida e memórias das mulheres que participaram ativamente dessa trajetória no município de Pelotas.

Sofia, Ana, Rosa e Maria permanecem ativas na militância, e buscam fazer relações das suas trajetórias e experiências com a atualidade. São discretas ao falar sobre sua vida privada, valorizando os acontecimentos públicos da inserção nos movimentos estudantis, sociais e sindicais. Sobre o movimento feminista consideraram que ao mesmo tempo em que avançamos em algumas pautas, outras ainda continuam estagnadas. Como principal avanço apontaram o crescimento das mobilizações por meio das redes sociais e as permanências, a luta contra a violência doméstica.

Concluimos que ainda temos muito para lutar e despatriarcalizar as instituições e a cultura. Corroboramos com a ideia de Lagarde y de Los Rios (2015) que a influência cultural do feminismo possibilita reunir mulheres em torno de uma causa maior, como a luta por direitos e equidade de gênero.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CURIEL, Ochy. **Crítica pós-colonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista**. Colombia: Universidad Central, 2007.

EGGERT, Edla. **Artesãs, histórias de vida e fios criadores: quando o biográfico e o autobiográfico se encontram**. In: EGGERT, Edla. FISCHER, Beatriz Dautd. *Gênero, geração, infância, juventude e família*. Natal: EDUFRN; Porto Alegre: EDIPUC; Salvador EDUNEB, 2012.

GARGALLO. Francesca. **Las ideas feministas latino americanas**. Edicionesfem- e-libros, 2004.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. **Los Cautiveiros de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. México: Siglo XXI Editores, 2 ED., 2015.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa Santos; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

UM OLHAR FEMINISTA E DE GÊNERO SOBRE O GOLPE DE 2016

Ligia Maria Ávila Chiarelli
UFPEl
biloca.ufpel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O ano de 2016 foi marcado para sempre na história do Brasil, como ano do golpe que destituiu a presidente eleita Dilma Rossef através de um *impeachment*. Para muitos, Dilma foi deposta por ser mulher. Mas na realidade, o golpe afastou Dilma por seu compromisso com a democracia, com a soberania e com os direitos de trabalhadores e trabalhadoras e das pessoas mais necessitadas. O golpe se processou porque o Governo usurpador pretendia desmontar a Petrobrás, entregar o Pré Sal, privatizar a Eletrobrás e suas distribuidoras, orientado pela agenda neoliberal. Em seu cardápio uma receita de entrega dos recursos da floresta e da exploração do Aquífero Guarany. Foi nitidamente antidemocrático, porque derrubou uma presidenta aprovada por 55 milhões de votos, eleita dentro das regras democráticas, mas sem provar crime de responsabilidade. Porque implantou um programa diferente daquele aprovado na eleição de 2014. E porque, desde que assumiu o poder, Temer, assessorado pelas forças conservadoras e reacionárias do Congresso Nacional, promoveu o ataque contra as liberdades democráticas e aos direitos das mulheres, do povo negro, da população LGBT, de homens e mulheres do campo e das florestas. Entre essas medidas, a destruição das leis trabalhistas, ameaças de perdas de direitos nas regras de aposentadoria e o congelamento dos recursos em Saúde, Educação e Assistência Social pelo prazo de 20 anos.

Partindo dessas considerações, esse resumo se propõe a identificar as conquistas decorrentes das lutas movimento organizado, os ataques sofridos e perda de espaços a partir do golpe

de 2016, sob a perspectiva feminista. Esse estudo representa o desenvolvimento de uma pesquisa sobre o golpe de 2016, sob a perspectiva de Gênero²¹. Nesse sentido, essa reflexão parte do pressuposto de que esse golpe é uma expressão uma jornada antidemocrática, antinacional e contra o povo, estruturado a partir da misoginia (FRENTE, 2017)²².

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

Para a finalidade de esse estudo, a categoria Gênero é vista como as relações socialmente construídas na sociedade, com base do que é masculino e o que é feminino (SCOTT, 1990). Gênero, tanto o gênero feminino como o masculino, são construções sociais e históricas produzidas sobre as características biológicas (LOURO, 1997, p. 22). A definição de Gênero é produto do movimento feminista contemporâneo, que vem avançando no entendimento que é preciso pensar Gênero em conjunto com outras duas importantes categorias, nomeadamente: classes sociais e etnia, necessariamente referenciados a sociedade em foco e ao momento histórico (SILVA, 2012).

O golpe já vinha sendo orquestrado desde que Dilma venceu Aécio Neves e que as classes dominantes entenderam que o projeto defendido pelo PSDB e seus aliados não teria apoio das urnas. A eleição de Dilma representou uma mudança importante para contar a história das mulheres. Pela primeira vez na vida do país, as mulheres e as meninas passaram a ter um referencial de empoderamento feminino, quando percebem que apesar de todos os ataques que a dirigente sempre sofreu, a maioria do eleitorado reconheceu, em duas oportunidades que, sim as mulheres têm

²¹ Esse estudo foi gerado a partir de uma intervenção realizada durante o Curso de Extensão: O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil, desenvolvido no ano de 2018, na Universidade Federal de Pelotas. A participação da autora nesse Curso foi apresentada sob o nome: O golpe sob o olhar de gênero.

²² Misoginia, segundo Tiburi (2018) é caracterizado como “o discurso de ódio contra as mulheres, um discurso que faz parte da história do patriarcado, do sistema da dominação e dos privilégios masculinos, daquilo que podemos chamar de machismo estrutural, o machismo que petrifica a sociedade em sua base e impede transformações democráticas”.

capacidade de governar esse País. No entanto, ao mesmo tempo em que se afirma que Dilma não foi deposta por ser mulher, é preciso concordar com Rubim e Argolo (2018) quando declaram que *"sexismo, o machismo e a misoginia compuseram os lances mais lamentáveis e perversos da campanha do impeachment"*.

3. METODOLOGIA

Esse estudo se desenvolveu a partir de uma pesquisa bibliográfica, tendo como referência o livro "O Golpe na perspectiva de Gênero", de 2018. Também se utilizou de referências da legislação e do noticiário de entidades democráticas.

4. AS CONQUISTAS DEMOCRÁTICAS E O PROCESSO DE IMPEDIMENTO

4.1 ANTES DO GOLPE

Desde o 11 de setembro de 2001 vinham se criando as condições para o desenvolvimento de uma onda fascista em nível mundial. Os atentados às torres gêmeas justificaram a escalada da Guerra ao Terror, através de as guerras preventivas e os instrumentos jurídicos do Patriot Act²³, situação que teve repercussão mundial. Esse quadro, pleno de contradições, deu lugar no Brasil ao pensamento conservador. Se, desde a reeleição da Presidenta Dilma, a imprensa insistia nos ataques caracterizando a presidenta como incompetente e histérica, à medida que o governo vai enfrentando mais dificuldades políticas, o discurso fascista e misógino ganha impulso. Setores inconformados com o resultado eleitoral de 2014 tomam a ofensiva, desmantelando conquistas e espaços antes compartilhados democraticamente.

Em 2015, os parlamentares conservadores tiveram uma

²³ O Patriot Act é uma lei, sancionada pelo presidente George W. Bush, em 2001, após os ataques de 11 de setembro contra os Estados Unidos, com a finalidade de detectar e deter o terrorismo. Disponível em <https://www.history.com/topics/21st-century/patriot-act>. Acesso em abril de 2018.

grande vitória, quando retiraram as palavras gênero e orientação sexual do Plano Nacional de Educação (PNE), ao mesmo tempo em que as Câmaras de Vereadores em vários municípios reproduziram esse debate com desfechos semelhantes²⁴. Essa conduta coincide com o ataque massivo aos direitos das mulheres, nesse mesmo ano, principalmente no que se refere aos direitos sexuais e reprodutivos (BIROLI, 2018). Inúmeras iniciativas, no parlamento, nas redes, nos meios de comunicação em geral, promovem intensa divulgação sobre os perigos da "ideologia de gênero"²⁵. Ainda no ano de 2015, as mulheres realizaram intensas mobilizações contra o Projeto de Lei (PL) 5069/2013, que tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto. Pela atual legislação brasileira, em caso de estupro se admite que uma mulher receba orientações médicas, para, se quiser, realizar a interrupção da gravidez de forma legal. Na prática, essa Lei complica o acesso legal ao aborto em mulheres vítimas de abuso sexual, adicionando etapas e condicionantes ao atendimento. Ao mesmo tempo, busca dificultar o acesso das mulheres vítimas de violência sexual às informações e procedimentos sobre o aborto (FRANCO, 2018). Cria igualmente, dificuldades para a distribuição da pílula do dia seguinte nos centros públicos de saúde²⁶.

Também vem sendo discutida a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 181, aprovada em novembro de 2017 em uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Essa PEC atinge

²⁴ Em Pelotas, a Lei Nº 6.245 de 24 de junho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação, manteve entre as diretrizes: "III - superação de todas as desigualdades, em especial as educacionais, com ênfase na promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade étnico-racial, regional, social, religiosa, de gênero e de orientação sexual".

²⁵ Desconsiderando a imprecisão do termo, usam esse argumento para restringir o debate sobre gênero nas escolas e impedir o desenvolvimento de iniciativas relacionadas à igualdade e a diversidade nas políticas públicas. Com esse ataque, pretendem concretamente, atacar o conjunto de conquistas e o conhecimento acadêmico referenciado pela igualdade de gênero (BIROLI, 2018).

²⁶ Com a aprovação do PL 5069/2013, em outubro de 2015, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, o projeto deve seguir para o plenário da Câmara.

diretamente o direito das mulheres à interrupção da gravidez. Mesmo nos casos em que atualmente é permitido, ou seja, em casos de estupro, nos casos de risco de vida para a mãe e nos casos de fetos com anencefalia. A proposta, que originalmente tratava da extensão da licença- maternidade para o caso de bebês nascidos prematuramente, teve um "Cavalo de Tróia" embutido na proposição. Os parlamentares incluíram uma mudança no artigo primeiro da Constituição, destacando "a dignidade da pessoa humana desde a sua concepção". Como a Constituição está acima de outras leis, esse adendo abre espaço para condenar mulheres que recorrerem ao aborto, mesmo nos casos considerados legais. Dessa forma, o texto que se encontra em andamento é mais retrogrado que o Código Penal de 1940, que não criminalizava a prática do aborto em casos de estupro. Também é um recuo em relação a decisão de Supremo Tribunal Federal (STF), que em 2012 decidiu não criminalizar o aborto em casos de anencefalia.

4.2 CONQUISTAS E PRESENÇA DA MULHER NOS GOVERNOS LULA E DILMA

É importante recordar que, até 1978, as mulheres não ocupavam cargos nos ministérios. Mesmo na ditadura, a partir de 1979 e até 2016, todos os governos tiveram participação feminina na equipe ministerial. Collor (1990-1992) nomeou apenas uma mulher, Itamar Franco (1992-1995) nomeou duas e FHC (1995-2003) também indicou duas para o primeiro escalão, em dois mandatos. Pelo Governo Lula (2003-2011) passaram onze mulheres, em dois períodos. No entanto, o maior número de mulheres foi nomeado no Governo Dilma (2011- 2016), contabilizando 18 ministras.

A primeira mulher a ocupar um cargo em um Tribunal superior foi designada para o Tribunal Superior do Trabalho (TST), durante o governo José Sarney (1985-1990). No Governo FHC, foi nomeada a primeira mulher para o Supremo Tribunal Federal (STF) e para o Superior Tribunal de Justiça (STJ). No Governo Lula ocorreu a nomeação da primeira mulher no tribunal mais antigo do país, o Superior Tribunal Militar (STM). Lula indicou mais uma mulher no STF, quatro no STJ e quatro para o TST. Dilma indicou uma mulher

no STF, três no STJ e uma para o TST. É importante lembrar que Lula nomeou cinco ministros negros, sendo três mulheres e Dilma empossou três ministros negros, sendo duas mulheres.

Os movimentos de mulheres, negros e LGBT obtiveram conquistas também em outras plataformas, não relacionadas diretamente aos direitos específicos. O Brasil garantiu espaço no cenário internacional e afirmou a soberania nacional; avançou na exploração do Pre Sal, avançou na criação de Universidades e Escolas Técnicas. Saiu do Mapa da Fome, segundo dados da própria ONU e permitiu a ascensão social de faixas de renda mais baixas, atingindo principalmente mulheres e população negra. O Programa Minha Casa e Minha vida, a despeito de muitas críticas, corretas, que enfatizam problemas de inserção na malha urbana e segregação espacial, possibilitaram prioridades às mulheres, assim como os programas de transferência de renda.

Durante as gestões Lula/Dilma, o avanço das lutas sociais gerou não só políticas públicas e conquistas institucionais, como a construção de Conferências de Políticas para as Mulheres, nos anos de 2004, 2007, 2011, 2016. Nesse período, em 2005, foi aprovada a Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento, o que significou o reconhecimento do Governo brasileiro de que o aborto realizado em condições inseguras é importante causa de morte de mulheres. Em 2006, foi aprovada a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), ampliando o combate à violência doméstica numa perspectiva de gênero. Posteriormente foi aprovada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 72/2013, conhecida como PEC das Domésticas, regulamentada em junho de 2015, que nivela os direitos das trabalhadoras domésticas ao de outros trabalhadores. A PEC teve amplo conteúdo democrático, uma vez que a imensa maioria que realiza o trabalho doméstico remunerado (98%) são mulheres e dessas, grande parte são negras. No mesmo período também foi aprovada a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015), sancionada em março de 2015.

Também se constituiu um avanço a criação do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH). Na verdade, a partir de 2003, quando ganharem status de Ministério, os Direitos Humanos, as Políticas de Promoção da

Igualdade Racial e as Políticas para as Mulheres foram reconhecidos como parte da política de Estado.

4.3 O DIA DO IMPEACHMENT

Ao colocarmos o foco sobre o dia da votação do impeachment, acaba se observando o mesmo suporte patriarcal que estava presente no golpe de 64. Só como um curiosidade, ao percorrer a internet, na busca de informações sobre o golpe de 64 e a ditadura militar, verifica-se que, as novas gerações vão encontrar relatos e histórias, onde as mulheres, os negros, os indígenas, os movimentos LGBT, os trabalhadores sem terra, estão ausentes. Com exceção das páginas que são editados por partidos do campo democrático e entidades progressistas, nos sites mais populares esses setores são totalmente invisibilizados. As mulheres citadas em quase todos esses sites quando se busca pelas palavras "Golpe de 64" e "ditadura Militar" são as que conduziram em 64, a Marcha da Família, com Deus pela Liberdade. Sob o olhar de gênero fica claro que é dada visibilidade a essas mulheres, não pelo papel que exerceram na sociedade, pois poucos meses após o golpe ninguém mais soube delas, mas pelo papel que cumpriram na aprovação do Regime Militar. Também as bateras de panelas foram mobilizados num determinado momento para impulsionar o afastamento da Dilma. Quem foram essas mulheres "tão ousadas", que foram as ruas bater panelas, antes tão elogiadas e agora esquecidas?

Pouca gente conhece o papel que as mulheres e os movimentos sociais tiveram na luta de resistência ao golpe de 64. Poucos sabem da coragem de mulheres que enfrentaram o Regime Militar. Desconhecem as humilhações, torturas e agressões sexuais a que foram submetidas muitas dessas lideranças sociais. Poucos sabem da participação de mulheres em ações armadas. Desconhecem a presença de mulheres na Guerrilha do Araguaia (1972-1974), quando guerrilheiras lutaram lado a lado dos homens, tendo se destacado por sua coragem e ação na resistência. Foram as mulheres, na década de 70, que deram início, no Brasil a luta pela Anistia, que depois foi incorporadas por amplos setores. De maneira geral, participando de lutas contra a carestia de vida ou por suas questões específicas no

campo dos direitos sexuais e reprodutivos, ou pelo fim do Regime Militar, essas mulheres invisibilizadas pela história oficial, cumpriram um importante papel na conquista de direitos como a liberdade de organização e expressão e até mesmo de eleições diretas para presidente.

Relembrando a cena do dia da votação do impeachment, verificamos esses mesmos componentes do golpe de 64, quando as forças conservadoras daquele momento se apoiaram na defesa da Família. Com um placar final de 367 votos favoráveis e 137 contrários, cada voto golpista era acompanhado de um argumento que respondia às mulheres, trabalhadores/as, negros/as, homossexuais e vários outros grupos marcados como diferentes: "Voltem para seu lugar!" Para Dilma Rousseff, as placas com a irônica frase "Tchau, querida!" colocavam em evidência o caráter patriarcal, conservador e, acima de tudo, misógino do golpe em sua face mais cruel e repugnante (MANO; MACEDO, 2018). Aquele momento que parecia expressar somente o baixo nível dos parlamentares para analisar um processo tão importante, revestiu-se mais uma vez, tal qual a marcha de 64, na defesa da família e da propriedade. Porque a família que era ali defendida, era aquela em que há subalternidade da mulher, que é tratada, bem como as crianças como propriedade do homem.

5. CONCLUSÕES

O breve estudo empreendido destacou os processos em desenvolvimento na preparação do golpe de 2016, apontando os ataques aos direitos femininos, as conquistas obtidas em relação a políticas públicas para o reconhecimento e empoderamento das mulheres, ao mesmo tempo em que evidenciou no dia do impeachment os mesmos componentes misóginos e de defesa da família e propriedade identificados no golpe de 64. O estudo pretendeu destacar o papel das mulheres, identificando no processo golpista a caracterização do discurso de ódio e o desprezo à participação feminina que acompanhou a jornada do *impeachment*.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIROLI, F.. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (Organizadoras). O Golpe na perspectiva de Gênero. Salvador: Coleção Cult, Edufba, 2018.

BRASIL. Código Penal (Decreto-lei nº 2.848/1940) Disponível em : <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em julho de 2018.

Brasil. Emenda Constitucional (PEC) 72/2013. PEC das Domésticas. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2013/emendaconstitucional-72-2-abril-2013-775615-publicacaooriginal-139358-pl.html> . Acesso em julho de 2018.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006. Disponível em <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06>. Acesso em julho de 2018

BRASIL. Lei Nº 13.104/15, de 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm. Acesso em: 23 de julho de 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Atenção Humanizada ao Abortamento: Norma Técnica. 2. ed. atual. e ampl. Brasília: MS, 2010. Disponível em http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_abortamento.pdf.

Acesso em julho de 2018.

BRASIL. Projeto de Lei (PL) 5069/2013. Acrescenta o art. 127-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565882>. Acesso em julho de 2018.

CAMPOLINA, T. Por que a PEC 181 ganhou o apelido de "Cavalo de Tróia das Mulheres"? In: Forum. Disponível em : <https://www.revistaforum.com.br/por-que-a-pec-181-ganhou-o-apelido-de-cavalo-de-troia-das-mulheres/>. Acesso em julho de 2018.

FRANCO, M.. Mulher, negra, favelada e parlamentar: resistir é pleonasma. In: RUBIM, Linda; ARGOLLO, Fernanda (Organizadoras). O Golpe na perspectiva de Gênero. Salvador: Coleção Cult, Edufba, 2018.

FRENTE AMPLA DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO PELA DEMOCRACIA. Um ano de desgoverno golpista: muitos anos de retrocesso. 2017. Disponível em : <http://frenteampласpd.redelivre.org.br/2017/05/12/um-ano-de-desgoverno-golpista-muitos-anos-de-retrocesso/>. Acesso em julho de 2018.

LOURO, G.L.. Gênero, sexualidade e educação. Petrópolis: Vozes, 1997.

MANO, M.K.; MACEDO, M. S.. Direitos reprodutivos , um dos campos de batalha do golpe. In: RUBIM, Linda, ARGOLLO, Fernanda (Organizadoras). Salvador: Coleção cult, 2018.

PELOTAS, LEI Nº 6.245 DE 24 DE JUNHO DE 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015- 2024, e dá outras providências. Disponível em:

http://sapl2.camarapel.rs.gov.br/sapl_documentos/norma_juridica/2171_texto_integral. Acesso em julho de 2018.

RUBIM, L. ARGOLO, F. "Precisamos falar de Gênero". In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (Organizadoras). *O Golpe na perspectiva de Gênero*. Salvador: Coleção Cult, Edufba, 2018.

SCOTT, Joan W. "Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica." Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

SILVA, Márcia Alves da. *Trabalho de mulher?! Alinhavando, bordando e costurando trajetórias de artesãs*. 1. ed. Pelotas: Editora Universitária, 2012. 176p

**GT 7 - CORPO, SEXUALIDADE, GÊNERO,
REPRODUÇÃO E SAÚDE**

Coordenação:

Profa. Dra. Marilu Corrêa
(Docente da Faculdade de Enfermagem / UFPel)

Profa. Dra. Juliane Portella Ribeiro
(Docente da Faculdade de Enfermagem / UFPel)

Luiza Rocha Braga
(Pós-graduanda em Enfermagem/ UFPel)

Este GT busca fomentar discussões e reflexões acerca dos aspectos socioculturais da construção do gênero, da sexualidade, do corpo e da reprodução, e suas interfaces com o setor saúde. Nesse contexto inserem-se estudos sobre o processo de saúde e doença, medicalização da sociedade, do corpo feminino, da sexualidade e da reprodução, bem como as desigualdades sociais e de gênero no acesso à saúde; que articulem contextualmente outros marcadores sociais (classe social, geração, raça/cor).

FUTEBOL DE MULHERES NO BRASIL: amador, profissional ou semi-profissional?

Martina Gonçalves Burch Costa¹

Giovanni Frizzo²

¹Universidade Federal de Pelotas - Martina_gbc@hotmail.com

² Universidade Federal de Pelotas - gfrizzo2@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Durante muito tempo a mulher foi destinada ao silenciamento, vivendo quase na inexistência dos livros de história. Assim, aparentava-se, segundo os livros, que somente os homens compõem a sociedade, que somente a eles era concebido o direito à voz no mundo. Com o passar do tempo e as lutas por oportunidades igualitárias de direitos entre os sexos, a mulher entendeu que aquele determinado espaço, ambiente, também cabia a ela. Que história da humanidade também foi feita para ela e não era um espaço restrito somente aos homens. Como diz Goellner (2011, p.7):

[...] o fato de não serem nomeadas, evidenciadas, mostradas e narradas não significa, em absoluto, que as mulheres não estivessem, há muito tempo, presentes nas quadras, arenas, campos, parques, ginásios e ruas. Simplesmente a elas não se conferiu luz nem voz. Foram lançadas nas zonas de sombras e de esquecimentos por razões políticas, éticas, ideológicas, religiosas, culturais, entre outras.

As mulheres fazem parte do esporte há muitos anos. O fato

delas não serem evidenciadas e mostradas como citado acima, não quer dizer que elas não faziam parte das modalidades esportivas. Dentre essas modalidades discutiremos o futebol jogado por mulheres. No Brasil, o futebol de mulheres chega no ano de 1921. Assim como ocorreu na Europa, ainda existem dúvidas sobre a exatidão que ocorreu o seu primeiro pontapé inicial do futebol praticado pelas mulheres no país. A referência mais aceita é a de que surgiu no ano de 1921, sendo disputado por duas equipes de bairros da cidade de São Paulo, na partida entre Senhoritas Cantareirenses contra Senhoritas Tremembenses (MOURA, 2003).

Resultante desse crescimento do esporte, a imprensa começou a noticiar as partidas em que as mulheres estavam disputando. E isso fez com que os chamados "especialistas da época", oriundos da tradição médica, opinassem, sobretudo, nos veículos de comunicação, sobre aquela modalidade que estava sendo jogada. Principalmente, a categoria dos médicos começou um movimento de não aconselhamento de determinadas modalidades esportivas, pois, segundo eles, as mulheres prejudicariam sua parte fisiológica e com isto resultaria em não cumprir o seu papel atribuído socialmente.

A partir destas argumentações, ocorreram algumas manifestações públicas que visavam fortalecer essa idéia e proibir a prática de algumas atividades esportivas para as mulheres. Como está presente no discurso de um especialista da época, chamado de Ballaryni (1940, p.36), que denominava a palavra futebol como: "natural violência", "exacerbador do espírito combativo" e "incompatíveis com o temperamento e o caráter feminino".

Segundo Franzini (2005), além dos médicos, a mídia também negava o futebol de mulheres apoiados na compreensão de que se as mulheres entrassem neste contexto perderiam a sua verdadeira função: ser mulher, cuidar do lar e ser procriadora de filhos saudáveis. Este movimento a favor da proibição de alguns esportes para as mulheres gerou efeitos e mudanças no país. O governo vigente da época, que era o de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1950-1954), sob forte influência da mídia e de especialistas em saúde, decidiu instituir um decreto-lei sobre os esportes

considerados de "grande risco" para a mulher, dentre os quais o futebol fazia parte.

Deste modo, no ano de 1941, se instituiu o decreto-Lei em que "não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo aquático, pólo, rúgbi, halterofilismo e baseball" (CASTELLANI FILHO, 1988, p.49).

Mesmo havendo a restrição para a prática das mulheres no futebol, algumas cidades continuavam a realizar partidas. Há registros do futebol praticado nas cidades de Pelotas, Rio Grande do Sul, e na cidade de Araguari, Minas Gerais. Segundo Rigo et al (2008), havia a existência de jogos na cidade de Pelotas/RS, nos anos de 1950. Estes autores descrevem como decorrente de uma iniciativa local, onde as equipes EC Vila Hilda e EC Corinthians desenvolviam rotinas com treinamentos semanais, além de realizarem jogos na cidade e região sul do estado.

No entanto, essa resistência não duraria um longo período. Após algumas viagens e jogos que foram disputados, a opressão política representada pelo período ditatorial no país fez com que essas iniciativas fossem encerradas. Somente em 1979, com a revogação da resolução que impedia a prática desses esportes supostamente incompatíveis para mulheres, foi o que fez com que elas tivessem o direito legal de poderem estar em campo e passar a "tentar" se organizar em times para a disputa de competições estaduais e nacionais. No contexto pós-proibitivo aparecem e desaparecem clubes, dentre eles o clube estudado nesta pesquisa, o EC Pelotas/Phoenix.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza como um estudo de caráter etnográfico, onde se acompanhou durante o ano de 2017 a temporada esportiva da equipe de futebol de mulheres do EC Pelotas/Phoenix. No intuito de ter uma melhor compreensão do fenômeno a ser pesquisado, decidiu-se utilizar os instrumentos tradicionais das ciências sociais e humanas. Por meio destes instrumentos, investigou-se no clube EC Pelotas/Phoenix a formação "profissional" das atletas através da observação

participante e entrevistas.

Para a realização dessa etnografia, uma das formas de registro utilizada foi o uso do diário de campo. Ele foi produzido a fim de registrar o dia-dia do clube, no intuito de buscar a compreensão de como acontece a formação das atletas dentro daquela particularidade. Deste modo, foi utilizado um diário para registro de observações coletadas em treinamentos, viagens, amistosos e jogos oficiais.

Foram 27 dias de observações, começando em Março e finalizando em Setembro. Também foi utilizada a realização de entrevistas semiestruturadas com as atletas da equipe. Para a realização das entrevistas foram selecionadas quatro jogadoras do EC Pelotas/Phoenix, sendo elas, três atletas que disputavam as categorias sub-15, sub-17 e uma atleta que participava da parceria do clube com uma empresa que realizava intercâmbios.

A escolha da amostra se deu de forma intencional, sendo pré-selecionadas as atletas que possuíam diferentes perfis e que a pesquisadora julgou, ao longo do seu período de participação no clube, que lhe trariam maiores informações daquela particularidade.

Os perfis delimitados nesta pesquisa foram: a) jogadora com experiência em seleções brasileiras de base; b) jogadora experiente no clube; c) jogadora que é de outra cidade e joga no clube; d) jogadora que foi selecionada para participar de um projeto que realiza intercâmbio com atletas.

Todas as entrevistas foram realizadas no início do ano de 2018. No total, foram três entrevistas presenciais e uma não presencial, devido a jogadora não morar na localidade da pesquisa. Como aspecto ético, foi assinado um termo de autorização ao EC Pelotas/Phoenix, permitindo que se pudesse realizar a investigação no clube. E também todos os sujeitos que participaram do estudo foram convidados voluntariamente a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Como algumas entrevistadas eram menores de 18 anos, os seus familiares foram os responsáveis pela assinatura. Além do que já foi exposto, também se optou pela utilização de nomes fictícios para as atletas, como uma forma de evitar maiores constrangimentos, pois algumas ainda estavam atuando no clube ou

participavam das atividades.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Esporte Clube Pelotas foi fundado em 11 de outubro de 1908. Além de ser um clube tradicional na região, ele possui uma peculiaridade dentre as demais equipes da cidade, pois tem um departamento de futebol voltado exclusivamente para as mulheres.

É um clube que se torna importante porque existe há mais tempo em atividade no Rio Grande do Sul, sendo um revelador de jogadoras não só para outras equipes, mas também para a seleção brasileira de futebol de mulheres. Tendo o exemplo mais bem-sucedido o da jogadora Andressinha, que obteve uma passagem pelo clube e hoje participa regularmente das convocatórias da seleção brasileira principal, inclusive, tendo recentemente se consagrado Campeã da Copa América de 2018.

No entanto, apesar de ser um clube formador de atletas e de ter ganho alguns títulos no estado e na região, assim como outras equipes no país, possui problemas financeiros e dificuldades na sua estruturação. Atualmente, o clube não disponibiliza salários para as suas jogadoras, sendo o sustento do departamento de mulheres feito através de patrocínios, convênios e, principalmente, o apoio dos familiares das atletas.

Hoje, acredita-se que a relação que os clubes brasileiros têm com as jogadoras possam ser consideradas relações de "emprego disfarçado". Pois as jogadoras realizam treinamentos semanais, obrigações com o clube e, em contrapartida, não recebem salários, muitas vezes tem até que pagar para treinar e se transportar para o centro de treinamento (SOUZA JÚNIOR, 2013). E era justamente sobre essa situação que ocorria no clube.

Os treinamentos realizados pela equipe reuniam as atletas das categorias sub-15 e sub-17. Muitas vezes os treinamentos coletivos eram realizados mesclando as jogadoras, em razão do baixo número de atletas disponíveis durante os treinamentos dos finais de semana. O grupo era composto pela presença de jogadoras de variadas regiões do estado. A procura dessas

atletas pelo clube pode ser explicado pela falta de oportunidades no interior do Estado, onde não existem clubes de futebol para as atletas buscarem uma possível profissionalização e, em decorrência disto, elas tenham que alçar novos caminhos para seguir praticando a modalidade.

4. CONCLUSÕES

Com a realização desta investigação alcançaram-se relatos importantes do futebol de mulheres do sul do Brasil, mais precisamente do EC Pelotas/Phoenix da cidade de Pelotas/RS, o que permite uma considerável compreensão acerca dos elementos que constituem a formação da atleta de futebol de mulheres, tanto no sentido das dificuldades quanto nos desafios de seguir uma (im)provável profissão.

Dentre esses elementos, destacam-se as questões relativas as condições de vida das atletas, pois se sacrificam com treinamentos, viagens, empenho, porém a qualidade e a estruturação que elas estão inseridas não são as mais adequadas. Elas enfrentam desde os campos esburacados dos campeonatos e treinamentos até o preconceito social, onde as pessoas ainda não consideram habitual a mulher praticar o futebol como uma forma profissional.

E sobre isso, é importante notar que apesar da maioria das atletas do EC Pelotas/Phoenix se considerarem jogadoras profissionais, por todo esforço e treinamento que realizavam, também existia um grupo de atletas que encaravam o clube como uma forma amadora, como uma forma de praticar o esporte que se gosta. Ou seja, a significação das jogadoras do clube eram diferentes. Havia atletas que estavam naquele espaço por gostarem do ambiente e da rede convivências, mas também havia atletas que faziam daquele espaço a sua vida.

E, especificamente, sobre essas atletas que faziam daquele lugar uma possível área profissional, quando terminava os campeonatos que disputavam, uma das possibilidades para elas seguirem no esporte, eram: intercâmbios, abandono do esporte ou rede de transferências de técnicos. Por isso, a realidade

brasileira ainda demandará de transformações e de tempo. Existe a ausência de um calendário esportivo mais duradouro para que as atletas se mantenham em nível competitivo nas suas equipes por mais tempo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLARYNI, H. Por que a mulher não deve praticar o futebol. *Revista Educação Physica*, v.49, p.52, dez. 1940.

CASTELLANI FILHO, L. Educação física no Brasil: a história que não se conta. Campinas: Papyrus, 1988.

GOELLNER, Silvana. Prefácio. In: RUBIO, Katia (Org.). *As mulheres e o esporte olímpico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

MOURA, E. J. L. As relações entre lazer, futebol e gênero. 2003. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2003.

RIGO, L. C. et al. Notas acerca do futebol feminino pelotense em 1950: um estudo genealógico. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v.29, n.3, p.173 -188, maio 2008.

SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de. Futebol como projeto profissional de mulheres: interpretações da busca pela legitimidade. 2013. 329f. Tese (Doutorado em Educação Física)- Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP, 2013.

GÊNERO E IDENTIDADE NO TELEJORNALISMO: a representação da mulher transgênero na série *Quem Sou Eu?*

Isabelle Domingues dos Santos¹

Marislei Ribeiro²

¹*Universidade Federal de Pelotas - isadominsant@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas-
marislei.ribeiro@cead.ufpel.edu.br*

1. INTRODUÇÃO

As mulheres transgênero passaram a receber, nos últimos anos, certa visibilidade nos meios de comunicação. Hoje, elas estão mais presentes nas histórias contadas através de filmes, telenovelas, seriados e, também, receberam espaço significativo dentre as pautas do telejornalismo. O jornalista carrega consigo a responsabilidade social de informar; contribuir para a reflexão e o questionamento da sociedade. Necessita estar atento às premissas e anseios do tempo que segue. Diante disso, saber informar, sobretudo, como informar, é algo de suma importância, afinal de contas, esse profissional costuma atuar como formador de opinião.

A escolha pelo telejornalismo deve-se ao fato de que, apesar das inovações tecnológicas, como a internet; a televisão permanece sendo um dos principais meios de informação para o público, conforme observa Neto (2008). Sendo assim, este trabalho trata de uma análise do programa Fantástico, da rede Globo, através da série *Quem Sou Eu?*, exibida pela atração, de março à abril de 2017, em quatro episódios.

De acordo com o problema de pesquisa, enquanto objetivo, procurou-se responder como estavam representadas as mulheres transgêneros na série exibida pela atração. Analisa-se o enfoque dado às matérias e os estereótipos presentes nas reportagens. Sendo assim, foi possível verificar a imagem e o corpo da mulher trans também associados à um padrão de beleza ideal, conforme o universo de características tradicionalmente relegadas ao sexo feminino. A mulher busca desprender-se de tais convenções, legitimando uma independência econômica e afetiva, rumo à autodescoberta e rompimento dos limites impostos no patriarcado, mas ainda depara-se com o preconceito e os papéis sexuais determinados aos gêneros.

A análise propriamente dita, com as tabelas destinadas aos episódios de cada programa, ferramenta utilizada pela análise de conteúdo, permitiu verificar o enfoque dado às imagens, textos e diálogo das entrevistadas na série *Quem Sou Eu?*. Também favoreceu a observação da forma como as matérias foram conduzidas, afim de identificar as motivações implícitas no discurso das reportagens. Antes de chegar aos resultados obtidos com esse estudo, o texto aborda os conceitos de representação feminina, identidade de gênero e telejornalismo, de modo a encaminhar o leitor às considerações finais, a partir dessa que foi a primeira série apresentada pelo Fantástico, destinada, especificamente, ao tema da transgeneridade.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

Ao iniciar a pesquisa, num primeiro momento, são abordadas questões pertinentes à afirmação de uma identidade feminina vivenciada tanto pelas mulheres trans, como também pelas mulheres cis, perante as concepções relacionadas à identidade de gênero, a partir das considerações de Negretti (2015), Lanz (2015), Butler (2008) e Scott (1995). Na sequência, é apresentada a série *Quem Sou Eu?*, exibida no Fantástico, de modo a observar como o programa trata dessa temática. Estabelecendo o método observacional e a análise de conteúdo, por meio de autores como Herscovitz (2007) e Bardin (1997), além de autores específicos do

telejornalismo, como Rezende (2008) e Arbex Jr. (2001).

Entender como processam-se as relações na sociedade significa também compreender o conceito de gênero impregnado nessas relações. Carvalho (2003), ao definir gênero "como a construção social, histórica e cultural das diferenças" (CARVALHO, 2003, p. 58), ratifica mais uma vez a ideia de que ser homem ou ser mulher não dependeria apenas do sexo biológico e, sim, dos significados socialmente construídos do que vem a ser o masculino e o feminino. Significados condizentes com as informações recebidas pelo indivíduo desde o ambiente familiar, passando pela escola e, mais tarde, vindo a reproduzi-las nas ações sociais, cuja representatividade e as convenções costumam moldar as identidades de gênero.

Enquanto Butler (2008) acredita ser a diferença um privilégio para as relações de poder, afirmando que "o gênero é o primeiro campo no seio do qual ou por meio do qual, o poder é articulado (BUTLER, 2008, p. 16), na percepção de Saffioti (1994), é importante a conjuntura de cada momento histórico com relação à sua política, atuando na interação dos sujeitos. Nesse sentido, para entender como ocorrem essas relações, é preciso, segundo a autora, levar em consideração, de um lado, os eixos gênero, etnia e classe, e de outro, a sociedade como um todo. Scott (1995) também refere-se ao contexto político ao afirmar que a "política constrói o gênero e o gênero constrói a política" (SCOTT, 1995, p. 16).

De acordo com Pedro (2010), o advento da categoria gênero enquanto análise e o olhar mais atento à transgeneridade serviram como base para nortear as primeiras abordagens do movimento feminista. Era uma forma de contestar o determinismo biológico responsável por justificar as vantagens que o homem teria em função de seu sexo, associado aos estereótipos de força e vigor masculinos. Nesse momento, o falo aparece como agente divisório dos sexos e influenciador na formação das identidades, segundo à visão psicanalítica.

Mais adiante, Scott (1990) ainda observa ser essa oposição masculino- feminino a responsável por atuar favoravelmente à proteção de um poder político, no qual a referência deve parecer certa e fixa mediante à construção humana, por intermédio de uma

ordem natural ou divina. Dessa maneira, a oposição binária e o processo social se tornam ambas partes do sentido do poder responsável pela manutenção de um sistema inteiro.

A partir do momento em que Butler (2008) considera a não dependência do gênero relacionada ao sexo, abre-se margem para falar-se da transgeneridade. Ser uma pessoa transgênero é não se reconhecer no sexo de nascimento. Há um desacordo entre o sexo (homem/mulher) e sua identidade de gênero (masculina/feminina). A pessoa transgênera sente que seu corpo não condiz com seu sexo verdadeiro. Sua natureza não limita-se às regras de conduta fixadas pela sociedade, pois ela não consegue ajustar-se no que lhe foi determinado ao nascer.

O entendimento de como se forma a identidade de gênero feminina ou masculina ainda divide opiniões. Há os especialistas, assim como Letícia Lanz, cujas abordagens estão mais atentas à formulação de uma identidade vinculada, antes das questões biológicas, nas interações do cérebro com o meio no qual o indivíduo está inserido. De outro lado, estão aqueles dedicados a pesquisar essa formação através da bioquímica dos genes. Neste campo, temos os apontamentos de Negretti (2015) através das pesquisas científicas neurológicas entre homens e mulheres, nas quais considera-se que o cérebro pode ser masculino ou feminino, independente do sexo biológico da pessoa.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida através dos métodos observacional e da análise de conteúdo. Isso porque, ao se tratar da análise de um programa de televisão, um especial do Fantástico, inevitavelmente o caminho seria esse, haja visto a impossibilidade de interferência do pesquisador diante de um material já gravado, editado e finalizado. Um material exibido, ao alcance de todo internauta, tal e qual fora idealizado por seus produtores e demais profissionais envolvidos.

O método observacional prevê isso. Neste método, os estudos são conduzidos sem a ação do investigador. A possibilidade de atuação está na observação do objeto a ser analisado. Esse

material não conta, de forma alguma, com a possibilidade de intervenção do investigador, pois não há como modificar qualquer aspecto relacionado a esse material. Ao contrário, como explica Gil (2008), do método experimental, cuja intervenção intencional do investigador é utilizada para obter respostas quanto ao que virá depois, no desenrolar de sua pesquisa.

Para Herscovitz (2007), os vídeos fazem parte de um conjunto de arquivos concebidos da forma como são, sem a possibilidade do investigador alterar algo que já foi gravado, estruturado, finalizado e que não contou com a participação desse investigador. No entanto, ainda assim, o material consultado permanece sujeito a novos arranjos e interpretações. Nesse sentido, compreende-se o caráter aberto da pesquisa, dando margem para novos estudos e futuras considerações, não apenas da comunidade científica, mas também do leitor que, por ventura, vir a utilizar o trabalho como fonte de estudo e informação.

A segunda metodologia utilizada, a chamada análise de conteúdo, de segundo Bardin (2011), procura conhecer aquilo que está por trás do significado das palavras. Através da exploração do conteúdo a ser estudado e o tratamento dos resultados, logo após a "leitura flutuante" e a codificação dos dados obtidos, é possível dar o recorte e o encaminhamento da pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No caso das mulheres transexuais, além de serem vítimas do mesmo machismo sofrido pelas outras mulheres, soma-se ainda o caráter de transgressão de uma ordem identitária, do padrão heteronormativo vigente. Ao transgredirem os limites do próprio corpo, elas não seriam condizentes com a organização social da forma como é conhecida e os papéis sexuais esperados de homens e mulheres, mas, em contrapartida, de acordo com a realidade de algumas trans, alimentariam outra faceta da sociedade.

Aquelas que estão vulneráveis, a mercê da violência nas ruas, vivendo da prostituição, querendo ou não, alimentam o mercado do sexo e, assim como as mulheres cisgênero que atuam no mesmo campo profissional, são tratadas apenas como objetos eróticos,

conforme observa Wof (1992) quando analisa o modo como as mulheres ocupam espaço no pensamento masculino.

Na discussão dos episódios, pode-se perceber que as mulheres estão sempre buscando atingir um determinado padrão de beleza, imposto pela mídia, pelos meios de comunicação, pela própria indústria cultural. Através dessa indústria e dos padrões de beleza estabelecidos e super valorizados, inclusive na promessa de sucesso, de uma mulher feliz nos mais variados âmbitos de sua vida, essa mulher, ao mesmo tempo que deseja ser livre, vê-se aprisionada à indústria da beleza, sempre lhe exigindo perfeição estética.

Neste sentido, os meios de comunicação atuam como agentes publicitários de um padrão de beleza ideal, sempre por ser atingido e jamais alcançado. O que vemos são pessoas percebendo a forma física idealizada, cada vez mais preocupadas com a aparência, assassinando sua autoestima e rejeitando sua imagem no espelho.

5. CONCLUSÕES

No decorrer desse trabalho, verificou-se que a visão de uma feminilidade, assim como a masculinidade, moldada segundo a concepção de serem gêneros móveis em suas plasticidades, vem de encontro a esteira de identificações provindas desde a mais tenra infância, como também de uma construção envolta de significados pelos quais percorrem as transformações de costumes e comportamentos.

Os gêneros, desde então, podem ser entendidos sob o julgo de uma gama de formas próprias de regulação e expressão de suas identidades, fantasias e desejos. Um ambiente subjetivo e contestador para uma identidade feminina que expressa-se e exerce sua sexualidade fora de uma significação fálica, num esforço criativo de compor o enigma de ser mulher. Um cenário propício de atuação dos papéis culturais e da valorização dos ideais de beleza e vida sexual das mulheres.

Em síntese, convém reforçar que este trabalho deseja propor e incentivar novas pesquisas científicas e acadêmicas, principalmente às questões envolvendo gênero e o universo trans.

Da mesma forma, outros debates em torno das pessoas que se enquadram nas temáticas Queer. Este estudo traz consigo a vontade de contribuir, minimamente que seja, para com o esclarecimento do tema transgeneridade e também sugerir novas discussões sobre o assunto. Portanto, este é apenas mais um ponto de partida para futuros trabalhos na área.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBEX JÚNIOR, J. **Showrnlismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, M. E.; PEREIRA, M. Z. (orgs). **Gênero e educação: múltiplas faces**. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

DINIZ, C. R. B. **Representações de gênero de docentes do Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Pelotas**. 2011. 325f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, 2011.

HALL, S. **The Work of Representation**. In: Hall, Stuart (org). **Representation: cultural representations and signifying practices**. London: Sage, 1997a. p.15-74.

HERSCOVITZ, H. G. **Análise de conteúdo em jornalismo**. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (Org). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.

LIPOVETSKY, G. **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LANZ, L. **O corpo da roupa**. São Paulo (SP): Transgente, 2015.

NEGRETTI, N. **O sexo do seu cérebro**. Revista O Cérebro e a Sexualidade. São Paulo: Alto Astral, n.1, p.28-33, 2015.

PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. Scielo Brasil, p. 1-10, 2010.

REZENDE, G. J. de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2000.

STROZZI, G. V. **Identidade de gênero masculina: possibilidades de violência**. Revista Pandora, n.6, 2011. Disponível em: <http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/genero.htm>. Acesso em: 5 set. 2017.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.20, n. 2, p.71-99, jul./dez,1995.

WOLF, N. O mito da beleza. Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

**O CUIDADO DE ENFERMAGEM AO PACIENTE
TRANSEXUAL:
um relato de experiência**

Alexia Camargo Knapp de Moura¹

Juliana de Paula Teixeira²

Karen Domingues Gonzales³

¹*alxjetlail@gmail.com*

²*j.paula.teixeira@bol.com.br*

³*kaah-gonzales@hotmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido como requisito parcial a aprovação no componente curricular, do quinto semestre, da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), sendo realizado em uma unidade de internação clínica do Hospital Escola (HE) da UFPEl, objetivando-se abordar questões individuais, praticar o cuidado de enfermagem e desenvolver pesquisas na literatura científica sobre a abordagem ao paciente transexual.

A paciente em questão, denominada I.F, acometida pelo vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), e apresentando como complicações decorrentes do HIV o sarcoma de Kaposi (SK), a Neurotoxoplasmose e pneumonia dupla.

A instituição de internação onde foi desenvolvido o estudo faz uso da sistematização da assistência de enfermagem (SAE), principal instrumento utilizado no desenvolvimento do cuidado, com a finalidade de aplicar métodos e estratégias de trabalho científico para assim identificar situações de saúde/doença a fim

de realizar a promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde do indivíduo, família e comunidade (COFEN, 2009).

O presente resumo tem por objetivo apresentar o relato de experiência de três acadêmicas de enfermagem ao sistematizarem a assistência de enfermagem a uma paciente transexual internada em unidade de clínica médica.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

Utilizou-se os princípios da Sistematização da assistência de enfermagem (SAE) que tem como objetivo o aprimoramento de técnicas e o estímulo ao desenvolvimento e aumento das responsabilidades da enfermagem para que a assistência prestada ao paciente e sua família seja qualificada (SANTOS; VEIGA; ANDRADE, 2010).

A SAE é considerada uma atividade privativa do enfermeiro, que se utiliza de um método, o Processo de enfermagem e estratégias de trabalho científico, apoiado por uma teoria de enfermagem para a identificação de situações no processo de saúde/doença. Logo após esses problemas serem identificados, o enfermeiro pode acompanhado de sua equipe realizar a promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde do indivíduo, família e comunidade (COFEN, 2009, p.1).

Para Santos, Veiga e Andrade (2010, p.2) o processo de enfermagem é composto por cinco etapas: "O histórico de enfermagem que compreende a anamnese e o exame físico; diagnóstico de enfermagem; prescrição de enfermagem; evolução de enfermagem e plano de alta".

Além de todo referencial teórico em torno das etapas e formas de estruturação do processo de enfermagem para a aplicação da SAE, a legislação brasileira possui uma lei específica para este instrumento, a lei nº 358/2009 que por meio do artigo 1º determina que a SAE deve ser realizada em todos os ambientes públicos ou privados em que haja atuação do profissional de enfermagem. E realizando uma breve análise sobre esse artigo considera-se importante ressaltar que a instituição em que foram coletados os dados para elaboração do estudo de caso realiza e

aplica as etapas da SAE.

O artigo 3º da lei nº358/2009, regulamenta que a SAE deve estar baseada em bases teóricas consistentes que orientem tanto a coleta de dados como a elaboração dos diagnósticos de enfermagem e planejamento das intervenções.

Wanda Horta desenvolveu a Teoria de Necessidades Humanas Básicas para mostrar a enfermagem como ciência aplicada, em que ela saia da fase empírica e adentre na científica para assim desenvolver, aplicar e sistematizar seus conhecimentos. Ainda segundo Horta o ser humano está sujeito a estados de equilíbrio e desequilíbrio o que lhe permite sua autenticidade e individualidade. Essa mudança também gera no ser humano tensão que o levam ir em busca de satisfação para satisfazer e manter o seu equilíbrio, pois suas necessidades atendidas ou não trazem desconforto e prolongam a causa da doença (HORTA, 2007).

O artigo 4º e 5º da lei nº358/2009, determinam os papéis dos profissionais de enfermagem dentro do processo da SAE, onde pelo artigo 4º o enfermeiro detém exclusividade na elaboração do diagnóstico de enfermagem e no artigo 5º determina-se que os demais profissionais de enfermagem como os técnicos e auxiliares participam da execução dos processos de cuidado sob a orientação e observação do profissional enfermeiro.

O artigo 6º da lei nº358/2009, predispõe a respeito do registro desse processo especificando o que deve constar nele: resumo sobre os dados coletados do paciente; diagnósticos de enfermagem elaborados para o paciente; intervenções de enfermagem realizadas; resultados alcançados mediante as intervenções de enfermagem (COFEN, 2009, p.2).

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa do tipo estudo de caso que objetiva investigar e compreender um determinado caso utilizando várias técnicas que objetivam o planejamento e execução de intervenções que consideram as necessidades individuais do paciente mais adequadas a sua realidade (PEREIRA;

GODOY; TERCARIOL, 2009).

Este foi desenvolvido em uma Unidade de internação de clínica médica do Hospital Escola da UFPel. O participante foi uma paciente de internação infecto contagiosa, com histórico progresso de sarcoma de kaposi, infecção pelo vírus da imuno deficiência humana (HIV) e Neurotoxoplasmose, na época da coleta de dados tinha como causa da internação o diagnóstico de pneumonia dupla.

A paciente I.F, natural de Pelotas, divorciada, reside com uma amiga também transsexual. Ela foi selecionada para o estudo devido a receptividade para o diálogo e o histórico clínico progresso.

A coleta de dados foi feita por meio de anamnese e exame físico, baseados em um roteiro pré-estabelecido disponibilizado pelo componente curricular Unidade do Cuidado de Enfermagem V: Adulto e Família - B, por exames realizados pelo paciente durante sua internação e do prontuário (prescrição médica e registros, entre outros).

Atendendo a Resolução 466/2012, que trata da defesa da privacidade do indivíduo participante de pesquisas científicas e ao Código de Ética da Enfermagem (COFEN, 2017), a fim de atender a esses princípios éticos entregou-se ao paciente participante da pesquisa o termo de consentimento livre e esclarecido, para ser assinado por ela, demonstrando a concordância em participar do estudo, foi garantido o anonimato da paciente utilizando-se para identifica-la, um codinome composto apenas letras do alfabeto

Para o levantamento de dados populacionais foi utilizado a Plataforma online do IBGE, e para dados epidemiológicos foi utilizado o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A compreensão da realidade vivenciada pelo indivíduo constitui uma das etapas mais importantes do processo de cuidado iniciando-se pelo reconhecimento de todo o contexto que envolve o passado e o presente do paciente.

A correta contextualização do que envolve a Transsexualidade foi o ponto de partida para observar-se que a mesma abrange indivíduos de ambos os sexos, masculino e feminino, vivenciando um processo em torno da auto-imagem e aceitação da própria identidade, através da expressão de mudanças corporais por conta da busca do bem estar físico e psíquico, enfrentando dilemas pessoais e sociais em torno do processo diariamente vivenciado em relação a si mesmo perante família e comunidade. A conceituação científica do termo Transsexualidade deve considerar questões psicossociais multifatoriais, o que leva os pesquisadores a não possuírem um consenso a respeito da sua definição por conta da sua complexidade.

Ávila e Grossi (2010) apontam que diversos grupos de indivíduos que se denominam travestis, transexuais, Drag Queens e Drag Kings, compõe a categoria dos Transexuais, sendo muito diferentes entre si. Para Sampaio e Coelho (2013) os Transexuais são pessoas que se percebem em uma identidade correspondente ao sexo oposto. Porém é um erro utilizar apenas a palavra sexo para definir uma questão multifatorial composta por três conceitos que são: sexo, um fator biológico, geneticamente definido, sem qualquer interferência do desejo do indivíduo; gênero uma determinação social do que é ser masculino e feminino; e sexualidade, que representa a preferência do indivíduo na prática sexual (JESUS, 2012).

Com base em tais informações podemos debater constantemente a respeito deste conceito sem ter uma definição definitiva a respeito da Transsexualidade devido os diversos grupos sociais que possuem suas características e reivindicações individuais de cada subclasse e compõe esta classe.

No que tange o clínico observamos que de acordo com o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS, 2016), no Brasil em 2016 havia um total de 830.000 pessoas vivendo com o vírus da AIDS, com uma estimativa de 14.000 mortes ao ano.

Observa-se em todo processo de diálogo com a paciente em estudo as carências a respeito da aplicação de um cuidado

individualizado e integral, onde houve respeito ao seu nome social, identidade de gênero porém não houve consideração quanto as particularidades de cuidado em assistência, pelo fato de a internação desta ter ocorrido em uma enfermaria masculina, condizente com a identidade de registro e não a social, devido a uma falta de leitos na enfermaria feminina no momento de admissão no hospital. A troca para uma enfermaria condizente com a identidade social não foi considerada no momento que se vagou leitos na enfermaria feminina, pois a mesma não foi transferida durante sua internação. Nisso levantou-se a grande necessidade de discussões que visem maior esclarecimento aos profissionais burocratas dos setores administrativos das instituições de saúde e profissionais de saúde no debate a respeito desta temática no âmbito do cuidado a saúde.

O auto relato de I.F a respeito de todo o processo que envolveu a descoberta do HIV/AIDS e as demais patologias construiu um instrumento de elaboração do debate a respeito do processo de saúde/doença enfrentado por estes pacientes. Ela lembra em seu relato que uma consulta resultou em diversos exames que levaram ao diagnóstico de Sarcoma de Kaposi, associado ao HIV/AIDS, há 5 anos dando início ao tratamento com antirretrovirais, exatamente no período em que a mesma estava dando inicio a realização o processo de troca de sexo com acompanhamento médico e psicológico, o qual teve de ser interrompido em decorrência aos diagnósticos. É importante ressaltar que durante este período, a paciente não interrompeu o uso de hormônios mediante acompanhamento médico.

Foi relatado pela paciente que durante o período de tratamento para a doença encontrou-se no pior momento de sua vida, onde se encontrou impossibilitada de participar de concursos de beleza em decorrência da perda de cabelo, do emagrecimento severo (55 kilos).

Os impactos psicológicos foram permanentes, como relatado por ela, além disso muitos amigos se afastaram durante este período, diante o exposto mencionou que teve uma queda na autoestima seguida pelo quadro de depressão. Durante o período do tratamento contou com sua família e com uma amiga, também

transexual, que se encontrava afastada, mas que voltou a se reaproximar e hoje dividem a mesma residência. I.F refere a amiga como sua "subalterna" de forma carinhosa, ambas possuem grande apego pelos animais que residem com elas, assim como dividem a mesma prática religiosa que é importante para ambas.

Nas práticas hospitalares observa-se uma carência no que tange a humanização do cuidado aos pacientes nestas condições, não havendo aplicação dos instrumentos de enfermagem como histórico, Genograma, Ecomapa, Fluxograma, Diagnóstico, prescrição de enfermagem, plano de alta em torno das particularidades dos pacientes internados, muito menos deste perfil particular de pacientes, havendo uma desconsideração das necessidades geradas pelo histórico progresso como o acima citados e uma despersonalização do indivíduo durante o processo de hospitalização, principalmente no que tange os pacientes transexuais.

Um dos pontos fortes vivenciados durante os dois dias de coleta foi o diálogo juntamente a paciente entrevistada, a qual demonstrou em todos os momentos muito comunicativa a respeito de suas vivências e histórico progresso.

A realização do levantamento dos dados do estudo de caso serviu como um grande instrumento para o estabelecimento do vínculo criado entre profissional/paciente em que, de maneiras diferentes, cada um dos acadêmicos experimentou do conhecimento e da motivação em prestar um melhor atendimento devido vínculo estabelecido.

Durante o desenvolvimento do estudo de caso foi possível perceber que o mesmo acrescentou muito na formação das acadêmicas enquanto profissionais tanto no conteúdo teórico da fundamentação do estudo como nas práticas de assistência, como no quesito humano da experiência de vivenciar a importância do vínculo.

Observa-se claramente no desenvolvimento das intervenções de enfermagem que o vínculo influencia diretamente na qualidade do atendimento prestado e na efetividade dos aconselhamentos prestados pelo enfermeiro junto ao paciente no processo de tratamento e recuperação.

Na experiência vivenciada as acadêmicas constataram o diálogo como um instrumento terapêutico, percebendo que este é de grande importância na evolução do tratamento, é gratuito e está disponível em qualquer unidade de internação pelo simples fato de existirem pessoas, sendo sua utilização dependente apenas da pró-atividade de cada um em querer aplicá-lo bem como disponibilidade de tempo, mesmo que curto, em aplicá-lo. O tempo de internação, a abertura do paciente, a disponibilidade de tempo e interesse do profissional para e com o diálogo, influenciam diretamente na criação e força deste vínculo.

5. CONCLUSÕES

Ao término do estudo, foi atingindo o objetivo inicial em atender ao paciente de forma mais humanizada e integral, bem como cumprir a atividade proposta no componente curricular e incitar nos professores e acadêmicos do quinto semestre o debate a respeito das boas práticas em cuidado hospitalar aos pacientes LGBTQS+. Por meio da aplicação dos instrumentos de enfermagem e da SAE, juntamente a elaboração de um plano de cuidados individualizado e a escuta terapêutica, foi possível o estabelecimento vínculo com a paciente durante a internação e após a alta, o que permitiu a observação da importância do debate e educação a respeito de fatores que humanizem o cuidado e atentem aos fatores psicológicos vividos pelos pacientes vivendo com HIV internados na unidade hospitalar.

A elaboração de 14 diagnósticos de enfermagem relacionados as necessidades humanas básicas de mobilidade, locomoção, regulação Imunológica, ventilação, vonforto, participação, lazer, autoestima, autocuidado, sexualidade e crença, serviram para a elaboração das prescrições de cuidados permitindo a qualificação do atendimento e integridade do cuidado a esta paciente.

Como plano de alta foi possível aplicar: orientações quanto a importância do uso de preservativos e cuidados durante as relações sexuais; estimular o acompanhamento medico; aconselhar quanto ao uso contínuo dos medicamentos (antirretrovirais);

incentivar a realização de atividades em família, a fim de manter a autoestima e lazer; estimular o paciente perante o auto cuidado; ressaltar a importância das consultas médicas regulares; e orientar quanto a importância da continuidade práticas religiosas.

Estas ações romoveram melhoras significativas para a paciente do estudo e evidenciar que no ambiente hospitalar há por parte dos profissionais um grande desconhecimento a respeito dos direitos e particularidades dos pacientes LGBTQ+ necessitando-se abrir a discurso a importância de um cuidado mais integral e humanizado, bem como os direitos e as necessidades individuais a esta população e o preparo dos profissionais de saúde em proporcionar uma atenção integral nos serviços de saúde.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012**. Trata de pesquisas em seres humanos e atualiza a resolução 196. Brasília - 2012.

BULECHEK, Gloria M. BUTCHER, Howard K. DOCHTERMAN, Joanne McCloskey. **Classificação das Intervenções de Enfermagem**. 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução Cofen Nº 358, de 15 de outubro de 2009**. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. Brasília - 2009.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução Cofen Nº 0564, de 6 de dezembro de 2017**. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Brasília - 2017

HORTA, WANDA de Aguiar. **Processo de enfermagem**. São Paulo: E.P.U, 2007.

NANDA INTERNACIONAL. **Diagnósticos de Enfermagem da NANDA: Definições e Classificação 2015-2017**. Artmed, Porto Alegre, 2015.

PEREIRA, Laís de Toledo Krücken. GODOY, Dalva Maria Alves. TERCARIOL, Denise. Estudo de Caso como Procedimento de Pesquisa Científica: **Reflexão a partir da Clínica Fonoaudiologia**. 2009. 8f. Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina.

SANTOS, Neuma; VEIGA, Patrícia; ANDRADE, Renata. Importância da anamnese e do exame físico para o cuidado do enfermeiro. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 64, n.2, p. 355-358, 2011

TANNURE, Meire Chucre. PINHEIRO, Ana Maria. **SAE: Sistematização da Assistência de Enfermagem: Guia Prático**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ganabara Koogan, 2010.

UNITED NATIONS PROGRAMME ON HIV/AIDS et al. A ONU e a resposta a Aids no Brasil. **Brasília: Organização das Nações Unidas no Brasil**, 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. In: YIN, Robert K. trad. GRASSI, Daniel. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. p. 19.

PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE SOBRE AS NECESSIDADES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO TRANSEXUAL

Patricia da Conceição Bandeira¹

Clarissa de Souza Cardoso²

Valéria Cristina Christello Coimbra³

¹ Autora - Universidade Federal de Pelotas -
patriciabandeira_@hotmail.com

² Coorientadora - Universidade Federal de Pelotas -
cissascardoso@gmail.com

³ Orientadora - Universidade Federal de Pelotas -
valeriacoimbra@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A população transexual tem sido objeto de políticas públicas, principalmente no campus da saúde. Porém, é um coletivo pouco conhecido pelos profissionais de saúde, carregando estigmas e preconceitos que ocasionam a exclusão dos serviços de saúde. O próprio estigma se coloca como fator de risco de vulnerabilidade em saúde, na medida que compromete o acesso ao serviço e a qualidade da atenção prestada.

Diante do exposto, se possui a seguinte questão norteadora: qual a percepção dos profissionais de saúde de nível superior de uma Unidade Básica de Saúde sobre as necessidades de saúde da população transexual?

O estudo qualitativo para o Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Enfermagem na Universidade Federal de Pelotas teve como objetivo: conhecer a percepção dos profissionais de saúde de nível superior de uma Unidade Básica de Saúde sobre as necessidades de saúde da população transexual.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

A transexualidade ainda é um tabu na sociedade. A falta de informação e o preconceito fazem com que as pessoas transexuais encontrem barreiras para exercer seus direitos básicos, como cuidados à saúde. O termo transexual é utilizado para descrever indivíduos cuja identidade de gênero difere significativamente do sexo que foram atribuídos ao nascimento (PERES- BRUMER et al., 2015).

As necessidades de saúde da população transexual encontram-se ainda atrelada as políticas públicas e programas de saúde relacionadas as infecções sexualmente transmissíveis, e por esta razão este público experimenta um fardo pesado e estigmatizante que ocasionam exclusão dos serviços de saúde, destacando-se a atenção primária, considerada a porta de entrada para o acesso aos cuidados (WOLF et al., 2016).

Os avanços nas políticas públicas de apoio a comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) promovem programas e práticas que oportunizam novas pesquisas, discutindo a qualidade do atendimento clínico, procurando desenvolver novas práticas e programas que evidenciam as necessidades de saúde da população LGBT (ALI et al., 2016).

Apesar desses avanços à comunidade, os transexuais possuem poucos programas e serviços especificamente adaptados às suas necessidades. É uma população estigmatizada e discriminada que demanda de atenção qualificada, pois o próprio estigma se coloca como um fator de vulnerabilidade em saúde, na medida em que pode comprometer o acesso ao serviço e a qualidade da atenção prestada (SANTOS et al., 2014; WOLF et al., 2016).

A discriminação é ato que deve ser considerado pelo sistema de saúde como fator de risco, pois devido ao medo da discriminação, os indivíduos transexuais evitam procurar atendimento em unidades de saúde (LYONS et al., 2016). Esse fato ocasiona um fator de risco para desenvolvimento de doenças (LIMA et al., 2016). Embora as pessoas transexuais estejam em risco aumentado por uma série de problemas de saúde tanto física

quanto mental em relação ao coletivo LGBT, são considerados uma população ainda pouco explorado pelas pesquisas (SANTOS et al., 2014; OWEN-SMITH et al, 2016). Pouco sabemos sobre essas necessidades e experiências na busca por serviços de saúde, principalmente aquelas que encontram-se em situação de vulnerabilidade social (LYONS ET AL., 2016).

Deve-se procurar desenvolver programas e práticas que possam promover o cuidado a população transexual como também ações para promover discussões sobre o atendimento clínico e novas pesquisas sobre a área (ALI et al.; DAY et al, 2016; REISNER, 2015).

Na garantia do direito a saúde de qualidade, a população transexual necessita de atendimento humanizado e livre de preconceito e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, incluindo, o uso do nome social como forma de estímulo de acesso ao sistema de saúde, direito ao cuidado à saúde desvinculada à necessidade de diagnóstico psicopatológico ou foco exclusivo a Infecções Sexualmente Transmissíveis (SANTOS et al, 2014).

É importante salientar que a atenção básica (AB) precisa ser a principal porta de entrada da população transexual nos serviços de saúde. Para isso, é necessária uma reorganização das Unidades Básicas de Saúde (UBS) para acolhê-los em conjunto com a implementação efetiva da política LGBT nas unidades (ROCON et al., 2016; SEHNEM et al., 2017).

Entretanto, para impulsionar a participação da população transexual nos serviços de saúde é necessário promover atendimento digno, pois o estigma moral dos profissionais é capaz de influenciar na direção e na qualidade da atenção integral à saúde dessa população (SANTOS et al., 2014; OWEN-SMITH et al., 2016). A educação permanente pode ser o caminho para esse processo junto aos profissionais de saúde e comunidade LGBT (SEHNEM et al., 2017).

Os profissionais necessitam cumprir seus princípios éticos, abordando a população transexual com dignidade e humanização, na perspectiva dos direitos humanos, dos princípios do Sistema Único de Saúde e da Política Nacional de Saúde Integral LGBT.

Esta preconiza a garantia do acesso e qualidade da atenção integral a saúde a essa população, considerando o entendimento e a promoção dos Direitos Sexuais e o reconhecimento do preconceito e discriminação como determinantes sociais e culturais da saúde (BRASIL, 2015).

3. METODOLOGIA

Estudo qualitativo, descritivo, exploratório. O presente estudo foi realizado em uma Unidade Básica de Saúde da zona urbana de Pelotas, Rio Grande do Sul, a qual funciona como Estratégia Saúde da Família (ESF) no turno diurno. A unidade foi reinaugurada no ano de 2015, tornando-se parte da Rede Bem Cuidar. Possui três equipes da ESF que atendem a comunidade, cerca de 15 mil habitantes, sendo mista, em condições socioeconômicas.

Foram realizadas entrevistas com um questionário semiestruturado com os profissionais de saúde de nível superior de uma Unidade Básica de Saúde integrada a Rede Bem Cuidar. A coleta ocorreu entre abril e maio de 2018. Foram selecionados 5 profissionais de saúde de nível superior a qual se disponibilizaram de forma voluntária.

Os critérios de inclusão foram: ser profissional de saúde de nível superior; aceitar participar da pesquisa de forma esclarecida e voluntária; permitir o uso do gravador. Os critérios de exclusão: estar licenciado à saúde ou férias no período da entrevista.

O presente estudo respeitou a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, que aborda a pesquisa envolvendo seres humanos e o Código de Ética dos Profissionais de enfermagem aprovado pela Resolução Cofen 564/2017. Os dados coletados serão devolvidos à comunidade por meio de apresentação dos resultados à UBS que ocorreu a coleta. Será contatado os profissionais da unidade para escolher a melhor data para a apresentação dos resultados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os entrevistados variam entre 35 a 61 anos, com tempo de formação de 5 meses a 26 anos, trabalhando na atenção básica de 1 mês a 20 anos, em sua maioria do sexo feminino. Evidenciou-se o carência sobre as necessidades de saúde LGBT, ausência de conhecimento sobre direitos e políticas LGBT, pouco ou nenhum contato com essa parcela da população, e deficiência na qualidade prestada à população trans.

A população trans é um coletivo diversificado de indivíduos que transcendem categorias de gênero culturalmente definidas (BOCKTING et al., 2013). E para caracterizar cada indivíduo LGBT, foi necessário a criação das siglas LGBTT+, para afirmação de novos termos e definição dos termos já utilizados pela sociedade. Cada sigla possui seu significado e sua especificidade na área da saúde, por essa razão, foi questionado aos profissionais de saúde se possuíam conhecimento sobre as siglas LGBT. As falas elucidaram o desconhecimento sobre as siglas LGBT e seus significados.

As compreensões sobre sexo, gênero e sexualidade são um importante fator para entender a dificuldade da presença da população transexual nas unidades de saúde. As suas crenças e valores morais dos profissionais dificultam o atendimento humanizado, negando a expressão e identidade de gênero dos usuários da unidade de saúde (DAY et al., 2016), por esse motivo, foi questionado qual era o conhecimento sobre gênero e sexualidade e se sabia diferenciar identidade de gênero de orientação sexual. Em maior parte dos entrevistados, as falas ilustraram o desconhecimento sobre a definição dos termos e as diferenças.

Apesar da constante evolução das discussões sobre necessidades e direitos LGBT, há projetos de lei essenciais para a comunidade, como a criminalização da LGBTfobia, uso das técnicas de reprodução assistida, alteração do nome e da identidade de gênero em documentos e o uso de banheiro público de acordo com a identidade de gênero. Durante a entrevista, evidenciou que o

nome social foi o direito mais reconhecido pelos profissionais, apesar das dúvidas sobre a alteração de quais tipos de documentos.

Considerando o campo da Atenção Básica, a portaria nº 2.803/2013 ressalta a importância da integridade do cuidado aos usuários transexuais que demandam de ações no Processo transexualizador na Atenção Básica, garantindo acolhimento com humanização e respeito ao uso do nome social e encaminhamento regulado ao Serviço de Atenção Especializado no Processo Transexualizador (BRASIL, 2013). Foi questionado aos profissionais sobre o processo transexualizador, obtendo perspectivas limitadas e total desconhecimento sobre a portaria.

Nos centros acadêmicos, a diversidade caracteriza-se como um tema em constante discussão, porém, a idealização sobre a vivência LGBT ainda é baseada em ponto de vista conservador e discriminatório. Ao longo da entrevista, os profissionais de saúde demonstraram não ter nenhum tipo de formação acadêmica específica sobre a saúde da população transexual.

Por conter grande estigma social, as pessoas trans sempre obtiveram suas especificidades de saúde vinculadas as políticas públicas e programas de saúde relacionadas as infecções sexualmente transmissíveis (SANTOS et al, 2014). Os profissionais relataram que nas únicas oportunidades de discussão sobre saúde da população transexual no ambiente acadêmico, encaminhavam-se ao cuidado à saúde no foco exclusivo a ISTs, assim como ao usuário homossexual.

A transexualidade é um tema que deve ser trabalhado com persistência dentro das universidades. O espaço acadêmico deve estimular a discussão sobre as especificidades de saúde de cada grupo. Deve-se principalmente na capacitação, desde o ensino superior, das (os) futuras (os) profissionais da saúde em questões de humanização e atendimento de qualidade.

Sem formação específica em sexualidade, os profissionais muitas vezes buscam informações por conta própria, a fim de aprimorar a qualidade do acolhimento. Ao ser questionados sobre a realização de cursos presenciais ou em plataformas online, os profissionais apresentaram obter pouco conhecimento de disponibilidade de cursos online e a escassez de palestras

presenciais. Os profissionais relataram que os cursos oferecidos que traziam a temática sobre saúde LGBT eram sempre vinculadas as políticas públicas e programas de saúde relacionadas as IST.

A falta de implantação do uso nome no cotidiano do serviço é uma causa da resistência a vinculação da população trans ao serviço de saúde (PETRY et al., 2016). Como forma de combate às discriminações contra essa população, o uso do nome social nos serviços de saúde é garantido entre os direitos dos usuários do SUS (SILVA, 2017).

É assegurada pelo DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Durante a entrevista, os profissionais reconhecem o direito por meio da mídia, mas com questionamentos quanto os tipos de documentos em que há possibilidade de inclusão do nome social.

Tratando-se especificamente de travestis e transexuais, a falha no direito ao uso e respeito do nome escolhido por estes configura-se como violência, constrangimentos, causa sofrimento e afasta do atendimento à saúde, ferindo os direitos do usuário e os preceitos do SUS baseados na universalidade do acesso, equidade, integralidade e humanização da assistência (SILVA, 2017). O respeito ao nome social garante cidadania e diminui os efeitos da vulnerabilidade em saúde a que as pessoas estão expostas, pela desinformação e exclusão decorrentes do preconceito e discriminação (BRASIL, 2013).

O acolhimento configura-se como importante instrumento e estratégia da atenção primária, visando à melhoria da qualidade da assistência à saúde

voltada para as necessidades da população e não exclusivamente para a oferta, a partir da construção de um diálogo entre o serviço, os profissionais de saúde e a comunidade. Quatro dos cinco profissionais declararam ter atendido uma pessoa transexual pelo menos uma vez durante sua trajetória profissional na unidade. No questionário, havia ênfase no atendimento a pessoa trans, porém no início da questão, foi confundida como sinônimo de homossexualidade, evidenciando o distanciamento dos

profissionais de saúde em relação ao tema e necessitando em muitos momentos ser retomado pela pesquisadora a questão inicial sobre transexualidade.

5. CONCLUSÕES

O SUS baseia-se em um conjunto de princípios: integralidade, universalidade e equidade. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais existe com o intuito de garantir um serviço de saúde equânime para esta população.

O profissional deve buscar novas capacitações para acolher melhor a população LGBT e o sistema público de saúde precisa ofertar capacitações de qualidade. Além de ser imprescindível aos profissionais apoiarem as políticas públicas voltadas para o usuário LGBT e também desenvolver ações estratégicas para atrair esse usuário para a unidade básica de saúde.

O público transexual precisa ser acolhido pela atenção básica, no qual irá fortalecer os laços da prevenção de doenças e promoção da saúde. Os profissionais de saúde necessitam conhecer a política LGBT e as necessidades de saúde das pessoas transexuais, respeitando a liberdade e a identidade de gênero de cada usuário da rede, independentemente de suas crenças. Esta população necessita de atendimento digno, direito ao cuidado à saúde desvinculada à necessidade de diagnóstico psicopatológico.

É preciso garantir a igualdade no acesso a saúde em uma perspectiva integral, livre de preconceitos, com qualidade e onde a orientação sexual e a identidade de gênero não sejam determinantes negativos a essas garantias. Por isso, é necessário incluí-los em nossos planos de assistência e ação, desenvolver novas capacidades de compressão, intervenções a elaboração de cuidados específicos para a individualidade do cuidado ao usuário da população LGBT na atenção primária.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, S.; KOWALSKI, S.; SILVA, P. Advocating for sexual rights at

the UN: the unfinished business of global development. **Reprod Health Matters**, vol.23, n.46, p.31-37, 2015.

BOCKTING, W.O.; MINER, M.H.; SWINBURNE ROMINE, R.E.; HAMILTON, A.

COLEMAN, E. Estigma, Saúde Mental e Resiliência em uma Amostra Online da População Transgênero dos EUA. **American Journal of Public Health**, vol.103, n.5, p: 943-951, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n.º 1.820, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. 2009. Disponível em:

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n.º 2.803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). 2013. Disponível em:

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html>. Acesso em: 10 jun. 2018

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. b 110p.

Disponível em: <<http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>> Acesso em: 15 jun 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão. Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Transexualidade e travestilidade na saúde. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. - Brasília, 2015. Acessado em 03 jul 2018. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade_tra_vestilidade_saude.pdf

DAY, S.; MASON, R.; LAGOSKY, S.; ROCHON, P.A. Integrating

and evaluating sex and gender in health research. *Health Res Policy Syst*, vol.14, n.1, p.75-91, 2016.

FERREIRA, M.O.V.; SANTOS, L.P. Diversidade Sexual e docência na produção do grupo de trabalho 23 da ANPEd (2004/2011). *Rev. educ. PUC-Camp* [Internet]. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/reveducacao/article/view/2853/1955>>. Acesso em: 09 de jun de 2018.

LYONS, T.; KRÜSI, A.; PIERRE, L.; SMITH, A.; SMALL, W.; SHANNON, K Experiences of Trans Women and Two-Spirit Persons Accessing Women-Specific Health and Housing Services in a Downtown Neighborhood of Vancouver, Canada. *LGBT Health*, vol.3, n.5, p.373-378, 2016.

OWEN-SMITH, A.A.; WOODYATT, C.; SINEATH, R.C.; HUNKELER E.M.; BARNWELL, T.; GRAHAM, A.; STEPHENSON, R.; GOODMAN, M. Perceptions of Barriers to and Facilitators of Participation in Health Research Among Transgender People. *Transgend Health*, vol.1, n.1, p.187-196, 2016.

PETRY, A.R.; KLEINPAUL, W.V. Nome social: uma conquista dos movimentos sociais desconhecida por serviços de atenção básica em um município do Rio Grande do Sul. *Enfermagem Brasil*, v.15, n.1, p.26-32, 2016.

RAMOS-PIBERNUS, A.G.; RODRÍGUEZ-MADERA, S.L.; PADILLA, M.; VARAS-DÍAZ, N.; MOLINA, R.V. Intersecções e evolução das categorias Butch-Trans em Porto Rico: Necessidades e barreiras de uma população invisível. *Saúde pública global*, vol. 11, n.7, p. 966-980, 2016.

REISNER, S.L.; HUGHTO, J.M.; DUNHAM, E.E.; HEFLIN, K.J.; BEGENYI, J.B.; COFFEY-ESQUIVEL, J.; CAHILL, S. Legal Protections in Public Accommodations Settings: A Critical Public Health Issue for Transgender and Gender-

Nonconforming People. *Milbank Q*, vol.93, n.3, p. 484-515, 2015.

ROCON, P. et al. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 8, 2016. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14138123201600080251_7&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 jun 2018.

SANTOS, A.B.; SHIMIZU, H.E; MERCHAN-HAMANN, E. Processo de formação das representações sociais sobre transexualidade dos profissionais de saúde: possíveis caminhos para superação do preconceito. *Ciênc. Saúde coletiva*, Rio de Janeiro, nov. 2014. Disponível em:

http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232014001104545&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 jun 2018.

SILVA, B. B.; CERQUEIRA-SANTOS, E. Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros. *Rev. SPAGESP*, Ribeirão Preto, v.15, n. 2, p. 27-44, dez 2014. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167729702014000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 jun. 2018.

SEHNEM, G. D.; RODRIGUES, R.L.; LIPINSKI, J. M.; VASQUEZ, M. E. D.; SCHMIDT, A. Assistência em saúde às travestis na atenção primária: do acesso ao atendimento. *Revista de enfermagem UFPE on line-ISSN:1981-8963*, v.11, n.4, p.1676-1684, 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/15238/18013>. Acesso em: 7 jun 2018.

WOLF, R.C.; ADAMS, D.; DAYTON, R.; VERSTER, A.; WONG, J.; ROMERO, M.; MAZIN, R.; SETTLE, E.; SLADDEN, T.; KEATLEY, J. Putting the t in tools: a roadmap for implementation of new global and regional

Anais do II Simpósio de Gênero e Diversidade

transgender guidance. *Journal of the International AIDS Society*,
v.19, n.3, 2016.

ISBN 978-85-7138-082-0



EBOOK - P





D'Çenerus

Núcleo de Estudos
Feministas e de Gênero



UFPEL